

Colecção
Kunyonga



AMÉLIA MINGAS

A mulher, a cidadã, a académica

Organizadores

Paulo de Carvalho & Jota Carmelino



Este livro em homenagem à linguista Amélia Mingas reúne 3 poemas, 10 artigos de cariz científico e 21 depoimentos, com uma participação de 28 autores. Os primeiros artigos abordam o percurso da homenageada, bem como temas ligados à linguística, à sociolinguística e à toponímia (que eram as áreas de trabalho de Amélia Mingas). Seguem-se artigos sobre outras temáticas, nomeadamente o ambiente, a história, a literatura e a criação de um curso de engenharia mecânica em Benguela. Na secção de depoimentos, familiares, amigos e colegas de Amélia Mingas descrevem momentos ímpares que viveram em conjunto, relembrando assim a homenageada e dando a conhecer traços da sua personalidade e do seu percurso académico e profissional. Trata-se de uma justa homenagem à dimensão da Prof. Amélia Mingas, que formou várias gerações de linguistas em Angola.

Organizadores



Paulo de Carvalho

Sociólogo. Doutor em Sociologia pelo ISCTE (Lisboa, Portugal).
Professor Catedrático na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola).
É Deputado à Assembleia Nacional.
Foi Reitor da Universidade Katyavala Bwila (Benguela, Angola) e Director da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola). Foi Vice-Presidente da Universidade Pan-Africana (Addis Abeba, Etiópia).

Dentre os 12 livros que tem publicados, destacam-se *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda* (Luanda, 2008), *Angola. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social* (Oeiras, 2002) e *Estrutura social da sociedade colonial angolana* (Varsóvia, 1989 - em língua polaca).

É também co-autor dos livros *Events over endeavours. Image of the Chinese in Zambia and Angola* (Cracóvia, 2005) e *O que é racismo?* (Lisboa, 2014).

Foi agraciado com o Prémio Nacional de Cultura e Artes, na modalidade de investigação em Ciências Humanas e Sociais (Luanda, 2002).



Jota Carmelino (Luís Ferreira Carmelino Júnior)

Nascido no Ukuma (Huambo) em 1949 e residente em Luanda desde 1974.

Ensino primário, no Ukuma e liceal, no Lobito e no Huambo.

Professor primário na antiga Nova Lisboa, hoje, Huambo.

Parte para Portugal onde frequenta até ao 3º ano do Instituto Superior de Ciências Económicas e

Financeiras, em Lisboa (1969/71).

Junta-se à luta de libertação nacional, na 2ª Região Político-Militar do MPLA (Frente de Cabinda) entre 1971

e 1974.

Casa-se com Amélia Mingas com quem viverá durante 45 anos, até ao seu falecimento.

No Congo Brazzaville é professor do Internato 4 de Fevereiro (Centro de Formação de Pioneiros do MPLA) em Matsendé/Dolisie.

Entre 1975 e 2011 é técnico de marketing e depois quadro de Direcção da Bayer Angola Lda e da Ducat Angola Lda (ex-Bayer Angola Lda) com superação profissional em seminários e estágios periódicos, na Alemanha, junto da Bayer AG e de outras empresas do grupo.

Actualmente está aposentado e é gestor de uma pequena empresa familiar.

Colecção
Kunyonga

AMÉLIA MINGAS

A mulher, a cidadã, a académica

Organizadores
Paulo de Carvalho & Jota Carmelino



Edição
Mayamba Editora
2020

Copyright

© Todos os direitos reservados pelos autores

Colecção

Kunyonga

Título

Amélia Mingas

A mulher, a cidadã, a académica

Organizadores

Paulo de Carvalho & Jota Carmelino

Revisão

Luís Silva

Editor

Jota Carmelino

Edição

Mayamba Editora

Condomínio Vila Rios, Rua Rio Cuango n.º 16,

Camama Estrada Direita do Calemba 2,

Município de Belas — Luanda-Sul

Telefone (+244) 931930264 | 918 240 318 | 927 648 964

911 564 614|912 203 008

E-mail: mayambaeditora@yahoo.com

Site: www.mayamba-editora.com / www.mayambaeditora.co.ao

Capa

Carlos Roque

Design gráfico

CAN Design

Fotos

Arquivo da família

Impressão e acabamento

Imprimarte, Lda

1ª edição, Luanda, Setembro de 2020

Tiragem

1500 exemplares

Depósito Legal nº 9519 / 2020

ISBN: 978-989-761-271-8

ÍNDICE

PREFÁCIO

NOTA DOS ORGANIZADORES

POEMAS

Jota Carmelino

[O símbolo](#)

Eunice Andrade da Fonseca (Zila)

[Despedida](#)

Américo de Oliveira

[Mulher combatente](#)

ARTIGOS

Maria do Céu Reis

[Amélia Arlete Mingas: Uma mulher no espaço universitário das Letras e das Humanidades](#)

Alexandre Chicuna

[Contributo da Professora Amélia Mingas para o ensino e promoção da língua portuguesa em Angola](#)

Eugeniusz Rzewuski

[A paisagem toponímica tunguense. Meus apontamentos marginais nas crónicas suaíli](#)

Lúcia Vidal Soares

[Pelos caminhos da política linguística em contextos multilingues](#)

Paulo de Carvalho

[Estrutura social e linguagem na Angola colonial](#)

Ângela Cristina de Branco Lima Mingas

[A cidadania ambiental urbana. Breve introdução à qualidade do ar em Luanda](#)

Fernanda Costa dos Santos Benedito

[Centralização e autonomia nos espaços pós-coloniais: A reescrita da história e do cânone em Things Fall Apart \(1958\) de Chinua Achebe](#)

Joaquim Sequeira & Carlos Pinho

[Um curso de Engenharia Mecânica ao serviço da sociedade angolana na UKB](#)

Luís Gaivão

[Luanda e Manuel Rui - Memórias com vista para a cidade](#)

Petelo Nginamau Ne-Tava

[Angolanidade na poesia de Agostinho Neto](#)

DEPOIMENTOS

Jota Carmelino

[A nossa história](#)

Maria Perpétua Nunvo

[Carta para o amor da minha vida](#)

Graça Machel

[Voltou para as estrelas, a minha alma gémea](#)

Francisco José

[Va bwala fwa mwana ileze](#)

Ângela Mingas

[Três lições, três saudades...](#)

Suzana Carmelino

[Os meus tios formam o meu conceito de gratidão](#)

José Luís Teves de Carvalho e Teresa de Almeida

[Os mestres não morrem](#)

Adolfo Maria

[Para a Amélia](#)

Alexandre Chicuna

[Relato de uma morte não anunciada](#)

Domingos de Sousa

[O jantar](#)

Fernanda Saraiva de Carvalho

[Lembrando o 17 de Dezembro](#)

Fidel Reis

[Sentir e evocar Amélia Mingas de A a Z](#)

Graça de Sousa

[Amélia, minha irmã](#)

Isabelle de Oliveira

[Pessoas que ficam no tempo: uma mulher de excepção](#)

Lúcia Soares

[Kandandu](#)

Luís Gaivão

[A gentileza de uma mulher de Angola](#)

Manuel Rui Monteiro

[Se eu um dia...](#)

Maria do Céu Reis

[A Doação de Sentido](#)

Maria Helena Ançã

[Testemunho](#)

Petelo Ne-Tava

[Amélia Mingas, africanista de Angola](#)

Yeda Pessoa de Castro

[Amiga, mestre, para sempre lembrada](#)

PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DE AMÉLIA MINGAS

OS AUTORES

ÁLBUM

PREFÁCIO

O mote para introduzir este livro de homenagem é a recordação da relação de Amélia Mingas com trabalho, algo absolutamente singular e também da excelência na sua intervenção na sociedade, especialmente, na área da educação e do ensino.

Para ela, o trabalho era um exercício espontâneo e natural como é o exercício de respirar. Uma das suas imagens de marca era a de estar sentada à mesa ou secretária, horas a fio, agarrada ao computador rodeada de livros, notas e *pen-drives*.

A disponibilidade para trabalhar não se compatibilizava com calendários nem horários. Por isso, essa imagem consubstanciava-se independentemente do mês, do dia da semana, da hora e do tempo, com sol ou chuva. Era incansável!

Para completar o seu ambiente de trabalho preferido, o silêncio não era convidado e, pelo contrário, um televisor, um rádio e/ou acompanhantes eram bem-vindos, como se fossem um café forte e aromático, útil e agradável para a manter alerta durante o trabalho.

Em nossa casa, apesar de termos um escritório devidamente equipado, com estantes e secretárias individuais, nunca o adoptou como espaço de trabalho, por se tratar de um espaço algo isolado onde imperava o silêncio. Preferia instalar-se na familiar mesa da sala de jantar, para desfrutar do som de fundo do televisor e do movimento de pessoas. Fazia questão de um ambiente com vida o que conferia harmonia à sua relação - tu cá, tu lá - com o trabalho.

A rejeição de um espaço dominado pelo silêncio reflecte igualmente uma outra característica do seu estilo laboral, pois privilegiava o trabalho colectivo, de partilha, princípio que nunca se cansava de defender e promover. Reconhecia a importância do trabalho de equipa ao nível dos profissionais mas igualmente ao nível dos saberes.

Mas conheceu várias outras experiências até atingir a maioridade na sua vida laboral e encontrar na docência e na actividade académica e científica o ambiente que plenamente a realizava.

Desde logo, as tarefas domésticas próprias da educação familiar da sua geração. No seio da família, aprendeu a dirigir a casa, cozinhar, costurar e cuidar de crianças. Na juventude, por força da prisão política do pai e para sustentar a família, concorreu a um cargo de funcionária pública na então colónia. Ainda na juventude dedicou-se à militância política e ao combate pela independência de Angola.

Na senda da sua genuína vocação, o tempo encaminhou-a para a vida académica na qual a docência, em particular, atingiu um patamar de excelência e se revestia de um cariz de verdadeiro sacerdócio. No seu envolvimento com a comunidade de discentes, docentes e no exercício lectivo excluía todo o tipo de compartimentações, abolia calendários e horários e tudo acontecia tanto intra como extra-muros da escola.

Temos o exemplo de inúmeros estudantes, colegas e pessoas de outras áreas de actividade que tão logo se apercebiam da sua total disponibilidade, sentiam-se de imediato à vontade para a contactar, quer na Faculdade, quer em casa, durante a semana, ao sábado e até ao domingo, pois eram acolhidos sem grandes formalidades e num clima de abertura e de simpatia. Ela nasceu para ser docente e académica. Foi o seu destino.

O seu histórico enquanto docente inclui passagens, pelo Internato 4 de Fevereiro (Centro de formação de pioneiros do MPLA), em Matsendé/Dolisie no Congo Brazzaville, pelo Liceu Nacional Salvador Correia (hoje, Liceu Mutu Ya Kevela), pelo Instituto Normal de Educação Física Saidy Mingas, e pela Universidade Agostinho Neto (ISCED e Faculdade de Letras-FLUAN), todos em Luanda. Estas experiências deram-lhe um conhecimento profundo do nível dos ensinamentos secundário, médio e superior no país e dos seus inúmeros problemas. E cedo compreendeu o desafio da formação como uma questão capital e decisiva. Não aceitava a continuidade da dependência do país face à formação no exterior e da subalternidade da formação local sem o necessário investimento na sua qualidade. Por isso manteve sempre uma atitude de prontidão combativa na criação de condições para a formação local de formadores. E na primeira oportunidade meteu mãos à obra de organizar cursos de mestrado. Com naturalidade, fica na história do ensino em Angola como a criadora de cursos de mestrado no Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) e também na FLUAN.

Mas não satisfeita, aplicava-se com igual empenho na missão de incentivar pessoalmente os angolanos, estudantes ou funcionários com quem se cruzava para cuidarem da sua formação superior.

Noutra das suas dimensões, descobrimos Amélia Mingas nas vestes de cientista, dedicada à investigação e à recolha do património linguístico e cultural de Angola e das suas diversas comunidades, o que incluiu várias missões no terreno, com deslocações ao interior da Angola profunda. O acervo reunido serviu de base a algumas publicações, nomeadamente de contos populares, e como material de estudo para trabalhos de estudantes.

Para facilitar a divulgação do material obtido no decurso das pesquisas científicas realizadas por professores e "de trabalhos de iniciação à pesquisa" efectuados por estudantes, durante a sua regência como Decana da FLUAN, e com a postura científica e académica dinâmica, versátil e interventiva que a caracterizava, dotou a instituição de dois instrumentos editoriais - Edições Kuwindula e Revista

Yindula -, com a primeira a publicar, por exemplo, a importante obra "A Filosofia Bantu" da autoria de R. P. Placide Tempels, com tradução sua, em parceria com o Professor Zavoni Ntongo.

Para uma intervenção no mundo universitário e académico sustentada em saberes e competências, munuiu-se das ferramentas necessárias através de uma formação académica metódica

e estrategicamente orientada para o objectivo, o que se comprova pelos seguintes diplomas: Licenciatura em Filologia Germânica (1981 - Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa); Maîtrise em Linguística Geral e Aplicada (1987 - Universidade Paris V René Descartes, Paris); Maîtrise em Sociolinguística (1988 - Universidade Paris V René Descartes, Paris); DEA em Linguística, (1989 - Universidade Paris V René Descartes, Paris); e Doutoramento em Ciências da Linguagem (1995 - Universidade Paris V René Descartes, Paris).

Tendo sido essencialmente alguém vocacionada para as lides académicas, nunca se eximiu da responsabilidade de dirigir organismos de importância inquestionável e gestão exigente como o Instituto de Línguas Nacionais (Directora 2000/2004), o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, organismo da CPLP, sediado na Praia, em Cabo Verde (Directora 2006/2010) e a Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN, Decana entre Outubro de 2010 e Julho de 2015).

Estamos certos que com esta obra de homenagem, ao numeroso círculo de amigos e admiradores que já tinha, se juntará ainda mais gente em condições de compreender a grandeza desta notável mulher que infelizmente nos deixou de forma prematura quando ainda tinha tanto para nos dar.

Os artigos e depoimentos dos ilustres autores - cuja participação no livro é credora do nosso mais profundo agradecimento - dão-nos naturalmente uma derradeira oportunidade de ouro para ficarmos a conhecer melhor os traços que definem a Amélia como uma personalidade extraordinária e, suplementarmente, a sua obra. Não é demais referir que as suas intervenções e demais actividades, incluindo palestras, traduções e publicações, marcaram presença aos mais diversos níveis, dentro e fora do país, nomeadamente em seminários e conferências, sessões de arguição e na participação em júris a vários níveis de graduação académica.

Conhecendo-a melhor, mais valorizada ficará a sua obra o que facilitará certamente o desiderato de se abrir com mais eficácia uma ampla via para a preservação e difusão do seu precioso legado e, na medida do possível, se tentar concluir valiosas tarefas que deixou inacabadas.

Este é, sem dúvida, um dos propósitos deste livro e de todos os que se associaram a este projecto para o tornar uma realidade.

Jota Carmelino

NOTA DOS ORGANIZADORES ¹

A ideia de publicação deste livro em homenagem a Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas surgiu durante uma conversa entre um dos organizadores (Paulo de Carvalho) e o seu antigo Professor na Universidade de Varsóvia e (agora) Amigo, Eugeniusz Rzewuski - antigo Embaixador da Polónia em Luanda.

A ideia do primeiro era a organização de uma sessão de homenagem à Prof. Amélia Mingas, na sua faculdade. O segundo foi mais longe, sugerindo a organização de um livro, com artigos de autoria de Colegas e Amigos da figura a homenagear.

O passo seguinte foi o contacto com o esposo, que de imediato anuiu à ideia. Ficou acordado que o livro teria dois organizadores, com tarefas definidas para cada um. E acordou-se também que, para além de artigos, o livro incluiria depoimentos. A primazia foi dada à parte académica do livro (sob responsabilidade de Paulo de Carvalho), sem entretanto descurar a importância dos depoimentos (sob responsabilidade de Jota Carmelino).

Elaborámos em conjunto uma lista de prováveis autores, com os quais fomos mantendo contacto, esperando a sua participação. Contactámos pouco mais de 30 pessoas, das quais 29 remeteram textos.

*
* *
*

O livro está dividido em três partes. A primeira parte reúne 3 poemas, a segunda integra 10 artigos e a terceira, 21 depoimentos. Segue-se uma lista de publicações e comunicações de Amélia Mingas, organizada por Jota Carmelino. Trata-se de um total de 35 peças, numa significativa homenagem a Amélia Mingas.

De início, não estava programada a inclusão de **poemas**. Mas, a partir do momento em que surgiu um poema, essa possibilidade passou a existir. Os três poemas são de autoria do esposo, da neta e de um colega da homenageada: Jota Carmelino, Eunice Andrade e Américo de Oliveira.

A secção de **artigos** está dividida em duas partes, nomeadamente: artigos ligados à linguística, sociolinguística e toponímia (áreas de trabalho da homenageada) e artigos sobre outras temáticas.

Abre a secção, um artigo de autoria de Maria do Céu Reis, a respeito do percurso da homenageada. A socióloga Maria do Céu Reis aborda o percurso de Amélia Mingas em três vertentes: a formação académica projectada para futuros empenhamentos de ordem social, o capital científico acumulado e o alargamento do campo de possíveis intervenções, e a postura científica e intelectual aberta, curiosa e de pensamento pensante. Para além de ressaltar o papel das línguas nacionais na alfabetização e no processo educativo, a autora refere a acção da homenageada enquanto professora e enquanto investigadora. A autora destaca a actividade realizada pela homenageada enquanto Decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN, em Luanda), na promoção da actividade docente e de investigação no domínio da linguística e na criação da colecção "Humanidades e Reapropriação", para publicação dos escritos de investigadores e estudantes da faculdade.

Segue-se o artigo do linguista Alexandre Chicuna, intitulado "Contributo da Professora Amélia Mingas para o ensino e promoção da língua portuguesa em Angola". Depois de apresentar brevemente o contributo da homenageada no que à promoção do português e das línguas nacionais diz respeito, o autor menciona o trabalho desenvolvido por esta, enquanto Directora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (com sede na Cidade da Praia, Cabo Verde). Refere também a interferência das línguas nacionais no português falado em Angola, pois "o contacto de línguas permite ... o surgimento de novas unidades lexicais em cada sistema linguístico em presença, provocando, em alguns casos, alterações a nível fonético, morfológico e sintáctico" [pág. 51]. E conclui, mencionando a criação dos Mestrados em Ensino da Língua Portuguesa e em Ensino das Literaturas em Língua Portuguesa (no ISCED de Luanda) e dos Mestrados em Línguas Angolanas e Literaturas em Línguas Angolanas, em Língua Francesa e Literaturas em Língua Francesa, em Língua Inglesa e Literaturas em Língua Inglesa, em Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa, e em Filosofia (na Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto).

A proposta do linguista polaco Eugeniusz Rzewuski vem de Moçambique e tem a ver com a "paisagem toponímica tunguense" (o conceito de paisagem toponímica deriva do conceito de paisagem linguística). Tungue (ou Tungji) é o nome do histórico sultanato suaíli, hoje distrito de Palma (Cabo Delgado), no país irmão do Índico. O autor esclarece-nos que os topónimos são suporte da memória, porquanto "topónimos e memórias raspam-se, ficam cancelados quando incomodam ou quando são ultrapassados" [pág. 67]. A região de Tungji é uma "zona de contacto de línguas e povos diversos, também uma zona multicultural caracterizada por longa tradição da cultura letrada em escrita árabe" [pág. 73]. Os fundadores do sultanato de Tungji provêm das Comores. O autor termina, apresentando-nos uma narrativa sobre uma viagem de Sul para Norte, num espaço de seis gerações, em cujo "trecho épico transparece o bom conhecimento da topografia e toponímia costeira" [pág. 80].

Ainda no âmbito da linguística, Lúcia Vidal Soares (do Instituto Politécnico de Lisboa) discorre sobre a política linguística em contextos multilingues. Sendo Angola um país multilingue, onde coexistem dezenas de línguas, ocorre uma "repartição desigual de funções" entre as várias línguas, que "provoca situações «diglóssicas», o que faz com que as línguas não tenham todas elas a mesma força funcional, nem a mesma força simbólica, no seio da sociedade" [pág. 97]. Havendo coexistência de várias línguas, algumas correm o risco de desaparecer, devido ao facto de serem suplantadas por outras, ou devido ao facto de serem "apenas utilizadas oralmente e sem ou com pouca tradição

escrita” [pág. 104]. A autora sugere que cada Estado africano elabore um “programa sério de planeamento linguístico”, que seja executado “de forma permanente” [pág. 105].

Esta primeira secção de artigos encerra com o texto de Paulo de Carvalho, da área da Sociolinguística. O autor traz-nos uma reflexão do domínio da Sociologia da Linguagem, com a apresentação da relação entre a estrutura social e a linguagem, na Angola colonial. Partindo da teoria sociolinguística de Basil Bernstein, o autor apresenta as características do código elaborado e do código restrito da língua portuguesa, no final do período colonial em Angola. Mas sugere a existência de um código quase-elaborado, “caracterizado pela fusão de elementos do código elaborado e do código restrito” [pág. 118]. Será útil verificar até que ponto se mantém esta estrutura sociolinguística na Angola dos nossos dias e, em caso afirmativo, até que ponto o código quase-elaborado se vai substituindo ao código verdadeiramente elaborado da língua portuguesa em Angola.

Depois dos artigos das áreas da linguística, sociolinguística e toponímia, seguem-se cinco artigos de outras áreas, apresentados por ordem alfabética dos nomes dos autores.

A arquitecta Ângela Míngas apresenta-nos elementos de cidadania ambiental urbana, discorrendo acerca da qualidade do ar que se respira na cidade de Luanda. A cidadania ambiental refere-se ao “conjunto de condições que possibilitem ao ser humano actuar na defesa da qualidade de vida” [pág. 132], enquanto a salubridade ambiental diz respeito às “características ambientais capazes de prevenir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de propagar o aprimoramento das condições mesológicas favoráveis à saúde da população, quer urbana quer rural” [pág. 133]. No que concerne à qualidade do ar na cidade de Luanda, a autora sublinha o facto de a área verde na capital representar somente 7% daquilo que seria de exigir, para a sua densidade demográfica. Isto para além dos poluentes atmosféricos, cujos efeitos afectam os direitos sociais dos habitantes e a sua qualidade de vida.

A linguista Fernanda dos Santos Benedito faz uma análise crítica da obra de Chinua Achebe, intitulada *Things Fall Apart*. Nesse livro, Achebe aflora a “realidade resultante do contacto entre as civilizações africana e europeia” [pág. 149], com realce para a história da comunidade Igbo. Nesta obra literária, “Achebe descreve ... a fenda que se gerou no (sub)solo que sustentava os pilares na nação Igbo, nos primeiros momentos da ocidentalização da civilização Igbo” [pág. 151], rebuscando a “memória histórica ocultada pelos textos canónicos da historicidade ocidental” [pág. 151] e reescrevendo a “história, baseada numa hermenêutica diatópica e dialógica dos factos históricos” [pág. 151]. Agindo assim, Achebe procura preservar a personalidade e a identidade Igbo.

Seguem-se os engenheiros Joaquim Sequeira e Carlos Pinho, que nos apresentam a proposta de criação de um curso de Engenharia Mecânica na Universidade Katyavala Bwila (Benguela, Angola). O curso, criado em 2015, tem duas saídas: uma em Energia e Transportes e a outra, em Produção e Logística. O curso visa promover a “importância crescente das energias de fonte renovável no combinado energético mundial” [pág. 163], de modo que se comece a priorizar fontes de energia distintas do petróleo e do gás natural. Por outro lado, a localização privilegiada da Universidade Katyavala Bwila permitirá uma maior atenção à formação de quadros para dois pontos nevralgicos da economia nacional e regional (o Porto do Lobito e o Caminho-de-Ferro de Benguela) e para o Corredor do Lobito (que liga horizontalmente Angola à Zâmbia, passando pela República Democrática do Congo).

De seguida, o sociólogo Luís Gaivão coloca em diálogo a cidade de Luanda e o escritor Manuel Rui Monteiro, trazendo à tona “memórias com vista para a cidade”. Nesta viagem sobre o que Manuel Rui tem escrito “sobre a cidade e a sua muxima”, o autor menciona quinze livros do conhecido escritor angolano, para gáudio da Kyanda. Atravessa várias épocas e descreve uma série de memórias, do séc. XVII ao séc. XXI. Relembra-nos assim personagens como Alfredo, Antero, Armando, Maria, Mestre Zé, Maciel, Min, Noito, Vietkamba, Zito e os irmãos Ruca e Zeca. Não podemos deixar de referir, em destaque, a conhecida mania das grandezas dos angolanos, reflectida no conto intitulado “Sábado”: “eu vou avançar com a proposta para o Estado nos vender aquela parte velha da Baixa de Luanda, bandas do Pelourinho, arrasar aquilo tudo e fazer um complexo de cinco edifícios de vinte andares e quatro sub-pisos em cada. Para além de piscinas, centros comerciais, farmácias, uma clínica, em cada um dos terraços um heliporto” [pág. 199].

O último dos artigos tem autoria do linguista Petelo Nginamau Ne-Tava e trata a “Angolanidade na poesia de Agostinho Neto”. O autor considera introdutoriamente que a motivação literária de Neto tem as suas raízes na “realidade socio-histórica da época: a de um ser mergulhado na atmosfera dos efeitos nocivos da colonização europeia em África, mais exactamente portuguesa em Angola” [pág. 203]. A angolanidade de Neto está patente nas “mães negras cujos filhos partiram”, nos corações que se “estrangulam nas grades onde morre a liberdade”, na esperança mística que “a vida matou”, nas “crianças nuas das sanzalas do mato”, nos “hinos à liberdade” que “amanhã entoaremos” e no “bouquet de rosas para ti” (para ti, Amélia). Mas também quando as nossas mãos colocarem “pedras nos alicerces do mundo”. O autor não se esquece de mencionar a dimensão universalista de Neto: “salvação de mentes e de almas, libertação de Nações oprimidas em «todas as Áfricas do mundo» e, finalmente, libertação de consciências e de mentalidades” [pág. 210].

*
*
*

Seguem-se **depoimentos** de 22 pessoas que tiveram forte ligação à homenageada. Optámos por dar primazia aos familiares, nomeadamente o esposo, a filha, a irmã gémea, um primo, duas sobrinhas e dois compadres: Jota Carmelino, Maria Perpétua,

Graça Machel, Francisco José, Ângela Mingas, Suzana Carmelino, José Luís Teves de Carvalho e Teresa Ferreira de Almeida. São de sua autoria, os primeiros depoimentos.

Depois dos familiares, vêm por ordem alfabética, os depoimentos de amigos e colegas: Adolfo Maria, Alexandre Chicuna, Domingos de Sousa, Fernanda Saraiva de Carvalho, Fidel Reis, Graça de Sousa, Isabelle de Oliveira, Lúcia Soares, Luís Gaivão, Manuel Rui, Maria do Céu Reis, Maria Helena Ançã, Petelo Ne-Tava e Yeda Pessoa de Castro.

O livro termina com elementos da bio-bibliografia da homenageada, num capítulo intitulado “Publicações e comunicações de Amélia Mingas”.

* * *

A terminar, queremos agradecer a amabilidade de todos quantos se dignaram juntar-se a nós (esposo e irmão espiritual/primo) nesta empreitada, de trazer a público reflexões académicas em memória da linguista Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas, bem como quantos decidiram tornar públicos depoimentos acerca de momentos vividos e partilhados com a saudosa Amélia Mingas. Muito obrigado a cada uma e a cada um de vós.

Ao leitor, esperamos ter trazido informação que dê conta de quem, em vida, foi a nossa Amélia. Boa leitura.

Luanda, Benfica e Valódia, 29 de Junho de 2020.

Paulo de Carvalho
Jota Carmelino

¹ Os organizadores do livro são pessoas que estiveram de alguma forma ligadas à homenageada, Amélia Mingas. Jota Carmelino é o esposo, numa relação que durou 48 anos (45 dos quais, após casamento). Já Paulo de Carvalho é irmão espiritual da homenageada (o pai é Padrinho da Amélia) e, simultaneamente, primo pelo lado materno.

POEMAS

O símbolo

Com o engenho e a arte
de um escultor cokwe
inspirado no Pensador
moldaria em pau-preto
o teu busto como símbolo
da Mulher Académica de Angola

Com o engenho e a arte
de Da Vinci
e as cores do arco-íris
pintaria o teu bonito sorriso
em tela para o Louvre
ao lado de Mona Lisa

Com o engenho e a arte
do Tio Liceu
criaria as notas musicais
de um semba em harmonia
com a melodia da tua voz
e tua contagiante alegria

Com o engenho e a arte
de Manuel Rui
inventaria palavras para ensinar
“os meninos do Huambo” a brincar
à sedutora jinga do teu andar
sem “rasgar estradinhas na areia”

Com o engenho e a arte
de um hábil encenador
criaria a divertida coreografia
do teu jeito de bailar
as danças do mundo
semba, rebita, tango, salsa ...

Com uma qualquer fortuna
abriria a mais imponente galeria
para expor o teu legado
rico em conhecimento e virtude
ao serviço da tua amada Angola
e como exemplo para o mundo!

Jota Carmelino

Despedida...

E tão de repente deixaste-nos
Partiste sem te despedires
Talvez tenha sido melhor assim...
Pensar que a vida é que nos despediu.

Ficou a saudade, ficaram as lembranças
Os cheiros e os eventos...
Vejo-te por instantes, sinto-te presente
O teu belo sorriso, espontâneo e alegre

Feliz no teu lugar de escrita
Tiquetaqueando as teclas do computador
Reescrevendo os contos da história africana
Apaixonadamente e determinada.

Os teus infinitos rascunhos
Aguardando a ordem crescente do teu raciocínio
Viajantes no tempo contigo, tu...
Cogitando palavras pela noite dentro.

Vejo-te, alegre e graciosa
Bailarina do amor cultivado
Cantarolando com as plantas e os animais
A beleza nos detalhes da vida que semeaste.

Tanta saudade ficou
Do teu carinho, os teus beijinhos
Quanta saudade
Por toda a minha vida eu vou amar-te.

Eunice Andrade da Fonseca (Zila)

Mulher Combatente

À Professora Doutora Amélia Mingas, companheira de muitas lutas

Na guerra, na floresta
Somos da mesma mãe.¹

As enxadas para trabalharmos com elas devemos poisá-las e pegá-las pelo cabo;
Assim a amizade, para ser verdadeira, deveis segurá-la pelo coração.
[*O matemú ku-a-dimína, tuatula ni tukuata o mibinhi. O mu-di-kuata ukamba, mudibaka mixima*].²

Na mata esquentaste amores e lutas
Fortaleceste o teu coração de criança
Para os companheiros mãe irmã camarada
Na guerrilha não há parança

Na savana floriste passarinho do Mayombe
Saudoso anseio de voar
Errância de leoa faminta
Útero quente doce lar

À Pátria ofertaste o teu melhor
Na arma ataste cadernos de sabedoria
Enxada de cabo inteiro
Que a lavra nunca deixou vazia

Adeus mãe-coragem soberana
De ti guardarei o felino e meigo olhar
A frontalidade quente da sagrada mulemba
A sábia firmeza do velho embondeiro

Orgulhoso símbolo da Pátria nascente
Dos que à luz de trémulo candeeiro
Amam trabalham estudam
Ardor de alma e corpo inteiro

Luanda, 7 de Agosto de 2006

(Na primeira despedida da minha querida amiga, Professora Amélia Mingas, nomeada para o cargo de Directora do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em Cabo Verde)

Américo Correia de Oliveira

¹ Ruy Duarte de Carvalho, in *Memória de tanta guerra/Antologia poética*, 1992: 86, antes, in "Canção de guerra", in *Ondula savana branca*, 1982.

² Provérbio dos Ambundu, in *Franciscanos Capuchinhos*, 1997:28

ARTIGOS

AMÉLIA ARLETE MINGAS: UMA MULHER NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO DAS LETRAS E DAS HUMANIDADES

María do Céu Reis

Na evocação da Professora Doutora Amélia Arlete Mingas, o pensar e o sentir da nossa Homenagem busca inspiração, memória e informação, na sua obra, construída ao longo de uma trajectória académica, com suas bifurcações. Obra vasta e múltipla, entre ciência, investigação, ensino, conhecimento e reflexividade.

Na impossibilidade, de poder restituir aspectos da sua trajectória biográfica numa perspectiva que privilegiasse os diferentes universos sociais em que ela se inscreveu, considerámos, na nossa homenagem, privilegiar o período do seu exercício como Decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto - FLUAN. E justificamos esta opção pelo facto de este período, entre Outubro de 2010, data da sua nomeação, e Julho de 2015 data do fim do mandato, reunir um conjunto de requisitos do ponto de vista científico, do conhecimento e do humano.

Mas comecemos por um muito breve apontamento histórico, como questão prévia: Sob a égide da Universidade Agostinho Neto, é inaugurada em Novembro de 2002, pelo então Ministro da Educação, Burity da Silva, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais. É uma experiência que dura cerca de 7 anos e, em 2009, as duas faculdades deixam de constituir uma unidade orgânica conjunta e autonomizam-se. E é assim que uma mulher, Amélia Arlete Mingas, Doutora em Ciências da Linguagem, é nomeada Decana da Faculdade de Letras como unidade autónoma recente.

É no quadro da autonomia e num contexto de mudança que se abrem possibilidades de surgimento de uma nova dinâmica institucional, relativamente aos conteúdos das unidades curriculares, ao seu funcionamento, à investigação, à racionalização das práticas administrativas, às condições de existência, de formação e de trabalho dos professores, à problematização de questões de ética e de deontologia profissional.

Emerge, assim, a pergunta: porque foi possível tão ampla e sistemática dinâmica institucional?

Sem pretender encontrar respostas únicas e definitivas, propomos centrar a nossa reflexão sobre a obra da Professora Doutora Amélia Arlete Mingas considerando três vertentes: a formação académica projectada para futuros empenhamentos de ordem social, o capital científico acumulado e o alargamento do campo de possíveis intervenções, e a postura científica e intelectual aberta, curiosa e de pensamento crítico.

Formação Académica e o seu comprometimento com Angola

Se a formação académica é relevante, ela é de uma relevância indissociável do comprometimento com o seu país, Angola. A formação é uma componente do seu “ser no mundo”. Contudo, distinguia nesse processo mais que um diploma, que, aliás, afirmava apreciar, “por materializar um percurso, símbolo de uma escolha de vida, intelectual e científica”. Mas, contava muito para ela tudo o que o diploma refracta, “como é o caso do saber acumulado e interiorizado, que me concede a liberdade e o direito de poder estar presente, e contribuir para a resolução de problemas, de dificuldades e de projectos de compatriotas, que são produto de uma sociedade plurilingue. “A questão linguística em Angola interpela-me como Cientista e como Cidadã”, dizia-me ela.

Ora, quando analisamos, no seu curriculum, a sua trajectória académica pós-licenciatura, podemos observar um investimento na formação, para além dos requisitos imprescindíveis. O indicador é a existência de um total de duas Maîtrises: primeira Maîtrise em 1987 em Linguística Geral e Aplicada, na Universidade Paris V René Descartes, Paris, com o título *Les classes nominales de l'iwoyo-Angola* sob a direcção de Denise François-Geiger e Alan Bentolila; segunda Maîtrise em 1988, em “Sociolinguística, na Universidade Paris V René Descartes, Paris, com o título *Interférence du Kimbundu dans le portugais parlé de Lwanda*, sob direcção de Louis-Jean Calvet. Em 1989, observa-se a retoma do ciclo normal de formação: o DEA em linguística com Emílio Bonvini, comportando uma *Esquisse phonologique de l'iwoyo (Angola)*; e, finalmente, em 1995 o seu Doutoramento em Ciências da Linguagem, na Universidade Paris V René Descartes, Paris, sob a direcção de Emilio Bonvini com o título *Etude grammaticale do l'iwoyo - Angola*.

Terminava, assim, o último ciclo da sua formação superior. Era um fim com uma dupla homenagem simbólica, a saber: à sua mãe, Antónia Vieira Dias Mingas¹, com *interference du Kimbundu dans le portugais de Lwanda* (Maîtrise en sociolinguistique, 1988); e ao seu pai² com *Etude Grammaticale de l'iwoyo* (Doutoramento em Ciências da Linguagem, 1995).

Regressar à Pátria e trazer na bagagem conhecimentos e instrumentos para participar na resposta à pergunta: Que Fazer?

Acabado o Doutoramento em 1995, regressa a Luanda e com o Doutor Zavoni Ntongo preparam - a partir do Ministério de Educação e Cultura/Instituto de Línguas Nacionais, ao longo de um período compreendido entre 1996 e 2001 - o Ante-Projecto de Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais de (Angola).

Na Introdução do documento, os autores grafam:

“A realidade linguística angolana apresenta-nos um quadro de coexistência entre as línguas africanas de Angola, designadas no texto por línguas locais, o português, língua angolana de origem não africana, é uma língua africana não angolana. Por tal, o país caracterizava-se pela presença de Línguas geneticamente diferentes, onde o português domina as outras línguas, devido à sua utilização institucionalizada e exclusiva no ensino, na administração, nas expressões culturais, em suma, na vida pública.

Se, embora afastadas do contexto político, económico e social, as nossas línguas africanas sobreviveram à agressão cultural colonial, o período pós-colonial não deverá permitir o seu desaparecimento, mas sim criar um espaço propício, que contribua para a sua valorização, utilização prática e difusão.

Neste quadro pensamos necessário e urgente legislar sobre essas línguas para que o seu uso seja formal no contexto nacional, porquanto não existe nenhuma lei que legalize o seu estatuto.”

Permanece a Pergunta:

Se o recurso ao direito significa que ele participa, através do seu “discurso actuante”, na construção do mundo social (próprio da sua natureza em geral). E se na sua actuação, o direito encontra limites impostos pelo mundo social, que, por sua vez, o constrói.

No caso que é nosso, quais terão sido esses limites?

Formação Académica e o seu comprometimento com Angola. E as relações de género

Em Setembro de 2001, a Professora Doutora Amélia Arlete Mingas, participa num workshop sobre Alfabetização e Autonomização da Mulher. No espírito e na letra do seu comprometimento, ela levanta no trabalho que apresentou um conjunto de questões que, hoje, quase 20 anos depois, não perderam a sua pertinência. E o interesse está, igualmente na construção de uma problemática que articula línguas nacionais, alfabetização e relações de género.

Contribuição das Línguas Nacionais na Alfabetização/Promoção da Mulher

“Falar de alfabetização, entendida por nós como a aquisição de potencialidades como bases necessárias a uma participação (...) nas tarefas a serem implementadas futuramente, implica de igual modo (...) falar de etnias, como contexto de integração natural dos membros de qualquer comunidade, e falar de etnias é também falar de língua, de cultura, de hábitos e, conseqüentemente, de promoção. Nesta conformidade e porque ensinar é criar as condições necessárias para a promoção, falaremos daqui em diante mais sobre o papel que as nossas línguas africanas podem jogar na grande tarefa que constitui a promoção da mulher angolana. (...)

No contexto do nosso país, a marginalização/exclusão da mulher resultam de vivências anteriores, contextualizadas no imaginário social que caracterizou a sociedade colonial. Nesta perspectiva, as diferenças de género são exploradas não no sentido da riqueza da diversidade, mas sim no da subordinação, subordinação essa manifestada, em primeira instância, ao nível familiar, em que a mãe ou a irmã são responsáveis por determinado tipo de tarefas que são, na realidade, da responsabilidade de todos os membros da família concebida como um todo. Esse tipo de subordinação mantém-se e é, muitas vezes, reforçada/exacerbada ao nível do casamento, reaparecendo, na maior parte dos casos, também ao nível do mercado de trabalho. Assim a mulher é duplamente explorada: na família e na sociedade. (...)

Pensamos ser necessário que se lute contra as exclusões e isso passa pela alfabetização, pelo assumir das nossas línguas, porque faladas pela maioria do nosso povo, porque base de sustentação da nossa cultura pluriétnica e plurilinguística (...)

Por outro lado, existe uma potencialidade na mulher para a criação de subjectividades, particularmente, no sector da criatividade. Assim a sua formação possibilitará a criação de capacidades para a produção de outras subjectividades, quiçá mesmo, de novas formas de viver e de estar no mundo. E não é possível pensar em subjectividades sem as relacionar com a língua, como elemento necessário à veicularização desse mundo íntimo. (...)

Assim a viabilização de uma alfabetização em línguas nacionais complementada com estudos posteriores sobre e em língua portuguesa, e a conseqüente adequação das novas tecnologias às realidades do país são a melhor saída para este problema, que legitima assimetrias nas relações entre mulheres e homens do nosso país. (...)

Este trabalho foi escrito, apresentado e reflectido num workshop sobre alfabetização e autonomização da mulher, realizado em 2001, Já lá vão 19 anos. No tempo presente, o que poderemos dizer da divisão sexual do trabalho na família e das acções propostas a nível da alfabetização, em línguas nacionais, complementada com estudos posteriores sobre e com a língua portuguesa?

Capital Científico Acumulado

“Consequentemente, os campos científicos são o lugar de duas formas de poder, correspondendo a duas espécies de capital científico: por um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado, que está ligado, não só, à ocupação de posições eminentes nas instituições científicas, direcções de laboratórios ou de departamentos, pertença a comissões, a comités de avaliação, etc., como igualmente ligado, ao poder sobre os meios de produção, (contratos, créditos, postos) e de reprodução (poder de nomear e de fazer carreiras), que ela assegura; por outro lado, constatamos a existência de um poder específico, de “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e segundo as instituições, e que assenta, quase exclusivamente, sobre o reconhecimento, pouco ou mal objectivado e institucionalizado, dos seus pares, ou da fracção mais consagrada de entre eles (com nomeadamente os “colégios invisíveis” de cientistas unidos por relações de estima mútua)

(Bourdieu, 1997:28-29)

Sobre o capital científico acumulado pela Professora Doutora Amélia Arlete Mingas, podemos observar ao longo da sua trajectória académica práticas de investigação, paralelamente ao ofício de professora e práticas de participação em encontros académicos, em Angola, em África e no Vasto Mundo, com apresentação de trabalhos, traduzindo diversos estados de desenvolvimento de investigações, que são resultado de pesquisas realizadas, ou em curso, em Angola.

Podemos observar igualmente, na trajectória académica da Professora Doutora Amélia Arlete Mingas, informações relativas a práticas de investigação, que os seus actuais colegas, muitos deles antigos alunos no domínio da formação para a investigação, resumiam numa frase lapidar: “Ela ensinou-nos um Ofício”. Um sinal que pode funcionar como uma herança motivadora, de investigações presentes e futuras. Ela não era só cientista, era também intelectual.

Permanece a pergunta: Uma cientista intelectual, ou uma intelectual cientista?

Como Cientista e intelectual, observamos na sua trajectória académica, o momento da realização, em Abril de 2011, da Prova de candidatura a Professora Titular, ou seja, a Professora Catedrática na classificação posterior e actual, em Angola. Acto que consistiu na apresentação do trabalho: *Alongamento Vocálico Versus Alongamento Silábico em Iwoyo*. Prova fundamental pelos seus efeitos no processo de acumulação de capital científico institucional. Acumulação que vai permitir à Professora Doutora Amélia Arlete Mingas assumir iniciativas, que subverteram rotinas e mesmo preconceitos, como veremos em seguida.

Repensar e adequar relações entre ciências e disciplinas

Foi uma dinâmica com resistências. Mas a Professora Doutora Amélia Mingas, nas suas trocas formais e informais apresentava razões que davam sentido a esta perspectiva.

Entre as razões evocadas, uma era sustentada por um princípio teórico e epistemológico (prático), a saber: a comunicação entre actores sociais passa pelo recurso a sistemas de signos diversos, de entre os quais o sistema particular constituído pela linguagem de dupla articulação; ora a linguística ao desenvolver a sua própria perspectiva tem ganhos teóricos, ao articulá-la com as circunstâncias sociais da comunicação. Mas, o que se constata é a ausência de disciplinas do continente das ciências sociais nas unidades curriculares dos diferentes cursos da FLUAN.

Perante um vazio, a Decana da Faculdade apresenta uma proposta de solução que contempla, inicialmente, a *Integração das disciplinas de Introdução às Ciências Sociais e de Introdução à Sociologia*.

Proposta que foi objecto de reajustamentos após reflexão posterior, tomando a forma de uma cadeira única de *Introdução às Ciências Sociais: o caso da Sociologia* a leccionar no primeiro ano de todas as unidades lectivas. Foi igualmente elaborado o programa de *Sociologia da Linguagem* a aplicar no 2º ano de todas as unidades lectivas. O que não ocorreu.

Pela força da busca do pensamento pensante, foi introduzido um espaço de reflexão sobre interdisciplinaridade, na perspectiva teórico-prática de integrar as disciplinas de história, antropologia e sociologia na investigação e seu trabalho de campo.

Foi igualmente apreciado como pertinente integrar no referido espaço uma reflexão teórico-prática sobre reflexividade, um conceito que é objecto de interpretações variáveis.

Associadas ao Repensar e ao Adequar das relações entre ciências, surgem novas propostas sobre uma actividade - as Jornadas Científicas. Jornadas cuja rotina tinha conduzido à banalização da razão e do sentido para que foram criadas.

Jornadas Científicas

Durante o mandato da Decana Amélia Arlete Mingas, realizam-se três Jornadas Científicas:

A primeira Jornada Científica da FLUAN, realizada em Dezembro de 2011 teve, inicialmente como proposta de tema O Acto Colonial. Era demasiado amplo. Foi então proposto pela Decana uma reformulação do título que ganhou abrangência e complexidade, a saber: O Acto Colonial e os Mecanismos de Imposição, Apropriação, Circulação e Nacionalização da Língua do Colonizador.

Um enunciado cuja especificação permitia a convergência de uma multiplicidade de olhares e de saberes, seja a partir das humanidades, seja das ciências sociais. Era uma via que apelava para uma

certa reflexividade, no concerner, não só a relações entre disciplinas, como igualmente a processos classificatórios que as distinguíam.

A segunda Jornada Científica teve lugar em Dezembro de 2012. Tinha como tema: “Transversalidade dos Saberes Disciplinares”.

A sua escolha não foi estranha a formulação final da Decana que sintetizou o estado do debate no mundo, sobre a diversidade, a heterogeneidade, e a contextualidade das práticas cognitivas concretas.

Outros questionamentos incidiram sobre aspectos institucionais, intelectuais e individuais da integração das disciplinas.

Foi durante essas jornadas que um professor, a propósito da sociologia, ironizou: “mas de que se ocupa a sociologia? Que eu saiba, dos problemas domésticos.”

A problemática da transversalidade dos saberes disciplinares permanece aberta.

A terceira Jornada Científica realizou-se a 25 de Setembro de 2014, e foi da responsabilidade do Departamento de Língua e Literaturas em Língua Portuguesa e teve como tema: Sociedade - Língua - Literatura.

Compreendeu uma exposição introdutória sob o tema: “Questões sociológicas em torno das noções de geração, memória social e fragmentos de história incorporada e objectivada (Reflexão seguida de um apontamento sobre: Ciências Sociais no território das Humanidades)”

O tema fechava o ciclo das jornadas científicas.

Publicação de um livro

Como cientista, podemos, igualmente observar na sua trajectória académica o momento reservado à publicação do livro *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda*, ocorrência que teve lugar no ano 2000, cinco anos após a obtenção do seu Doutoramento..

No que respeita à situação linguística, no seu livro ela considera que Angola é um país plurilingue, por integrar línguas estruturalmente muitos diferentes.

Na realidade existem no país línguas pertencendo à família linguística Bantu como o umbundu, o kimbundu, o cokwe, o kikongo (variantes), o helelo, o oxindonga, o oxiwambo, o ngangela, o nhaneka; e línguas não bantu como o khoisan e o vatwa. A estas línguas junta-se o português, a partir do século XVI e que é actualmente, a única língua oficial angolana. (...) durante a época colonial era proibido aos “assimilados” e respectivas famílias falar outra língua, à excepção da portuguesa. É assim que do ponto de vista linguístico, o país assemelhava-se a um arquipélago, onde cada uma das línguas representava uma ilha.

Na realidade, o bom conhecimento da língua portuguesa era a condição mais importante para aceder a qualquer posição de destaque na sociedade colonial. E “falar bem português” significava dominar a sua estrutura, de modo a estar à vontade nela, a fim de evitar interferências..

(...) o estudo descritivo das línguas locais era uma ameaça para o governo colonialista português, porquanto ele poderia contribuir para uma acção conjunta dos colonizados. (...) é fácil compreender o porquê da promulgação de leis e artigos como os que seguem:

“... Artigo 2.º...nas escolas católicas, é proibido ensinar as línguas indígenas”,

“...Artigo 3.º... a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa”

...

§ 1. É proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra língua, à excepção do português, por escrito ou por panfleto, jornal (...) na catequese das missões, nas escolas e em todas os contactos com as populações locais (...)”³

A Criação das Edições Kuwindula: Colecção Humanidades e Reapropriação e a Revista Científica Yindula

“A criação da Colecção Humanidades e Reapropriação, almeja potenciar a aquisição de instrumentos teóricos, metodológicos, epistemológicos e ontológicos adequados a um vasto movimento de pesquisa, tendo como objecto de estudo a realidade plural do nosso país, do nosso continente e do vasto mundo.”

Uma Escolha e sua Justificação

“A designação Humanidades e Reapropriação, atribuída à nossa colecção, tem a sua justificação na história das humanidades, cujas raízes remontam à Antiguidade Clássica. O ensino das humanidades floresce na Grécia e ganha continuidade, em França, na época do Renascimento. Este ensino tem, como traços pertinentes, uma educação moral e uma formação retórica, estética e intelectual - sem preocupações profissionais - solidamente enquadradas pelo cristianismo. Deste modo, foi-se constituindo, progressivamente, uma elite baseada no conhecimento dos seres e das coisas do Universo e no estudo das literaturas latinas.

A dinâmica histórica do ensino no ocidente e, mais especificamente, na Grécia antiga,

caracteriza-se por duas tradições opostas, nomeadamente a memorização de obras poéticas, por um lado e, por outro, a expulsão dos poetas da Cité com a conseqüente valorização do ensino e da prática da filosofia. Estas duas traduções, encontramos-as, sob formas diversas, ao longo da história ocidental.

Actualmente, estes dois tipos de formação são coincidentes garantindo o conhecimento da natureza, das coisas e do universo, situando o ser humano no mundo e permitindo-lhe inscrever nele, tanto a sua acção, como o conhecimento de comunicação e persuasão e suporte indispensável do pensamento.

Em Angola, a introdução das humanidades, nas suas variantes, inscreve-se nas diferentes políticas coloniais de formação escolar, que fomentaram e sustentaram, no espaço social colonizado, a emergência de grupos restritos com acesso ao domínio de uma língua portuguesa, com tudo o que este tipo de conhecimento acarreta: obrigatoriedade da aprendizagem dessa língua, como uma das condições necessárias à obtenção do direito à cidadania portuguesa, inserção num sistema de ensino-aprendizagem de textos veiculados por uma tradição exógena; e finalmente a apropriação de novas formas de pensamento e conseqüente subalternização das línguas e culturas locais, cuja manifestação extrema é a vergonha da sua assumpção.

Numa homenagem prestada a Mouloud Mammeri, escritor e etnólogo argelino, Pierre Bourdieu considera que a trajetória de vida intelectual de Mammeri pode ser descrita como sendo uma odisseia, na medida em que implica:

*“...um movimento de afastamento, em direcção a litorais desconhecidos
E prenes de seduções, seguido de um regresso, longo, lento e cheio de perigos,
à terra natal”.*

Esta odisseia é, segundo Bourdieu, “o caminho que todos os provindos de uma sociedade dominada, de uma classe, ou região submetida a sociedades dominantes, devem percorrer para se encontrarem ou reencontrarem”. Para o autor, o movimento inicial de afastamento impõe-se como condição indispensável à apropriação da cultura dominante, ou seja, da cultura que não precisa de ser qualificada, porquanto é vivida como universal. A aquisição dessa apropriação implica o abandono da cultura de origem e, não raras vezes, da língua materna e de tudo o que a acompanha. Movimento de repúdio que, frequentemente, se ignora como tal.

A FLUAN, na sua actividade de formar, informando, materializa a Odisséia da Reapropriação, num esforço de potenciar um amplo movimento de reapropriação das nossas humanidades, tantas vezes reduzidas a línguas e culturas desprezadas, diminuídas, recalçadas e esquecidas; esse movimento só será possível com a utilização dos instrumentos de pesquisa – já existentes e /ou inovadores – fornecidos, paradoxalmente, pela cultura que implicou o movimento de renegação.

A Coleção Humanidades e Apropriação e suas séries

A Coleção Humanidades e Apropriação comporta três séries:

1ª Série: Formar Informando que engloba duas sub-séries:

1. Produção Literária Nacional e Tradução

2. Produção Literária África e o Vasto Mundo: Tradução, Circulação e Apropriação. 2ª Série:

Investigação, interdisciplinaridade

e Reflexividade. 3ª Série: *O Livro da Palavra*

1: A sub-série “Produção Literária Nacional e Tradução”, vai corporizar a preocupação da Direcção da FLUAN considerando dois níveis de actividades, a saber: a produção de obras literárias nacionais, com base em trabalhos de campo para recolha e, sempre que necessário, a tradução de informações, passíveis de garantir a criação de um banco de dados, disponível para investigadores na área das Ciências Sociais e Humanas, de forma a viabilizar o desenvolvimento de projectos e de trabalhos de estudo e de pesquisas;

2: A segunda sub-série “África e o Vasto Mundo: Tradução, Circulação e Apropriação”, materializa a abertura das práticas de produção intelectual e culturais nacionais, ao Continente e ao vasto Mundo, o que implica o recurso à tradução, numa perspectiva que privilegie a problemática da circulação e da apropriação de bens culturais.

A segunda série, Investigação, Interdisciplinaridade e Reflexividade, visa dar pertinência à comunicação entre disciplinas científicas distintas, por forma a

a) Permitir a troca de experiências e desenvolvimento de complementaridades;

b) Fomentar investigações empíricas que contribuam para o enfraquecimento das barreiras disciplinares e a redução das limitações, impostas no quadro das relações institucionais (muitas vezes mais imaginárias que reais);

c) Promover encontros e seminários de investigadores nacionais e estrangeiros da área das Ciências Sociais e Humanas para facilitar a troca de experiências, com base nos problemas encontrados relativamente à problemática da interdisciplinaridade, no decurso de investigações concretas.

A terceira e última série, *O Livro da Palavra*, cobre uma actividade que repousa sobre o

mapeamento de práticas e produções culturais nacionais, incrementando o estudo da estrutura do mundo da oralidade, o que implica o levantamento e esclarecimento de posicionamentos em torno das interpretações e descrições que subalternizaram a produção oral endógena face à sacralidade da produção escrita.

É também um objectivo, perseguido por esta série, viabilizar estudos para a introdução da oralidade na história da criação intelectual angolana, postura que abre um campo inexplorado de possibilidades na área das Ciências Sociais e Humanas no que concerne o estudo do papel, lugar e importância da Oralidade na ordem do Saber endógeno.

A Revista YINDULA e seus Propósitos

A Revista que dá pelo nome de YINDULA, significando “Reflexão”, tem como objectivo principal publicitar todos os trabalhos ligados à pesquisa científica realizada pelo corpo docente e eventuais trabalhos de iniciação à pesquisa realizados por discentes da instituição, na área da linguística, dos estudos literários e de disciplinas afins da área das ciências sociais e humanas.

A Revista está igualmente aberta aos trabalhos de pesquisa e ensaios de investigadores de África e do vasto mundo.

É ainda objectivo da Revista a criação de espaços que funcionem como instâncias de trocas de experiências e de críticas cruzadas entre pares com base em pesquisas empíricas- em curso ou já acabadas - dinâmica inerente à produção de conhecimentos e indissociável dos complexos processos de validação dos mesmos.

Conclusão

A nossa viagem pelo tempo e espaço do exercício de Decana, por parte da Professora Doutora Amélia Arlete Mingas, chegou ao seu término. Ou, para melhor exprimir o pensar e sentir da nossa homenagem, chegou com bagagens diversas, umas mais recentes, outras mais antigas.

O que fica, pois?

Tudo o que a sua leitura induz de curiosidade, de convite ao conhecimento, de investigação, de capital científico acumulado, de transversalidade de saberes, de interdisciplinaridade, de reflexividade... Evoquemos, pois, uma decisão inicial da Decana da FLUAN: colocar as ciências sociais no campo das humanidades, através da presença da sociologia, disciplina que tinha ao seu dispor; e, sobretudo, alargar e dar densidade a um tal propósito, ao considerar, na opção assumida, uma possibilidade de criação de equipas multidisciplinares e/ou interdisciplinares, abrindo um caminho para a construção da Compreensão do universo societal angolano. Mas, outras perspectivas de intervenção e acção foram consideradas, como é o caso da criação das Edições Kuwindula, vasto, múltiplo e consequente projecto editorial, anteriormente referenciado. Através de uma leitura deste projecto, podemos considerar que o campo científico tem vantagens em considerar-se distinto dos outros campos. Quanto às disciplinas há uma ligação relativamente à ideia da sua existência, o que não invalida a ideia de plasticidade nos campos disciplinares. É essa mesma plasticidade que cria, ou pode criar uma articulação entre disciplinas, com a criação de espaços que funcionem como instâncias de trocas de experiências e de críticas entre pares, na base de pesquisas empíricas, em curso ou já acabadas. Dinâmica inerente à produção de conhecimentos e indissociável dos complexos processos de validação dos mesmos. O que cria predisposições e mesmo ambições no caso da linguística para um apelo à história, à antropologia, à sociologia, no sentido de uma participação nos processos de investigação, no espaço das investigações linguísticas, incluindo nos trabalhos de campo, forma de praticar uma interdisciplinaridade em acto. Opção, que numa certa perspectiva, poderia concorrer para abrir o campo de possíveis olhares, caminhos, escolhas... Saberes. E nessa medida contribuir, enfim, para a emergência, tão necessária, de uma história social das ciências humanas e sociais em Angola. Uma história que, aliás, pelas suas características não se limitasse a ser uma ciência como qualquer outra “que tem como único fim fazer progredir a ciência do seu objecto, mas que visa fazer progredir a ciência, fazendo progredir o sujeito da ciência.”. Bourdieu em (Heilbron, Lenoir, Sapiro, 2004:19-23).

Ou, ainda no caso da linguística. E através da leitura do texto de homenagem, veículo de extractos de comunicações, apresentadas pela Professora Doutora Amélia Arlete Mingas aos seus pares, em encontros científicos internacionais - é, pois, possível constatar o lugar e a importância da exigência de um pensamento pensante para abordar problemáticas diversas; tais como: a condição de Angola como país plurilingue; a importância cultural da diversidade linguística angolana e dos seus significados identitários; a “odisseia da reapropriação”; a dominação simbólica nas relações de género... e as razões da importância da alfabetização de adultos na língua materna. Enfim... perguntas várias, esperando respostas múltiplas. Mas sempre pronta para orientar projectos de investigação. E, igualmente, pronta a começar uma nova pesquisa, um projecto a que ela queria dar forma: partir para Paris, a fim de proceder à revisão da sua tese de Doutoramento, actualizando teorias e descobertas; e, finalmente, imprimindo-a e divulgando-a. A esse projecto, pretendia associar uma colega da Sorbonne.

No seu livro *Manet, une révolution symbolique* (<https://histoire19.hypotheses.org/1085>), Bourdieu refere-se ao herético pintor e à sua revolução simbólica, apelidando-o de heresiarca...

Conheci uma herética com quem partilhei percursos, opções e Amizade, que deixou um legado... para Angola, África e o Vasto Mundo. Uma Mulher que não só inspira como também cria aspirações. Uma Mulher no Espaço Universitário das Letras e das Humanidades, Professora Doutora Amélia Arlete Mingas.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre (1998) *La Domination Masculine*

BOURDIEU, Pierre (1997) *Les Usages Sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique..* Paris: INRA

MEDINA, Maria do Carmo (2003) *Angola: Processos Políticos da Luta pela Independência*: Luanda: Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto.

MINGAS, Amélia e NTONDO, Zavoni (1997) *Inquérito Linguístico Angolano - ILANG*. Kuwindula (FLUAN)

MINGAS, Amélia (1998) "O Português de Angola", Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau

MINGAS, Amélia (2000) *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda. Chá de caxinde, Luanda., Caxinde*

MINGAS, Amélia (2001) *Organização dos Cadernos de Tradição Oral* , Luanda: INIC

MINGAS, Amélia, (2001) *Organização dos Cadernos de Tradição Oral, Luanda: INIC*

MINGAS, Amélia (2001) "Do Fiote ao Ibinda: Maaka mabwala"

MINGAS, Amélia (2003) *Contos Angolanos*, Luanda: INIC

MINGAS, Amélia(2003) "Línguas, etnias e nação, in Angola, Etnias e Nação, Moscovo:LEAN, p. 211-215.

MINGAS, Amélia (2006) *Línguas, Democracia*

MINGAS, A. Amélia (Org e Coord) (2010) *Cole(c)tânea de Contos Angolanos*. Introdução Amélia Arlete Mingas. IDG - Imagem Digital Gráfica.

MINGAS, A. Amélia (Org e Coord) (2010) *Cole(c)tânea de Contos Brasileiros*. IDG - Imagem Digital Gráfica.

DO ACERVO DO CASAL

Amélia Arlete Mingas, Luís Carmelino Júnior
Gentilmente cedido

MINGAS, Amélia Zavone Ntondo (1996-2001) *Ante-Projecto de Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais de Angola*. Ministério de Educação e Cultura/Instituto de Línguas Nacionais

MINGAS, Amélia Mingas (1996). *Português em Angola - Reflexões*. Macau, 21-23 de Abril de 1998.

MINGAS, Amélia, (2002) *As Línguas Nacionais na Alfabetização de Adultos*

MINGAS, Amélia (2006). *Processo de Ensino - Aprendizagem das Línguas Locais de Angola*. Universidade do Malawi

MINGAS, Amélia (2013). *Independência e reconstrução Cultural em Angola: Constatações/reflexões*. Universidade de São Paulo, Brasil.

MINGAS, Amélia (2013), *Aculturação Vs Reconstrução Cultural*. Universidade Minas Gerais, Brasil.

MINGAS, Amélia (2014) *A Língua Portuguesa em Contexto Multilingue: Angola*. 20º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa.

MINGAS, Amélia (2015). *Quo Vadis Língua Portuguesa*, em Luanda

MINGAS, Amélia (2015). *Situação da Língua Portuguesa em Angola*, na Huíla (Angola)

MINGAS, Amélia (2016) *Língua Portuguesa em Angola:Um fantasma que se humanizou*. Universidade de Aachen, Alemanha.

MINGAS, Amélia (2017) *Portugal, o Português e o português sob o Crivo da História*. Simpósio Mundial de Estudos da LP, Santarém.

MINGAS, Amélia (2017) *Língua Portuguesa em Angola:Um fantasma que se humanizou*. In Literatura e outras artes: Construção da memória em Angola e Moçambique.

¹ De nome completo Antónia Diniz Aniceto Dias Mingas. Era casada com André Rodrigues Mingas.

² André Rodrigues Mingas Júnior, natural de Cabinda, funcionário dos serviços da Fazenda de Angola. Fez parte do primeiro

processo nº 22/59, instaurado pela Pide, em Março de 1959, e do primeiro grupo de presos, a 29 de Março de 1959. Foi um dos integrantes do grupo «Ela» (assim designado pela Pide e igualmente identificado como autor do Relatório com destino a Accra) e acusado de ter participado na elaboração de O NOSSO RELATÓRIO PARA A CONFERÊNCIA A REALIZAR EM ACCRA EM MARÇO DO CORRENTE ANO (assinado sob o pseudónimo de João da Costa Macongo). Medina (2003): 55-56; 146; 185-192

³ Cf. Norton de Matos, 1921² Provérbio dos Ambundu, in Franciscanos Capuchinhos, 1997:28.

CONTRIBUTO DA PROFESSORA AMÉLIA MINGAS PARA O ENSINO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

Alexandre Chicuna

Introdução

Este artigo tem como objectivo apresentar o resultado do trabalho desenvolvido pela eminente linguista e professora Amélia Mingas em prol do ensino e promoção da língua portuguesa e das línguas nacionais. Enquanto cientista, a professora Amélia Mingas realizou vários estudos linguísticos sobre o português e sempre defendia a formação de professores de língua portuguesa, ao nível de graduação e pós-graduação, para garantir um ensino rigoroso do português, nossa língua comum, em Angola.

A Língua Portuguesa no Mundo

O português é a língua oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em África, o português, sendo língua oficial dos PALOP, incluindo a Guiné Equatorial, é utilizado como língua de trabalho nas seguintes organizações: União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

Defendendo a promoção da língua portuguesa, no Mundo Lusófono, a professora Amélia Mingas, enquanto Directora Executiva do IILP, na sua intervenção, em 2008, na Assembleia da República, em Lisboa, afirmou: *“Em verdade, não há uma comunidade de 250 milhões de habitantes no mundo da fala portuguesa. Há, isso sim, uma comunidade de 250 milhões de habitantes no Mundo da fala portuguesa, exigindo-se, acima de tudo, a promoção da língua em todo o espaço comunitário e a todos os cidadãos, permitindo o livre desenvolvimento da sua identidade linguística e cultural e da sua contribuição específica para a língua comum.”*

A Língua Portuguesa em Angola

Angola é um país plurilingue, caracterizado pela coexistência do português com outras línguas nativas, do grupo bantu. O termo *bantu* está associado a dois significados: língua/cultura e população. Assim, as línguas *bantu* designam todas as línguas faladas do Sul dos Camarões até à África do Sul, que têm semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas lexicais e culturais. No segundo caso, o povo *Bantu* designa o conjunto de populações da África subequatorial que falam línguas da mesma família, embora pertencendo a tipos étnicos muito diversos, designando o ser humano por *muntu*, no singular, e *bantu*, no plural. Em Angola, as línguas *bantu* são línguas de comunicação na família; veículos de transmissão das tradições orais; línguas utilizadas em vários meios de comunicação social, nos serviços religiosos e em actos políticos.

O português, língua românica, faz parte do mosaico linguístico de Angola, sendo a única língua não-africana falada em todo o território nacional. O Artigo 19º da Constituição Angolana estabelece que *“a língua oficial da República de Angola é o Português*. Neste contexto, o português desempenha um papel muito importante na sociedade angolana, pois funciona como única língua oficial, sendo a única utilizada em toda a Administração Pública, nos meios de comunicação social (Rádio, TV, Jornais). Também é língua de unidade nacional, permitindo a comunicação entre os angolanos; *língua materna* para uma minoria da população e *língua segunda* para a maioria da população angolana. É *língua de escolaridade*, usada no sistema educacional, como meio de ensino, em todos os níveis, e como matéria, com carácter obrigatório, até ao ensino secundário; *língua veicular*, sendo o meio de comunicação mais utilizado nas zonas urbanas, permitindo contacto com os não-falantes de nenhuma língua nativa de Angola. O português também é um meio de aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos e, finalmente, de comunicação internacional, porquanto permite o contacto com o exterior.

Em Angola, a língua portuguesa, tendo em conta o seu estatuto e desenvolvimento científico, exerce, por razões históricas, uma influência muito forte sobre as línguas africanas.

Contacto de línguas

Durante a administração portuguesa, a língua portuguesa foi o único meio de contacto entre os portugueses e os povos nativos de Angola, falantes de línguas africanas. O contacto estabelecido com esses povos deixou várias marcas nas línguas nativas. A influência do português nas línguas africanas é assinalada por Manuel Martins (1958: 120), quando escreve: *“Nas quatro partidas do mundo, onde exercemos influência cultural, ficou indelevelmente marcada nos falares nativos a presença da língua portuguesa”*.

Amélia Mingas (2002), ao analisar o contacto de línguas em Angola, na sua comunicação *“Português, Língua Vernácula de Angola”*, em Lisboa, afirmou: *“O fenómeno colonial possibilitou o contacto entre línguas genética e estruturalmente diferentes, nomeadamente a língua portuguesa, neolatina, e as*

línguas africanas de Angola, pertencendo, na sua maioria, ao grupo bantu. Este contacto, realizado sob controlo da autoridade colonial, beneficiou, em detrimento das outras, a preservação, desenvolvimento e difusão da língua portuguesa.”

A língua portuguesa, património cultural, ao longo da sua história, entrou em contacto com várias línguas africanas. O contacto de línguas permite, portanto, o surgimento de novas palavras em cada sistema linguístico em presença, provocando, em alguns casos, alterações a nível fonético, morfológico e sintáctico.

Dado o contacto permanente com o Português, as línguas nativas de Angola incorporam vários *portuguesismos*, palavras do português integradas noutras línguas. Os *portuguesismos* também são designados por empréstimos lexicais. De acordo com Wily Bal, a integração dos *portuguesismos* nas línguas bantu é *“uma tarefa evidentemente útil ao desenvolvimento da ciência linguística, em geral, e não deixa de ser proveitoso para a linguística portuguesa.”*

Tendo em conta o mosaico linguístico angolano, apresentamos alguns exemplos de empréstimos do português integrados nas seguintes línguas *bantu*: *iwoyo, kiyombe, kikongo, kimbundu, ngangela, olunyaneka e umbundu*.

**Quadro nº 1:
Empréstimos do Português nas línguas Bantu**

Português	Kiyombe	Iwoyo	Kikongo	Kimbundu	Umbundu
carro	<i>dikalú</i>	<i>likalu</i>	<i>ekalu</i>	<i>dikalú</i>	<i>ekalu</i>
cruz	<i>dikulusu</i>	<i>likulusi</i>	<i>kulusu</i>	<i>dikulusu</i>	<i>ekulusu</i>
cruzes	<i>makulusu</i>	<i>makulusi</i>	<i>makulusu</i>	<i>makulusu</i>	<i>akulusu</i>
domingo	<i>lumingú</i>	<i>lumingú</i>	<i>lumingú</i>	<i>lumingú</i>	<i>kalumingú</i>
escola	<i>kikola</i>	<i>xikola</i>	<i>sikola</i>	<i>xikola</i>	<i>sikola</i>
fósforo	<i>fofolo</i>	<i>fofolo</i>	<i>fofo, fofolo</i>	<i>fofolo</i>	<i>ofofo</i>
lençol	<i>dilasola</i>	<i>lilasola</i>	<i>dilasola</i>	<i>dilasola</i>	<i>elasola</i>
mesa	<i>meza</i>	<i>meza</i>	<i>meza</i>	<i>meza</i>	<i>omezá</i>
pão	<i>dípa</i>	<i>límpa</i>	<i>edímpa</i>	<i>mbolo</i>	<i>ombolo</i>
sábado	<i>kisabala</i>	<i>xabala</i>	<i>nsabala</i>	<i>sabalu</i>	<i>sapalo</i>
sabão	<i>nzaba</i>	<i>xabawu</i>	<i>nzaba</i>	<i>nzaba</i>	<i>onjapáwu</i>
sapato	<i>sapatu</i>	<i>xapatu</i>	<i>nsapatu</i>	<i>sapatu</i>	<i>osapatu</i>
vinho	<i>vinyu</i>	<i>vinyu</i>	<i>vinya</i>	<i>vinyu</i>	<i>ovinya</i>

Amélia Mingas (2008), ao ilustrar o contacto entre a língua portuguesa e línguas africanas, na sua comunicação em Bamako, apresenta alguns exemplos de empréstimos que a língua portuguesa fez às línguas africanas em Angola e estas àquela.

Quadro nº 2:
Empréstimos do Português na língua Kimbundu

L.P. (Portugal/Angola)	Língua Kimbundu
Conceição (antropónimo)	<i>Sesa</i>
Maria (antropónimo)	<i>Madiya</i>
hospital	<i>jipitalu</i>
barco	<i>baluku</i>
sabão	<i>nsaba</i>

Quadro nº 3:
Empréstimos do Português na língua Kikongo

Língua Portuguesa	Língua Kikongo
Sebastião (antropónimo)	<i>Mbaxi</i>
Pedro (antropónimo)	<i>Mpetelu</i>
pão	<i>edimpa</i>
cebola	<i>sopola</i>
manteiga	<i>manteka</i>

Quadro nº 4:
Empréstimos do Português na língua Umbundu

Língua Portuguesa	Língua Umbundu
pão	<i>ombolo</i>
fósforo	<i>ofofó</i>
sabão	<i>onyapávu</i>
mesa	<i>omesa</i>

Quadro nº 5:
Empréstimos do Português na língua Ngangela

Língua Portuguesa	Língua Ngangela
açúcar	<i>osukali, osuka, oswikidi</i>
caixa	<i>okakasa; ocikasa</i>
vinho	<i>ovinya</i>
livro	<i>elivulu</i>

Ora, os empréstimos integrados nas línguas africanas sofreram várias alterações, porque a língua portuguesa apresenta algumas características próprias, inexistentes nas línguas bantu. Tal como o português, as línguas bantu também apresentam características próprias, distintas das do português.

O léxico do Português em Angola

A língua portuguesa apresenta diversidade e marcas próprias em cada país, onde é falada como nacional ou oficial. A diversidade do léxico do português depende da criatividade dos seus falantes. Entenda-se por léxico o conjunto das palavras de uma língua. O léxico também pode ser entendido como sinónimo de índice, glossário, vocabulário ou dicionário sucinto (monolíngue ou bilingue) relativo à língua corrente, a uma ciência ou técnica ou a outro domínio especializado, a um autor ou a uma determinada época.

O léxico do Português em Angola, dada a sua dinâmica e vitalidade na sociedade, apresenta particularidades, atestando várias contribuições das línguas africanas, de uso corrente. Para esta realidade, apresentamos as seguintes palavras: *bananal* (bebida tradicional), *bangá* (vaidade), *bangão* (pessoa que é vaidosa), *buala* (aldeia), *Cabindas* (naturais de Cabinda), *caçula* (*filho/a mais novo/a*), *cacusso* (espécie de peixe), *Caluanda* (natural de Luanda), *câmbala* (espécie de árvore), *tola* (espécie de árvore), *candongá* (comércio informal; venda ilegal a preços especulativos), *candongueiro* (indivíduo que pratica comércio informal ou ilegal; comerciante ilegal), *cunanga* (desempregado), *fúmbua* (um dos pratos típicos de Angola), *kumbu* (dinheiro), *kilapi* (fiado; crédito; dívida), *kínguila* (indivíduo que pratica câmbio ilegal; cambista ilegal), *kizaka* (um dos pratos típicos de Angola), *kwanza* (designação da moeda nacional), *lambula* (espécie de peixe), *maka* (problema), *múcua* (fruto do imbondeiro), *safu* (espécie de fruto).

Amélia Mingas, na sua comunicação, no 6º Congresso Especial sobre as Línguas Africanas, que decorreu na Universidade de São Paulo, Brasil, em 2008, apresentou alguns empréstimos das línguas africanas patententes no Português em/de Angola, conforme os quadros que se seguem:

**Quadro nº6:
Lexicalização de vários itens oriundos do Kimbundu:**

Português de/em Angola	Significado
<i>kamba</i>	“amigo”
<i>cota</i>	“pessoa adulta, mais velho”
<i>cangar</i>	“prender, amarrar, atar”
<i>cochilar</i>	“dormir, cabecear com sono”
<i>cochilo</i>	“acto de cochilar”
<i>bombó</i>	“mandioca amolecida em água”
<i>banzar</i>	“reflectir, pensar”
<i>bazar</i>	“ir embora, fugir”
<i>bungular</i>	“mal dizer”
<i>canga</i>	“prender, amarrar, atar”
<i>dica</i>	“achega, informação nova”
<i>quizomba</i>	“festa, animação”
<i>caçula</i>	“filho, irmão mais novo”
<i>sanga</i>	“bilha grande de água”
<i>imbambas</i>	“bagagens”
<i>jindungo</i>	“malaguetas”
<i>quimbombo</i>	“bebida tradicional”
<i>quissângua</i>	“bebida tradicional”
<i>quitande</i>	“puré de feijão cozido com óleo de palma”
<i>mabanga</i>	“espécie de marisco”(senila senillis)
<i>mabecos</i>	“cães selvagens”
<i>zungar</i>	“fazer comércio ambulante”
<i>zungueira</i>	“vendedora ambulante”
<i>muringue</i>	“bilha de água (pequena)”

Os empréstimos integrados no português sofreram alterações, sendo adaptados à estrutura morfológica da língua receptora, porque as línguas bantu apresentam algumas características próprias, inexistentes no português, nomeadamente: pré-nasais: /mb/, /mv/, /nd/, /nz/, /ng/; fricativas: /th/, /kh/; africada /ts/; várias classes nominais para indicar o número; nasal silábica (m- ou n); prefixação dos morfemas flexionais ao morfema lexical.

Outra particularidade lexical do Português em Angola consiste na criação de numerosas siglas, cuja utilização é notável tanto na escrita como na fala. Apresentamos algumas sílabas, de uso corrente em Angola: *BNA* (Banco Nacional de Angola), *BPC* (Banco de Poupança e Crédito), *RNA* (Rádio Nacional de Angola), *TPA* (Televisão Pública de Angola) *SME* (Serviço de Migração e Estrangeiros), *UAN* (Universidade Agostinho Neto), *UGP* (Unidade da Guarda Presidencial), *UKB* (Universidade Katyavala Bwila).

No entanto, há outras siglas que se comportam como acrónimos, cuja pronúncia é silábica. Por exemplo: *ANGOP* (Agência Angola Press), *BET* (Brigada Especial de Trânsito), *CEFOJOR* (Centro de Formação de Jornalistas), *CIAM* (Centro de Imprensa Aníbal de Melo), *CISP* (Centro Integrado de Segurança Pública), *ENDE* (Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade), *ENSA* (Empresa Nacional de Seguros de Angola) *FAF* (Federação Angolana de Futebol), *FAA* (Forças Armadas Angolanas), *FLUAN* (Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto), *INEA* (Instituto Nacional de Estradas de Angola), *INIDE* (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação), *INIS* (Instituto Nacional de Investigação em Saúde), *ISCED* (Instituto Superior de Ciências da Educação), *MIREX* (Ministério das Relações Exteriores), *OMA* (Organização da Mulher Angolana), *PIIM* (Programa Integrado de Intervenção nos Municípios), *PIR* (Polícia de Intervenção Rápida), *SIAC* (Serviço Integrado de Apoio ao Cidadão), *SIC* (Serviço de Investigação Criminal), *TAAG* (Transportadora Aérea Angolana).

As siglas são importantes na comunicação, pois simplificam sequências linguísticas extensas e ajudam a fixar na memória dos usuários da língua as realidades que designam. Tendo em conta o surgimento permanente de siglas, bem como a sua utilização pelos Angolanos, na escrita e na oralidade, foi publicado em 2015 o *Dicionário de Siglas e Abreviaturas Angolanas*. Esse dicionário representa, realmente, o resultado da criatividade lexical do português em Angola, e tem por objectivo permitir a compreensão dos significados das siglas.

Reconhecendo a vitalidade do português em Angola, a professora Amélia Mingas, convidada a prefaciar o referido *dicionário*, enquanto linguista e defensora da língua portuguesa, escreveu o seguinte: “O trabalho ora apresentado, ou seja, o *Dicionário de Siglas e Abreviaturas Angolanas*, reflecte um estudo cuidado e sistemático da criatividade local, ao registar um número tão elevado de siglas e acrónimos que consubstanciam a existência de um novo país, Angola independente, usando, de modo renovador, a língua portuguesa.

O presente dicionário não seria possível sem uma pesquisa e reflexão combinadas por alguém que quer contribuir clara e decididamente para a investigação científica no nosso país. Com este trabalho, o autor vai seguramente potenciar um incentivo para os jovens investigadores do país, no que respeita à investigação lexicológica. Por outro lado, importa salientar que o dicionário constitui

prova irrefutável da vitalidade da língua portuguesa em Angola, na medida em que ela tem vindo a ser cada vez mais utilizada pelos Angolanos e Angolanas para criarem e recriarem novos conceitos, novas maneiras de sentir, falar, escrever e estar em língua portuguesa.”

Além das siglas, o Português em Angola atesta várias palavras que adquiriram novos significados em relação aos iniciais. A título de exemplo, apresentamos as palavras seguintes: *pato* (pessoa não convidada); *palancas negras* (designação oficial da selecção angolana de futebol; jogadores da selecção angolana de futebol); *pérolas* (designação oficial da selecção angolana de andebol; atletas da selecção nacional de andebol).

No que diz respeito às palavras que ganharam novas acepções, em Angola, Amélia Mingas, na sua comunicação, na Universidade de São Paulo, em 2008, apresentou as marcas do Português de/em Angola, referentes à expansão semântica de certas palavras, conforme o quadro que se segue:

**Quadro nº8:
Expansão do campo semântico
(marcas do Português de/em Angola)**

Língua Portuguesa	Novo significado no Português de Angola
<i>cabrito</i> “cria de cabra”	“filho de mestiça/o com um/a branco/a”
<i>pentear</i> “alisar, compor o cabelo”	“corromper (acto realizado por um policial)”
<i>gasosa</i> “refrigerante”	“gorjeta ou suborno”
desmontar “fazer descer, desarmar uma máquina”	“receber algo de alguém, ser subornado”
<i>corista</i> “integrante de um coro (teatro ou orquestra)”	“mentiroso”

Com os exemplos acima apresentados, podemos verificar a dinâmica do Português em Angola. No entanto, temas referentes às particularidades do Português em Angola têm sido desenvolvidos nos cursos de Licenciatura e de Mestrado do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda e da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. Muitos desses trabalhos foram orientados pela professora Amélia Mingas, no âmbito do seu projecto de promoção da língua portuguesa.

O ensino e promoção da língua portuguesa em Angola

O português, sendo língua oficial de Angola, é ensinado em todos os níveis de escolaridade, como matéria e meio de ensino. Para garantir o seu ensino, foram criados, no país, cursos médios e superiores de Língua Portuguesa. No ensino superior, os cursos de Licenciatura em Língua Portuguesa são ministrados nas Universidades, nos Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED) e nas Escolas Superiores Pedagógicas.

O Instituto Superior de Ciências da Educação, enquanto unidade orgânica da Universidade Agostinho Neto, tinha formado, até ao ano de 2000, três licenciados em Língua Portuguesa. Dado o número reduzido de licenciados em Português, Amélia Mingas, na qualidade de Chefe de Departamento de Língua Portuguesa, apostada na formação de Quadros Angolanos, tomou decisões relevantes para o País, tendo enviado, a partir de 2001, para Portugal, um grupo de formados em Língua Portuguesa, para a frequência do Mestrado em Língua Portuguesa. Para a formação desses Quadros Angolanos, foi fundamental o apoio do Instituto Camões, que concedeu bolsas de estudo. Faz parte desse grupo de estudantes, o autor deste artigo, que concluiu o seu mestrado e doutoramento em Linguística, na Universidade Nova de Lisboa.

Com o objectivo de debelar a falta de docentes no curso de Português, a professora Amélia Mingas, sempre interessada na qualificação científica dos estudantes e professores da Universidade Agostinho Neto, cria, em 2006, os primeiros cursos de mestrado em Ensino da Língua Portuguesa e em Ensino das Literaturas em Língua Portuguesa. Os cursos criados permitiram, de facto, a formação de vários Mestres, que hoje labutam em diversas instituições de ensino superior, quer públicas quer privadas, em todo o País.

Enquanto Decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, a professora Amélia Mingas, com o mesmo espírito de formação de quadros e sempre interessada no ensino e promoção da língua portuguesa e das línguas nacionais, criou, em 2012, os primeiros cursos de mestrado, a saber: Mestrado em Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa; Mestrado em Línguas Angolanas e Literaturas em Línguas Angolanas, Mestrado em Língua Francesa e Literaturas em Língua Francesa; Mestrado em Língua Inglesa e Literaturas em Língua Inglesa e Mestrado em Filosofia, conforme a Deliberação nº45/12 da Comissão Permanente do Senado Universitário para os Assuntos Científicos (CPSUAC), publicada em Diário da República de 31 de Dezembro de 2012, que aprova as propostas de cursos de mestrado para assegurar o enriquecimento da competência científico-profissional de licenciados.

O funcionamento dos cursos foi assegurado por docentes nacionais (da Faculdade de Letras da UAN, do ISCED de Luanda e do Lubango) e estrangeiros. No âmbito da internacionalização dos cursos de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, a professora Amélia Mingas convidou docentes de instituições estrangeiras, tais como da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade da Beira Interior, da Universidade de Cabo Verde, da Universidade Sorbonne Paris 3, da Universidade Estadual da Bahia, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal da Santa Catarina, da Universidade Eduardo Mondlane, da Universidade Pedagógica de Maputo e da Academia Africana de Línguas da Comissão da União Africana.

Os cursos de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, criados pela professora Amélia Mingas, já formaram um número considerável de Mestres de diferentes cursos, permitindo, assim, a superação do nível académico de muitos docentes universitários.

Os Mestres formados em Língua Portuguesa, em Literaturas de Línguas Portuguesas, em Línguas Angolanas e em Literaturas de Línguas Angolanas contribuem, de facto, para o ensino e promoção do português e das línguas angolanas.

Contribuição da Professora Amélia Mingas para os estudos linguísticos

Enquanto linguista, a professora Amélia Mingas, além de orientar trabalhos de licenciatura, mestrado e doutoramento, no país e no exterior, desenvolveu vários estudos linguísticos sobre o português e as línguas africanas. Assim, várias das pesquisas foram apresentadas em conferências e congressos, quer nacionais quer internacionais.

Dos vários trabalhos de investigação científica sobre a língua portuguesa e línguas nacionais, produzidos pela eminente professora Amélia Mingas, cabe-nos destacar, neste artigo, os seguintes: *Les Classes Nominales de l'iwoyo* (1988), *Étude Grammaticale de l'Iwoyo* (Angola) (1995); *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda* (2000); *Português, Língua Vernácula de Angola* (2002); *Línguas, Etnia e Nação* (2003); *Línguas, Democracia e Comunicação em África: O caso de Angola* (2006); *Angola: Línguas Nacionais e Identidade Cultural* (2007); *Língua Portuguesa – Factor de Diferenciação e de Identidade* (2007); *IILP – Esse Grande Desconhecido* (2007); *Imperativos da Aprendizagem das Línguas Portuguesa e Francesa em Contexto Plurilingue* (2007); *Complementaridades Necessárias entre Línguas e Culturas* (2008); *Língua Portuguesa em Angola: Uma Construção em Constante Mutação* (2008); *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Exemplos de Intercunicação de Espaços Geopolíticos e Linguísticos Distintos* (2008); *A Língua Portuguesa e a sua Dimensão Comunitária no Quadro da CPLP* (2009); *A CPLP, a Língua Portuguesa, o Novo Acordo Ortográfico e o Papel do IILP* (2010); *O Novo Acordo Ortográfico e a Necessidade de uma Maior Abrangência* (2010); *A Língua Portuguesa no Mundo* (2010); *Nkanda wa Ndinga ya Kikongo. Mvu wa Ntete* (2012); *ILANG – Inquérito Linguístico Angolano* (2013); *Portugal, o Português e o português sob o Crivo da História* (2017); *O Pretuguês, o português em/de Angola “é problema que estamos com ele* (2018).

O número considerável de trabalhos desenvolvidos pela professora Amélia Mingas revela o quanto se dedicou à promoção e defesa da Língua Portuguesa em Angola e no Mundo Lusófono.

Amélia Mingas, apesar de ter sido Directora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, tinha uma posição desfavorável ao Novo Acordo Ortográfico. Numa entrevista concedida à *Austral*, em 2014, Amélia Mingas justificava a sua posição afirmando o seguinte: “*Hoje é fácil constatar que a língua dominante, em Angola, é a língua portuguesa. Isto acontece devido a várias situações. Mas, fora dos grandes centros urbanos, as línguas locais angolanas são, de longe, as mais utilizadas. Então há aqui uma série de questões que precisam de ser estudadas e compreendidas ao pormenor. O Acordo Ortográfico só materializa as contribuições brasileiras no Português. Há questões técnicas que não fazem sentido e que, inclusivamente, estão a pôr em causa a identidade europeia da língua portuguesa, pois ele não considera as contribuições das línguas e culturas locais, particularmente de Angola e de Moçambique. (...) Eu penso que os acordos, ao nível da língua, devem respeitar os diferentes afectos e as diferentes formas de utilizar o Português.*”

Ora, a posição de Amélia Mingas sobre o Acordo Ortográfico é também defendida pela Academia Angolana de Letras (AAL).

Como linguista, investigadora e cientista, Amélia Mingas contribuiu para o estudo da linguística portuguesa e da linguística africana.

Conclusão

O contacto entre o português e as línguas africanas potencia o surgimento de novas palavras em cada uma das línguas. O léxico do português em Angola é enriquecido com os empréstimos das línguas nacionais, com o surgimento de numerosas siglas e com a presença de palavras com novos significados.

Para o ensino e promoção da língua portuguesa em Angola, foram criados, no País, cursos de licenciatura e mestrado em Língua Portuguesa, tendo como objectivo a formação de docentes para o ensino da língua oficial. Neste âmbito, a professora Amélia Mingas marcou um percurso histórico no ensino superior em Angola, tendo em conta o esforço empreendido na formação de Quadros Angolanos ao nível de graduação e pós-graduação, no país e no exterior, bem como o vasto trabalho desenvolvido no campo da linguística portuguesa e da linguística africana.

A nova geração de linguistas tem a professora Amélia Mingas como uma referência incontornável da Academia Angolana.

Referências

- BAL, Willy (1979) - *Afro-Romanica Studia*. Albufeira: Edições Poseidon.
- CHICUNA, Alexandre (2018). *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português-Kiyombe*. 3ª edição. Lisboa: Edições Colibri.
- CHICUNA, Alexandre (2018). *O léxico do português nas línguas bantu. O caso de Angola*. In: *Património Histórico do Espaço Lusófono: Ciência, Arte e Cultura*. Livro de Actas do XXVIII Encontro da AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Lubango, Angola, 2018. Pp. 329-338.
- CHICUNA, Alexandre (2019). *Dicionário de Siglas e Abreviaturas Angolanas*. 3ª edição revista e actualizada. Lisboa: Edições Colibri.

LINO, Teresa et al. (1991). *Terminologia da 1. Lexicologia e Lexicografia 2. Terminologia e Terminografia*. Lisboa: UNL - Universidade Nova de Lisboa.

MARTINS, Manuel A. de Morais (1958). *Contacto de Culturas no Congo Português*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

MINGAS, Amélia (2000). *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda/Porto: Chá de Caxinde/Campo das Letras.

MINGAS, Amélia (2002). "Português, Língua Vernácula de Angola". In: *Cadernos CPLP, Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)*. Lisboa, pp. 69-73.

MINGAS, Amélia (2008a). *Língua Portuguesa em Angola: Uma Construção em Constante Mutação*. Comunicação apresentada no 6º Congresso Especial sobre as Línguas Africanas, na Universidade de São Paulo. Brasil.

MINGAS, Amélia (2008b). *Comunidade de Países de Língua Portuguesa Exemplos de Intercomunicação de Espaços Geopolíticos e Linguísticos Distintos*. Comunicação apresentada em Bamako.

GOMES, Miguel. "Amélia Mingas: Uma Viagem pelos afectos da linguística." In: *AUSTRAL, Revista da TAAG*, Luanda, nº 104, p. 102-112, Jul/Ago. 2014

A PAISAGEM TOPONÍMICA TUNGUENSE. MEUS APONTAMENTOS MARGINAIS NAS CRÔNICAS SUAÍLI

Eugeniusz Rzewuski



MOTTO-1

As línguas africanas de Angola são a nossa garantia, enquanto homem e mulher, capazes de criar saber e cultura. Se perdermos essas línguas, seremos indignos delas, porque, através delas, a cultura angolana poderá ser conhecida, poderá aparecer e enriquecer o saber universal.

Amélia Mingas, 2013²

MOTTO-2

Ethnonyms and toponyms constitute an intricate and semiotic structure, a kind of palimpsest that crystallizes a layer of meanings of community experience.

Atoma Batoma, 2006

MOTTO-3

Se pretende viajar de Kilwa a Sofala Então, categoricamente, siga a rota perto da costa Até Na'sh Onze, onde está Wamizi, No Sul, meu caro! Essa é a ilha da gente do Islão

Ahmad ibn Majid, 1470

MOTTO-4

Na hiyo Paruma jina lake la asili li Tumumbu. Jina la Paruma limetokea baada kutawalia uzungu. Na maana yake „mfarume aveya”. Maana ya kisawahili “mfarume hachoki - fuateni amri”. Ikawa Paruma Veya.

Muhammad bin Thabiti, 1970³

1. Introdução

Convidado para academicamente homenagear a Professora Amélia Mingas, acho pertinente apresentar um exemplo de como universalmente vital, complexa e frágil é a ligação de lugares e a memória que se expressa pela toponímia – tema de várias intervenções da saudosa Professora. A título de ilustração desta complexidade no contexto multilingue africano por detrás da lusofonia oficial escolhi uma microregião cultural moçambicana em volta da Baía de Tungue, na província de Cabo Delgado, distrito de Palma. Justifico desde logo pela minha melhor competência académica sobre a zona escolhida a razão de o exemplo ser moçambicano e não angolano. A zona terrestre e marítima em volta da Baía de Tungue (veja mapa do ano 1877 em Anexo 1)⁴ fez e continua a fazer parte do universo suaíli linguístico e cultural, há muitos séculos. Ilha de Vamizi, mais ao sul da entrada à Baía é mencionada como habitada por muçulmanos pelo navegador persa Ahmad bin Majid no seu roteiro poético *As-Sufaliyya* (1470). Acoradouros em Minenguene (Miningani), Tungue e Mebuisi (Mbwizi) foram portas de entrada/saída de mercadorias ligando o interior do continente com o Oceano Índico. A mobilidade comercial e escravagista da “gente do mar”, Suaíli, Mwani, Comorianos, assim como dos Ya(w)o do interior, fez com que Tungue se tornasse também um terreno de contacto linguístico do suaíli com línguas bantu do substracto local, assim como com exógenas línguas veiculares da região: árabe e português. É preciso considerar também o factor de escrita e recordar a este respeito que na zona costeira islamizada da África Oriental a elite muçulmana letrada usava a escrita árabe. Portanto os topónimos fixavam-se e divulgavam-se codificados em textos ajamiados, p.ex. na correspondência com os portugueses, nas crónicas e poesias (Mutuia 2014, Bonate 2010). Posteriormente a expansão colonial alemã e britânica no outro lado da fronteira com Moçambique (África Oriental Portuguesa)⁵ contribuiu com a ingrediente linguística do inglês e alemão em suaíli. Se e até que ponto este contacto se reflectiu na toponímia desta zona é uma questão por enquanto sem resposta académica⁶. Aliás, a quem clamar por mais estudos sistemáticos toponomásticos sobre Moçambique de várias correntes e aplicações não lhe faltam argumentos. Basta mencionar que até a etimologia do nome do país não está cientificamente reconstruída⁷. Para além das clássicas questões etimológicas, há muitos outros desafios a serem investigados, há uma grande falta de bancos de dados, de corpora de textos, de estudos sobre variabilidade na toponímia linguística e socialmente determinada. No entanto, deve-se reconhecer a existência de quatro dicionários históricos e de nomes geográficos moçambicanos publicados em períodos substancialmente diferentes. (Lapa & Ferreri 1889; Alberto 1975, Rafael 2002, Darch 2019). Apesar das suas carências de rigor nos aspectos linguísticos, todos eles constituem uma referência bem útil, sobretudo quando vista em conjunto a complementaridade da informação neles contida.

Outro argumento a favor deste enfoque sobre Tungue e arredores é a previsão e preocupação de que a tradicional paisagem toponímica da Baía de Tungue fique profundamente afectada pelas transformações socioeconómicas que se avistam, resultantes de grandes investimentos estrangeiros (sobretudo extracção e liquefação do gás), na zona da Foz de Rovuma e ao sul dela⁸. Daí reassentamentos populacionais, influxo de trabalhadores externos, impacto da globalização. Com um factor agravante: os movimentos migratórios por causa da rebelião armada de cunho islamista que desde há dois anos semeia o terror e a destruição justamente na zona costeira entre Palma e Pemba. Daí a urgência mesmo de pesquisar, documentar, preservar lugares de memória, seus nomes.

A polémica em Angola sobre as regras ortográficas da toponímia nacional de origem bantu, sobretudo no contexto da legislação normativa e da codificação territorial, não se resume ao problema de como escrever: Cuanza ou Kwanza?; às dúvidas sobre letras “K”, “W” e “Y” serem estrangeiras à tradição ortográfica latina e portanto proibidas ou – antes pelo contrário – serem cientificamente recomendadas para representar fonemas em nomes próprios africanos no país da lusofonia oficial. O motivo bem transparente do debate era e, a meu ver, continua a ser, a preocupação (o dever) de preservar o património cultural, a memória colectiva local, e a identidade dos angolanos codificada e enraizada nos topónimos. Os topónimos constituem uma parte do património imaterial de cultura justamente porque são chaves da memória e cultura, âncoras da identidade, e também simbolizam emoções (Tichelaar 2012, UNGEGN 2015; Cantile & Kerfoot 2016, Kostansky 2016a :426). Essas chaves, no decorrer do tempo, gastam-se, perdem a sua nitidez etimológica, a sua motivação semântica, reinterpretem-se, transitam para outras línguas⁹. É um processo natural e universal, e a ortografia de topónimos tradicionais não deve ocultar, camuflar ainda mais significados etimológicos e culturais cobertos de pátina, alguns totalmente esbatidos outros ainda vivos e transparentes¹⁰. Topónimos são suporte da memória, são transportadores de dados. Topónimos e memórias raspam-se, ficam cancelados quando incomodam ou quando são ultrapassados. Nomes novos substituem os obsoletos. Também pessoas que habitam uma terra e a sua própria língua reinterpretem, reescrevem a referência, a motivação de um topónimo. Aliás podem ser interpretações exógenas ou endógenas. Tal como num pergaminho medieval raspado e reutilizado (o tal palimpsesto, nome grego, em latim tb. *codex rescriptus*), se escreviam conteúdos e significados novos, mas não se apagavam totalmente as letras originais, a paisagem toponímica (*namespace*) também está sempre a ser actualizada, enquanto na linguagem e na memória transparecem vestígios de referências antigas. A metáfora evocada no Motto-2 (Batoma) acima, reflecte bem esta natureza palimpséstica dos topónimos¹¹. A reinterpretação da forma fónica de um nome pode ter intenção paródica. No caso do antropónimo Palma Velho reinterpretado na língua

local mwani de Cabo Delgado como *mfalme aveya* (“o rei não se cança”) o efeito cómico óbvio pode coincidir com a intenção consolatória¹².

Por este acto de transonímia¹³ interlingue o cronista local Muhammad bin Thabiti converteu o antropónimo em oicónimo. Nome da vila Palma, intencionalmente comemorativo, ficou retroactivamente neutralizado nas suas intenções originárias. A figura do epónimo governador português de Cabo Delgado, coronel José Raimundo Palma Velho ficou alcunhada em “Paruma Veya” e africanizada em frase da língua mwani. O português que militarmente anexou o sultanato de Tungue, que expulsou os soldados do Sultão de Zanzibar, não teria, suponho, à luz da Crónica Genealógica dos Matungi, direito de ser patrono na comunidade dos Washirazi (Xirazianos), cuja identidade ele aniquilou e cujas autoridades tradicionais subjugou (Rzewuski 1991a, Bennett 1987). Um distanciamento subtil à herança toponímica portuguesa expresso ainda no tempo do governo português (crónica T2, datada em 1970), no espirituoso jogo de palavras do narrador.

A Crónica contém mais dois casos anedóticos deste tipo. Humor e gozo fazem parte da cultura de etimologias populares africanas. Há uma afinidade entre etimologias populares de tipo *mock etymology* e parentesco de brincadeira (*joking relationship*) – relação chamada *utani* em suaíli e o verbo correspondente *kutania* (troçar, zombar de alguém).

Neste caso o troçado seria o epónimo. O contexto de heteroglóssia estimula a imaginação e a criatividade nesse aspecto¹⁴. Talvez essa reinterpretação explique que em Moçambique independente não fosse sentida a necessidade política de abolir e substituir precisamente o nome da vila de Palma – processo da descolonização onomástica analisado por Meneses 2015, Cumbe 2016, Stolz e Warnke 2015, Stolz e Warnke *et al* 2016.

Deliberemos por mais um instante sobre este caso, quase anedótico, pois ele evoca reflexões de carácter mais teórico, que de certo modo influenciam a minha abordagem dos topónimos da perspectiva textológica, discursiva e da socio-onomástica.

Na genealogia linguística que estuda géneros de fala no aspecto comunicativo, e paralelamente na genealogia literária que estuda géneros de textos literários, topónimos e outros nomes próprios, como enunciados podem ser abordados como textos. Nesta senda teórica o conceito de intertextualidade também é aplicável, neste caso intertextualidade onímica. (Rutkiewicz-Hanczewska 2013)¹⁵. Topónimos formando um sistema de comunicados, funcionam também como recurso discursivo e como marca do estilo. Intuitivamente inclino-me para esta dimensão, sem no entanto ter afiado ferramentas conceptuais e metodológicas. O meu corpus de textos recolhidos é relativamente pequeno mas genealógicamente homogéneo – eles pertencem ao tipo de narrativas genealógicas e crónicas de viagens e de migrações.

Nomina sunt consequentia rerum – nomes resultam das coisas acontecidas, dos feitos¹⁶. Nomes próprios de sítios, habitados ou não, constelam um mapa mental idiossincrático de contextos e factores, que estão por detrás de processos de nomeação em que o homem transforma espaços indefinidos e mudos em lugares ‘baptizados’. Análise, nesse artigo, a matéria linguística da perspectiva da onomástica antropológica e social.¹⁷ Em poucos casos apenas aproximo-me à abordagem de linguística diacrónica-etimológica quando os dados disponíveis convidam para tal excursão e revelam significados pertinentes. Tento ver os topónimos não isoladamente mas sim como um conjunto de balizas topográficas e como elementos de narrativas sobre viagens passadas pelo tempo e espaço dos fundadores mitológicos autodenominados Washirazi (Xirazianos)¹⁸ de cidades suaíli. Concretamente do sultanato de Tungue cuja história se vincula com a de Angoche, Muluri, Palma, Kionga, Mbwizi sendo antecedida pelas viagens dos antepassados míticos entre Xiraz, Arabia, Pate, Zanzibar e Comores.

O repertório de nomes de lugares encadeados e ancorados na memória colectiva constitui um toponimicon vivo¹⁹. Tento localizar referentes e identificar significados culturais de topónimos que aparecem nas narrativas da historiografia local. A gesta narrada os evoca e confronta com contextos novos, os mitemas se recompõem, surgem topónimos novos, reinterpretem-se os antigos. Duas crónicas suaíli de Tungue, completadas por comentários adicionais orais do Muhammad bin Thabiti como autor²⁰ são de relevância e utilidade particular para essa pesquisa pois são narrativas densas de nomes próprios de pessoas e lugares. São duas crónicas genealógicas da dinastia dos Washirazi reinante no sultanato de Tungue– textos contemporâneos redigidos na segunda metade do século passado em língua suaíli e grafados em escrita árabe. Cópias desses manuscritos foram recolhidos por mim em Palma e Kiwiya no ano 1988 [Rzewuski 1991a]²¹. Os seus autores já morreram. Essas crónicas narram a gesta dos imigrantes “Xirazianos” que se impuseram como clã dominante. São histórias contadas da perspectiva dos descendentes de antepassados-fundadores. O narrador e autor da Crónica Genealógica dos Matungi revela-se no fim como Ego na cadeia de gerações e herdeiros. Nomes de lugares e terras como Xiraz, Ngoji, Msaru, Tungue servem nessas crónicas para ancorar factos e feitos, têm função legitimadora do poder sobre o território, identificadora, deictica e simbólica²². Genealogia e topologia combinadas servem aqui para marcar e mapear territórios linhageiros em retrospectiva de várias gerações até às vésperas da época colonial.

Interligação intrínseca entre genealogia e espaço, expressa conceitualmente assim como em diversas formas de arte verbal, é o tema de muitos estudos monográficos e comparados sobre sociedades tradicionais de várias partes do mundo (p.ex. Henrichsen 1999, Förster 2005, Ohly 1988, Ohly 1997, Allerton 2012, Fox 2006)²³. Um dos exemplos mais relevantes e próximos de Angola é a tradição namibiana dos pastores Herero expressa em recitações de louvor *omitandu* –

especificamente louvor aos lugares particulares. Textos dessa arte são amplamente conhecidos em toda a comunidade etnolinguística herero e são ensinados nas escolas. Na cultura pastoril que se caracteriza pelo nomadismo sazonal, cada canto de terra tem um significado, uma estória. “A recitação pode, portanto, ser vista como um ‘mapa mental’ da área, comparável aos seus equivalentes impressos ou desenhados à mão”. (Förster 2005).

Reflectindo sobre a distinção cognitiva de eixos do tempo e espaço expressos nas gestas identitárias recitadas, ritualmente evocadas na cultura de alguns povos da Indonésia oriental, alguns autores de pesquisas antropológicas observam que as genealogias se referem ao fluxo temporal, enquanto narrativas míticas, etiológicas, centram-se e estruturam-se no espaço, nos lugares, nas migrações. São planos paralelos de visão das coisas do passado e do presente. Fox (2006) e Allerton (2012) na mesma senda aplicam o conceito de *topogenia* - de autoria de Fox e por ele definido assim:

Por “topogenia”, refiro-me a uma sucessão ordenada de nomes de lugares. Vejo a recitação de uma topogenia como análoga à recitação de uma genealogia. Ambas consistem em uma sucessão ordenada de nomes que estabelecem precedência em relação a um ponto de partida específico - um ponto de origem. No caso de uma genealogia, esta é uma sucessão de nomes pessoais; no caso de uma topogenia, é uma sucessão de nomes de lugares...²⁴

As narrativas crônicas de Tungue representam o género em que a genealogia e topogenia são entretecidas e homogeneizadas em proporção diferenciada.²⁵ O enfoque da crônica xiraziana T1, portanto a gesta mitológica entre Xiraz, Arábia, Pate, Comores, Angoche - está no esforço de preservar a pureza de sangue xirazi na situação diasporal e de migrações. A crônica T2 é sobre os Xirazianos de Angoche e de Tungue como progenitores do clã dos Wamatungi - rede de parentesco por casamentos endo- e exógamos e concubinação que cresce no seio da população local. Segundo Allen (op. cit.) na tradição das lendas xirazianas sobre origens das cidades suaíli predomina a metáfora de safari sobre a metáfora de laços de sangue q.d. do parentesco. Opinião expressa assim:

“Outra metáfora é comumente empregada nas tradições de origem em nossa região, que chamarei de Metáfora do Safari. A Metáfora do Safari substitui a genealogia por migração ou longa jornada (safari em suaíli) e descreve a história das pessoas em termos de uma viagem interrompida por paradas de duração não especificada em vários lugares, às vezes muito distantes. Alguns nomes de lugares reais são usados, mas ocasionalmente os nomes de outros povos, eventos ou mesmo mercadorias são convertidos em (nomes de) realidades locais para fins de narração”. Allen 1993:79

Conforme já foi mencionado, a região de Tungue é, e continua a ser, uma zona de contacto de línguas, e povos diversos, também uma zona multicultural caracterizada por longa tradição da cultura letrada em escrita árabe.²⁶ Fazem parte dum tal toponímico endónimos articulados em várias línguas locais assim como alguns exónimos doados pelos transeuntes ou imigrantes de várias origens. Não temos ferramentas nem acesso à documentação para linguisticamente identificar e distinguir topónimos de origem makwe, makonde, mwani, makhuwa, yao pois são línguas aparentadas. Estratos toponímicos sobrepõem-se e misturam-se, topónimos criados numa língua podem ser assimilados como empréstimos, reinterpretados, traduzidos para outra. Poucos podem ser atribuídos ao próprio suaíli - a língua dessas narrativas. Alguns nomes de bairros em Palma são casos óbvios: Kilimani, Forodhani, Madukani. Quiuia (Kiwia), Tungue (Tungi), Quionga (Kionga, Kiunga) são alguns exemplos de nomes interpretados/interpretáveis como tendo a etimologia suaíli. A distinção endo-/exo- pode gerar controvérsias na sua essência e na operacionalização do conceito. Aliás, teria pouca pertinência para a paisagem toponímica da zona de estudo em que topónimos em língua portuguesa e os da língua árabe estão quase ausentes. Da época colonial, duas excepções que conheço são: vila de Palma e Cabo Delgado (a península e a província, antes distrito).

Constam no mapa mental em diversas culturas topónimos míticos tais como p.ex. o Éden da tradição judeu-cristã ou Pasárgada (do poema do M. Bandeira) ou Baalbeck proustiano. Tornaram-se símbolos literários cheios de conteúdo emocional. Esses protótipos têm muitas réplicas nas paisagens reais. Tungue parece pertencer a essa categoria. No imaginário das comunidades suaíli, Tungue pertencia ao berço da cultura suaíli que simboliza outros nomes como Shiraz e Shungwaya, que se situava no norte da costa leste africana.²⁷ Essa associação hipotética baseia-se nas antigas tradições orais e escritas do ciclo xiraziano. O Tungue real moçambicano seria já o nome comemorativo do Tungue mítico. Essa referência faz parte da explicação para o nosso artigo ser “tungicêntrico”.

O denotado do topónimo Tungue abrangia uma entidade política com o seu território na terra e no mar, entidade governada por um chefe muçulmano titulado sultão, com a sua sede antiga no Cabo Delgado q.d. na península do mesmo nome (C.D.) que forma o braço norte da Baía de Tungue. No século XIX Tungue era uma zona limítrofe dependente do Sultanato de Zanzibar, disputada com Portugal, até à sua tomada por via militar pelos portugueses no ano de 1887. Na sequência desta apropriação foi fundada em 1889 na margem norte do rio Minenguene a povoação Palma. Inicialmente como posto da guarnição militar e centro de administração territorial portuguesa e da Companhia de Niassa, mas o topónimo Tungue continuava em uso.

Um espaço, para ser um lugar, tem que ter nome. Nomes próprios de lugares, chamados topónimos, geralmente são motivados, q.d. na sua formação ou derivam de outros elementos lexicais da língua que podem ser lexemas (ou sintagmas) do vocabulário comum p.ex. Mikwajuni, Kumilamba, Casablanca ou outros nomes próprios p.ex. antroponímicos: Alexandria, Porto Amélia ou Karl-Marx-Stadt ou Palma ou toponímicos: Palma de Maiorca. A identificação científica desta

motivação é tarefa da etimologia. Mas existem também etimologias populares - reinterpretações especulativas, fantasiadas, paródicas. Essas merecem atenção como produtos culturais noutra dimensão - como lendas locais, tradição oral, a *ars etimologica* pre-científica. Desde tempos da antiguidade a preocupação humana sobre o significado e origem de nomes de lugares produziu imensa bagagem de saberes e etimologias populares, obras de literatura e a toponomástica científica. A onomástica popular é uma área legítima e heurísticamente fértil da socio-onomástica.²⁸ Neste ensaio focamos sobre aspectos e contextos culturais do processo de atribuir nomes aos lugares, muito menos sobre a sua análise linguística. Segundo Batoma, os topónimos constituem uma estrutura semiótica. Os significados nela contidos “podem ser concebidos como abordagens ou facetas da experiência colectiva de um grupo. Existem pelo menos cinco facetas: a geográfica, a histórica, a linguística, a simbólica e a sociopolítica” (Batoma 2006:1).

A referida categorização facetada tem uma utilidade heurística e prática limitada para o nosso objectivo particular, assim não vamos aqui metodicamente aplicá-la na ordenação expositiva do tema. Assim, o presente artigo nasce da necessidade de elaborar um aparelho crítico na edição de crónicas genealógicas do sultanato de Tungue escritos em escrita árabe em língua suaíli (Rzewuski 1991a). São textos culturais identitários de importância particular no seio da comunidade dos que se consideram partes interessadas, sobretudo os descendentes dos Wamatungi ou Wetungi. Estão repletos de referências toponímicas que, segundo as regras de textologia, devem ser correctamente identificadas, as vezes descodificadas, relacionadas no espaço. Por isso aproveitámos e servimo-nos desse minicorpus de referência, munidos também de vários mapas, *gazeteers* e dicionários de topónimos moçambicanos existentes, para abordar o repertório toponímico relevante a história e memória de Tungue.

Em paralelo ao estudo sociolinguístico da competência comunicativa numa língua, a disciplina de sociotoponomástica envolve estudo da competência toponímica individualizada, socialmente, culturalmente e emocionalmente determinada.²⁹ A teoria de topofilia de Tuan (1990, 1991) e outros estudos antropológicos e psicológicos sobre o apego ao lugar (*place attachment*) inspirou a teoria de apego toponímico (*toponymic attachment*) elaborada e testada por Kostansky (2016a). Eu também me inspiro nesses trabalhos para compreender melhor e para abordar o costume de transferência de topónimos dum lugar de vivência para o novo habitat.

O factor aglutinador e mnemotécnico de perpetuar as memórias sobre lugares são as narrativas - mitos, lendas, crónicas e genealogias - a mistura de tudo isso. As cidades suaíli tinham as suas crónicas escritas em alfabeto árabe (línguas: suaíli, comoriano, árabe). A única crónica escrita deste tipo conhecida de Moçambique é justamente a saga sobre a vinda e enraizamento dos Xirazi em Tungue e em outros lugares da região recolhida em 1988 (Rzewuski 1991a). Talvez haja outras sobre outros lugares.

Aqui, neste estudo, interessa-nos também reflectir sobre o hábito de etimologizar q.d. a inclinação cultural e a predilecção para cogitar sobre sentidos e significados dos topónimos. Interessa como fenómeno cultural, criatividade na substância da língua - também em contexto multilingue. Geralmente as etimologias populares fantasiadas poluem o entendimento correcto de verdadeiros processos diacrónicos no domínio de ónimos, dando origem a diversas interpretações. Vamos ver uns exemplos deste fenómeno nos casos da microtoponímia local de Tungue. Essencialmente é a mesma curiosidade e tentação que guiou os antigos logógrafos gregos que narraram a história tecida com nomes de lugares, deuses e heróis explicando ou inventando a origem de nomes das terras, dos mares, dos lugares (Dougherty 1993).

O Tungue histórico constituía um autodenominado sultanato³⁰ costeiro suaíli governado pela elite do clã dos Xirazi, espalhada em vários centros da costa leste africana e ilhas adjacentes do Índico Ocidental. A gesta identitária dos Xirazi incorpora sempre dois fundamentos mitológicos ou seja mitemas fundamentais³¹: i) *nasaba* ou seja o pedigree real que retrocede às origens no Xiraz na Pérsia ou “algures perto” na Árabia e daí a obrigação (flexível) de preservar a pureza de sangue, ii) *safari* q.d. viagens (sobretudo marítimas) e a missão de fundar cidades (*kujenga miji*) - q.d. ‘civilizar’ e colonizar outras terras.

Os Xirazi de Tungue controlavam o comércio e a navegação na orla marítima em redor da Baía de Palma e o corredor comercial para o interior que representava o rio Rovuma. Nessa terra eles foram os imigrantes, aliás como muitos outros. Segundo a tradição dinástica de Tungue, os seus fundadores vinham das Comores, alguns com passagem por Angoche.

Sultões Xirazi de Tungue e os seus cronistas utilizaram as línguas suaíli, mwani e árabe nas suas relações exteriores, inclusive na correspondência com os portugueses em escrita árabe. Provavelmente no seu próprio seio também.

Nesta zona de encontro multissecular de vários grupos etnolinguísticos, a toponímia local deve reflectir a identidade etnolinguística de várias camadas sociais africanas autóctonas e dos que vieram de fora. A busca desses traços é um dos pontos de reflexão nesse estudo se bem que ainda não temos bases suficientes para dar resposta mais do que parcial.

2. Lugares, toponomasticon tunguense nos contextos narrativos

2.1. Ninhos xirazianos em Ngoji e Tungue

A disputa pela sucessão entre descendentes como causa da emigração do Xiraz edénico é o

tópico mitológico xiraziano original reproduzido em narrativas diversas - ou seja episódios de gesta comum. A busca de um lugar ameno, preferivelmente insular, o escapismo misturado com espírito de descobridor-colonizador, leva pretendentes falhados ao “trono” a embarcarem para novas viagens, para encontros com outros povos-seguidores potenciais. Na tradição dos Xirazianos de Tungue, os seis ou sete príncipes legendários xirazianos da versão clássica do mito são agora substituídos por um irmão e três irmãs. O motivo narrativo recorrente nas duas crônicas é a gravidez avançada de duas irmãs como causa da interrupção da viagem marítima em Mbwizi e em Msaru. Cada uma das três irmãs (*nunu*) xirazianas acaba por se casar com um homem diferente - também imigrante nessa terra: um Malgache (Mbuki) e dois Árabes, e cada uma delas inicia a cadeia de progenitura e de sucessão pela regra matrilinear.

A luz da Crônica Genealógica dos Matungi (versões T2 e T3), os lugares-“ninhos” da primeira geração dos imigrantes Xirazianos - protagonistas fundadores do sultanato de Tungue, vindos das Comores são cronologicamente os seguintes:

i. Mbwizi na Baía deste nome ao norte do próprio cabo de Cabo Delgado: Nunu Amina

ii. Ngoji (Angoche) - Sultani Hassani com duas irmãs dele: Nunu Ntiti e Nunu Suwabu (mas abandonam o irmão por causa do homicídio do sobrinho)

iii. Msaru - Nunu Ntiti, que depois também resolveu governar em Tungue.

iv. Ntende (neo Ngoji) - em Cabo Afungi) donde Nunu Suwabu, molestada, transfere-se para Kiwya-Tungue

v. Tumumbu (Litumbu, Litumumbu)³² = Minengene = pré-Palma - filho do Sultani Ahmadi Hassani de Angoche, pretendente da sua sucessão rejeitado ali pela elite local Makhuwa por ser estrangeiro, instala-se na futura Palma, mas morre em Tungue onde é sepultado.

Ainda sobre o nome próprio Ngoji. O autor da crônica suaíli *Acontecimentos Antigos da Tribo Xiraziana* (Crônica T1) chama-se Abdallah ibun Sallim Mungoji. Nesse nome complexo muçulmano, depois da parte patronímica *ibun Sallim* (*filho de S.*) segue elemento chamado em árabe *nisba* - o gentílico ou seja nome pátrio que exprime naturalidade ou procedência, origem, afiliação. O termo classificador corrente na onomástica é demónimo (de *démos* em grego - povo). Assim Mungoji significa “homem de Ngoji (q.d. de Angoche), “um angochense” à semelhança do nome substantivo gentílico “luandense” ou “luandino” derivado do nome da cidade de Luanda, etc.

No caso do Abdallah ibun Sallim o gentílico-*nisba* Mungoji não é elemento da língua árabe³³ mas sim do suaíli e do koti: Mungoji é forma do singular, o seu plural, conforme a variante linguística, é: Wangoji em suaíli, em emakhuwa Angoci ou Angoji, em língua ekoti é Akoti, e na variante ortográfica aportuguesada: Angoche. Mungoji como elemento antroponímico é derivado do oicónimo Ngoji. Ilustra assim o inverso do processo de derivação que ocorreu no caso do nome da vila Palma. Não tenho informação qualquer sobre a pessoa do autor dessa Crônica (T1). Suponho que a vinculação identitária que essa *nisba* Mungoji estabelece entre o narrador e Angoche - como lugar de origem (oicónimo) e como comunidade social “clânica” (demónimo) funcione sobretudo na situação diasporal, de dispersão. Os angochenses, os Akoti, no seu seio, na sua terra, não precisam de acentuar assim a sua identidade personalizada. Interessante seria de traçar a frequência do sobrenome Mungoji em Moçambique. Pode ser que ultrapasse o círculo da comunidade xiraziana, que perca a conotação etimológica. Não sabemos se o autor da Crônica T1 estava biograficamente - pessoalmente ligado com os Xirazianos de Angoche ou de Tungi.

2.2. Topónimos e outros indicadores deícticos e estilo oral

Uma narrativa onímica sobre viagens - é uma expressão cunhada aqui ad hoc e proposta para efeitos de caracterizar as nossas fontes de textos e não de classificação enquanto género literário. Uma perspectiva discursiva combinada com a estilística podia ser uma das abordagens na busca da caracterização pretendida. Comentários orais do Muhammad bin Thabiti ao conteúdo da Crônica Genealógica dos Matungi (T2), pelo seu estilo narrativo diferente do texto escrito T2 básico, foram incluídos e considerados no nosso corpus de fontes justamente para sua maior diferenciação. O texto básico, na sua génese proveniente provavelmente também da tradição oral, já tem características duma exposição redigida em forma escrita, filtrada, enquanto comentários orais pelo mesmo autor tecidos sobre os mesmos eventos, com o texto básico em frente dos olhos do narrador como pauta de música, são factograficamente complementares e mais espontâneos. Existem pelo menos duas versões desta narrativa oral - sessões gravadas espaçadas por mais de dez anos, cada vez por um diferente investigador estrangeiro suaílófono, a versão T3 gravada em 1988 e a versão T4 por volta do ano 1999.³⁴ Escolhi para efeitos de ilustração um trecho sobre o itinerário do êxodo das duas nobres irmãs xirazianas de Angoche. Viagem (aqui marítima, de barco à vela) com uma mulher grávida - perigos e parto de urgência em condições precárias é um dos *topoi* narrativos universais - bíblicos inclusive. Nessa saga xiraziana cujas protagonistas principais são três princesas, cada uma cumpre o seu fado feminino de dar a luz nas condições mesmo adversas, o que aumenta o efeito de suspense, acelera o fluxo. Ambas as versões deste episódio são ricas em detalhes, na sua densidade toponímica - estilo roteiro.³⁵ O distanciamento temporal entre as sessões, a experiência da recepção do texto-pauta original escrito, a presença de um auditório, influenciaram ainda mais o fluxo performativo, discursivo do Muhammad bin Thabiti. O narrador contando este episódio segue linearmente a direcção espacial deste itinerário de sul para o norte, de Ngoji em Parapato (q.d.

Angoche) ao lugar do que vai ser temporariamente o futuro “Ngoji novo” em Ntende, na Baía de Tungue, e logo depois a Quiuiia/Kiwiya-Tungue. Trata-se de eventos que antecederam a vida do narrador por umas seis gerações ou mais. Neste trecho épico transparece o bom conhecimento da topografia e toponímia costeira pelo próprio autor. A povoação Ruseti (Lusete, Luxete) é nessa gesta um lugar importante: pois uma das irmãs deu à luz, foi ali casada (aliás por um estrangeiro e canibal), criou a sua família. Ruseti tem por isso, na memória histórica local em Tungue, um cunho feminino xiraziano, e está ligada por genealogia aos Xirazianos de dois ninhos, sobretudo os do clã Waulemelo. Marcas do estilo oral na amostra infra são, entre outros elementos com função deíctica, pronomes locativos (classe 16), em particular *hapo*, *hapa*, *ndipo*, *papa hapa*, referentes ao espaço e ao momento da acção. E topónimos.

*“[...] wakaja mpaka bahari ya Nsaru. - Papa hapa wa kupita Mutamba, hapa kidogo, ... baada ya kupita Kiteraju [...] Wakaegessa mji moja, papa hapo, kupita hapo Kiteraju, ndipo kufika hapo Nsaru panaitwa Nalele. Mbele ya Nalele hapo pana mji inaitwa Karubu. Jahazi wakapweza hapo. Yote mawili. Pana kijito kidogo hivi. Sasa hapo, wakivuka pana mahala panaitwa Ruseti.”*³⁶

“[...] chegaram até baía de Nsaru³⁷. Por ali mesmo, passando Mutamba (Mocímboa da Praia)³⁸, um pouco (mais à frente), depois de passar por Kiteraju (Quiterajo) [...]. Desembarcaram numa povoação ali mesmo, passando por Kiteraju e chegando a Nsaru no lugar chamado Nalele (Narere). De Nalele, mais à frente³⁹, há uma povoação que se chama Karubu⁴⁰. Colocaram ali em terra os seus barcos. Os dois. Há um riacho por aí. Atravessaram-no chegando ao lugar que se chama Ruseti (Lucete, Luxete)”.

2.3 Divisão de territórios: *kugawia nchi na kupasua mpaka “dividir terrenos e seus limites”*

O caso-exemplo diz respeito à zona de Litumbu (Litumumbu, Tumumbo), q.d. pré-Palma.

É competência, dever e privilégio do chefe local atribuir (*kugawia*) terras ou seja terrenos aos imigrantes para viverem e cultivarem. No caso citado o chefe, reconhecido como tal pelos imigrantes vindos “do Niassa” (provavelmente os Yao), é Ahmadi Hassani, *sultani* dos Xirazianos, ele mesmo e os seus também não autóctones da região. A expressão *kupasua mpaka* “estabelecer um limite” do verbo *kupasua* lit. “partir, cortar, despedaçar” é indicativa que a terra é cognitivamente percebida como um corpo físico. Neste caso a brecha é natural: um rio (*jito*, aumentativo do *mto*), uma corrente que desagua no mar. Jito la Miramba (ou Milamba) passa por lugar “onde crescem imbondeiros” = *Kumilamba* – em língua mwani o nome bem frequente de um bairro, portanto uma zona habitada (oicónimo) ou não habitada (anoicónimo). Caso de tranonímia a ser interpretada: arbónimo > anoicónimo > hidrónimo > oicónimo.

[T2 linhas 139-145] *“Halafu alipokuja Mzee Nbalu kutoka kwao alikokuwa pamo na jamaa zake, akafika hapa Litumbu. Akamkuta bwana Sultani Ahmadi Hasani yuko huko Mkumbi, amejenga na watu wake. Akasema Mzee Nbalu kumwambia Sultani Ahmadi Hasani „nigawie”. Akamgawia, akapasua mpaka wakafanya jito la Miramba - ndiyo mpaka na Nbalu.”*

[139 - 145] *“Depois, quando veio Mzee Nbalu daí onde ele estava com os seus familiares, ele veio aqui a Litumbu. Encontrou Senhor Sultão Ahmadi Hassani enquanto ele estava em Mkumbi, onde ele se instalou com a sua gente. E disse Mzee Nbalu ao Sultão Ahmadi Hassani “me dê [terra]”. Deu-lhe [terra], definiu um limite, fizeram-no no rio de Miramba - essa foi a fronteira com Nbalu”.*

Neste caso a divisão decorreu pacificamente, respeitando as regras de boa vizinhança. Bom precedente para criar uma aliança em defesa contra o invasor externo – os Sakalava de Madagáscar – aliança a ser soldada por um ritual *ngoma* – alicerces da união dualizada (tipo moiety). Deixou traços na toponímia.

A parte mais emblemática, heróica da narrativa T2, é sobre a defesa e expansão do espaço nuclear territorial tunguense por meio de conquista e da magia. É grávida em consequências e em etimologias lendárias sobre nomes Quiuiia e Tungue. Por limitação de tempo e espaço, será omitida nestas considerações. Veja Rzewuski. *op.cit.*

3. Conclusões

Para efeitos deste artigo, objectivos e objecto do presente estudo, a expressão “paisagem toponímica” é derivada do conceito de paisagem linguística (linguistic landscape). Esse conceito e termo é usado em estudos sociolinguísticos sobre multilinguismo, sobretudo em meios urbanos (*citiscapes*), que se revela em forma escrita, principalmente em iconosfera multilingue pública, na sinalização rodoviária, na publicidade comercial etc, inclusive a toponímia visualizada. Essa perspectiva aparece como o *mainstream* porque a sociolinguística interessa-se sobretudo por contextos contemporâneos, sincrónicos, mas também porque a disponibilidade generalizada de câmeras facilita a captação dos recortes da paisagem visual. As imagens são comunicados, são textos verbais ou não verbais. O nosso estudo baseia-se nos comunicados orais e escritos que embora não saltem à superfície, de facto permeiam e mapeiam a percepção do espaço e do tempo socialmente

sentidos, profundamente enraizados na história. Na sociedade tradicional *homo loquens, homo narrans* faz parte da e cria a paisagem associativa toponímica. É um dos doadores de nomes. Quanto mais poder de nomear tem o *homo scribens* - homem letrado - sobretudo na sacrossanta escrita dos muçulmanos.

A paisagem toponímica aqui reconstruída refere-se ao toponímico histórico, aos lugares geoespacialmente localizáveis mas temporalmente mitologizados. Essa matéria e essa interpretação talvez fujam das linhas mestres da moda sociolinguística mas não do espectro temático dos estudos sobre paisagem linguística. Sobre esta escreve Gorter: “Às vezes, o significado da paisagem linguística é estendido para incluir uma descrição da história das línguas ou diferentes graus no conhecimento das línguas. Ou mais estreitamente, pode referir-se à variação interna da linguagem em partes de apenas uma língua, em particular em relação ao seu vocabulário [...]. [Gorter 2006, tradução minha].

Evoquemos outra citação relevante para questão de normas ortográficas na toponímia da paisagem multilingue (Salgueiro 2016):

À “visibilidade e saliência” de uma ou mais línguas em sinais públicos ou comerciais existentes num território ou região, Landry (1997) chama «paisagem linguística». A marcação efetiva de fronteiras linguísticas é útil para a delimitação de território, mas serve, simultaneamente, de entrave às relações entre grupos linguísticos distintos, amplificando o sentimento de pertença associado a cada um deles e criando um distanciamento relativamente a quaisquer grupos tidos como «exteriores», em particular os geograficamente contíguos. Esta constatação torna claro que a paisagem linguística não possui uma função meramente informativa. A ligação entre toponímia e paisagem linguística é particularmente evidente em contextos multilingues. No caso da língua portuguesa, que não raro convive com outras línguas locais nos espaços em que é oficial, a opção pela codificação de topónimos sob uma língua comum, no âmbito de uma política linguística partilhada pelos países da CPLP, possibilita o desenvolvimento de e acesso a recursos únicos e homogéneos. As vantagens percebidas daí decorrentes incluem a identificação transnacional de topónimos e a associação direta da pertença de um lugar e das suas populações a uma comunidade maior. Um sistema toponímico sob o escopo de uma língua pluricêntrica não invalida, sublinhe-se, o respeito pelas línguas com as quais partilhe geografias, nem exclui sistemas alternativos de representação, equidistantes ou não.”⁴¹

A paisagem toponímica tunguense aqui em foco é aquela que evocam cartografias narradas sobre lugares, itinerários, fados, territórios. Palimpsestos de memória de “velhos-bibliotecas” raspam-se, apagam-se e reescrevem-se. Quem se vai lembrar nos anos futuros da “febre do gás” que o lugar do aeroporto da vila de Palma actual em tempos antigos serviu para os trisavós tunguenses e os Wampambe de palco de danças rituais que chamavam *Nnewe* (“água”)⁴², e que Litumbu ou Tumumbu na margem do rio Minengeni, passou a chamar-se Palma no fim do século XIX e que também fazia parte do Tungue político e administrativo? Que o terminal da conduta submarina de gás de 45 km e a estação ultramoderna de liquefacção do gás já estão a ser construídas no lugar do primeiro assentamento histórico⁴³ dos imigrantes xirazianos em Cabo/Ras Afungi que eles chamavam Ngoji para comemorar Ngoji/Angoche - o primeiro porto seguro africano na sua odisseia. A não ser que desses nomes patinados da antiguidade se vá cunhar ergónimos e crematónimos - marcas de hotéis, de galerias, de cerveja, de outras danças. Haverá outros “Xirazianos” a tomarem conta da Baía de Tungue. Outros factores de topofilia e do apego toponímico. Oxalá que não aconteça o seu contrário.

Bibliografia

1. Adamowicz, Leonardo (2013). Levantamento arqueológico de salvaguarda da zona Sul da Península de Afungi. Maputo 2013 Acessível em: https://www.academia.edu/6543075/levantamento_arqueologico_de_salvaguarda_na_zona_sul_da_peninsula_afungi?auto=download&email_work_card=download-paper
2. Ainiala, Terhi; Östman Jan-Ola (2017). Socio-onomastics. The pragmatics of names. Benjamins, Amsterdam
3. Allen, James de Vere (1982): The ‘Shirazi’ Problem in East African Coastal History. In: *Paideuma: Mitteilungen zur Kulturkunde* 28, 9-27
4. Allen, James de Vere (1993): Swahili origins. Swahili culture and the Shungwaya phenomenon. London, Nairobi, Athens: J. Currey; E.A.E.P.; Ohio University Press
5. Allerton, Catherine (2012): Visible relations and invisible realms: speech, materiality and two Manggarai landscapes, In: Árnaso Arnar, Ellison Nicolas, Vergunst Jo, Whitehouse Andrew (Eds.), *Landscapes Beyond Land: Routes, Aesthetics, Narratives*. Berghahn Books. 178-196.
6. Bang, Anne Katrine (2014): *Islamic Sufi Networks in the Western Indian Ocean (c. 1880-1940)*. Ripples of Reform. Leiden, Brill
7. Batoma, Atoma (Ed.) (2006): African Ethnonyms and Toponyms: An Annotated Bibliography. *Electronic Journal of Africana Bibliography* (10). Urbana-Champaign: University of Illinois

8. Bennett, Norman (1987): Zanzibar, Portugal e Moçambique: relações dos fins do século dezoito até 1890. In *Revista Internacionl de Estudos Africanos* (6-7), 9-36
9. Bonate, Liazzat (2010): Documents in Arabic Script at the Mozambique Historical Archives. In *Islamic Africa* 1 (2), 253-257
10. Cabral, António (1975), Dicionário de nomes geográficos de Moçambique - sua origem. Lourenço Marques
11. Caffarelli, Enzo (2016): Replicazioni toponimiche nello spazio geografico e nello spazio linguistico. In: Artur Gałkowski, Renata Gliwa (Eds.): *Nazwy terenowe i miejscowe w przestrzeni fizycznej. Geographical names in physical space*. Łódź: Wydawnictwo Uniwersytetu Łódzkiego
11. Cantile, Andrea (2016): Place names as intangible cultural heritage: potential and limits. In Andrea Cantile, Helen Kerfoot (Eds.): *Place names as intangible cultural heritage*. Firenze: IGMI Istituto Geografico Militare, 11-16
12. Carter, Erica; Donald, James; Squires, Judite (Eds) (1993). *Space and Place: Theories of Identity and Location*. London: Lawrence and Wishart
13. Chatelain, Héli (1893): Geographic Names of Angola, West Africa. In *Journal of the American Geographical Society of New York* (25 (1) 304-312. DOI: 10.2307/197042.
14. Conceição, António Rafael (2006), *Entre o mar e a terra: Situações identitárias no Norte de Moçambique* (Cabo Delgado), Maputo: Promédia,
15. Coppola, Anna Rita (2017): Swahili Oral Traditions and Chronicles. In Stephanie Wynne-Jones, Adria Jean LaViolette (Eds.): *The Swahili world*. London: Routledge (The Routledge worlds), 147-155
16. Cumbe, César (2016): Formal and informal toponymic inscription in Maputo: towards an urban socio-linguistics and anthropology of streetnaming, In: Liora Bigon (Ed.): *Place Names in Africa: Colonial urban legacies, entangled histories*. Springer, 195-206
17. Darch, Colin (2019): *Historical dictionary of Mozambique*. New edition. Lanham Maryland: Rowman & Littlefield (Historical dictionaries of Africa)
18. Darian-Smith, Kate; Gunner, Elizabeth; Nuttall, Sarah (Eds.) (1996): *Text, Theory, Space. Land, Literature and History in South Africa and Australia*. 1ª edição: London: Routledge, 2ª: Florence: Taylor and Francis. Acessível em: https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/file%20uploads%20/kate_darian-smith_liz_gunner_sarah_nuttall_textbook4you.pdf
19. Demhardt, Imre Josef (1997): *Deutsche Kolonialgrenzen in Afrika. Historisch-geographische Untersuchungen ausgewählter Grenzräume von Deutsch-Südwestafrika und Deutsch-Ostafrika*. Hildesheim, Zürich, New York: G. Olms (Historische Texte und Studien, Bd. 16)
20. Devos, Maud (2008): *A grammar of Makwe* (Palma; Mozambique). München: Lincom Europa,
21. Dougherty, Carol (1993): *The poetics of colonization. From city to text in archaic Greece*. New York, Oxford: Oxford University Press
22. Duarte, Ricardo Teixeira (1993): *Northern Mozambique in the Swahili world: an archaeological approach*. Central Board of National Antiquities; Eduardo Mondlane University Dept. of Archaeology and Anthropology; Uppsala University Dept. of Archaeology, Stockholm, Maputo, Uppsala
23. Du Plessis, Theodorus (2019): Geographical names standardisation in South Africa: a name-planning perspective on activities, 2007-2016. In: Peter E. Raper (Ed.): *Critical toponymy: Place names in political, historical and commercial landscapes. Proceedings of the 4th International Symposium on Place Names 2017*. Windhoek, Namibia, 18-20 September 2017. With assistance of Herman Beyer, Matthias Brenzinger, Theodorus
24. Du Plessis, Peter E. Raper. Bloemfontain: SUN MeDIA, 15-34
25. Fernandes, Jorge Luis P. (2006): *República [Popular] de Moçambique. As Alterações Toponímicas e os Carimbos do Correio*. Edições Húmus
26. Förster, Larissa (2005): *Land and landscape in (Otjiherero) Herero oral culture: Cultural and social aspects of the land question in Namibia*. Windhoek: Namibia Institute for Democracy (NID)
27. Fox, James Joseph (1997): Genealogy and Topogeny: Towards an ethnography of Rotinese ritual place names. In James J. Fox (Ed.): *The poetic power of place. Comparative perspectives on Austronesian ideas of locality*. Canberra: Department of Anthropology, 89-100
28. Gorter, Durk (2006): Introduction: The Study of the Linguistic Landscape as a New Approach to Multilingualism. *International Journal of Multilingualism*, Vol. 3, No. 1, 1-6
29. Helleland, Botov (2012): Place names and identities. In Botov Helleland, Christian-Emil Ore, Solveig Wikström

(Eds.): Names and Identities. *Oslo Studies in Language* 4 (2). Oslo: University of Oslo, 95-116, acessido em 12/15/2019

30. Henrichsen, Dag (1999): Claiming space and power in pre-colonial central Namibia: The relevance of Herero praise songs. Basel: Basler Afrika Bibliographien (BAB Working Papers, 1)

31. Hofmeyr, Isabel (1994): We spend our years as a tale that is told. Oral historical narrative in a South African chiefdom. Portsmouth, N.H., Johannesburg, London: Heinemann; Witwatersrand University Press; J. Currey Hough, Carole (Ed.) (2016): The Oxford handbook of names and naming. With assistance of Daria Izdebska. Oxford: Oxford University Press (Oxford handbooks in linguistics)

32. Hough, Carole; Izdebska, Daria (Eds.) (2016): 'Names and Their Environment'. Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences, Glasgow, 25-29 August 2014. University of Glasgow. Acessível em: https://www.gla.ac.uk/media/Media_576598_smx.pdf

33. Hough, Carole; Izdebska, Daria (Eds.) (2016): 'Names and Their Environment'. Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences, Glasgow, 25-29 August 2014. 'Names and Their Environment'. Glasgow, 25-29 August 2014. ICOS. Glasgow: University of Glasgow (Theory and Methodology Socio-onomastics, 4). Acessível em: https://www.gla.ac.uk/media/Media_576598_smx.pdf

34. Jenkins, Elwyn (2018), A toponymic typology applied to South Africa. *Nomina Africana: Journal of African Onomastics*, 32 (1), . 23-35. Acessível em https://journals.co.za/content/journal/10520/EJC-fad84b75f#metrics_content

35. Kerfoot, Helen (2014): Toponymy and Administration: from plazas to planets, with particular reference to United Nations work. In: Joan Tort i Donada, Montserrat Montagut i Montagut (Eds.): Els noms en la vida quotidiana. // Names in daily life: Proceedings of the XXIV ICOS International Congress of Onomastic Sciences. 5-9 September 2011, Barcelona: Generalitat de Catalunya, 152-174

36. Kostanski, Laura (2016): Toponymic Attachment. In: Carole Hough (Ed.): The Oxford handbook of names and naming. With assistance of Daria Izdebska. Oxford: Oxford University Press (Oxford handbooks in linguistics), 412-426. Acessível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199656431.001.0001/oxfordhb-9780199656431>

37. Kostanski, Laura; Puzey, Guy (Eds.) (2016): Names: People, Places, Perceptions and Power, Bristol: Multilingual Matters

38. Lapa, Joaquim José; Ferreri, Alfredo Brandão Cro de Castro (1889): Elementos para um Dicionário Chorographico da Província de Moçambique. 1st ed. Lisboa. Acessível em: <https://archive.org/details/ele>

39. Lemos, Manuel J. C. (1989): Aruângua, Chiveve ou Bângoè? Breves considerações sobre a toponímia da cidade da Beira. In: ARQUIVO - Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique (6), 5-20

40. Markowska, Anna (2013): O Szirazyjczykach z Tungu (Mozambik). Wydanie rękopisu suahili w piśmie arabskim. Tese de licenciatura, Orientador Eugeniusz Rzewuski, Uniwersytet Warszawski, Wydział Orientalistyczny, Varsóvia

41. Medeiros Eduardo (1997): História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929). Maputo: Central Impressora

42. Meneses, Maria Paula (2015): Décolonisation des toponymes au Mozambique en 1975, disponível em: <http://www.africultures.com/php/index.php?nav=article&no=13340>

43. Meneses, Maria Paula (2020) Debate: Memória, toponímia urbana e heroicidade em Moçambique, 24 de Junho 2020, Ethale Talks, https://www.youtube.com/channel/UCcKTLGzm_OvQNM6Ur53LbUw
<https://www.youtube.com/watch?v=YEeYt83bBaY>

44. Menezes, Bernardo Kessongo (2015): Harmonização da grafia toponímica do Município de Benguela. Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais ed Humanas. Acessível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/18872/1/TRABALHO%20DE%20FINAL%20DE%20CURSO%20-%20TOPON%C3%8DIA%20-%2030-06-2015%20-%20FINAL%20%280003%29.pdf>, acessido em 12/4/2019

45. Mingas, Amélia, Entrevista com Amélia Mingas Nova Gazeta de 10 de Outubro 2013

46. Mutiua, Chapane (2014): Ajami Literacy, 'class', and Portuguese pre-colonial administration in northern Mozambique. M.A. thesis, University of Cape Town. Faculty of the Humanities

47. Ohly, Rajmund (1997): Herero onomastics. *Africana Bulletin* (44), 11-17

48. Ohly, Rajmund (1998): Toponymical metaphors: a case study in Otjiherero place-names. In *Africana Bulletin*, (46), 16-21

49. Palma Velho, Jose Raimundo (1887): A tomada da Bahia de Tungue no parlamento e na imprensa. La Bécarre. Acessível em http://ia700607.us.archive.org/3/items/tomadabahiadet00velh/tomadabahiadet00velh_bw.pdf
50. Palmer, Hilary C.; Newitt, M. D. D.; O'Neill, H. E. (2016): Northern Mozambique in the Nineteenth Century. The Travels and Explorations of H.E. O'Neill. Leiden, Boston: Brill
51. Patissa, Gociante (2013), Uma toponímia sem memória própria. Angola Debates e Ideias. 11.10.2013. <https://angodebates.blogspot.com/2013/10/uma-toponimia-sem-memoria-propria.html>; <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39929/nova-toponimia-do-mat-e-ilegal>
52. Pradines, Stephane (2009): L'île de Sanjé ya Kati (Kilwa, Tanzanie). Un mythe Shirâzi bien réel. In *Azania* 44 (1), 49-73
53. Rafael, Saul Dias (2002): Dicionário toponímico, geográfico e etnográfico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique
54. Raper, Peter E. (Ed.) (2019): Critical toponymy: Place names in political, historical and commercial landscapes. Proceedings of the 4th International Symposium on Place Names 2017. Windhoek, Namibia, 18-20 September 2017. With assistance of Herman Beyer, Matthias Brenzinger, Theodorus Du Plessis, Peter E. Raper. Bloemfontain: SUN MeDIA
55. Rausová, Jana (2017): Socioonomastika - lze ji vymezit jako samostatnou disciplínu? In *Onomastica* 61 (1), 281-293. DOI: 10.17651/ONOMAST.61.1.18
56. Rzewuski Eugeniusz. (1991a). Origins of the Tungi Sultanate in the light of the local traditions, In: Stanisław Piłaszewicz, Eugeniusz Rzewuski (Eds.), *Unwritten Testimonies of the African Past, (Orientalia Varsoviensia 2)*, Warszawa: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, 193-214. http://www.afrykanistyka.uw.edu.pl/pliki/files/publikacje/19_rzewuski.pdf, acedido em 4.07.2020
57. Rzewuski, Eugeniusz (1991b): Mother Tongue/Father Tongue Convergence. On Swahilization and deswahilization in Mozambique. In: James R. Dow, Thomas Stolz, Sabine Albrecht (Eds.): *Akten des 7. Essener Kolloquiums über „Minoritätensprachen, Sprachminoritäten“*. Vom 14. - 17.6.1990 an der Universität Essen. Bochum: Brockmeyer, 267-305
58. Salgueiro, Agostinho Miguel Magalhães (2016): Topónimos no espaço da CPLP: o vocabulário toponímico [Em linha]. mestrado. ISCTE - IUL, Lisboa. Acessível em: <<http://hdl.handle.net/10071/12495>>, acedido em 6/30/2020
59. Schmidt-Brücken, Daniel; Schuster, Susanne; Stolz, Thomas; Warnke, Ingo H.; Wienberg, Marina (Eds.) (2015): *Koloniallinguistik - Sprache in kolonialen Kontexten*. Berlin: De Gruyter Akademie. Acessível em: DOI 10.1515/ijsl-2016-0004
60. Sendakova, Elena (2018): Palimpsests verbo-culturelles comme outils d'acculturation. In *Çédille. Revista de estudios franceses* (14), 509-521, acedido em 11/22/2019
61. Silva, Teresa Cruz e.; Araújo, Manuel G. Mendes de; Souto, Amélia Neves de (Eds.) (2015): *Comunidades costeiras. Perspectivas e realidades*. Maputo, Moçambique: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (CESAB)
62. Spear, Thomas (1984): The Shirazi in Swahili Traditions, Culture and History. In *History in Africa* 11, 291-305
63. Stefani, Elvys de (2016): Names and discourse. In: Carole Hough (Ed.): *The Oxford handbook of names and naming*. With assistance of Daria Izdebska. First edition. Oxford: Oxford University Press, 66-82
64. Stolz, Thomas; Ingo H. Warnke; Schmidt-Brücken, Daniel (Eds.) (2016): *Sprache und Kolonialismus. Eine interdisziplinäre Einführung zu Sprache und Kommunikation in kolonialen Kontexten*: De Gruyter Mouton
65. Stolz, Thomas; Warnke, Ingo H. (2017): Anoikonyme und Oikonyme im Kontext der vergleichenden Kolonialtoponomastik. In Ingo H. Warnke, Thomas Stolz, Axel Dunker (Eds.): *Benennungspraktiken in Prozessen kolonialer Raumanerkennung*. Berlin, Boston: De Gruyter, 205-229
66. Stolz, Thomas & Ingo H. Warnke (2015): Aspekte der kolonialen und postkolonialen Toponymie unter besonderer Berücksichtigung des deutschen Kolonialismus. In: Daniel Schmidt-Brücken, Susanne Schuster, Thomas Stolz, Ingo H. Warnke, Marina Wienberg (Eds.): *Koloniallinguistik - Sprache in kolonialen Kontexten*. Berlin: De Gruyter Akademie
67. Stolz, Thomas & Ingo H. Warnke (2018): System- und diskurslinguistische Einblicke in die vergleichende Kolonialtoponomastik. Eine gemeinsame Einführung. In: Stolz, Thomas & Ingo H. Warnke (Eds.): *Vergleichende Kolonialtoponomastik. Strukturen und Funktionen kolonialen Ortsbenennung*: De Gruyter, 6-1
68. Stuhlmann, Franz (1887). Bericht über das deutsch-portugiesische Grenzgebiet am Ruvuma. In *Mittheilungen von Forschungsreisenden und Gelehrten aus den deutschen Schutzgebieten: mit Benutzung amtlicher Quellen* 10, pp. 182-190. (fonte do mapa da Bahia de Tungue - veja Anexo 1)

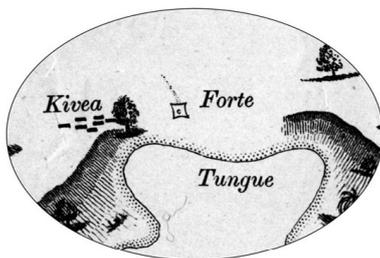
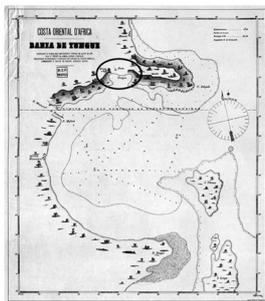
69. Tichelaar, Tjeerd (2012): Toponyms as carriers of cultural heritage: the history of place names. In UNGEGN Department of Economic and Social Affairs (Ed.): *Toponymy Training Manual*.: UNGEGN, Chapter 23 p. 1-8. Acessível em: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/>
70. Tuan, Yi-Fu (1991): Language and the Making of Place: A Narrative-Descriptive Approach. In *Annals of the Association of American Geographers* 81 (4), pp. 684-696. Acessível em: www.jstor.org/stable/2563430, acessido em 10/11/2019
71. Tuan, Yi-Fu (2015): Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Livro electrónico. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina. Acessível em: https://books.google.pl/books?hl=en&lr=&id=HKg3DwAAOBAJ&oi=fnd&pg=PT4&ots=ZE_lhrvFu&sig=6OE-rtPXeSvYahof2KOpnCimQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, acessido em 10/31/2019
72. UNGEGN (Ed.) (2015): Geographical Names as Cultural Heritage. *UNEGEGN Information Bulletin* (48). New York
73. UNGEGN Department of Economic and Social Affairs (Ed.) (2012): *Toponymy Training Manual*.: UNGEGN. Acessível em: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/>
74. van der Wal, Jenneke (2009): Word order and information structure in Makhuwa-Enahara. Utrecht: LOT (LOT, 215)
75. Velten, Carl (1898): Erklärung einiger ostafrikanischen Ortsnamen. In *Mitteilungen des Seminars für Orientalische Sprachen (MSOS) - Dritter Abteilung: Afrikanische Studien.*, 199-204. Acessível em: https://archive.org/details/bub_gb_pivGAAAAMAAJ/page/n687
76. Velten, Carl (1900): Die Spitznamen der Europäer bei den Suaheli. In *Mitteilungen des Seminars für Orientalische Sprachen (MSOS) - Dritter Abteilung: Afrikanische Studien.* III, 191-197
77. Wynne-Jones, Stephanie; LaViolette, Adria Jean (Eds.) (2017): *The Swahili world*. London: Routledge (The Routledge worlds)

Fontes - Mapas:

1. Bahia de Tungue, 1877. Legenda: "Verificados os pontos mais importantes e sondada em Agosto de 1877 pelo 2º tenente de armada Raphael d'Andrade, des. António Maria de Carvalho. Encarregado de navegação e regulação das agulhas da corveta "Mindello" Commandante, o Capitão de fragata, Rodrigues Bastos". Publicada por Comissão de Cartographia, Lisboa 1877. p.b. 505x653 mm, Cópia digital facultada por cortesia da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério de Economia. Lisboa.
2. Stuhlmann, Franz, 1887. segundo reprodução parcial em Demhardt, Imre Josef (1997): *Deutsche Kolonialgrenzen in Afrika. Historisch-geographische Untersuchungen ausgewählter Grenzräume von Deutsch-Südwestafrika und Deutsch-Ostafrika.* Hildesheim, Zürich, New York: G. Olms (Historische Texte und Studien, Bd. 16)
3. O'Neill H- E. topónimos e índice seg. edição Palmer, Hilary C.; Newitt, M. D. D.; O'Neill, H. E. (2016): *Northern Mozambique in the Nineteenth Century. The Travels and Explorations of H.E. O'Neill.* Leiden, Boston: Brill

Anexo 1
Costa Oriental d'Africa. Bahia de Tunge
(fragmento - braço norte da baía).

Autor: Raphael d'Andrade. 1877



Anexo 2

Página final (explicit, cólofon) folio 16^o recto do manuscrito T2 com data e nome do autor e o escriba

بِخَطِّ يَزِيدِ بْنِ سَلَمَةَ جَائِمِ النَّهَارِ	بِخَطِّ يَزِيدِ بْنِ سَلَمَةَ جَائِمِ النَّهَارِ
يَوْمَ سَبْتِ مُوزِجِ شَهْرِ ذِقْعَدَ	يَوْمَ سَبْتِ مُوزِجِ شَهْرِ ذِقْعَدَ
تَرْجِجِ ١٣٨٩ بِعَوْنِ اللَّهِ الْوَهَّابِ	تَرْجِجِ ١٣٨٩ بِعَوْنِ اللَّهِ الْوَهَّابِ
كَاتِبِ عَبْدِ الْفَقِيرِ اللَّهِ تَعَالَى	كَاتِبِ عَبْدِ الْفَقِيرِ اللَّهِ تَعَالَى [270]
مُحَمَّدُ بْنُ ثَابِتٍ	مُحَمَّدُ بْنُ ثَابِتٍ

A.H. 29 Dhi-l-Qa'ada 1389 = A.D. 7 de Fevereiro 1970 Muhammad ibun Thabiti⁴⁵

Anexo 3

Assinatura do Abrari, capitão-mor de Tungue

Grafia ajamiada do título oficial de capitão-mor de Tungue

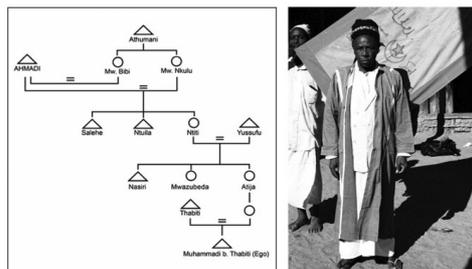
Anexo 4

Genealogia (nasaba) do Muhammad bin Thabiti (como Ego) estabelecida por Eugeniusz Rzewuski¹

Xehe Muhammad bin Thabiti, foi um líder muçulmano muito respeitado em Palma e na região. Estudou em Zanzibar, foi discípulo do califa Ali bin Hamid bin Ali al-Qadiri e por ele foi investido para ser xehe da confraria Qadiriyya em Palma o que confirma o documento *silsila*² e a roupa de iniciação (*khirqā* - na foto). Faleceu por volta do ano 2005 ou 2006.

A genealogia (*nasaba*) do Muhammad bin Thabiti, foi estabelecida com base do texto da Crónica Genealógica dos Matungi de que MbT foi o autor, mas, por princípio, precisa de ser verificada com os respectivos familiares.

Na cadeia de antepassados do *Ego* figuram o trisavô Sultani Ahmadi e a 2^a esposa dele, Mwana Nkulu.



Nº1: Desenho gráfico Dominika Drezner (2017), foto Ryszard Czajkowski (1988, Palma).

Nº2: Análise do *silsila* manuscrito e a tradução parcial em Bang 2014: 60-62.

¹ Variantes de grafia do nome Tungue, Tungui, Tungi, Tunghi ou ξ , optei pela variante aportuguesada Tungue (pronunciada como a palavra italiana funghi ‘cogumelos’) : nome do histórico sultanato suaíli que existiu no actual distrito de Palma, Cabo Delgado em Moçambique; nome da baía em que nos séculos XVIII-XIX se estendia a sua zona de influência, anterior nome do distrito de Palma. Na segunda metade do século XIX, território disputado entre o sultanato de Zanzibar e Portugal.

² Entrevista com Amélia Mingas publicada no semanário angolano Nova Gazeta de 10 de Outubro 2013, reproduzida e comentada por Edno Pimentel em 15 de Outubro de 2013, em Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outras/diversidades/amelia-mingas-quer-maior-aposta-no-ensino-das-linguas-nacionais-em-angola/2816> [consultado em 22-06-2020]

³ Tradução do suaíli: <[acerca de] Paruma (= Palma), seu nome original é Tumumbu. Nome de Paruma ocorreu no [tempo do] governo europeu. Significa [em língua mwani] „*mfarume aveya*” “o rei não se cança”. Em suaíli corresponde a “*mfarume hachoki - fuateni amri*” - que quer dizer: “o rei é incansável - sigam (suas) ordens.” Ficou Paruma Veya.> Transcrição do texto suaíli em original grafado em escrita árabe, de que resulta aqui aplicada ortografia *Paruma* e *mfarume* em vez de *Palma* e *mfalme*; também corresponde à pronúncia do autor MbT. Excerto da narrativa manuscrita *Hati ya Nasaba ya Matungi (Genealogia dos Matungi)*, linhas 177-181. Veja: Rzewuski 1991a, Markowska 2013.

⁴ A comparar com o outro mapa, mais detalhado elaborado por Stuhlmann (1887) reproduzido em Demhardt 1997. Mapas contemporâneos com croquis de localização de sítios arqueológicos nas margens da Baía de Tungue podem ser consultados nos relatórios de Leonardo Adamowicz. (e.o. Adamowicz 2013). Algumas informações erradas neles exigem rectificação, mas este não é o momento nem o lugar oportuno para uma Errata de texto alheio.

⁵ A Alemanha anexou o chamado Triângulo de Quionga (Kionga) ao sul da foz do rio Rovuma de 1894 até 1916. Não disponho de informações se neste período de 22 anos houve da parte da administração alemã algumas intervenções na toponímia local - talvez nomes de algumas ruas na própria vila? (para além do “K” na ortografia).

⁶ Acerca de topónimos das fontes árabes antigas respeitantes a Moçambique, ver Tolmacheva 2014. Interessante que nas fontes cartográficas da segunda metade do século XIX aparecem e até coexistem topónimos alternativos, p.ex. Ras Kongoo/Cabo Delgado - nomes do mesmo promontório em que o elemento classificador *ras* é do árabe e do suaíli enquanto *cabo* é português, correspondente a Kap (Kap Delgado) em mapas e bibliografia em alemão (p.ex. Stuhlmann *op.cit.*). Isso em referência ao próprio Cabo (a península) mas não como nome do distrito ou da província derivados por tranonímia.

⁷ Veja van der Wal, 2009 sobre o nome *Onhipiti* que em língua emakhuwa é o oicónimo local da Ilha de Moçambique e significa “um esconderijo”. Em correspondência privada (17 e 21.10.2019) a autora explicou essa etimologia em cadeia derivativa de maneira seguinte: “The word ‘onhipiti’ is o- for locative class 17 with enhipiti which is the thing itself (Ilha). They say it comes from ‘mwiipitho’, which means ‘hiding place’ which derives from wiipitha ‘to hide oneself’, which is the reflexive form of ovitha ‘to hide’. The missing aspiration remains a mystery there, of course”. O verbo *ovitha* em emakhuwa corresponde ao *kuficha* “esconder” em suaíli. Jenneke van der Wal relata a explicação dos seus informadores - bem verosímil - neste caso não parecem ser etimologias populares. No entanto Onhipiti e Moçambique são topónimos paralelos sem etimologia comum linguisticamente provada ou excluída. A tradição portuguesa atribui a origem do nome da Ilha de Moçambique ao nome do chefe local da Ilha chamado Mussa bin Bique ou Ali Mussa ibn Mbiki com quem, alegadamente, se encontrou Vasco da Gama em 1498. Essa tradição remete ao primeiro relato da viagem do Vasco da Gama, atribuído a Álvaro Velho. Nas fontes suaíli e árabes o nome da Ilha de Moçambique regularmente usado é Msumbiji مسمبجي. Msumbiji é o terceiro nome paralelo da Ilha e, por extensão, o nome do país. Um caso de polionímia histórica interpretável em termos de oposição endo-/exonímia?

⁸ Adamowicz 2013 e referências bibliográficas de relatórios de salvaguarda anteriores (2011, 2013).

⁹ Por exemplo, topónimos de línguas africanas namibianas que nos tempos da Deutsche Süd-West Afrika ou foram ortograficamente germanizados ou traduzidos para o alemão (Möller 1986, Hendriksen 1999, Stolz & Warnke 2015).

¹⁰ Gociente Patissa, Uma toponímia sem memória própria. Angola Debates e Ideias. 11.10.2013.

<https://angodebates.blogspot.com/2013/10/uma-toponimia-sem-memoria-propria.html>;
<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39929/nova-toponimia-do-mat-e-ilegal>

¹¹ Entre parênteses: a semântica da própria palavra ‘palimpsesto’ também ilustra a capacidade de absorver sentidos e aplicações novas, p.ex. significado terminológico na fraseologia em que o termo palimpsesto se refere a uma expressão deliberadamente alterada, “travestida” como *From Russia with love* (título do filme sobre aventuras de James Bond) convertido em *From Russia with glve* (Sendakova 2018) - o que abre muitas leituras novas, conforme o contexto.

¹² “onomástica consolatória” - expressão emprestada ao prof. Caffarelli (Caffarelli, Enzo, Dimmi come ti chiami e ti dirò perché: Storie di nomi e di cognome. Editori Laterza, 2014).

¹³ Tranonímia - aplicação de um nome próprio na categoria outra da original: p.ex. um hidrónimo passa a designar também uma localidade. Compare a definição seguinte: “*transonymy* - the phenomenon whereby names change their ‘onymic’ category, e.g., from personal names to place names, or change within the category of place names, e.g., from oronyms to names of restaurants” UNGEEN, Place-Name Changes: Proceedings of the Symposium in Rome, 17-18 November 2014 Working Paper No. 10/16, 2016:5.

¹⁴ Recordemos o artigo de Carl Velten sobre alcunhas-brincadeiras africanas dos europeus: Velten 1900, e o outro em que o mesmo autor apresenta dezenas de exemplos de interpretações etimológicas populares de topónimos da África Oriental alemã, comentando assim: “Será fácil para qualquer pessoa de algum modo conhecedora da língua suaíli captar da boca dos indígenas explicações desse género. (No entanto) elas não pretendem ter alguma cientificidade” (Velten 1898; tradução minha - ER). Uma amostra de exemplos semelhantes sobre toponímia angolana publicou na mesma época Héli Chatelain (Chatelain 1893).

¹⁵ *Geneologia onimizna. Nazwa własna w płaszczyźnie motywacyjno-komunikatywnej*. Poznań 2013.

¹⁶ Um dictão latino, citado e assim eternizado por Dante Aligheri (1265-1321), em *Vita Nuova* (ano ca. 1296, XIII, 4). Completar com o outro: *Place is space to which meaning has been ascribed*. Carter *et al.* 1993:xii.

¹⁷ “Do ponto de vista da antropologia, o estudo de nomes de lugares vai além da mera explicação etimológica de unidades isoladas de linguagem. Em vez disso, começa com um exame contextualizado dos nomes conforme eles aparecem nas narrativas, testemunhadas através da observação (participante). No entanto, desenvolvimentos recentes na análise antropológica de nomes estão surpreendentemente próximos da tradição histórica onomástica...” De Stefani 2016, tradução minha - ER.

¹⁸ *Washirazi* - nome suaíli de identidade referente a origem mitologizada no Xiraz persã, funciona como um dos nomes clânicos entre povos suaíli e suaílizados islamizados da costa leste africana. A sua ortografia aportuguesada Xirazianos em vez de Shirazianos é preferida aqui.

¹⁹ Toponimicon - conjunto de nomes próprios de lugares numa determinada região, zona ou área e num período determinável, ou contidos num corpus de textos., p.ex. da Bíblia. Aqui entendido como repertório de nomes próprios de lugares da região de Tungue. Veja toponymicon - conceito-chave na onomástica, analógico (mas com funções diferentes) ao do léxico no sistema duma língua.

²⁰ Nalguns momentos da leitura gravada da sua crónica o MbT comentou alguns etapas da narrativa revelando conhecimento

detalhado de lugares (até bem distantes, p.ex. Muluri), de acção, talvez pessoalmente percorridos por ele.

²¹ No âmbito do projecto *Origens urbanas em Moçambique* do Departamento da Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, no quadro do programa regional de pesquisas *Urban origins in East Africa*, financiado pela agência SAREC do Governo da Suécia.

²² Seria pertinente citar a esse respeito a teorização por Kostansky sobre o apego toponímico (toponymic attachment) distinguindo a *sense of place* vs. a *sense of place-name*: “Both have a memory of feeling attached to them but they are not necessarily the same. A sense of toponym can occur without direct contact with the location which it represents, it can occur in interaction with the toponym itself.”. (Kostansky 2016). Kostansky constrói a sua teoria inspirada pelo conceito de topofilia de Tuan (Tuan 1991, 2015).

²³ Comp. Henrichsen: “Topology, in contrast to topography, implies a structure of spatial differentiation which is timed, i.e. rooted historically” p.3, “[...] genealogy and topology were and are the most important means of structuring a historical consciousness amongst Herero”. Henrichsen 1999:6. “Space has to be understood as a multidimensional entity” and it is the “cultural contestations over naming and possessing the land, representing its landscape, and producing and defining a sense of place” that mark the multiple meanings of space. , Henrichsen op.cit. citando Darian-Smith et al. 1996, Introduction, pp. 2-3.

²⁴ Fox 2006.

²⁵ Sobre crónicas suaíli, relatos de viagem, e outros textos suaíli de tradição xiraziana ver: Spear 1984, Allen 1982, Allen 1993, Coppola 2017.

²⁶ Multiglóssia envolve a multigrafia. Em Moçambique há *de facto* um pluralismo de sistemas de escrita, pois para além da escrita latina, estão sendo usadas também, fora da esfera pública, a escrita árabe e a escrita devanagari com a variante gujarati. Existem alfabetos nacionais aprovados cientificamente para línguas africanas (bantu) de Moçambique baseados na escrita latina com adaptações e regras ortográficas para cada língua - usados no ensino público. Nos séculos XVII-XIX, na zona costeira norte de Moçambique usava-se oficiosa- e unilateralmente as línguas suaíli e mwani na escrita árabe em correspondência dirigida pelos chefes tribais letrados e capitães-mor às autoridades portuguesas. Nesses documentos constam topónimos moçambicanos escritos em árabe, mas também algumas fórmulas epistolares em português ajamiado.

²⁷ Allen, referindo-se aos antigos relatos chineses do ano 1225 sobre a África Oriental, sobretudo os referentes ao complexo de Shungwaya-Xiraz, chama atenção para a proximidade fonética do nome próprio sinizado Tiung Lji e o da Shungwaya...e à luz dos seus conteúdos descritivos sugere uma relação hipotética, de identidade até, desses dois centros e dois topónimos. Allen não sugere que Tiung Lji podia ser o Tungue moçambicano, mas não é de excluir a duplicação e transferência para o sul do Rovuma do topónimo Tungue pelos imigrantes Xirazi, originários de Pate-Siyu (Kenia de hoje), Allen 1993:137-138.

²⁸ “Investigations into people’s attitudes and stances toward names and name use require sociolinguistic and in particular folk linguistic research of the names, i.e. folk onomastics. Folk onomastics is also regarded as a part of the socio-onomastic research paradigm”[Aimiala e Östman 2017:11].

²⁹ “The socio-toponomastic works mainly deal with the toponymy of various social groups, toponymic competence (knowledge and usage of toponyms), non-standardized toponyms, slang toponyms, social-based toponyms (commemorative toponyms), social-based renaming, and the linguistic landscape” Rausova 2017.

³⁰ Xeicado seria talvez o termo mais apropriado mas seguimos a nomenclatura suaíli local - os chefes usavam o título *sultani*.

³¹ No sentido aproximado ao de *mythème* de Claude Lévi-Strauss

³² Esses três variantes ou leituras possíveis aparecem em textos T2 e T3. Ainda a vogal final do nome na grafia árabe marcada com *damma* pode ser lida /o/ ou /u/. A partícula li pode ser cópula da classe 5 que antecede o nome Tumumbu ou pode ser o prefixo do nome da mesma classe Litumbu. Litumbu pode ser erro do copista. O topónimo parece ter referência primária como hidrónimo, por derivação oicónimo. No mapa do ano 1877 em Anexo 1 consta Rio Tumumbo. No mapa do Stuhlmann de 1887 o riacho está marcado como Kitshumbo Bach e por hidrónimo paralelo: de Meinengéni. Hipoteticamente etimologia comum para ki-chumbo e li-tumbu? Qual variante do nome é reconhecida localmente como mais “correcto” é questão a ser investigada , inclusive no terreno.

³³ Em língua árabe a própria palavra *nisba* é substantivo feminino, mas nomes-*nisba* podem ter forma do género gramatical masculino ou feminino.

³⁴ T4 codifica o registo do ano 1999 gravado por Maud Devos (a quem agradeço a gentileza).

³⁵ O termo densidade toponímica é aqui usado em referência ao texto e não ao terreno - como originalmente em E. Hunn, “number of toponyms per square mile, or toponymic density”. Hunn, E. (1994). Place-Names, Population Density, and the Magic Number 500. *Current Anthropology*, 35 (1) DOI: 10.1086/204245.” Referido por Tim de Chant em: The curious relationship between place-names and population density, 2011/08/05/ , acessível em <https://persquaremile.com/2011/08/05/the-curious-relationship-between-place-names-and-population-density/> Aliás, seria interessante aplicar esse conceito original de densidade toponímica numa pesquisa africana.

³⁶ Fragmento do T3 - texto do comentário oral do MbT sobre eventos por ele descritos no T2.

³⁷ Hidrónimo e oicónimo: Msalo, M’salu, Messalo; segundo o Dicionário Corográfico da Província de Moçambique (Coimbra 1919) o outro nome local do Rio Messalo é Marari.

³⁸ A verificar se é a localidade Mutamba junto a Mocimboa da Praia, pois essa do T3 está ao norte de Quiterajo. Talvez um lapso do autor?

³⁹ Narere está mais ao sul do que Lucete: 11° 35’ 20” South, 40° 25’ 30” East . Notemos então que a expressão adverbial mbele ya é aqui usada (salvo erro) no sentido de “mais à frente” q.d. “depois de passar o lugar X”, em vez do uso habitual “em frente de”.

⁴⁰ Karubu - não identificado.

⁴¹ Topónimos no espaço da CPLP: o vocabulário toponímico [Em linha]. A perspectiva de Salgueiro em favor da “codificação de topónimos sob uma língua comum” nos países da CPLP reflecte a legislação angolana (do mesmo ano), nomeadamente: Lei Nr 14/16 de 12 de Setembro 2016. **Lei de bases da toponímia** - estipula:

Capítulo III, Normas da Toponímia. Artigo 7º.: Regras de Grafia dos Topónimos.
• 1. Os topónimos são escritos em língua portuguesa, seguindo a grafia de origem latina.
• 2. Os topónimos, nas demais línguas de Angola, são escritos em conformidade com as regras de grafia da língua correspondente, devendo ser certificados pelo Instituto de Línguas Nacionais.

http://www.parlamento.ao/documents/91849/136379/LEI+N.%C2%BA+14_16.pdf
Ver também: **a ortografia de nomes de municípios e comunas aplicada na Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais**, no Diário da República, 1ª Série - 97, 15.06.2016, http://www.parlamento.ao/documents/91849/136379/LEI+N.%C2%BA+8_16_+CODIFICA%C3%87%C3%83O+DAS+CIRCUNSCRIC%C3%87%C3%95ES+TERRITORIAIS.pdf

⁴² Enumeração dos bairros em Palma no início do século XXI - veja Devos 2008.

⁴³ [1] Segundo a Crónica T2/T3. Localização - veja Adamowicz 2013.

⁴⁴ Sobre colófonos em manuscritos árabes da Idade Média, ver: Florian Sobieroj, Arabic manuscripts on the periphery : Northwest Africa, Yemen and China. In: Jörg Quenzer, Dmitry Bondarev, Jan-Ulrich Sobisch, Eds. (2014.) Manuscript Cultures: Mapping the Field. Walter de Gruyter, Capítulo 1.4. Colophons, p 85-87.

⁴⁵ Transcrição digital por Anna Markowska. Markowska, Anna (2013); O Szirazyjczykach z Tungi (Mozambik). Wydanie rękopisu suahili w piśmie arabskim. Tese de licenciatura, orientador Eugeniusz Rzewuski, Uniwersytet Warszawski,. Wydział Orientalistyczny, Varsóvia.

PELOS CAMINHOS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA EM CONTEXTOS MULTILINGUES¹

Lúcia Vidal Soares²

“Não morre quem se ausenta, morre quem é esquecido.”
Mia Couto

Falar de Política Linguística é abordar um assunto actual, mas sempre muito delicado na medida em que “mexe com duas áreas sensíveis: a da identidade e a das emoções”, como refere Gonçalves (2008:196). Se é pela língua que estabelecemos interacções com o Outro, expressamos sentimentos e afectos, é igualmente a língua que nos diz da pertença a um grupo e/ou a uma comunidade. Desde há muito que o Homem tem vindo a intervir na língua e/ou em situações linguísticas, tal como o poder político tem igualmente marcado a(s) língua(s) através da sua influência.

No entanto, cientes dos riscos que poderemos correr, é justamente esse o tema deste breve texto, que pretende de uma forma breve abarcar os seguintes aspetos:

1. Políticas linguísticas: conceitos e perspectivas;
 2. Tipologias de políticas linguísticas,
- para que, no final, possamos apresentar algumas reflexões.

Em sociedades multilingues, nas quais existem vários grupos sociolinguísticos, as funções que as línguas desempenham são assumidas por diferentes línguas, ou, pelo menos, são-no em mais do que em uma língua. Esta repartição desigual de funções provoca situações “diglóssicas”, o que faz com que as línguas não tenham todas elas a mesma força funcional, nem a mesma força simbólica, no seio da sociedade. Através da análise das suas funções, o conceito de diglossia, que se aplica normalmente a uma sociedade e não a uma pessoa (Loubier, 2008) permite constatar e demonstrar as desigualdades sociolinguísticas e económicas das línguas que coexistem numa dada sociedade.

Convém desde já esclarecer que utilizaremos os conceitos de multilinguismo e de plurilinguismo de acordo com as orientações do Conselho da Europa (CE). Assim, por “multilinguismo” entendemos a presença, numa determinada área geográfica, de mais de uma variedade linguística, enquanto o “plurilinguismo” se refere ao repertório linguístico utilizado por um indivíduo. Este repertório engloba não só a variedade de língua, considerada como língua materna ou 1ª língua, mas também qualquer outra. Desse modo, um indivíduo plurilingue é uma pessoa que possui um repertório de línguas ou de variedades linguísticas e competências de natureza e de níveis diferentes, conforme as línguas.

Adequando o que acabamos de mencionar à situação linguística de Angola, podemos afirmar que nos encontramos num contexto multilingue, onde a gestão das línguas tem, por certo, merecido a atenção das políticas linguísticas estabelecidas.

1. Políticas linguísticas: conceitos e perspectivas

Quando nos referimos às Políticas Linguísticas, integramos, frequentemente, nesta designação dois conceitos: *Política* e o *Planeamento Linguístico*, ainda que estas designações terminológicas, podendo ser ambíguas, são indissociáveis. A este propósito, Pinto (2010) afirma:

“Se para uns estas são expressões sinónimas³ ou são conceitos cuja diferença está no carácter menos intervencionista da política relativamente à planificação⁴, para outros elas designam dois aspectos interligados da mesma actividade: seja a política uma das componentes da planificação linguística⁵, ou seja, ela o conjunto de princípios que a planificação operacionaliza⁶” (pp.13-14).

Assim, para a caracterização de uma Política Linguística teremos em conta o ambiente linguístico do qual esta emerge e no qual procura intervir (Cf. Pinto 2010, p.15).

Vários são, contudo, os conceitos de política linguística, termo que surge com Fishman⁷, em 1970, de acordo com Garcia (2007). Mateus (2009) entende-a como “um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua” (p.2).

Efectivamente, já em 1987^a (1999^b), Calvet a definira como “l’ensemble des choix conscients effectués dans le domaine des rapports entre langue et vie sociale, et plus particulièrement entre langue et vie nationale.” (pp.154/155), ligada, portanto, às opções do Estado, enquanto a planificação linguística, designação lançada por Haugen em 1959⁸, pode ser encarada como “la recherche et la mise en œuvre nécessaires à l’application d’une politique linguistique” (idem, p.155), isto é, “ le passage à l’acte” (ibidem), como sintetiza aquele linguista francês, mas que necessita, muitas vezes, da intervenção estatal.

E se é o Estado que detém uma acção mais destacada na elaboração das políticas linguísticas, não podemos ignorar a possibilidade de diferentes entidades poderem interferir nesse processo, como é o caso da Família e da Escola. Entre vários factores, o poder económico surge na elaboração dessas políticas com uma influência visível e significativa, muitas vezes, em detrimento da valorização do património linguístico local.

Ora nos países recentemente descolonizados, a escolha da língua pode constituir um assunto mais susceptível.

Nas Actas do Colóquio Ensino/Aprendizagem do francês e do português no contexto plurilingue africano, para a concretização do qual foi imprescindível o empenho, o apoio e o contributo da Prof.^a Doutora Amélia Mingas, enquanto Directora Executiva do ILLP, Josette Tshiluila (2008), afirma, no seu discurso proferido na sessão de abertura, que as línguas colonizadoras tiveram a função de “unir”/“unificar” os novos espaços definidos pela colonização. No entanto, mais tarde, quando surgiu a independência, desses novos Estados, estes não foram expeditos a implementar uma política de alfabetização em massa nas línguas oficiais escolhidas, provocando o seguinte panorama linguístico:

“Aujourd’hui que les ruptures sont consommées entre langues étrangères officielles et langues locales, et que les populations se sentent agressées de devoir exprimer tous les aspects de leur quotidien dans des langues étrangères, les tentatives de « revaloriser » les langues locales tout en maintenant la langue officielle étrangère, au lieu d’aller dans le sens d’une meilleure intégration nationale, ont fait naître des divergences voire des revendications identitaires que vont porter les élites ethniques”(p.28).

Tendo por base o desenvolvimento sustentável, há quem sugira a necessidade de elaborar uma política de língua, como é o caso de Diki-Kidiri (2004). Este Professor que valoriza a escolha da(s) língua(s) em contextos multilingues, considera-as como instrumentos muito importantes para o desenvolvimento do saber e das tecnologias, tornando-se num factor de sustentabilidade e de desenvolvimento. Por *desenvolvimento sustentável*, Feussi (2004, p. 21) entende “un ensemble des mécanismes développés et ayant pour finalité de permettre une évolution dans les conditions les meilleures de l’homme tant sur le plan individuel que collectif. ”

E como consolidar e tornar estável este crescimento? Para este linguista camaronês, a política linguística constitui um aspecto importante do desenvolvimento social, na medida em que, como já referimos, a política linguística permite definir orientações gerais em função da política de gestão do país sobre um macro plano, enquanto a planificação virá executar esta orientação, trabalhando sobre um material mais concreto, inscrevendo-se, na sua óptica, num quadro mais vasto, designado por “aménagement linguistique”, cuja função é a de actualizar a política linguística através de estratégias precisas e programadas num plano espaço-temporal.

Também para Emmanuel Sagara (2008) e para a Academia Africana das Línguas (ACALAN), não é expectável haver desenvolvimento sustentável sem Educação, na sua acepção mais ampla, ou seja, essa Educação só será possível com a introdução, na Escola, da(s) língua(s) que essas populações dominam.

2. Tipologia de políticas linguísticas em contextos multilingues

Passemos, agora, de forma sucinta, à apresentação de alguns modelos de políticas linguísticas de países multi/plurilingues, também eles saídos da descolonização, na medida em que foram/são eles que se debateram/debatem com os problemas linguísticos que surgiram/surgem no decorrer do processo.

Os modelos propostos por Tadadjeu de *trilinguismo extensivo* e o de *quadrilinguismo extensivo* de Tabi Manga, referidos por Valentin Feussi (2004) e por Gfeller (2000), a propósito dos Camarões, são exemplos disso mesmo.

Começemos pelo modelo proposto por Tadadjeu (1985), que se começou a desenhar a partir do momento em que os Camarões se reconheceram como um país bilingue, elegendo como línguas oficiais duas línguas não autóctones, duas línguas exógenas, o francês e o inglês. O que começou por ser um “modelo de transição ou de integração linguística,” acabou por se transformar no denominado “**trilinguismo extensivo**”. Face ao multilinguismo dos Camarões, país onde 236 línguas são consideradas línguas nacionais, Tadadjeu (1984) começou por definir o perfil do camaronês do futuro: alguém capaz de comunicar em, pelo menos, 3 línguas, em que uma deveria ser uma língua dos Camarões, de preferência a sua língua materna, a outra, a primeira língua oficial, o francês para os francófonos e o inglês para os anglófonos. A 3ª língua poderia ser ou uma língua veicular camaronesa ou a 2ª língua oficial. Estas três línguas constituíam a competência linguística básica desejável para um falante camaronês escolarizado. Este modelo considera que o número de línguas úteis não é limitado, dependendo das biografias linguísticas individuais, dos contextos linguísticos e das possibilidades e necessidades institucionais respetivas.

De acordo com Gfeller (2000), que estudou este contexto, qualquer falante camaronês pode comunicar, através das línguas oficiais, com qualquer outro conterrâneo e integrar-se na sua comunidade linguística e até de participar no desenvolvimento cultural dessa comunidade, através da utilização da sua língua de origem.

Tabi Manga (2000) sugere um novo modelo, o **quadrilinguismo** que teria em conta quatro estádios funcionais que corresponderiam à(s): a) utilização das línguas maternas na comunicação intrafamiliar; b) utilização das línguas “comunitárias”, as que tinham mais falantes não-nativos em relação às línguas étnicas; c) línguas veiculares, que, na sua opinião, deveriam ser denominadas, *línguas nacionais*⁹; d) francês e inglês, línguas com vocação internacional. Este modelo permitiria destacar, quatro línguas com função realmente veicular no plano nacional.

Mais recentemente, Sagara (2008) vem expor um outro modelo de gestão do multilinguismo, o “**multilinguismo funcional convivial de Estado**”, que partiu do conceito de “multilinguismo funcional hierarquizado” (1994), depois denominado, “complementar” (2003) e, finalmente, “convivial”, propostos por Samassékou, presidente da Academia Africana de Línguas. Trata-se, segundo o autor (2008), da utilização “concomitante des langues, selon leur fonctionnalité par aire de développement, du plus bas niveau du découpage administratif au niveau national, régional, continental et même international” (p.62).

No entanto, já em 2004, Diki-Kidiri apresentara no Colóquio “Développement durable: leçons et perspectives”, organizado pela Universidade de Ouagadougou, no Burkina Faso, o modelo de “**Multilinguismo convivial de Estado**”. O autor considera de grande importância as políticas linguísticas que implementam um quadro de política linguística educativa em prol das línguas ameaçadas, a fim de manter uma diversidade linguística saudável, dado que são sempre as “pequenas” línguas que cedem terreno perante as línguas dominantes, as “grandes” línguas.

Tendo em conta que nos situamos em contextos multilingues, a escolha da língua, enquanto veículo privilegiado de conhecimentos e ideias, desempenha um papel insubstituível em todos os processos de desenvolvimento científico e tecnológico e revela-se de primordial importância, uma vez que o seu desenvolvimento é igualmente relevante para o desenvolvimento do saber e das tecnologias. Além disso, o desenvolvimento científico e tecnológico encontra-se nos diferentes tipos de formação: na educação, na escolarização, em aprendizagens diversas, na investigação, etc. Em geral, esta escolha inscreve-se num procedimento estratégico que toma em consideração vários critérios sociolinguísticos, tais como: os estatutos das línguas e o número de falantes. Do seu ponto de vista, a situação sociolinguística clássica em África pode ser caracterizada por uma pirâmide com 3 andares (ver tabela 1).

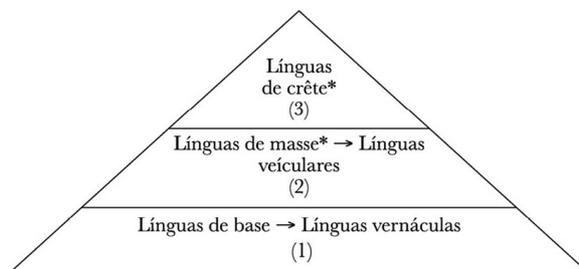


Tabela 1. Modelo sociolinguístico de Diki-Kidiri. Fonte: Diki-Kidiri, 2004, p. 28 (adaptado)

*não se faz a tradução destes termos para não incorrer em designações que poderiam sugerir ambiguidade.

- | |
|---|
| <p>(1) Estas línguas pertencem aos falantes autóctones e são elas que expressam a cultura. Estão associadas ao mundo tradicional, étnico, aos saberes e saber-fazer herdados do passado. O seu número pode ser muito variável no país e nem todas terem o mesmo peso demográfico.</p> <p>(2) Estão associadas ao desenvolvimento das trocas sociais, fora da etnia, à expressão de realidades modernas geralmente importadas e largamente integradas nas culturas locais. O seu número pode atingir a dezena num mesmo país.</p> <p>(3) As línguas de “crête” podem assumir funções oficiais. São quase sempre as línguas europeias, herdadas da colonização, e desempenham um papel dominante em todos os sectores da vida nacional, ligado às realidades ocidentais e mundiais (ensino, administração, ciência e tecnologia modernas, etc.). Frequentemente, só se encontra uma língua de “crête” por país.</p> |
|---|

A dinâmica das línguas e das sociedades permite que estes três estratos não permaneçam estáticos, nem estanques e que não deslizem uns sobre os outros sem se misturarem. “Les langues véhiculaires de masse grignotent lentement aussi bien les langues européennes du sommet que les langues vernaculaires de la base de la pyramide. C’est là que se fait la synthèse entre la tradition et la modernité”, explicita Diki-Kidiri (2004, p.28)

As línguas de “crête”, dadas as funções oficiais e a sua posição dominante, usufruem de um enorme prestígio, produzindo uma atracção sobre o conjunto das populações sempre desejosas de ascensão social, razão pela qual se vão introduzindo junto das populações.

As línguas de base são as únicas que estão a enfraquecer e que estão ameaçadas a desaparecer à medida que a sociedade se vai transformando, dado que são vernáculas, muitas vezes, apenas utilizadas oralmente e sem ou com pouca tradição escrita. Estão associadas ao passado e, por vezes, consideradas como obstáculos à modernização. São objectivamente minoritárias, quando não ignoradas. A sua necessidade de protecção e de defesa é maior do que as línguas de *masse* ou de *crête*, sobretudo, se se optar por um “multilinguismo integral” em nome dos direitos linguísticos legítimos do homem.

A partir da análise das situações sociolinguísticas de vários países africanos e com base nestes

conceitos, Diki-Kidiri (2004) constitui uma tipologia das políticas linguísticas praticadas neste continente, concluindo que todos os países africanos mantêm as línguas de “crête”, herdadas do colonialismo. O que estabelece a diferença é o facto de manterem ou não (algumas) línguas autóctones. O número de línguas tomadas em consideração permite estabelecer uma outra dicotomia, os que optam por várias línguas, multilinguismo oficial, e aqueles que, apenas, seleccionam duas, bilinguismo. Há ainda os que praticam um bilinguismo com duas línguas europeias e os que o praticam utilizando uma língua africana e uma língua europeia, não sendo as consequências as mesmas.

Após analisar as políticas linguísticas praticadas pelos Estados africanos, Diki-Kidiri (2004) conclui que se desenha, na prática, uma versão minimalista do modelo inicial, que designa por “*bilinguismo convivial de Estado*”. De acordo com este modelo, um estado africano típico teria, pelo menos, uma língua europeia oficial de “crête” a manter e uma língua autóctone de *masse* a desenvolver, tendo optado por uma política linguística educativa que visaria atingir, a curto prazo, a utilização convivial destas duas línguas. O Estado deveria, por isso, facultar os seus serviços em ambas as línguas, bem como o acesso à sua aprendizagem, através do sistema educativo. Em sua opinião, este modelo (“bilinguismo convivial de Estado”) estaria em condições de, a prazo, contribuir para a construção de sociedades capazes de utilizar sem complexos uma ou outra língua, conforme os seus interesses, e de se desenvolver de forma sustentada e com serenidade.

Comparemos, então, os conceitos de multilinguismo funcional convivial e o de multilinguismo convivial. Visto na perspectiva de Sagara (2008, p. 62), o multilinguismo funcional convivial implica a utilização concomitante das línguas “selon leur fonctionnalité par aire de développement, du plus bas niveau du découpage administratif au niveau national, régional, continental et même international” [cf. Samassékou 2004], enquanto para Diki-Kidiri (2004, p.w34), o multilinguismo convivial consiste na utilização deliberada da língua considerada mais fácil pelo interlocutor, quando se podem falar várias. Os conceitos não sendo coincidentes, aproximam-se, tendo ambos em vista a reformulação dos sistemas educativos.

Do ponto de vista da política linguística, tal posicionamento implica que o Estado comunique com a população na língua institucional mais bem dominada por cada cidadão, adquirindo, neste caso, a designação de “multilinguismo convivial de Estado”. Para a sua implementação no terreno, Diki-Kidiri (2004, p.34) faz várias recomendações:

- o estatuto das línguas deve ser claramente definido, o seu desenvolvimento garantido por um programa sério de planeamento linguístico a cargo do Estado, feito de forma permanente. Um programa deste tipo deve basear-se no desenvolvimento da terminologia e na tradução, porque qualquer acto oficial, administrativo, jurídico ou outro deve estar disponível em qualquer das línguas seleccionadas;
- o Estado deve supervisionar a formação dos seus agentes de modo a que eles possam assegurar o serviço público em todas as línguas, consideradas pela comunicação institucional do Estado;
- o Estado deve, através da sua política educativa, garantir a qualquer cidadão o acesso fácil à aprendizagem das línguas de comunicação institucional requeridas pelos serviços de estado.

Para concluir, diremos que face a diferentes situações sociolinguísticas, encontramos diferentes modelos de políticas linguísticas, procurando cada um deles responder ao que os decisores políticos entendem como mais adequado para cada contexto. O que aqui constatamos, tendo em conta os diferentes exemplos apresentados, é o eterno dilema de qualquer país multilingue: “a contradição entre a necessidade de afirmação da coesão nacional *versus* desejo legítimo de manutenção da identidade cultural multiétnica” (Couto, 2007, p. 390), o que nos permite pensar que na criação de um Estado pode muitas vezes haver algum tipo de violência simbólica para com as minorias etnolinguísticas.

Referências bibliográficas

- Calvet, L.-J. ([1987] 1999a). *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Hachette Littératures.
- Couto, H. do (2007). *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília : Thesaurus Editora.
- Diki-Kidiri, M. (2004). Multilinguismes et politiques linguistiques en Afrique. In *Actes du Colloque international de Ouagadougou (Burkina Faso). «Développement durable : leçons et perspectives»* (pp. 45-54). Ouagadougou: AIF-AUF-OIF. Disponível online em: www.francophonie-durable.org/.../colloque-ouaga-programme.pdf (consultado a 19 de Maio de 2010).
- Feussi, V. (2004). Politique linguistique et développement durable au Cameroun: perspective émique ou perspective étique ? In *Actes du Colloque international de Ouagadougou (Burkina Faso). «Développement durable: leçons et perspectives»* (pp. 21-29). Ouagadougou: AIF-AUF-OIF. Disponível online em: www.francophonie-durable.org/.../colloque-ouaga-programme.pdf (consultado a 19 de Maio de 2010).
- García, O. (2007). Lenguas e identidades en mundos hispanohablantes. Desde una posición plurilingüe y minoritaria. In M. Lacorte (ed.), *Lingüística aplicada del español* (pp. 377-400). Madrid: Arco.
- Gfeller, E. (2000). *La société et l'école face au multilinguisme - l'intégration du trilinguisme extensif dans les*

programmes scolaires du Cameroun. Paris: Éditions Kathala.

Gonçalves, M. (2008). Diversidade cultural e linguística em Portugal no dobrar do milénio: problemas e perspectivas. In A. Kalewska (dir.), *Livro de Atas da Conferência "Diálogos com a Lusofonia"*. Colóquio comemorativo dos 30 anos da secção Portuguesa do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, 10 e 11 de dezembro de 2007 (pp. 194-205). Varsóvia: Universidade de Varsóvia, Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia.

Loubier, C. (2008). *Langues au Pouvoir - politique et symbolique*. Paris, L'Harmattan.

Mateus, M. H. M. (2009). Uma política de língua para o Português. In *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 73-78). Porto: APL.

Pinto, P. Feytor (2010). *O essencial sobre política de língua*. Lisboa : INCM.

Sagara, E. (2008). Développement de l'éducation et plurilinguisme: la perspective africaine. In *Actas do Colóquio Internacional Ensino/ aprendizagem do francês e do português no contexto plurilingue africano* (pp. 51-68). Paris: União Latina.

Tabi-Manga, J. (2000). *Les politiques linguistiques du Cameroun - Essai d'aménagement linguistique*. Paris: Khartala.

Tadadjeu, M. (1985). Pour une politique d'intégration camerounaise. Le trilinguisme extensif. In *Actes du colloque sur l'identité culturelle camerounaise* (pp. 187-201). Yaoundé : MINFOC.

Tshiluila, J. (2008). Conferência proferida na sessão de abertura do Colóquio "Ensino/ aprendizagem do francês e do português no contexto plurilingue africano". In *Actas do Colóquio Internacional Ensino/aprendizagem do francês e do português no contexto plurilingue africano* (pp. 27-29). Paris : União Latina.

¹ Uma parte deste texto foi apresentada numa comunicação na Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, em 27 de Março de 2015, por solicitação da minha muito querida amiga Professora Doutora Amélia Mingas. Retomo-o agora em sua homenagem por saber quanto este tema lhe era grato.

² <https://orcid.org/0000-0002-0431-4184>

³ Assim entendem Kaplan & Baldauf (2003).

⁴ De acordo com Shohamy (2006).

⁵ De acordo com Haugen (1969, citado por Pinto 2010, p. 12).

⁶ De acordo com Calvet (1996, p.3).

⁷ É Fishman (1985) que enquadra o campo da planificação linguística na sociologia da linguagem, assinalando que cabe àquele resolver os problemas linguísticos que surgem com a independência dos países africanos e asiáticos em meados do séc. XX. (Cf. Garcia, 2007).

⁸ Este conceito de Haugen (1959) está muito ligado à formação de Estado monolíngue ("um país, uma língua") e a uma visão "monoglóssica" da língua (Del Valle y Gabriel-Stheemam 2002, citado por Garcia 2007). Haugen deveria apresentar uma norma linguística para o norueguês, num momento em que a Noruega acabava de se libertar de séculos de dominação dinamarquesa.

⁹ Na medida em que são efetivamente línguas de comunicação à escala regional ou provincial, com vocação transnacional.

ESTRUTURA SOCIAL E LINGUAGEM NA ANGOLA COLONIAL¹

Paulo de Carvalho

Os seres humanos são seres sociais, pois vivem em sociedade e interagem entre si. É durante o processo de socialização que o homem aprende a lidar com os demais, por intermédio da aprendizagem das normas sociais que regem a sociedade ou os grupos sociais a que o indivíduo pertence.

George Herbert Mead, tido como o pai do interaccionismo simbólico, considera que o homem não é um objecto passivo, antes um elemento activo na acção com o meio ambiente. A personalidade forma-se no âmbito de um contexto social definido e a forma de actuação está de acordo com a forma de actuação dos demais integrantes da sociedade. Os seres humanos interpretam pois mutuamente as suas acções, uma vez que a interacção humana é medida por símbolos [Mead 1967, Turner 1974].

Do ponto de vista do interaccionismo simbólico, a interacção consiste portanto na interpretação das acções, em dependência do significado do contexto em que ela se realiza [cf. Blumer 2005, Krzeminski 1986]. Enquanto os outros animais se comunicam apenas por intermédio de gestos, os seres humanos comunicam entre si também por intermédio de símbolos, de entre os quais se inclui a linguagem.

A língua não é um fenómeno privado, individual. É antes um fenómeno intersubjectivo, social. Devido à sua possibilidade de articulação de sons e fonemas, o homem baseia as suas relações sociais não apenas no biológico, mas também na comunicação linguística.

A língua é um elemento de identificação e de diferenciação cultural, bem como um instrumento de educação. A pergunta a que nos propomos responder neste artigo é se a diferenciação social está ou não relacionada com a diferenciação linguística, ou seja, com a utilização de vários códigos sociolinguísticos.

Convém antes de mais estabelecer a diferença entre código linguístico e código sociolinguístico. Um código linguístico é, para nós, o “conjunto formado por regras fonéticas, gramaticais e sintáticas e pelo dicionário de uma língua”, cuja utilização permite a transmissão de informações entre dois ou mais indivíduos [Kloskowska 1983: 163, 409]. Mas para que dois indivíduos se entendam numa mesma língua, é necessário não apenas que ambos a conheçam minimamente, mas também que ambos dominem o processo de comunicação. Numa língua pode haver vários códigos sociolinguísticos (ou códigos de fala), que estão intimamente relacionados com as relações sociais, visto tratar-se de “estratégias linguísticas que, transmitidas pela estrutura social ao nível da fala, se realizam sistematicamente como formas verbais, relativamente independentes dos contextos individuais” [Heye 1979: 229].

Os seres humanos vivem em sociedade, integrados em vários grupos ou estratos sociais. Por estrutura social de uma sociedade consideramos aqui o “sistema de dependências, distâncias e hierarquias inter-humanas, tanto de forma organizada, como não” [Ossowski 1986: 114]. Por conseguinte, enquadrámos na estrutura social de uma sociedade, não apenas as categorias sociais criadas na base da relação com os meios económicos (classes sociais), mas também as camadas ou estratos sociais criados em função da desigualdade de acesso aos bens socialmente desejados. Isto porque não é apenas o capital económico, mas também o capital cultural que está sujeito a manipulação e apropriação [cf. Weber 1946, Wright 2013].

Tanto os filósofos da linguagem, como os sociólogos adeptos da corrente linguística consideram haver relação entre os fenómenos sociais e a linguagem. Portanto, para eles, a análise linguística conduz também ao conhecimento das relações sociais.

O sociólogo da educação Basil Bernstein estabeleceu a relação existente (na Grã-Bretanha) entre a estrutura de classes e a utilização de determinado código sociolinguístico. O presente trabalho trata da possibilidade de aplicação da teoria sociolinguística de Bernstein, à sociedade colonial angolana. Depois da apresentação dessa teoria (em linhas muito gerais), faço referência à diferenciação linguística na sociedade colonial (central) angolana, considerando a concepção da estrutura social dessa sociedade proposta por mim em finais da década de 1980 [Carvalho 1989 e 2011].

Teoria sociolinguística de Bernstein

Tal como foi dito atrás, durante o processo de socialização, o ser humano aprende uma série de hábitos e normas reguladoras da sua futura acção como membro da sociedade ou de um grupo menor.

Diferentes teorias consideram diferentes períodos de duração desse processo de socialização. Podemos considerar aqui a existência de dois períodos, designadamente a socialização primária e a secundária. Esta última tem lugar quando o indivíduo é considerado socialmente adulto.

De entre as normas e costumes que o indivíduo aprende durante a fase primária de socialização, deve citar-se a aprendizagem da língua do grupo a que o indivíduo pertence. A criança adquire portanto uma competência comunicativa básica (assim como normas de comportamento emocional), que lhe permitirão mais tarde interagir com outros elementos da sociedade. O processo de aprendizagem da língua é, ao mesmo tempo, um processo de aquisição de conhecimentos relativos à

realidade que rodeia a criança.

Existem, em cada sociedade, instituições que têm por missão cuidar da socialização das crianças. São os casos da escola, dos meios de comunicação social, da família e de uma série de outros grupos, com os quais o indivíduo mantém contacto. O grupo mais importante em matéria de socialização é, sem dúvida, a família, pois é lá que as crianças geralmente adquirem, na mais tenra idade, os primeiros conhecimentos e modelos de comportamento, para além de ser a família que, em regra, regula o acesso a outras fontes.

Consoante o comportamento dos integrantes da família e a forma de comunicação nela existente, Bernstein considera dois tipos de família, designadamente as famílias “posicionais” (orientadas no sentido da posição dos seus integrantes) e as famílias orientadas no sentido do indivíduo [Bernstein 1971 e 1972; cf. p. ex. Boksanski *et al.* 1977: 114-118]. Como veremos adiante, este tipo de diferenciação está intimamente relacionado com a estratificação social e, também, com a diferenciação linguística.

Nas famílias “posicionais”, como o seu nome indica, existe nítida separação de papéis, estando previamente estabelecido o estatuto de cada um dos seus membros. Os integrantes da família agem portanto consoante o seu papel no grupo, o que a meu ver (tratando-se de famílias nucleares) está intimamente relacionado com a idade do indivíduo. Isso significa que, por exemplo, os pais se comportam em qualquer situação como pais, a uma certa distância dos filhos. A distância entre cada dois membros da família é fixada em função da idade e do sexo. Para persistir, este tipo de família necessita de uma autoridade (o chefe-de-família), que educa os filhos com todo o rigor que a sua posição exige. Como consequência do tratamento posicional no seio da família, os seus membros tratam as outras pessoas de igual forma e esperam delas tratamento idêntico.

As famílias orientadas no sentido da pessoa caracterizam-se, por seu turno, pelo facto de a posição dos seus componentes não estar completamente definida à partida, visto que é por cada um deles alcançada, em dependência das suas possibilidades e faculdades individuais. Os integrantes deste tipo de famílias actuam, por conseguinte, como indivíduos e não em função da posição pré-estabelecida que ocupam no grupo. O sistema de comunicação no seio da família é aberto, o que significa que as crianças podem conversar à vontade com os seus pais, que em geral dão resposta a todo o tipo de questões que os filhos lhes apresentam. Os filhos podem, dessa forma, desenvolver a sua personalidade, tornando-se assim bastante mais autónomos que as crianças educadas em famílias orientadas no sentido do estatuto.

As crianças provenientes da classe operária são educadas no sentido do estatuto, ao passo que as crianças das classes médias britânicas são geralmente levadas a afirmar (elas próprias) a sua personalidade, em famílias orientadas no sentido da pessoa.

Basil Bernstein procurou analisar a razão pela qual, na Grã-Bretanha, o insucesso escolar é mais frequente no seio das crianças provenientes da classe operária. Chegou assim à conclusão de que a linguagem usada por essas crianças é diferente da linguagem usada pelas crianças das classes médias. Considerou a existência de dois tipos de linguagem - a “pública” (restrita) e a formal - e, mais tarde, de dois tipos de código sociolinguístico, designadamente o código restrito e o código elaborado [Bernstein 1972 e 1973; Marcellesi & Gardin 1975: 182-201, Boksanski *et al.* 1977: 106-131].

Os integrantes da classe operária, educados em famílias orientadas no sentido do estatuto, fazem uso apenas do código restrito, ao passo que os integrantes das classes médias usam os dois códigos, em dependência da situação em que se encontram. As crianças educadas no seio das famílias das classes médias britânicas aprendem (segundo Bernstein) uma série de termos e normas linguísticas, aos quais não têm acesso as crianças provenientes da classe operária (excepto como conhecimento passivo, visto terem competência para os compreender). A “performance” linguística do indivíduo está portanto correlacionada com a sua proveniência social.

Quais as características desses dois códigos? Começemos pelo **código elaborado**, que é usado sobretudo pelas crianças provenientes das classes médias da Grã-Bretanha. Caracteriza-se sobretudo pelo facto de a comunicação ser explícita e haver utilização correcta e em maior número, de elementos linguísticos (adjectivos, advérbios e conjunções, tempos verbais, frases completas e sintacticamente correctas, voz passiva e vocabulário extenso). Existe distância entre os interlocutores, que durante o processo de comunicação fazem uso das suas experiências pessoais - o “eu” está colocado acima do “nós”. Um outro aspecto a ter em conta é a utilização rigorosa dos termos em função das suas definições, dado o maior acesso à educação formal, nas diversas áreas da ciência, da técnica e da cultura.

O **código restrito** caracteriza-se, por sua vez, pelo facto de a comunicação ser implícita, as frases apresentarem uma sintaxe menos variada, serem curtas e com repetição do mesmo tipo de verbos, conjunções e adjectivos. Os interlocutores partilham das mesmas experiências, portanto o “nós” está colocado acima do “eu”. Os fenómenos são referidos da forma mais simples possível e são constantemente empregues ordens curtas, cuja execução depende apenas do grau de autoridade daquele que as emite².

A utilização dos códigos sociolinguísticos está relacionada não só com a estrutura das classes, como também com o carácter do trabalho (físico ou intelectual). O trabalho dos operários é físico, repetitivo e não exige constante contacto verbal entre eles. Além do mais, os operários partilham as mesmas experiências e valores, portanto a distância entre cada dois deles é mínima e os laços que os

unem são fortes. Tudo isso favorece a utilização, apenas, do código restrito.

Um outro aspecto a ter em conta é o já referido facto de a socialização dos operários britânicos se fazer em famílias orientadas no sentido do estatuto – famílias em que, em geral, as mães não trabalham e têm baixo grau de formação académica. Este tipo de socialização, aliado ao carácter do trabalho, favorece a criação, particularmente nos indivíduos provenientes das classes menos favorecidas, de uma personalidade autoritária [Fromm 1941].

Resumindo e concluindo, pode dizer-se que factores sociais coexistem com factores linguísticos. A relação é de coexistência e não de dependência, de causalidade. Dizer que a diferenciação social coexiste com a diferenciação linguística significa dizer que não só a posição do indivíduo na hierarquia social determina formas de organização social e estas determinam, por seu turno, a utilização de uma série de códigos de comportamento [Marcellesi & Gardin 1975], como também a utilização desses códigos de comportamento exerce influência na posição social do indivíduo.

Diferenciação linguística na sociedade colonial angolana

Tentemos agora analisar a possibilidade de aplicação da teoria sociolinguística de Basil Bernstein à sociedade colonial angolana. É necessário, antes de mais, sublinhar que considero aqui apenas a sociedade colonial central angolana, da qual excluo as sociedades e comunidades tradicionais [cf. Heimer 1975, Carvalho 1988].

A Angola colonial era cultural e linguisticamente diferenciada [vide Milheiros 1967, Mesquitela Lima 1970, Redinha 1975, Estermann 1983]. Além das línguas faladas pelos vários grupos etno-linguísticos, há a considerar a língua portuguesa, introduzida gradualmente no território angolano desde finais do século XV [que marca o início da presença portuguesa em Angola]³.

Tal como sucedeu nas colónias francesas em África, também em Angola a língua do colonizador era a língua exclusiva do ensino e, como tal, possuía as seguintes funções pedagógicas: “dava acesso à comunicação escrita, constituía uma matéria do programa escolar e servia de veículo a todo o ensino” [Houis 1976: 368]. As línguas nacionais eram usadas na comunicação verbal.

Os integrantes da sociedade colonial angolana (que existiu até 1974, altura em que se iniciou o período de transição entre o período colonial e o período pós-colonial) eram provenientes de sociedades bastante diferenciadas, também do ponto de vista económico-social. Provinham uns de sociedade capitalistas ocidentais, outros eram provenientes da própria sociedade capitalista colonial, outros ainda das sociedades pré-capitalistas tradicionais. Estes últimos estavam à partida prejudicados no que concerne não apenas ao acesso à língua portuguesa, considerada língua oficial. Falavam sobretudo as línguas dos grupos étnicos a que pertenciam e o seu enquadramento na sociedade colonial estava em dependência (dentre outros factores) da fluência com que falavam a língua portuguesa.

Os indivíduos provenientes das sociedades tradicionais não estavam completamente destribalizados, não se identificavam portanto com a “cultura luso-angolana” [vide Carvalho 1989]. O processo de destribalização durava geralmente mais que uma geração e dependia (dentre outros factores) do grau de formação académica alcançado pelo indivíduo, que estava por sua vez intimamente relacionado com a forma como ele falava a língua portuguesa.

A meu ver, não seria correcto, ao procurarmos aplicar a teoria sociolinguística de Bernstein ao caso da Angola colonial, considerar-se uma divisão dicotómica da sociedade. Errado seria considerar-se tal sociedade dividida em dois grandes grupos (o de colonizadores e o de colonizados), visto tratar-se de grupos internamente diferenciados e devido ao facto de haver elementos desses dois grupos num mesmo estrato ou classe social. Pela primeira dessas razões, não seria também de considerar dois outros grandes grupos (o de “civilizados” e o de “indígenas”)⁴.

Tentemos, contudo, verificar até que ponto é possível aplicar-se tal teoria à sociedade colonial em causa. Teríamos portanto de considerar, na Angola colonial, a existência de dois códigos sociolinguísticos num mesmo idioma (a língua portuguesa), partindo do princípio de que existiam diferentes variações linguísticas, características de uma ou mais categorias sociais. Procuraremos depois responder à questão relativa à possibilidade de haver relação de coexistência entre estrutura social e linguagem.

Há que considerar a existência, na Angola colonial, de indivíduos que falavam apenas a língua portuguesa (não necessariamente colonizadores e seus descendentes), de indivíduos que falavam (pelo menos) uma língua nacional e a língua portuguesa, e de indivíduos que falavam apenas uma (ou mais que uma) língua nacional. Vamos considerar apenas os dois primeiros grupos, partindo do princípio segundo o qual os integrantes da sociedade colonial (mesmo os que falavam línguas nacionais) tinham de se entender, em português, com grande parte das pessoas com quem comunicavam diariamente⁵.

Os indivíduos que tinham numa das línguas nacionais a sua língua materna, usavam-na sobretudo no seio da sua família e do grupo de parentesco, ao passo que a língua portuguesa era por eles usada nos contactos profissionais e com não falantes da mesma língua nacional. A língua usada no contacto com os serviços era, quase que exclusivamente, a língua portuguesa⁶.

Era a língua portuguesa, a única língua de acesso à escrita e a única língua de ensino. A utilização da língua portuguesa associava-se, na sociedade colonial, ao prestígio social de que o indivíduo gozava, pois quanto mais próxima da linguagem-padrão estava a variação linguística por

ele usada, maior era o prestígio de que gozava na sociedade. A sociedade central era factor de expansão da língua portuguesa, pois não era possível alguém estabelecer-se nela por muito tempo, sem conhecer essa língua.

Pode considerar-se, na sociedade colonial angolana, a existência de um código elaborado da língua portuguesa, que era a língua reconhecida como padrão. O código restrito seria por sua vez mais pobre em termos gramaticais e lexicais, havendo ainda a caracterizá-lo a utilização aportuguesada de expressões provenientes das línguas nacionais, bem como construções sintácticas “traduzidas” dessas línguas para a língua portuguesa².

Pode afirmar-se que, na sociedade colonial angolana, havia grupos de pessoas que utilizavam apenas um código elaborado, grupos em que se usavam elementos dos dois códigos e grupos em que se usava apenas um código restrito da língua portuguesa. Julgo tratar-se de uma característica (pelo menos) das sociedades coloniais, o facto de haver indivíduos que fazem uso apenas do código elaborado da língua reconhecida como oficial, pretendendo assim marcar a sua posição social também em termos linguísticos. Em relação ao código restrito, a questão a ter em conta é o facto de (como veremos adiante) diferentes características serem usadas diferentemente, por diferentes grupos.

Como já foi dado a entender, mesmo que se considere a existência desses dois códigos sociolinguísticos, não se pode dizer que, na Angola colonial (como considerou Bernsteim para o caso da Grã-Bretanha), quem fazia uso do código elaborado, fazia também uso do código restrito.

Se, por outro lado, procurarmos verificar se havia dois grupos sociais bem definidos que utilizavam cada um desses dois tipos de códigos e que, ao mesmo tempo, constituíssem a maior parte dos integrantes da sociedade colonial central angolana, chegamos à conclusão que eles não existiam. Havia por exemplo operários (essencialmente os qualificados) que utilizavam elementos dos dois códigos e cuja linguagem se encontrava pelo menos à mesma distância das normas linguísticas estabelecidas, em relação a integrantes de uma classe média - caso dos funcionários menores, que integravam a classe dos funcionários, técnicos e especialistas.

Julgo que, a partir da teoria sociolinguística de Bernstein, se deve considerar um outro tipo de concepção para o caso da sociedade colonial (central) angolana. Pode considerar-se a existência de quatro variações sociolinguísticas, na língua portuguesa falada na sociedade colonial em questão, designadamente um código verdadeiramente elaborado, um código quase-elaborado, um código restrito propriamente dito e um código restrito com fusão de expressões provenientes das línguas nacionais. Os indivíduos que utilizavam este último código de fala tinham, na língua portuguesa, uma língua segunda (podendo isso ocorrer também com utilizadores dos outros códigos, mas em muito menor grau).

O **código verdadeiramente elaborado** era usado pelos integrantes das mais altas camadas sociais, portanto, pelos integrantes da “fina flor” da sociedade central e da elite intermédia (aqui se incluem os “africanos” pertencentes à elite constituída na base do nível de formação académica [superior], os especialistas e funcionários superiores). O código verdadeiramente elaborado tinha por modelo a norma linguística fixada em Portugal continental pelas camadas mais privilegiadas. Trata-se portanto de uma variação “pretendida” idêntica ao padrão europeu da língua portuguesa.

O **código quase-elaborado** é caracterizado pela fusão de elementos do código elaborado e do código restrito. Deve considerar-se um código sociolinguístico diferente, visto não se tratar da utilização dos dois códigos em situações diferentes, antes da utilização de um só código com características dos dois e predominância de elementos do código elaborado. Utilizavam-no sobretudo alguns dos componentes da “elite dispersa”, designadamente os funcionários menores, operários qualificados, comerciantes, industriais e proprietários agrícolas.

O **código restrito propriamente dito** era utilizado particularmente pelos portugueses (nascidos em Portugal continental ou seus descendentes) que, apesar de pertencerem à “elite dispersa”, integravam as classes sociais baixas da sociedade colonial. Pode ser que as características deste tipo de código manifestassem traços comuns aos do código restrito usado em Portugal continental, mas havia certamente outras, próprias da sociedade colonial em que esses indivíduos viviam.

Por seu turno, o **código restrito com empréstimos provenientes das línguas nacionais** era utilizado maioritariamente pelos “angolanos” pertencentes às camadas e classes sociais mais baixas da sociedade colonial central. Como já foi dito, a língua portuguesa era, para eles, uma língua segunda, usada quase que apenas no contacto com indivíduos que não pertenciam ao mesmo grupo etno-linguístico. Torna-se necessário referir que indivíduos provenientes de diferentes grupos étnicos falavam o português de maneira diferente. Refiro-me aqui à utilização, lexicalizada no português, de empréstimos provenientes das diferentes línguas nacionais e, por outro lado (usando a terminologia de Labov [cf. Bokszański *et al.* 1977: 99-100]), ao facto de tais indivíduos possuírem diferentes “indicadores não interiorizados” na pronúncia de certos sons - como a tendência das pessoas provenientes do noroeste de Angola (grupo etno-linguístico Bakongo) e de algumas regiões do Centro-Sul e Leste, para pronunciarem “gi” como “zi” ou “ê” em vez de “ei”: por exemplo, “fuzir” em vez de “fugir”; “sujeto” em vez de “sujeito”. Eram contudo idênticas as características do código sociolinguístico utilizado por eles, designadamente o facto de usarem constantemente, na língua portuguesa, interferências das construções gramaticais extraídas das línguas nacionais. Não apenas por este facto se diferenciavam daquelas que usavam o código restrito propriamente dito, mas

também pelo facto de serem mais simples as frases utilizadas e, em geral, utilizarem menor número dos elementos disponíveis da língua portuguesa.

Também na sociedade colonial angolana, se pode falar na relação de coexistência entre a posição social do indivíduo e o seu comportamento linguístico. Tanto a proveniência social e o meio em que a pessoa era educada determinavam um certo comportamento linguístico, como a utilização de determinado código sociolinguístico exercia influência na posição social do indivíduo. Indicadores de posição atribuída (independentes da acção do indivíduo), como são os casos da proveniência social e do meio em que o indivíduo era educado, não só tinham implicações na posição social alcançada pelo indivíduo, como também nas normas de comportamento linguístico.

O facto de o processo de socialização de determinado indivíduo se ter efectuado no seio de determinado grupo social (e num certo meio) fazia com que ele adquirisse uma série de normas de comportamento próprias desse grupo (e desse meio). Aqui se podem incluir, dentre outros, o estilo de vida e normas de comportamento, sendo contudo mais difícil modificar os hábitos linguísticos. A utilização de um dos códigos que se situavam abaixo na hierarquia sociolinguística constituía, por si só, barreira ao avanço social do indivíduo, pois em caso de avanço, exactamente a linguagem (ou melhor, a variação linguística) utilizada por ele podia traí-lo, demonstrando que ele provinha de uma camada social mais baixa.

Não eram apenas a proveniência social e o meio em que o indivíduo havia sido educado que influenciavam o seu comportamento sociolinguístico. Há que considerar uma variável intermédia (o acesso à educação formal), cuja importância não se pode negar. O sistema de educação na época colonial, em Angola, previa a existência de colégios privados e escolas estatais. Em regra, os colégios privados possuíam professores com melhor formação académica e profissional que as escolas oficiais e eram frequentados por crianças provenientes das classes altas e médias. As escolas estatais eram, por seu turno, frequentadas por crianças das classes baixas da sociedade colonial (incluindo a classe média baixa) e por um reduzido número de crianças das comunidades tradicionais. Para além de terem acesso aos colégios privados, as crianças provenientes das classes altas e médias tinham a possibilidade de consultar explicadores particulares.

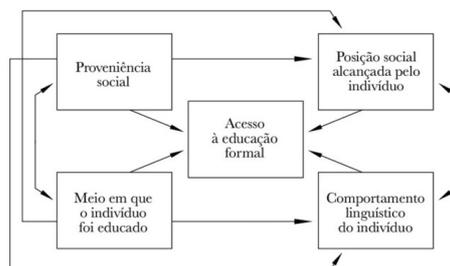
Conclusão

O acesso à educação era, em Angola, baixíssimo [cf. Paluch 1975: 141]. Não era frequente haver escolas nas zonas rurais. Para além de factores de ordem económica, era necessário viver-se pelo menos numa vila (ou nos seus arredores) para se poder frequentar o 1º ano do ciclo preparatório do ensino secundário (5ª classe), ao passo que os liceus e escolas técnicas (da actual 7ª à 11ª classe) estavam situados apenas nas cidades [Carvalho 1989].

Quanto maior e mais industrializada fosse a localidade em que o indivíduo frequentava a escola, melhor era a qualidade dos professores, portanto, maior a probabilidade de obtenção de uma melhor formação. As crianças provenientes das camadas sociais mais baixas tinham menor possibilidade de acesso à educação formal [cf. Carvalho 1988, 1989] e frequentavam escolas primárias onde se usava quase que apenas o código restrito da língua portuguesa (particularmente nas aldeias e arredores das vilas, onde a maioria dos professores possuía apenas a 4ª classe [cf. Heimer 1972]) ou, quando muito, o código quase-elaborado (particularmente nas periferias das grandes cidades). Por esse facto, tais crianças estavam, à partida, menos favorecidas no mercado de trabalho.

A desigualdade de oportunidades educacionais (com o que se relacionava o comportamento linguístico) dependia grandemente da proveniência social da pessoa e do meio em que o indivíduo havia sido educado e, em grande medida, determinava a posição social e o comportamento sociolinguístico do indivíduo. O esquema 1 esclarece estas relações de inter-relação e dependência⁸.

Esquema 1
Factores que influenciavam o comportamento linguístico do indivíduo na sociedade colonial angolana



Para além dos códigos sociolinguísticos com estrutura hierárquica, pode considerar-se ainda, no seio da língua portuguesa falada na Angola colonial, a existência de camadas diferenciadas pelo carácter estilístico, camadas linguísticas com estrutura não hierárquica, mas horizontal. Trata-se da utilização funcional da língua portuguesa, ou seja da linguagem usada em determinado contexto, por determinados indivíduos, como por exemplo a linguagem usada por diferentes grupos profissionais. Para este caso, são o “status” do indivíduo e o contexto em que ele se encontra que determinam o emprego de uma certa terminologia linguística. Este aspecto não se enquadra contudo no âmbito deste trabalho, em que se procurou estabelecer a relação existente entre a estrutura social e o comportamento linguístico dos habitantes da Angola colonial, *falantes* da língua portuguesa.

A terminar, pode afirmar-se que, nas sociedades coloniais (e Angola não era excepção), a língua constitui um dos principais meios de dominação. A variação-modelo da língua dos colonizadores é usada por um pequeno grupo de indivíduos e é transmitida quase exclusivamente às crianças provenientes desse grupo. Um dos mais importantes requisitos para acesso a tal grupo é exactamente a utilização, mais aproximada possível, dessa linguagem-padrão. Portanto, também na sociedade colonial angolana se podia falar da existência de correlação entre a posição social e os conhecimentos e o comportamento linguístico do indivíduo.

Bibliografia

ALBARRAM DE CARVALHO, Maria José
 1988: “Empregos de V PREP N1 em deriva no português oral de Maputo”, *Limani - Linguística e Literatura*, nº4, (Maputo), pp.9-28

BERNSTEIN, Basil
 1971: *Class, codes and control*, Vol. I “Theoretical Studies towards a Sociology of Language”, Londres: Routledge
 1972: “A sociolinguistic approach to socialization: with some reference to educability”, in: J. Gumperz & D. Hymes (eds.) *Directions in sociolinguistics*, Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston
 1973: *Class, codes and control*, Vol. II “Applied Studies towards a Sociology of Language”, Londres: Routledge

BLUMER, Herbert
 2005: “Society as symbolic interaction”, in: S. Hier *Contemporary sociological thought. Themes and theories*, Toronto: Canadian Scholarly Press, pp. 91-100

BOKSZAŃSKI, Zbigniew; Andrzej PIOTROWSKI & Marek ZIOLKOWSKI
 1977: *Socjologia języka*, Varsóvia: Wiedza Powszechna

CARVALHO, Paulo de
 1988: “Angola: das sociedades tradicionais à sociedade colonial”, Varsóvia: Departamento de Línguas e Culturas de África da Universidade de Varsóvia (mimeografado)
 1989: *Struktura społeczna społeczeństwa kolonialnego Angoli*, Varsóvia: Instytut Socjologii Uniwersytetu Warszawskiego
 1991: *Estrutura social e linguagem. O caso da Angola colonial*, Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra
 2011: “Angola: Estrutura social da sociedade colonial”, *Revista Angolana de Sociologia*, nº 7, pp. 57-69

DINIZ, José Ferreira
 1929: “Da política indígena em Angola: os impostos indígenas”, *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, nº 47

ESTERMANN, Pe. Carlos
 1983: *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, 2 vol., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical

FROMM, Erich
 1941: *Escape from freedom*, Nova Iorque: Farrar & Rinehart

GONÇALVES, Perpétua
 1986: “O português em Moçambique. Análise de erros em construções de subordinação”, *Limani - Linguística e Literatura*, nº1, (Maputo), pp. 11-23

- HEIMER, Franz
1972: *Educação e sociedade nas Áreas Rurais de Angola – resultados de um inquérito*, Luanda: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola
1975: “Estrutura social e descolonização em Angola”, *Análise Social*, n° 10(4), pp. 621-655
- HEYE, Jurgen
1979: “Sociolinguística”, in: C.T. Pais, M. Rector *et al. Manual de Sociolinguística*, Preópolis: Vozes, pp. 203-237
- HOUIS, Maurice
1976: “O problema da escolha das línguas em África”, *Perspectivas*, vol. VI, n°3, pp. 386-397
- KLOSKOWSKA, Antonina
1983: *Socjologia kultury*, 2ª edição, Varsóvia: Państwowe Wydawnictwo Naukowe
- KRZEMIŃSKI, Ireneusz
1986: *Symboliczny interakcjonizm i socjologia*, Varsóvia: Państwowe Wydawnictwo Naukowe
- MARCELLESI, Jean-Baptiste & Bernard GARDIN
1975: *Introdução à sociolinguística. A linguística social*, Lisboa: Editorial Aster
- MEAD, George
1967: *Mind, self and society*, Chicago: University of Chicago Press
- MENDES, Beatriz
1985: “Contribuição para o estudo da língua portuguesa em Angola”, Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa (mimeografado)
- MESQUITELA LIMA, Augusto
1970: *Carta étnica de Angola (esboço)*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola
- MILHEIROS, Mário
1967: *Notas de Etnografia angolana*, 2ª edição, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro
1973: *A família nos musseques de Luanda. Subsídios para o seu estudo*, Luanda: Junta de Acção Social no Trabalho de Angola
- OSSOWSKI, Stanislaw
1986: *O strukturze społecznej*, 2ª edição, Varsóvia: Państwowe Wydawnictwo Naukowe [também em: *Dziela*, tomo 5, Varsóvia; PWN, 1968]
- PIOTROWSKI, Andrzej & Marek ZIÓLKOWSKI
1976: *Zróznicowanie językowe a struktura społecza*, Varsóvia: Państwowe Wydawnictwo Naukowe.
- REDINHA, José
1975: *Etnias e culturas de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola
- TURNER, Jonathan H.
1974: *The structure of sociological theory*, Homewood: Dorsey
- VERA CRUZ, Elizabeth
2005: *O estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Coimbra: Novo Imbondeiro
- WEBER, Max
1946: “Class, Status and Party”, in: H. H. Gerth, C. W. Mills (orgs.) *From Max Weber: Essays in Sociology*, Nova Iorque: Oxford
- WRIGHT, Erik Olin
2013: *Classes*, Luanda + Mangualde: Mulemba e Pedago

¹ O texto original foi publicado em brochura, em 1991, pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra [Carvalho 1991] e não é praticamente conhecido em Angola, de modo que se justifica a sua publicação neste país. O autor optou por manter a fidelidade ao texto original, tendo apenas feito uma muito ligeira actualização bibliográfica.

² As ordens não têm justificação lógica, antes são executadas porque assim o decidiu o indivíduo que, no grupo (ou perante aquele para quem a ordem é emitida), tem autoridade para as emitir. Portanto, se depois de se dar uma ordem, se indagar a razão pela qual ela foi dada, recebe-se uma resposta do tipo: “Porque eu assim decidi.”

³ Muitos autores consideram erradamente ter havido cinco séculos de colonização portuguesa em Angola, o que não corresponde à verdade. Há realmente cinco séculos de presença portuguesa, mas a colonização efectiva é de bastante menor duração.

⁴ Acerca da divisão entre “indígenas” e “civilizados”, ver Diniz 1929, Carvalho 1989, Vera Cruz 2005.

⁵ É certo que nem todos os integrantes da sociedade colonial falavam o português. Como se pode depreender, tais casos não são tidos em conta neste trabalho. Trata-se, contudo, de uma pequena percentagem de indivíduos, que em Luanda era

praticamente nula em 1971 [cf. Monteiro 1973: 332, Mendes 1985: 34, 39].

⁶ Exceptuam-se contactos isolados, sobretudo com comerciantes e demais servidores do sector pobre da população dos subúrbios das cidades, com os quais se podia também (desde que se a conhecesse) utilizar a língua nacional falada na região.

⁷ É assunto para pesquisa, a verificação das características de tais códigos. Faço contudo notar que o código restrito nem sempre tem a ver com termos usados pelos escritores nas suas obras literárias [Mendes 1985: 71-131]. Uma pesquisa sobre este assunto deve, a meu ver, ter em conta (dentre outros aspectos) a interferência morfo-sintáctica das línguas nacionais e aspectos fonológicos [cf. Mendes 1985:133-159, 204-205, 209-217]. Vide também estudos feitos por Gonçalves [1986] e Albarram de Carvalho [1988], acerca do português falado (e escrito) em Moçambique, por indivíduos que têm nessa língua uma L2 (língua segunda).

⁸ É assunto para pesquisas empíricas, a verificação da intensidade com que umas variáveis estão relacionadas com outras. Torna-se necessário acrescentar que há outros factores que exercem influência no comportamento sociolinguístico do indivíduo e que não foram considerados no esquema, como por exemplo o comportamento sociolinguístico da família em que o indivíduo foi educado, bem como o grau de formação académica do pai e da mãe. Todas essas variáveis e outras, de carácter sobretudo contextual, teriam de ser tidas em conta numa pesquisa sobre a matéria.

A CIDADANIA AMBIENTAL URBANA (breve introdução à qualidade do ar em Luanda)

Ângela Cristina de Branco Lima Mingas

Introdução

Abordar a Cidadania Ambiental em Luanda na perspectiva urbanística é um desafio. O presente artigo propõe-se analisar este modelo de cidadania, não de forma polissémica, mas focada para os aspectos que derivam do facto de o ambiente, à luz das normas angolanas, ser um direito constitucional e como traduzi-lo e instrumentalizá-lo para o urbanismo.

Numa primeira parte iremos abordar o conceito na generalidade. A evolução do conceito de cidadania em Angola desde o período escravagista até ao colonial e como o conceito se altera após a independência e vai se adaptando às circunstâncias sociais e políticas até à conquista da cidadania plena, com os direitos ambientais, que incidem com maior impacto nas questões urbanísticas.

A segunda parte versará sobre o conceito de cidadania ambiental, numa versão mais virada para as questões locais, das cidades e os indicadores de mensuração de salubridade urbana, a sua origem nas normas vigentes e interpretações de outras fontes. A insalubridade e o seu impacto na saúde com especial enfoque para o caso da qualidade do ar em Luanda servirá o propósito de exemplificar as consequências da não-cidadania.

Finalmente, a terceira parte traz algumas considerações a esta reflexão, sem proposta de conclusões, apenas traduzindo a necessidade de repensar na prática da cidadania ambiental com o objectivo de melhorar a qualidade da vida dos cidadãos na generalidade.

1. CIDADANIA

1.1 A evolução do conceito de cidadania em Angola do período escravagista até ao colonial

Importa dizer que o conceito de cidadania surge e evolui em contexto social europeu, sendo que *“a construção da cidadania africana não é dissociável da herança colonial, o que leva a que a história do direito de cidadania em África seja uma história de discriminação e exclusão.”* (NETO: 2014)

Vejam os casos de Angola, em que pretendemos abordar esta questão à luz da realidade contemporânea, ou seja, o Período Republicano Pós-Guerra, altura em que se promulga a primeira constituição da República de Angola, no ano 2010.

Em contexto histórico, a cidadania é um fenómeno de dois eixos paralelos que se construiu desde o período da escravatura e que se estendeu até ao fim do regime colonial. A cidadania aplicava-se de maneira distinta, quer o contexto fosse o do escravocrata-escravo ou o do colonizador-colonizado

No período da Escravatura, a cidadania é tratada a partir da constituição portuguesa, especificamente a de 1822. No entanto, somente na “Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838”, o terceiro texto constitucional português, se introduz o “liberto” com alguns direitos civis, mas a quem estão vetados quaisquer direitos políticos.

“ São cidadãos Portugueses:

1.º Os filhos de pai português nascidos em território português ou estrangeiro;

2.º Os filhos legítimos de mãe portuguesa e pai estrangeiro, nascidos em território português, se não declararem que preferem outra nacionalidade;

3.º Os filhos ilegítimos de mãe portuguesa que nascerem em território português, ou que havendo nascido em país estrangeiro, vierem estabelecer domicílio em qualquer parte da Monarquia;

4.º Os expostos em território português cujos pais forem desconhecidos;

5.º Os filhos de pai português que tiver perdido a qualidade de Cidadão, uma vez que declarem, perante qualquer Câmara Municipal, que querem ser cidadãos portugueses;

6.º Os estrangeiros naturalizados;

7.º Os libertos.”

Artigo 6º, Capítulo Único, Título II (Dos cidadãos Portugueses), Constituição Política da Monarquia Portuguesa, Diário do Governo, de 24 de Abril de 1838, n.º 98

Aquando da proclamação da República Portuguesa, a condição de cidadão, para efeitos políticos, deixa de ser um dado adquirido conforme as premissas existentes na constituição anterior e remete para outros diplomas legais. No entanto, o documento é omissivo em relação aos termos que definem o cidadão, per se remetendo para o Código Civil Português, em vigor desde 1867 que determinava a qualidade de cidadão português em função de duas premissas conjugadas, a naturalidade e/ou filiação de cidadão português.

“São cidadãos portugueses, para o efeito do exercício dos direitos políticos, todos aqueles que a lei civil considere como tais.” Constituição da República Portuguesa 1911.

O tema da cidadania, no período colonial, foi tratado de forma reducionista, na medida em que baseava este conjunto de direitos e deveres na condição da natalidade e da raça. A cidadania na

sociedade colonial, por ser segregacionista, foi estruturada como um objectivo a alcançar, pelos indígenas, na condição *sine qua non* da deculturação do indivíduo.

Assim sendo, o conceito de cidadania está associado ao do indígena, por oposição ao primeiro.

Segundo o *“Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto Lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954”*, promulgado há menos de 100 anos, a definição de Indígena, era aplicável em oposição aos que não cumpriram certos pressupostos, logo, não seriam considerados “cidadãos portugueses”. O Indígena, era então classificado em função da sua cultura e do seu fenótipo ou raça.

“Consideram-se indígenas das respectivas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”. Artigo 2º, Capítulo I. - Dos Indígenas Portugueses e do seu Estatuto, Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique”.

Este estatuto permaneceria em vigor até 1961, quando por força das circunstâncias socio-políticas da época, o Império Português foi obrigado a formular rápidas alterações ao seu formato de governação. Estas reformas facilitaram o acesso à cidadania portuguesa por parte dos indígenas. Claro está que essa linha reformista chega num momento de forte tensão pois eclodia também a guerra pela libertação de Angola em 1961 que culmina com a independência em 1975.

Pode-se dizer que a negação à cidadania plena para os então denominados “indígenas”, conquista adquirida pelos europeus nos séculos XVIII e XIX, esteve na origem do nacionalismo angolano.

1.2 A cidadania na contemporaneidade e a conquista dos direitos ambientais

À fase da independência, funda-se o período republicano da história recente de Angola. Na primeira Lei Constitucional, de 1975, a cidadania vem implícita nos direitos e deveres do cidadão e pode ser uma dedução às palavras expressas no artigo 1º, *sic*:

“A República Popular de Angola é um Estado soberano, independente e democrático, cujo primeiro objectivo é a total libertação do Povo Angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as inspirações das massas populares.” Artigo 1º, Título I - Princípios Fundamentais, Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975.

De realçar que embora estivessem garantidos os direitos civis, os direitos políticos só são adquiridos aquando da revisão da lei constitucional, já na segunda república, em 1992. Aí, a cidadania é explícita e descrita como um direito e expressa nos direitos e deveres do cidadão.

“A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados” Artigo 2º, Título I - Princípios Fundamentais, Lei Constitucional da República de Angola.

O conceito de cidadania surge ao longo do diploma legal e no âmbito dos direitos e deveres fundamentais.

“Em caso algum a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência pode afectar o direito à vida, o direito à integração pessoal e à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, à não retroactividade da lei penal, o direito de defesa dos arguidos e à liberdade da consciência e de religião.”, in ponto 2, ARTIGO 52.º, TÍTULO II - DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS da LEI CONSTITUCIONAL de 1992.

A partir da 3ª República, a constituição, não só aborda a cidadania de forma explícita no seu preâmbulo, (*sic*)

“Cientes de que essas eleições se inserem na longa tradição de luta do povo angolano pela conquista da sua cidadania e independência, proclamada no dia 11 de Novembro de 1975, data em que entrou em vigor a primeira Lei Constitucional da história de Angola, corajosamente preservada graças aos sacrifícios colectivos para defender a soberania nacional e a integridade territorial do país;” in: *Preâmbulo, Constituição da República de Angola 2010*

como introduz ao longo do seu texto, o direito ao ambiente como parte dos direitos fundamentais do homem.

“Todos têm o direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar.” Ponto 1, Artigo 39.º (*Direito ao ambiente*), Secção I (*Direitos e Liberdades Individuais e Colectivas*), Capítulo II (*Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais*). In *Constituição da República de Angola 2010*

Desta forma, podemos verificar que a cidadania passa por três estágios na constituição da República de Angola sendo o primeiro o da Cidadania Independentista com os valores morais

estruturados em oposição aos vigentes no sistema colonial, seguido pelo da Cidadania Democrática com os direitos e deveres associados à liberdade do indivíduo, à revelia da sua condição política e culminando com o contexto da actual Constituição angolana, onde se atingiu o estágio da Cidadania Holística.

Assim sendo, a cidadania será a prática dos direitos e deveres, meios, recursos e práticas civis, políticas, sociais, culturais e ambientais de um indivíduo no estado a que pertence.

2. CIDADANIA AMBIENTALE IMPACTO URBANO

2.1 A cidadania ambiental local e os indicadores de mensuração de salubridade urbana em Angola

“Todos têm o direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar.”

(Constituição da República de Angola)

Embora o conceito de Cidadania Ambiental seja comumente interpretado à escala global, o facto da mesma referir-se ao conjunto de condições que possibilitem ao ser humano actuar na defesa da qualidade da vida, este conceito possibilita a sua adaptação a escalas locais, da acção do indivíduo. Mais do que a promoção do equilíbrio ambiental no território, a cidadania ambiental pode ser definida, entre outros aspectos, como uma prática de direitos integrados, entre eles o direito à vida, ao desenvolvimento sustentável e ao ambiente sadio. Então, a cidadania ambiental se constitui quando se criam, reforçam ou promovem mecanismos e instrumentos efectivos de participação do cidadão para o exercício dos direitos e deveres ambientais.

Num discurso mais próximo da linguagem urbanística, falar de ambiente sadio é falar do tema da salubridade urbana. Nas cidades angolanas, o crescimento demográfico atinge em particular a capital Luanda, caso excepcional, mas este discurso é extensível a outras cidades como Lubango, Huambo ou Lobito, cuja projecção de crescimento para esta década do século XXI ultrapassa o milhão de habitantes (INE, 2016).

Este crescimento demográfico tem sido um dos principais factores da degradação da qualidade de vida urbana, sendo que um dos aspectos que caracteriza a qualidade de vida é o estado da saúde humana. Recentemente, as questões ambientais têm ampliado a base conceptual referente ao estado da saúde pública, uma vez que quase todos os aspectos do meio ambiente a afectam. E por isso se torna cada vez mais frequente relacionar a manutenção da saúde do indivíduo com a qualidade do ambiente. De modo similar, é reconhecida a pouca capacidade do Estado de satisfazer a demanda da sociedade, principalmente porque é comum não se estabelecerem estratégias de melhoramento ambiental que contemplem os territórios mais vulneráveis, com particular enfoque para os musseques. Estas realidades, dentre outros factores, têm trazido consequências a um dos aspectos qualitativos mais importantes para a promoção da saúde humana, a salubridade ambiental.

A salubridade ambiental pode ser definida como as características ambientais capazes de prevenir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de propagar o aprimoramento das condições mesológicas favoráveis à saúde da população, quer urbana quer rural. *“A representação da salubridade ambiental urbana está relacionada aos factores materiais e sociais referentes à moradia, à infraestrutura disponibilizada pelo poder público (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais), aos aspectos socio-económico-culturais e à saúde ambiental”* (DIAS, 2003).

A busca do entendimento da relação entre estes factores e o estado da saúde da população, visando orientar acções de planeamento dos serviços públicos, fez surgir alguns modelos de indicadores socio-ambientais. Entre estes se destacam os indicadores de salubridade ambiental, instrumentos elucidativos capazes de apontar problemas presentes nas comunidades, suas causas, e permitir a projecção de intervenções adequadas

“Destarte, os indicadores consistem em informações que comunicam a partir da mensuração dos elementos pertinentes aos fenómenos da realidade. Vale ainda registar que os indicadores não são informações explicativas ou descritivas, mas pontuais no tempo e no espaço, cuja integração e evolução permitem o acompanhamento dinâmico da realidade. Na forma de índice, o indicador pode reproduzir uma grande quantidade de dados de uma forma mais simples, retendo ou ressaltando o seu significado essencial”. (MAGALHÃES *et al.*, 2003).

Retomando a conceptualização de ambiente sadio, as normas estabelecidas em Angola definem como os indicadores ambientais, na generalidade, os solos, a água, a biodiversidade, o ar, os resíduos e o ruído. (GA, 2006). Embora não exista um modelo específico para a matéria em causa, a mensuração da salubridade urbana, em correspondência com os indicadores ambientais estabelecidos, terá como plataforma base: a permeabilidade dos solos, o saneamento, qualidade do ar, gestão de resíduos sólidos e a poluição sonora. Outros sistemas integram este grupo como o do fornecimento de energia eléctrica e o de mobilidade e acessibilidade.

Assim sendo, o exercício dos direitos e deveres, meios, recursos e práticas ambientais de um indivíduo na cidade pressupõe uma governança eficiente no sentido de tirar o máximo rendimento dos benefícios das estruturas e infra-estruturas que afectam directamente o território no âmbito da

permeabilidade dos solos, o saneamento, qualidade do ar, gestão de resíduos sólidos e a poluição sonora, fornecimento de energia eléctrica e o de mobilidade e acessibilidade.

2.2 A insalubridade e o seu impacto na saúde: o caso particular da qualidade do ar em Luanda

“O crescimento de áreas urbanas não planificadas e o desenvolvimento anárquico de vários sectores da indústria têm sido factores que contribuíram para o aumento dos níveis de poluição do ar.”

Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola

Segundo o Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola, diversos factores sugerem a existência de elevadas quantidades de partículas em suspensão, afectando a qualidade do ar em todo o país. As consequências directas do impacto destes factores são a concentração de poluentes no ar. *“Os gases poluentes mais abundantes são o dióxido de carbono (CO₂) e o metano (CH₄). Entre os gases com maiores implicações na saúde humana encontram-se os óxidos de azoto (NO_x), o monóxido de carbono (CO), o dióxido de enxofre (SO₂) e as partículas em suspensão de pequena dimensão (PM₁₀).”* (GA.2006). É do conhecimento comum que efeitos nefastos à saúde são provocados por estes poluentes, com maior incidência para as doenças respiratórias, e o facto dos relatórios anuais de organizações como a Organização Mundial de Saúde, Programa das Nações Unidas para o Ambiente e do Banco Mundial demonstrarem que as populações mais afectadas são sobretudo as residentes nos centros urbanos.

No entanto, do mesmo modo que a contaminação atmosférica aumenta, existem métodos comprovados de como diminuir a poluição do ar. A manutenção e criação de áreas verdes nos espaços urbanos, como bosques, parques e corredores verdes contribuem sobremaneira para o combate à degradação desse recurso natural essencial à vida. As árvores são capazes de absorver grandes quantidades de gases poluentes como o dióxido de enxofre e óxidos nitrosos - provenientes dos escapes dos automóveis. Comprovadamente, cidades mais arborizadas, possuem até 60% menos partículas de poluição se comparadas com cidades com pouca ou nenhuma arborização. As populações que vivem em cidades sem uma grande presença de árvores são mais propensas a problemas de saúde, principalmente relacionados com doenças respiratórias.

A temperatura das cidades também é influenciada pela quantidade de árvores. Sendo assim, a sombra das árvores pode reduzir a temperatura do asfalto até 2°C, a do interior dos automóveis até 8°C. Uma única árvore grande e saudável produz o mesmo efeito de dez aparelhos de ar condicionado funcionando 20 horas por dia.

Se nos ativermos ao caso da cidade de Luanda, os dados levantados pelo Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA), demonstram que o território da Cidade de Luanda e municípios conurbados do Cazenga e de Belas tem cerca de 3Km² de áreas verdes e arborizadas. Infelizmente, este dado está longe de ser significativo pois representa apenas 7% da área verde que a cidade deveria ter em função da população que comporta. Estes dados são alarmantes visto que a população urbana está exposta ao ar com elevada concentração de poluentes.

Embora a história da cidade de Luanda tenha registos de processos de arborização, estas medidas estão reduzidas a acções pontuais sem impacto no território.

“A baixa qualidade do ar da cidade de Luanda tem um impacto devastador na saúde da população.”

As causas de morbilidade e mortalidade infantil em Luanda têm a ver com causas exógenas, e, dentre estas, as principais são a malária, a nutrição extremamente deficiente e as doenças respiratórias agudas. A evolução e o impacto dessas doenças podem ser apreciadas na sua incidência sobre as taxas de morbilidade e da mortalidade das crianças menores de 1 ano de idade, conforme atestam os dados estatísticos.” (LENCASTRE. 2016)

Segundo os dados do Hospital Pediátrico de Luanda “David Bernardino”, referentes aos anos de 2011 e 2012, a taxa de morbilidade e de mortalidade para doenças respiratórias agudas são de, respectivamente, 34% e 20%, ocupando o grupo das três principais causas a afectarem os grupos etários mais vulneráveis, nomeadamente o de crianças até aos 9 anos de idade.

Neste contexto surge como uma prioridade a necessidade de se estabelecer um plano de monitorização da qualidade do ar na cidade, cuja informação obtida serviria o propósito de promover um planeamento e gestão territoriais adequadas para a regularização dos indicadores de qualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que as cidades estão a ser questionadas na sua capacidade de responder às crises, questionamo-nos até que ponto tem a cidade de Luanda conseguido superar as inúmeras crises pelas quais tem passado.

As questões ambientais indicam falhas dos poderes políticos, dos profissionais do sistema da administração pública e dos cidadãos em geral.

As causas de morbilidade e mortalidade infantil em Luanda tem a ver com causas ambientais, sendo que a qualidade do ar está entre as três primeiras responsáveis pela morbilidade e mortalidade infantis, conforme atestam os dados estatísticos.

O problema da qualidade do ar na cidade é transversal a todos os cidadãos, logo, criar condições para mitigação do impacto dos poluentes atmosféricos é um acto de cidadania.

A secundarização dos direitos ambientais tem consequências muito graves, pois afecta direitos sociais fundamentais do indivíduo como a saúde.

Urge encontrar uma solução que permita melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de forma a que essa intervenção integre o centro e a periferia como unidades do mesmo espaço urbano.

Se a valorização do indivíduo como ente digno de protecção estatal arrolou à estrutura constitucional da República de Angola o direito ao ambiente, no domínio das acções do estado, o planeamento urbano tem um papel fundamental para garantir a prática dos direitos e deveres do cidadão nesse contexto, visto que é da sua alçada a coordenação, regulamentação e fomento do desenvolvimento nacional com o objectivo de promover a preservação do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.

Bibliografia e referências bibliográficas

ARISTÓTELES. 2010. A POLÍTICA. Tradução de Nestor Silveira in Coleção Livros que Mudaram o Mundo. São Paulo: Folha de São Paulo,

<https://sociologianomedio.files.wordpress.com/2014/03/aristoteles-a-politica-livro-iii.pdf>

BARRETO V. 1993. CONCEITO MODERNO DE CIDADANIA. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/45733/47285> Consulta aos 10 de Abril

COUTINHO, C. 1999. CIDADANIA E MODERNIDADE. Perspectivas. São Paulo. Disponível online em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>. Consulta aos 1 de Maio de 2019

DIAS, M. C. ÍNDICE DE SALUBRIDADE AMBIENTAL EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA: ESTUDO EM SALVADOR, BAHIA. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. 2003.

DG (Diário do Governo). 1838. CONSTITUIÇÃO DE 1838 (Diário do Governo, de 24 de Abril de 1838, n.º 98). Disponível online em:

<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>. Consulta aos 1 de Maio de 2019

DG (Diário do Governo). 1933. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Disponível online em:

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1933/02/04301/02270236.pdf>. Consulta aos 1 de Maio de 2019.

DR (Diário da República) 1954. ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DAS PROVÍNCIAS DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º39.66, de 20 de Maio de 1954. Disponível online em:

<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf>. Consulta aos 1 de Maio de 2019

DR (Diário do Governo). 1933. ACTO COLONIAL. Decreto-Lei n.º 22:465 de 11 de Abril. Disponível online em:

https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf. Consulta aos 1 de Maio de 2019

ESTEVES, J. (2003). ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRACIA: Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais. Disponível em:

<https://site.livrariacultura.com.br/imagen/capitulo/42197808.pdf>. Consulta aos 1 de Maio de 2019

EU. 1992. TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo. Disponível online em:

https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf. Consulta aos 12 de Abril de 2019

FONSECA, J. 2009. DO CONCEITO DE CIDADANIA ÀS PRÁTICAS ESCOLARES DE FORMAÇÃO CÍVICA. Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível online em:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1619/1/18343_ulsd_re398_tese.pdf Consulta aos 20 de Abril de 2019

GONÇALVES, A. 2002. ESTADO, CIDADANIA E NACIONALISMOS: O CASO DE ANGOLA. Universidade do Porto, Porto. Disponível online em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16020/2/6929000077310.pdf>. Consulta aos 26 de Abril de 2019

GORCZEWSKI, C e MARTIN, N. 2011. A NECESSÁRIA REVISÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA: MOVIMENTOS SOCIAIS E NOVOS PROTAGONISTAS NA ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. Disponível online em:

<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1816/5/A%20necess%C3%A1ria%20revis%C3%A3o%20do%20conceito%20de%20cidadania.pdf> Consulta aos 10 de Abril de 2019

GOVERNO DE ANGOLA.2006. RELATÓRIO DO ESTADO GERAL DO AMBIENTE EM ANGOLA. Ministério do Urbanismo e Ambiente -MINUA, Luanda

GUIMARÃES, G. 2015. LUANDA: A METRÓPOLE DO SÉCULO XXI. Disponível online em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80339?mode=full>. Consulta aos 23 de Abril de 2019

IN. 1868. Código-Civil-Portuguez. Aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867. Disponível online em:

<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>. Consulta aos 1 de Maio de 2019

INE. 2016. PROJECÇÃO DA POPULAÇÃO 2014-2050. Consult. [23 Novembro 2019] Disponível em linha:

https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Projeccao_2015_2050_Huambo.pdf

LENCASTRE, José Garcia. 2016. A MORBILIDADE E A MORTALIDADE INFANTIL EM LUANDA: UM ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL PEDIÁTRICO DE LUANDA.

MAGALHÃES, J. A. P.; CORDEIRO NETTO, O. M.; NASCIMENTO, N. O. OS INDICADORES COMO INSTRUMENTOS POTENCIAIS DE GESTÃO DAS ÁGUAS NO ATUAL CONTEXTO LEGAL-INSTITUCIONAL DO BRASIL - RESULTADOS DE UM PAINEL DE ESPECIALISTAS. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH*, v. 8, n. 4, p. 49-67, out/dez. 2003.

MARSHALL, T. 1950. *CITIZENSHIP AND SOCIAL CLASS*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível online em:

http://www.jura.uni-bielefeld.de/lehrestuehle/davy/wustldata/1950_Marshall_Citizenship_and_Social_Class_OCR.pdf. Consulta aos 29 de Março de 2019

MENDES Ovídio. 2010. *CONCEPÇÃO DE CIDADANIA*. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível online em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-13122010-163731/publico/Concepcao_de_cidadania.pdf. Consulta aos 1 de Maio

MINGAS, A. (2011). *CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LUANDA : HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em ARQUITECTURA. Disponível online em:

<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3092>. Consulta em 10 de Março de 2019

MINGAS, A. (2016). *RELATÓRIO DO PROJECTO DE PESQUISA MUSSEQUES*. Arquivo do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura. Universidade Lusíada de Angola. Luanda.

NETO, R. 2014. *DA CIDADANIA EM ÁFRICA À CIDADANIA AFRICANA. CIDADE, CIDADANIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM ANGOLA*. Universidade Lusófona do Porto. Porto. Disponível online em:

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6802/tesedefesa%20doc2.pdf?sequence=1>. Consulta aos 21 de Abril de 2019

PDGML Coord. (2015a). *PLANO DIRECTOR GERAL METROPOLITANO DE LUANDA (PDGML); Visão e Estratégias*. Final Report Volume 1_Final Draft. Arquivo do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura. Universidade Lusíada de Angola.

PDGML Coord. (2015b). *PLANO DIRECTOR GERAL METROPOLITANO DE LUANDA (PDGML); Transportes*. Final Report Volume 1_Final Draft. Arquivo do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura. Universidade Lusíada de Angola.

PDGML Coord. (2015c). *PLANO DIRECTOR GERAL METROPOLITANO DE LUANDA (PDGML); Ambiente e Social*. Final Report Volume 1_Final Draft. Arquivo do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura. Universidade Lusíada de Angola.

PESSOA, J.- 2003. *O CONCEITO DE CIVITAS EM MARSÍLIO DE PÁDUA*. ANPUH - XXII Simpósio Nacional de História. Disponível online em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.517.pdf>. Consulta aos 10 de Abril de 2010

CENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA NOS ESPAÇOS PÓS-COLONIAIS: A REESCRITA DA HISTÓRIA E DO CANONE EM *THINGS FALL APART* (1958) DE CHINUA ACHEBE

Fernanda Costa dos Santos Benedito

Análise da narrativa Africana não deve, em nosso entender, ser efectuada fora do quadro histórico-social associado ao processo colonial e às suas inerentes tensões e consequências.

O simples facto dessa narrativa ser apresentada, com frequência, em línguas originárias do centro, sociologicamente construído, constitui, desde já, um indicador da indissociabilidade do fenómeno literário aos determinismos históricos do continente africano.

Essa constatação impele-nos a uma referência ao processo de “centralização” desse espaço, após a conquista dos “novos mundos” pelo ocidente. Esse processo marcou, sobremaneira, a produção do discurso histórico, que ficou visivelmente acoplado à visão ocidentalizada sobre espaços onde o colonialismo aportou.

Assim, a noção de “ahistoricidade” aliada à ideia de inferioridade civilizacional e cultural dos povos colonizados, converteu-se na marca indelével do processo de “centralização”.

É precisamente no quadro da prevalente tensão entre o centro e a periferia gerada por essa hierarquia social que conduziremos a leitura da obra *Things Fall Apart* (1958) de Chinua Achebe. Para tal, partimos de uma perspectiva teórica subjacente ao conceito de *wordliness*, desenvolvido por Edward Said, à crítica pós-colonial e ao quadro do romance carnavalesco e polifónico, de Mikhail Bakhtin.

O nosso objectivo radica no enaltecimento da riqueza cultural africana e na valorização da memória como fonte do conhecimento histórico e do seu papel para a concepção do discurso alternativo aos cânones ocidentais, através da literatura. Pretendemos também ressaltar os pontos de confluência entre os substratos teóricos que sustentam a nossa análise.

O foco inicial da nossa reflexão teórica é o conceito de *wordliness* de Edward Said que, no essencial, está associado ao valor e ao papel da crítica na apreciação da obra e à importância da articulação entre o texto e o seu contexto.

Said consagra uma vasta abordagem em torno desse conceito ao longo do ensaio, *The World, the Text and the Critic* (1983), sublinhando aspectos da individualidade do sujeito e do seu posicionamento no mundo, assim como da textualidade, tal como refere Martin Vega, no artigo “Wordliness”.

Para Said (1983: 52, 3), o ensaio crítico, além de criar as bases para o entendimento da obra de arte, incorpora os processos e as condições para a atribuição de significados à mesma, ou seja, permite a “performance” da literatura. Por conseguinte, o crítico literário é, de certo modo, responsável pela articulação das vozes dominadas, deslocadas ou silenciadas pelos textos.

Como recorda Said, os textos são institucionalizados pelas culturas reinantes, como resultado de alguns custos humanos (Ibid: 53). A título de exemplo, podemos assinalar os textos escritos a partir de uma perspectiva colonial. Assim, a crítica, apoiada na perspectiva do conceito de *wordliness*, deve “involve an awareness of the political circumstances surrounding the reader, the text and the critic”, como diz Said (citado por Vega, Ibid).

A perspectiva de Said convida-nos a um olhar minucioso sobre as mensagens subjacentes aos discursos produzidos quer pelo ocidente, quer pelo “orientes”.

No campo da história, por exemplo, a inclusão das perspectivas específicas dos emudecidos implica a realização de um complexo esforço para alteração da monoglossia patente no discurso histórico produzido pelo ocidente, passando esse esforço pela crítica epistemológica aos termos e contextos da produção do conhecimento histórico, pela desnaturalização dos significados e referências cognitivas, pela inclusão dialógica dos impensados e das experiências dos colonialismos, como sublinham Catarina Gomes e Paula Meneses, no artigo *História e Colonialismo: Por uma inter-Historicidade*.

Analisando a produção de textos no geral, importa reconhecer que cada texto constitui uma ocasião de afirmação de vozes, estando o mesmo firmemente ancorado num contexto mundial, ou cosmopolita, como refere Said (1983:39).

Dito de outro modo, cada texto está especificamente localizado num contexto que, por seu turno, é parte integrante de um ambiente global, sendo assim necessário analisá-lo à luz das suas circunstâncias específicas. A partir dessa necessária conexão, o texto é tido como um evento, detentor de particularismos históricos. Isto significa que o texto é detentor de uma situação específica (Ibid).

Como diz Said (1983: 40), de facto, os textos estão situados num contexto amplo. Ao solicitarem a nossa atenção, através da interpelação entre o discurso, recepção e (in)textualidade, reclamam pelo seu posicionamento no mundo.

A perspectiva de Said leva-nos a concluir que a ideia subjacente ao conceito de *wordliness* radica, fundamentalmente, nos contextos materiais do texto e do crítico, este que alia o seu pensamento às reivindicações apresentadas pelas funções políticas e culturais do texto literário, como referem Bill Ashcroft e Pal Ahluwalia, na introdução à obra *Wordliness* (2001).

Said (1983:35) sublinha que os textos sempre existiram dentro de um manancial de

circunstâncias (tempo, local e sociedade) e estão localizados no mundo. Por conseguinte, a crítica literária terá de estar também marcada pelas circunstâncias ligadas ao conceito de *wordliness*.

Por este facto, para os escritores e críticos pós-coloniais, o conceito em apreço constitui um factor crucial para a localização, evocação e afirmação do seu espaço geográfico, assim como para a apresentação da sua liminaridade, sendo estas marcas fundamentais da sua presença, intervenção e permanência no mundo (Ashcroft e Ahluwalia 2001: 21,22).

Ao vincularmos o conceito de *wordliness* ao binário “filiação e afiliação”, como de algum modo já foi referido, ilumina a possibilidade de leituras críticas diferenciadas. Pelo facto do conceito de filiação estar ligado à tradicional divisão da sociedade e veiculado a processos de identificação cultural, como diz Said (Ibid), razão pela qual promove o conceito de afiliação, como um princípio orientador da crítica humanística.

A noção de afiliação, ao estimular abordagens plurais sobre o texto literário, liberta o crítico da análise assente numa relação de “filiação” a textos de culturas dominantes, descurando assim a sua ligação ao seu contexto de emanação (Ibid: 25). Assim, a afiliação permite ver o texto como um fenómeno do mundo, localizado, de modo transversal, numa teia de “desfiliações” ou desconexões, não literárias, não canónicas e não tradicionais, libertando assim a crítica da visão ancorada no cânone Europeu (Ibid).

A leitura à luz da afiliação deve ocorrer porquanto os textos são mais do que um mero aglomerado de palavras, pois acolhem várias estruturas sociais e emocionais colocadas ao dispor do escritor pelo seu micro-universo.

Assim, o texto reproduz, naturalmente, o repertório de vozes que povoam os distintos micro-universos, cujas peculiaridades não os impedem de integrar um macro-universo. Por este facto, os textos devem ser lidos à luz da perspectiva da mundanidade que lhes é subjacente.

A perspectiva de Said, na sua obra atrás referida, parte dela aqui abordada, pode ser resumida em três princípios: da materialidade do texto, da localização da “voz” do texto e da sua pertença à comunidade humana, embora, nem sempre humanista.

Porém, a transposição das vozes locais para o universo literário decorre de um exercício de re-visitação de factos histórioco-sociais. Assim, a (pós)memória desempenha um papel preponderante, ao servir como ferramenta para a recuperação, transmissão e preservação de legados.

Esse exercício abre a possibilidade de (re)construção de textos alternativos ancorados numa perspectiva de inclusão dialógica das vozes das culturas marginais ou, se preferirmos, contradiscursos, promotores da ideia de transculturalidade, sendo esta uma característica marcante das identidades actuais, fundamentalmente as não-ocidentais.

Referindo-nos agora à questão da identidade cultural, devemos realçar que a mesma constitui um domínio cuja delimitação a um único campo do saber científico afigura-se difícil, pelo facto de a mesma estar intimamente ligada ao estudo da memória social, um domínio cujas abordagens percorrem, por seu turno, distintas áreas científicas.

De um modo geral, a identidade colectiva pode ser definida como a via pela qual uma comunidade se demarca de outras, partindo do delineamento de caracteres próprios, que vão desde as línguas às manifestações culturais, passando pela história; os núcleos gestacionais da identidade localizam-se num passado comum e a mesma se consolida ao longo de várias fases da construção de uma determinada sociedade.

Assim, a identidade colectiva aliada à nação implica um sentimento de pertença a uma nação e pressupõe a partilha de referências a um passado comum, a uma memória e à crença de que o seu colectivo detém características próprias, ou seja, uma identidade, podendo esta ser aferida em distintos níveis (Sobral: 2006, 2).

A identidade colectiva, a nível nacional, está ancorada a uma memória social, que o autor define, a partir da concepção sociológica do termo, tendo como enfoque a perspectiva do sociólogo francês Maurice Halbwacs.

Halbwacs, citado por José Sobral (2006:3), afirma que qualquer lembrança, ainda que pessoal, encontra-se relacionada a um conjunto de noções ligadas à vida material e moral das sociedades das quais fazemos ou fizemos parte. Por este facto, Halbwacs considera a memória como uma reconstrução e uma representação do passado, elaborada no presente.

Embora existam outras concepções da memória, todas elas acabam por ligá-la a um espaço de partilha que nos conduz a um sentimento de pertença (Ibid).

No artigo “Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica”, Elsa Peralta (2007: 6) refere que embora Halbwacs reconheça que seja o indivíduo a recordar, não deixa de sublinhar que o mesmo o faz como membro de um grupo social. Para a autora, é na sociedade que os indivíduos adquirem as suas memórias, ficando assim as memórias individuais sujeitas aos padrões colectivos. Isto ocorre porque “em última análise, o que recordamos enquanto indivíduos, é sempre condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo”, tal como diz Peralta (Ibid).

Porém, a sujeição da memória a determinismos sociais não implica negligenciar as tensões dialécticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado, não sendo por isso de considerar o indivíduo como uma espécie de “autómato” passivamente obediente à vontade colectiva (Ibid).

Por este facto, autores como Freness, J. e Wickham, C. preferem a designação “memória social” em detrimento da denominação “memória colectiva”, como refere Peralta (2007:7).

Em suma, pertencemos a comunidades mnemónicas ou comunidades da memória. Estas podem ser de âmbito micro e macro-social (família e nação, respectivamente). Os indivíduos enquanto seres sociais possuem uma identidade social que se ramifica em distintos campos (classe, género, ocupacional, etc) sendo a identidade nacional uma delas, que se resume no Nós e na constatação da nossa diferença relativamente a outros, tal como afirma José Manuel Sobral (2006: 10), no artigo “Memória e Identidade Nacional: Considerações de Carácter Geral e o Caso Português”.

Nesse artigo, o autor faz referência às implicações que a globalização aporta ao conceito de identidade, atendendo à troca de valores e de representações, assim como a existência de um número significativo de diásporas, (2006:1) e, por consequência, a e/imigração de traços identitários.

Com base nos argumentos epigrafados relativos à memória, nomeadamente, o seu papel na formação da identidade colectiva, a sua relação com um espaço de pertença e de partilha de valores, assim como a um passado histórico, podemos falar em identidades colectivas transculturais, podendo esta acepção do conceito ser entendida como aquela identidade resultante de ligações contínuas de contaminação que distintas culturas tece(ra)m em consequência da expansão europeia e do colonialismo, que viriam a ditar os actuais mosaicos geográficos e socioculturais africanos, por exemplo.

O surgimento do conceito de transculturalidade deveu-se à inadequação dos seus congéneres multi e interculturalidade para a descrição da fisionomia cultural das sociedades actuais, pelo facto de tanto a inter como a multiculturalidade encararem as culturas como “ilhas”, como territórios fisicamente demarcados por rígidas fronteiras naturais (Welsch, 1999:2-3).

Embora inadequados à descrição da actual situação sócio-cultural, os conceitos de multi e interculturalidade denotam uma posição mais positiva relativamente ao conceito tradicional de cultura, ao admitirem a interacção entre culturas. No entanto, partem do pressuposto da existência de culturas claramente distintas e homogéneas, ignorando o processo de transculturação que ocorre nas sociedades modernas, porquanto elas congregam uma multitude de culturas que partilham e disputam o mesmo espaço havendo, por conseguinte, uma influência mútua.

Essa realidade rejeita, categoricamente, as definições que olham para as culturas como “ilhas” às quais correspondem línguas e territórios, não “contaminados” (Herder, J. 1967, citado por Welsch, 1999:2).

Nessa conformidade, dada a conjuntura actual, resultante da colonização e da globalização, o conceito tradicional de cultura, tal como os de multi/interculturalidade, além de revelarem a sua inadequação para a caracterização da paisagem sócio-cultural actual, desmotivam o entendimento mútuo entre culturas.

Assim, o conceito de transculturalidade surge, segundo (Welsch, 1999:3-4) para articular a nova realidade cultural que engloba vários estilos de vida e culturas que se interpenetram ou emergem uma da outra.

Como afirma Said, deve ser colocado o foco no hibridismo da cultura (...) patente nas novas configurações do mapa cultural. Esta perspectiva, argumenta Graham Huggan (2001:9), proporciona solidariedades transnacionais na era da fragmentação cultural e da dispersão de pessoas, bens e ideias.

Embora historicamente transculturalidade não seja uma realidade recente, uma vez que ela começa, na verdade, com a conquista dos novos mundos, o conceito como tal, vem dar resposta à necessidade de se efectuar uma leitura adequada do(s) contexto(s) sociocultural dos nossos dias e as suas ligações ao passado histórico. Parte dessa constatação a relação entre os conceitos de transculturalidade, inter-historicidade, *wordliness* estando todos eles conexos à uma (pós)memória social.

Em síntese, entendemos a identidade colectiva transcultural como aquela que se funda no reconhecimento das influências mútuas que se realiza(ra)m entre as culturas e que resultam numa interpenetração cultural, ainda que por vezes desproporcional, e por isto geradora de alguma tensão, também ela objecto de registo por parte da memória.

No quadro da dinâmica cultural acima descrita, emergem várias dissonâncias, cada uma delas evidenciando acções conducentes à promulgação de discursos que chamam atenção para formas explícitas ou dissimuladas de discriminação, constituindo assim alertas sobre a eclosão de novos modelos de colonização.

É precisamente dentro do quadro de mútuo reconhecimento de culturas que o pensamento crítico de Said tece, na nossa óptica, diálogo com as propostas teóricas de Mikhail Bakhtin, nomeadamente, através dos conceitos de carnavalização e dialogismo, assim como a sua concepção sociológica da palavra “voz”.

No geral, esses conceitos bakhtinianos repudiam o silenciamento, por um lado e, por outro, enaltecem a importância da capacidade de conhecimento do Outro através da observância da sua vez e do respeito da sua “voz”.

Bakhtin aborda os conceitos em epígrafe em *Dialogic Imagination* (1981) e *Problems of Dostoevsky Poetics* (1984). Esses conceitos têm como ponto de convergência a ideia do contacto livre e familiar entre pessoas e o “diálogo de vozes”. Como refere Bakhtin (1984: 123): o contacto livre entre pessoas permite a interacção de diferentes culturas e distintos estratos sociais que se encontram na arena do carnaval, sendo esta o símbolo da performance comum”. Para Bakhtin, essa amálgama de actores concorre para um dialogismo que, ao ser transposto para o universo literário,

converte-se em polifonia.

Bakhtin considera que o dialogismo decorre da multiplicidade de vozes sociais, ou heteroglossia, que se relacionam quase sempre de forma dialógica (1998: 263).

Assim, podemos definir a polifonia como a característica definidora do romance que acolhe a diversidade de discursos sociais ou heteroglossia, (Pechey, 1984: 42).

Os argumentos expostos nos parágrafos precedentes permitem verificar que a tessitura dialógica entre os pressupostos teóricos suportam a nossa análise consolida-se, no geral, através da materialidade do texto, que pressupõe, entre outras questões, a representação do universo sociocultural a partir do qual o texto é elaborado (inclusa no conceito de *wordliness*) cuja execução efectiva ocorre com a inclusão de uma rede dialógica abrangente (inerentes ao carnaval, ao dialogismo e à transculturalidade), dados que, por seu turno, implicam leituras críticas plurais, despojadas das noções canónicas, filiadas a uma matriz reducionista e centralizadora do pensamento crítico, isto é, uma leitura minuciosa das componentes dos contra-discursos.

Uma vez efectuada a abordagem teórica, consagramos os próximos parágrafos à análise crítica de *Things Fall Apart* de Chinua Achebe (1958), à luz da referida abordagem.

Things Fall Apart tem como temas estruturais a realidade resultante do contacto entre as civilizações africana e europeia representadas, respectivamente, pelas comunidades Igbo (Nigéria) e Britânica. Ao longo da obra, Chinua Achebe recupera a história da comunidade Igbo, através da trajetória de Okwonko, a personagem principal da trama que luta para preservar a coesão dos Igbo, visando mantê-los isentos da “contaminação” e da subjugação Britânica. Assim, comparecem também no discurso poético os conquistadores, alheios ao ambiente sociocultural local.

A temática convocada para a obra, elaborada por via de uma narrativa ancorada numa hibridação discursiva própria da literatura carnavalesca, descreve o ambiente pré e pós-colonial específico da comunidade Igbo. Assim, as “vozes” e tempo são inter-relacionados de modo a produzirem um quadro alegórico do “encontro” colonial.

O capítulo inaugural anuncia o ambiente carnavalesco do romance, através da coroação de Okwonko, aos dezoito anos, antecedida da destronização de Amalizing, como resultado da sua derrota, após sete anos de invencibilidade quebrados por Okwonko. Assistia-se assim a uma renovação. Como refere Bakhtin, o ritual de entronização e destronização expressa:

“the inevitability of the change and, simultaneously, the creative power of the shift and the renewal, the relativity of all structures and order, of all authorities and all hierarchic positions” (1984: 125).

No caso de *Things Fall Apart*, a ascensão de Okwonko representa a renovação da tribo Igbo no período anterior à presença europeia.

As categorias associadas à lógica do mundo carnavalesco por exemplo, o contacto livre e familiar entre actores pertencentes a diferentes categorias sociais (*mesalliances*) são apresentadas à medida que o enredo se desenvolve. Nessa conformidade, é possível observar a união entre jovens e idosos, entre a alta e a baixa sociedade conectados em típicas “mesalliances” (Juntos, os pólos opostos trabalhavam para a manutenção das normas inerentes à civilização Igbo e à preservação da identidade africana.

Convém referir que as alianças entre opostos são reforçadas pelo facto de, em muitas ocasiões, as mesmas ocorrerem na “Ilo”, a praça central de Umuofoia, a capital dos Igbo. Em termos comparativos, a “Ilo” corresponde à praça carnavalesca, o ponto de encontro de todas as classes e símbolo da performance comunal de que nos fala Bakhtin, ou seja, o *carnival square*. Como resultado desse amalgamento o sagrado e o profano coabitam, desafiando assim a união dos opostos de Umuofoia.

Na sua qualidade de “rei” e de entidade unificadora de Umuofoia, as acções de Okwonko eram legitimadas pelo direito costumeiro e crenças que regulavam a vida da comunidade. Tal como o do direito positivo, o direito costumeiro contém proibições e punições. Foram precisamente as normas produzidas por esse direito que conduziram Okwonko à primeira etapa da sua destronização e consequente exílio em Mbata, após ter matado um rapaz.

Essa punição é acompanhada por uma profanação simbólica, marcada pela destruição dos seus pertences e a queima da sua casa como meio de purificação de Umuofoia, ao abrigo das leis locais. Tais actos remetem, uma vez mais, a nossa leitura ao pensamento de Bakhtin que alude à presença do fogo como elemento associado ao carnaval (vide Bakhtin, 1984), fundamentalmente no que diz respeito à sua natureza ambivalente, ou seja, o seu poder de destruição e a possibilidade de renovação engendrada por esse mesmo poder destrutivo.

Com o exílio de Okwonko consuma-se a presença europeia em Umuofoia. O desembarque de missionários ingleses em Umuofoia forçou a abertura de espaços no mosaico dos hábitos locais, dando assim início aos primeiros passos da contaminação cultural, do processo de “centralização” de Umuofoia e da construção, ainda que violenta e por isso desequilibrada, de uma realidade transcultural silenciadora da identidade do povo Igbo. De algum modo, essa realidade constituía, na verdade, os alicerces sob os quais se veio a erguer o processo que hoje se denomina de globalização, dos espaços de apartamento das “missões civilizadoras”. Como sublinham Ashcroft et al (2004: 110):

“globalization is the process whereby individual lives and local communities are affected by economic and cultural forces that operate world-wide. In effect, it is the process of the world becoming a single place (...) it reflects a changing organization

of world-wide social relations, as individuals and communities gain access to globally disseminated knowledge and culture.”

A citação anterior dá-nos a sensação de estarmos perante um processo inócuo. Porém, como sublinham Ashcroft et al. (Ibid):

It involves so many components and inherent to them are different issues to be highlighted, for example, the ones regarding to anthropological aspects and land configuration, bringing into light the concept of ecological imperialism, as it describes the ways in which the environments of colonized societies have been physically transformed by the experience of colonial occupation..

Assim, através da arte literária, Achebe descreve, de forma dramática, a fenda que se gerou no (sub) solo que sustentava os pilares na nação Igbo, nos primeiros momentos da ocidentalização da civilização Igbo, ou seja, a sua “centralização”. Para tal, rebusca a memória histórica ocultada pelos textos canónicos da historicidade ocidental, procedendo assim, ao exercício de reescrita da história baseada numa hermenêutica diatópica e dialógica dos factos históricos evocando, desta forma, marcos da identidade Igbo. No entanto, ao reescrever a história o autor não solicita um recuo ao passado edílico, pré-colonial.

Na verdade, uma versão narrada pela voz do “invadido”, assumindo e enumerando também as debilidades da nação Igbo. Assumindo essa postura, Achebe procede à reescrita da história disponibilizando uma versão “desmascarada” da sociedade Igbo.

Agindo assim, Achebe contraria uma certa tendência na literatura africana que assume um pendor “romântico-perfeccionista” na descrição do espaço pré-colonizado, aludindo a uma suposta existência pré-colonial “pura”, que fica apenas manchada em decorrência da presença colonial e que, por esta razão, somente as “manchas coloniais” devem ser objecto de olhar crítico (vide fanonismo, in Ashcroft et al.2004).

Como podemos observar nas palavras de Obrieka:

(...) Our men and our sons have joined the ranks of the stranger. (...) our brothers say that our customs are bad. (...) The white man is clever. He came quietly with his religion. We were amused at his foolishness and allowed him to stay. Now he has won our brothers, and our clan can no longer act like one. He has put a knife on the things that held us together and we have fallen apart” (P.124, 125).

A transcrição em epígrafe reproduz o lamento pelo resultado do confronto entre as duas culturas, a quebra dos alicerces sustentadores da nação Igbo e a construção forçada de um novo espaço transcultural “partilhado” por invasores e invadidos, durante os sete anos de exílio de Okwonko em Mbata e nos anos subsequentes.

O regresso de Okwonko a Umuofia representa a segunda etapa da sua destronização. A sua ausência resultou na influência marcante da presença dos missionários. Era visível a construção de escolas, igrejas e hospitais e as mudanças operadas nos costumes locais resultaram em alterações na paisagem sócio - cultural de Umuofia. A vitória do modelo europeu provocou um conflito permanente de aceitação e rejeição, por exemplo ao nível religioso, tal como sugere diálogo que a seguir transcrevemos:

“You said that there is one supreme God who made heaven and earth, Said Akuna. We also believe in him and call him ‘Chukwo’. He made whole the world and the other gods (P. 126) .

“There is no other god” Said Mr. Brown. ‘Chukwu’ is the only God and all other are false” (Ibid)

Ao inserir as vozes da memória local o autor liberta, de forma metafórica, a sociedade Igbo da visão da historiografia ocidental, ou seja, a visão parcial da história que oculta(va) a riqueza da estrutura do tecido sociocultural dos povos não ocidentais. Ao incorporar essa riqueza, feita sobretudo através das marcas linguísticas locais e também por via da própria estrutura do romance, centrada no herói africano, em contraponto com a “norma” que perpetua a heróica constelação eurocêntrica, por exemplo, Achebe desafia assim o cânone literário proposto pelo ocidente, também ele ancorado nas leituras que o ocidente produziu sobre o mundo.

Por conseguinte, entender *Things Fall Apart* implica absorver a estrutura do seu contra-discurso e reconhecer a sua *wordliness*. Isto pressupõe uma “desfiliação” do texto relativamente às matrizes do centro e conseqüente localização do mesmo no espaço metonímico onde se situa o imaginário “achebiano”, sendo este o ponto de partida para a sua projecção a um macro-universo, do qual, com as suas peculiaridades histórico-culturais, também dele faz parte, por direito.

Dessa forma, a narrativa constitui uma zona de contacto entre a periferia e o centro, promotora de um ambiente dialógico onde as línguas representativas desses espaços partilham a mesma plataforma. Ao promover o encontro de vozes e de línguas, o autor projecta a ligação do texto a um contexto sociocultural determinado (*wordliness* do texto) que por seu turno acaba por encontrar pontos de apoio no carnaval bakhtiniano, uma vez que a coabitação lexicológica permite a suspensão das barreiras hierárquicas propostas pelo cânone literário filiado ao centro.

A oposição directa entre as línguas pode assim ser lida como uma das formas de remoção das não ocidentais da posição periférica que lhes foi atribuída, colocando-as, assim, em paralelo com as suas congéneres europeias, posicionando-as a uma escala global. Como esclarece Mphele:

English and French (and Portuguese) have become common languages with which African present a nationalist front against oppressors and even in this independence period, these languages are still unifying forces. However, Achebe remembers us

that (...) the English will be able to carry the weight of (...) African experience. But it will have to be new English, still in full communion with its ancestral home, but altered to suit new African surroundings (1975: 62).

A presença das duas línguas é também uma metáfora que alude à viagem operada pelos Igbo em direcção ao modelo Britânico, uma trajectória fortemente recusada por Okwonko. Okwonko expressa o seu inconformismo pelo facto do seu povo se ter resignado à nova realidade e não ter lutado pela sua terra e pelas suas crenças, e fê-lo de forma trágica, optando pelo suicídio.

Ao optar por essa via Okwonko acabou por violar as leis Igbo e, por esse facto, não foi merecedor de um funeral a preceito e nem podia ser sepultado por nativos de Umuofoia. Assim, paradoxalmente, apenas aqueles que ele tentou combater estavam “legalmente” habilitados a fazer o seu funeral. Como podemos ler no romance:

“That man was one of the greatest men in Umuofoia. You drove him to kill himself; and now he will be buried like a dog...” Said Obrieka (p.147).

“It’s an abomination for a man to take his own life. (...) and a man who commits it will not be buried by his clansmen. His body is evil, and only strangers may touch him” (Ibid).

Assim, ao descrever a trajectória do herói africano, a natureza dos conflitos sociais e psicológicos desenvolvidos em Umuofoia durante os período pré e pós-colonial, em *Things Fall Apart*, Achebe convoca a memória ostracizada pela história resultante da visão autorizada pelo centro, para a reelaboração de uma (inter)historicidade abrangente, capaz de incluir as perspectivas do Outro. A obra articula conflitos subjectivos e aspirações colectivas num sincretismo dialógico que reproduz as vozes e falas de todos os ocupantes do ambiente carnavalesco do romance, dando assim ao leitor notas marcantes do espaço de pertença da obra ou, se preferirmos, da sua “wordliness”, usando o conceito de Said.

Desse modo a obra leva-nos a reflectir sobre o papel da literatura africana na produção de alternativas ao discurso “oficial” do centro. Como refere Graham Huggan (2001: 40) a literatura africana, tal como outras pós-coloniais, é, em termos genéricos, portadora de uma dimensão simultaneamente recuperadora e desconstrutora da identidade cultural e das expectativas ocidentais, respectivamente. Para tal, ela trabalha no sentido do desmantelamento das formas que privilegiam a supremacia do mundo ocidental. Obras como *Things Fall Apart* funcionam, de certo modo, como contra-narrativas etnográficas que elaboram o escrutínio dos questionáveis axiomas subjacentes às descrições antropológicas do ocidente relativamente às culturas não ocidentais (Ibid:41).

Em suma, *Things Fall Apart* representa um pungente retrato literário da história africana. A obra convida à reflexão sobre a natureza do recontro colonial e remete-nos para uma atmosfera que, dados os estereótipos construídos pela história e o contradiscurso produzido em resposta à versão ocidentalizada da história, nos diz que o futuro jamais será igual ao passado.

Bibliografia

- Achebe, Chinua. 2001(1958), *Things Fall Apart*, London, Ibadan, Heinemann
- Ashcroft, Bill e Ahluwalia, Pal. (2001) *Edward Said*, Routledge Critical Thinkers Series, USA e Canada, Routledge
- Ashcroft, Bill, Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen. 2004 (1998), *The Post Colonial Studies Key Concepts*, London and New York, Routledge
- Bakhtin, Mikhail. 1984 (1963), *Problems of Dostoevsky’s Poetics*, History and Theory of Literature, Vol.8, Emerson, Caryl (ed; Trad), Manchester, Manchester University Press
- Bakhtin, Mikhail. 1998 (1981), *The Dialogic Imagination*- Emerson, C. and Holquist, M. (eds), The University of Texas Press, Texas
- Gomes, Catarina e Maria Meneses. (2012), *História e Colonialismo: Por uma Inter-Historicidade*, (online) disponível em: <https://www.reseau-terra.eu/article1223.html> (consultado em: 15/12/013)
- Huggan, Graham. (2001), *The Post-Colonial Exotic: Marketing the Margins*, London and New York, Routledge
- Peralta, Elsa. (2007), “Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Resenha Crítica” in *Arquivos da Memória - Antropologia, Escala e Memória*. Nr. 2 (Nova Série), P.3-20, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Universidade Técnica de Lisboa (Online) disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/Revistas/arquivos_da_memoria, (Consultado em: 12/07/2015)
- Said, Edward. (1983) *The World, The Text and the Critic*, Cambridge, Harvard University Press
- Pechey, Graham. “On the Borders of Bakhtin: Dialogisation, Decolonization” in Hirschkop, Ken; Shepherd, David (eds), (1989), *Bakhtin and Cultural Theory*, Manchester, New York, Manchester University Press
- Sobral, José Manuel. (2006), “Memória e Identidade Nacional: Considerações de Carácter Geral e O Caso Português”, Comunicação apresentada ao Colóquio *Nação e Estado: Entre o Local e o Global*, organizado pelo Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade do (Online) disponível em http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_4.pdf (consultado em 24/06/2015)
- Thiong’o, N’gungi. “Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature”, in Ashcroft, Bill.

Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen (orgs). (2002), *The Post Colonial Studies Reader*, London and New York Routledge.

Vega, Martin (2014) *Wordliness*, (Online), disponível em: www.urop.uci.edu/journal_-Vega.pdf (consultado em 05/05/2015)

Welsch, Wolfgang. "Transculturality - The Puzzling of Cultures Today", in Mike Featherstone e Scott Lash. (1999), *Spaces of Culture: City, Nation, World*, London, Sage.

UM CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA AO SERVIÇO DA SOCIEDADE ANGOLANA NA UKB

Joaquim Sequeira & Carlos Pinho

1 - Introdução

A Universidade Katyavala Bwila (UKB), através da sua Unidade Orgânica vocacionada para as engenharias, o Instituto Superior Politécnico (ISP-UKB) e em colaboração com o Departamento de Engenharia Mecânica (DEMEC) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), elaborou uma proposta de um plano de estudos para a Licenciatura em Engenharia Mecânica que submeteu em devido tempo à tutela. Este plano de estudos foi aprovado pelo Governo da República de Angola, Ministério do Ensino Superior (MES), Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior, no âmbito do Quadro actual da Legalidade dos Cursos de Graduação ministrados nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas na data de 23/07/2015. Este processo foi longo pois a aprovação e deliberação pelo Conselho Científico do ISP/UKB verificou-se a 20/09/2011.

Para a elaboração do referido plano de estudos aproveitou-se o facto de o DEMEC estar a iniciar um processo de revisão do seu plano de estudo e recorreu-se a uma análise de cursos de Engenharia Mecânica leccionados em algumas das mais cotadas escolas de engenharia a nível mundial, para se proceder a uma avaliação comparativa e se definirem orientações referentes aos temas a leccionar e respectivas cargas horárias (Vasques, 2011).

As escolas internacionais de referência consultadas foram as seguintes:

- Mechanical Engineering Program @ EPFL, Lausanne, Switzerland;
- Mechanical Engineering Program @ RWTH, Aachen, Germany;
- Mechanical Engineering Program @ KTH, Stockholm, Sweden;
- Mechanical Engineering Program @ Politecnico di Milano, Italy;
- Mechanical Engineering Program @ UPC Barcelona, Spain;
- Mechanical Engineering Program @ TUWien, Vienna, Austria;
- Mechanical Engineering Program @ Michigan-AnnArbour, USA;
- Mechanical Engineering Program @ GeorgiaTech, USA;
- Mechanical Engineering Program @ Illinois - Urbana Champaign, USA;
- Mechanical Engineering Program @ VirginiaTech, USA;
- Mechanical Engineering Program @ Colorado State, USA.

A combinação destas duas circunstâncias, a revisão do plano curricular do curso de Engenharia Mecânica leccionado na FEUP e a necessidade de elaboração de raiz de um plano de estudos para um curso de Engenharia Mecânica a ser leccionado no ISP-UKB, levou a uma concertação de esforços que resultou na preparação de um plano de estudos para a Licenciatura em Engenharia Mecânica na UKB. Este plano de estudos está ao nível do que de melhor existe internacionalmente e apresenta ainda a vantagem de ser compatível com o Processo de Bolonha. Este processo de uniformização de cursos universitários a nível europeu é o resultado da Declaração de Bolonha apresentada conjuntamente pelos Ministros da Educação de dezanove países europeus reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999. Esta compatibilidade do plano de estudos proposto pela UKB com a Declaração de Bolonha não significa uma subserviência a interesses estrangeiros, mas tão somente uma aceitação de uma maior compatibilidade internacional que se pretende para a Licenciatura em Engenharia Mecânica da UKB. Esta compatibilidade irá permitir uma maior mobilidade e intercâmbio de estudantes, técnicos e docentes, realçando a universalidade da Engenharia Mecânica como veículo formador de cidadãos capazes e competentes para uma Angola que se deseja cada vez melhor.

No dia em que em Angola haja o interesse de garantir uma compatibilidade internacional dos seus cursos universitários e dos técnicos por via deles formados o curso de Engenharia Mecânica da UKB estará numa posição de vanguarda para se atingir tal desiderato.

2 - O plano de estudos em Engenharia Mecânica da UKB

No plano de estudos proposto os três primeiros anos compõem o Bacharelato em Engenharia Mecânica e estão indicados na Figura 1.

As disciplinas leccionadas estão distribuídas por 10 áreas técnicas e científicas. Em cada disciplina indicam-se o número de horas semanais e os créditos de acordo com o padrão ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System). A adopção deste padrão de quantificação de créditos mostra como este plano de estudos está preparado para futuramente ser adaptado a normas internacionais e por outro lado garante aos alunos que frequentem com aprovação as disciplinas do curso, que o total de créditos que lhes sejam atribuídos, estejam em consonância com métodos de ponderação internacionais.

Depois seguem-se duas opções, de dois anos cada, levando à Licenciatura em Engenharia

Mecânica. A opção em Energia e Transportes, Figura 2, e a opção em Produção e Logística, Figura 3. As disciplinas estão distribuídas em áreas técnicas e científicas. São cinco áreas na opção de Energia e Transportes e sete áreas na opção de Produção e Logística. Nas disciplinas estão igualmente indicadas as respectivas cargas horárias e os ECTS.

	1º ANO		2º ANO		3º ANO	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
	Matemática	Análise Matemática I 4	Análise Matemática II 4	Análise Matemática III 4	Análise Numérica 4	
Física	Física 4					
Mecânica Aplicada		Mecânica I 4	Mecânica II 5	Mec. Sólidos e Estruturas 4	Orgãos de Máquinas 5	
Concepção e Fabrico	Desenho Técnico 4		Concepção e Fabrico I 4	Concepção e Fabrico II 4	Concepção e Fabrico III 5	
Energia	Noções de Ambiente 4		Termodinâmica I 4	Termodinâmica II 4	Mecânica dos Fluidos 5	Transferência de Calor 4
Automação		Electricidade 4			Automação Industrial 5	Sistemas de Controlo I 4
Materials	Ciência e Eng. dos Materiais 4	Materiais I 4	Materiais II 4			Instrument. e Medição 4
Linguística	Português 4	Português 4	Inglês II 4			
Informática e Gestão		Programação 4		Estatística 4	Investigação 5	Gestão de 4
Projecto						Projecto 1

26 36 16 48 25 42 20 36 20 24 13 54
 escol. ECTS escol. ECTS escol. ECTS escol. ECTS escol. ECTS escol. ECTS

Figura 1 - Plano de estudos do Bacharelato em Engenharia Mecânica

LICENCIATURA EM ENERGIA E TRANSPORTES

	4º ANO		5º ANO	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Mecânica Aplicada	Mecânica das Estruturas I 5	6		
Energia	Instalações Industriais 4	Motores Térmicos 4	Gestão de Energia 4	
		Energias Renováveis 4	Mét. Exp. Eng. Térmica 4	
		Refrigeração 4	Mét. Comp. Eng. Térmica 4	
		Redes de Fluidos 4	Climatização 4	
		Permutadores de Calor 4	Sist. Mov. e Transporte 4	
Automação	Accionament. Industriais I 4			
	Computação Industrial 4			
Produção	Higiene e Segurança Ind. 4			
Projecto		Práticas Produtivas 1	Práticas Produtivas 1	Projecto Eng. Mecânica 1
	21 escol.	30 ECTS	21 escol.	60 ECTS
			21 escol.	60 ECTS
			1 escol.	30 ECTS

Figura 2 - Opção de Energia e Transportes (Licenciatura)

LICENCIATURA EM PRODUÇÃO E LOGÍSTICA

	4º ANO		5º ANO	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Mecânica Aplicada	Mecânica das Estruturas I 5	Mecânica das Estruturas II 6		
Energia	Instalações Industriais 4			
Automação	Accionament. Industriais I 4	Accionament. Industriais II 6	Sistemas de Controlo II 4	
	Computação Industrial 4			
Produção	Higiene e Segurança Ind. 4	Design Integ. de Produto 6	Simul Process Tecnológicos 4	
Gestão		Gestão Prod. e Rec. Humanos 4	Gestão da Manutenção 4	
			Logística 4	
Materials		Seleção de Materiais 4	Engenharia de Superfícies 4	
Dissertação		Práticas Produtivas 1 30	Práticas Produtivas 1 30	Projecto Engª Mecânica 1 30
	21 escol.	30 ECTS	21 escol.	60 ECTS
			21 escol.	60 ECTS
			1 escol.	30 ECTS

Figura 3 - Opção de Produção e Logística (Licenciatura)

3 - Áreas de investigação científica em Engenharia Mecânica na UKB

O objectivo de se lançar um plano de estudos de um curso superior de engenharia não se esgota na formação de técnicos superiores capazes de apoiarem e desenvolverem os sectores extractivos, industriais e comerciais de um país, mas deverá permitir ainda a capacitação dos seus formandos para o exercício da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.

Neste aspecto, tendo em atenção em primeiro lugar a opção de Energia e Transportes, levando em consideração as particularidades de Angola e da região onde se insere a zona de influência da UKB e ainda as regiões afins desta Região Académica II, existem alguns aspectos que poderão orientar a investigação científica a desenvolver futuramente.

Em primeiro lugar chama-se a atenção para a evolução do consumo mundial de energia primária, Figura 4. É indubitável o peso do petróleo e do gás natural na evolução do consumo entre 1971 e 2008. Ora sabe-se que Angola é hoje em dia uma referência como fonte destas energias fósseis e por isso também é inquestionável que trabalhos de I & D venham a ser desenvolvidos nestas áreas. Ou seja, sendo tal um dado adquirido, mais discussão sobre temas de pesquisa nestas matérias seria um assunto recorrente. Mas o que se pretende mostrar neste trabalho é a importância crescente das energias de fonte renovável no combinado energético mundial. Devido às suas condições climáticas e posição geográfica Angola poderá tornar-se igualmente uma referência neste domínio, tal como hoje o é no petróleo e gás natural. A manutenção do actual posicionamento de Angola como fornecedor de energia de origem fóssil e a necessidade de formação de técnicos em quantidade e qualidade não obsta a que se comece a olhar para outros alvos, como é o caso das energias de fonte renovável.

World

Evolution from 1971 to 2008
of world total final consumption by fuel (Mtoe)

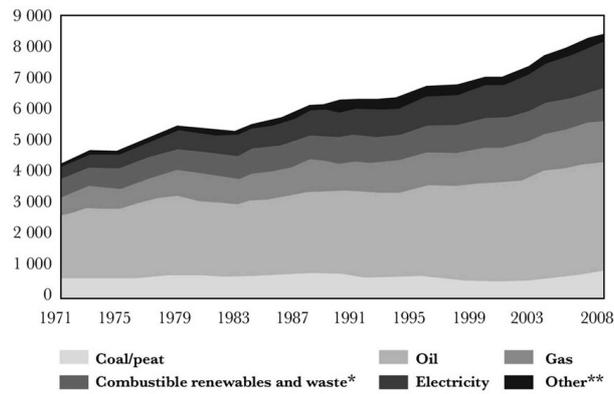


Figura 4 - Evolução do consumo mundial de energia (IEA, 2010)

E tal posição de referência deverá obrigar em primeiro lugar a atender às necessidades da sua própria população, pois conforme se constata da Figura 5 ainda há muito caminho a percorrer. Este gráfico (MacKay, 2011) mostra a energia consumida *per capita* em 2005, em diversos países e em função da respectiva densidade populacional.

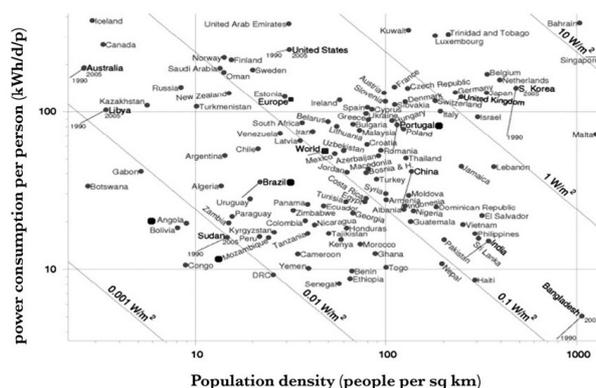


Figura 5 - Energia consumida por pessoa versus densidade populacional, dados de 2005 (MacKay, 2011)

Nesta Figura 5 realçam-se alguns países onde o português é a língua oficial, não se pretendendo com isso menosprezar os valores referentes a Angola, mas apenas para evidenciar que, com as suas potencialidades, Angola poderá progredir rapidamente. Para efeitos de comparação com a energia equivalente consumida em média por unidade de superfície de Angola, que ficará entre 0,001 W/m² e 0,01 W/m², segundo a Figura 5, saliente-se que a irradiação solar média anual para algumas cidades angolanas é por exemplo de 205 W/m² em Luanda, 242 W/m² no Luena e 217 W/m² em Moçâmedes. Ou seja pode dizer-se de um modo simplista que o potencial energético solar de Angola é da ordem dos 200/0,008 ou seja 25000 vezes o que se consumia em 2005 por unidade de superfície do país. É evidente que este valor foi grosseiramente estimado e como tal deve ser encarado com muita cautela. Mas o que se pretende é demonstrar o potencial enorme do país.

O problema com os combustíveis de origem fóssil é que a energia consumida para a sua extracção, produção e distribuição vem crescendo, sendo que o parâmetro que quantifica o respectivo Retorno Energético do Investimento - REDI (Energy Return on Investment- EROl) vem decaindo rapidamente conforme indica a Figura 6.

$$REDI = \text{Energia extraída} / \text{Energia Investida} \quad (1)$$

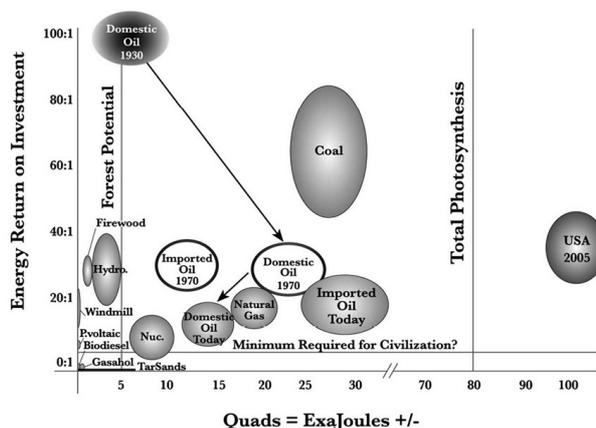


Figura 6 - Evolução do Retorno Energético do Investimento. 1 EJ = 10¹⁸J (Pimentel, 2008)

Se no início da era do petróleo por cada unidade de energia investida se conseguiam extrair 100, hoje em dia esse rácio anda em termos médios por valores na casa dos 20 a 30, Pimentel (2008). Portanto qualquer raciocínio à volta das limitações ou eventuais esgotamentos das fontes não renováveis de energia passa por esta avaliação muito simples, que é totalmente independente das flutuações dos valores das moedas, mostra que energia abundante e barata proveniente das fontes fósseis tem os dias contados. Não se sabe logicamente ao certo se os tais dias contados serão muitos ou poucos, mas faz sentido em termos de estratégia nacional, ir trabalhando nas fontes energéticas alternativas. Tais restrições não acontecerão provavelmente nas próximas duas ou três décadas, mas muitos países têm vindo paulatinamente a reorientar os seus projectos de investigação para esta nova realidade. Angola terá de fazer o mesmo. Aliás, a recente crise que assola os países produtores

de petróleo, devida à baixa do preço desta matéria-prima e de que Angola é um caso paradigmático (O País, 2015), mostra bem a pertinência da necessidade de se olharem para outras fontes energéticas, nomeadamente de origem renovável, em que o país é pródigo.

O valor mínimo do Retorno Energético do Investimento que a sociedade pode suportar anda pelos 3, (Hall et al., 2009) e como se constata da Figura 6 os combustíveis líquidos derivados da biomassa estão perto ou abaixo deste limite.

Na Figura 7 mostra-se um mapa da Terra elaborado em 1923 onde se indicava as áreas favoráveis à instalação de centrais térmicas solares, Deutscher (2008). Pode daí constatar-se a importância do Sul de Angola, como uma das regiões privilegiadas para este fim.

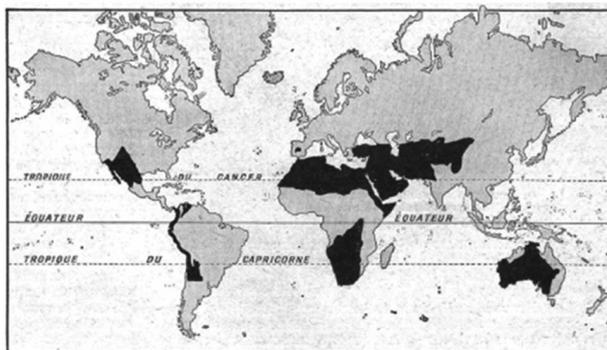


Figura 7 - Zonas do planeta adequadas à instalação de centrais térmicas concentradoras solares segundo um estudo de 1923 (Deutscher, 2008)

Olhando agora para a realidade angolana, e particularmente para o universo da segunda região académica, na óptica da Opção em Produção e Logística, também aqui se constata a posição ímpar do país no universo da África Austral. Vem de longe, dos inícios do século XX, a importância do Caminho de Ferro de Benguela e do Porto do Lobito no suporte do desenvolvimento das zonas do interior do continente e nomeadamente dos países vizinhos (Hance e van Dongen, 1956; MTC-RPA, 1988). Contudo, as vicissitudes históricas das últimas quatro décadas penalizaram grandemente tais potencialidades. De realçar que os três portos principais do país (Luanda, Lobito e Moçâmedes), tiveram no período da administração portuguesa a vocação e categoria de portos de exportação, sendo o do Lobito, o mais importante de todos como terminal de cargas oriundas do interior do território (produtos agrícolas) e dos países vizinhos (minérios). Ora é imperioso que tal situação de relevância internacional se volte a confirmar tendo o governo de Angola realizado investimentos nesse sentido (Cargonews, 2014), Figura 8.

Mas a prossecução de tais objectivos é indissociável da formação em quantidade e qualidade de técnicos superiores capacitados e a ligação existente entre a UKB e a UP, formalmente iniciada pela assinatura de um protocolo de colaboração entre as duas universidades em 2011, até parece ter sido uma premonição de um possível estreitar de relações entre o Porto do Lobito e o Porto de Leixões (Cargonews, 2016a).

A reactivação da linha do Caminho de Ferro de Benguela (Cargonews, 2016b) é uma clara demonstração do esforço governamental na concretização do “Corredor do Lobito” (MTC-RPA, 1988) e ainda da relevância da integração de Angola na SADC (Penha, 2011; Miguel, 2014). É evidente que se por um lado se pretende eliminar um dos maiores estrangulamentos ao desenvolvimento económico e social de vastas regiões do centro e sul de Angola, por outro lado existe em simultâneo o receio de que tão vultoso investimento possa redundar num “Elefante Branco”, embora estudos recentes permitam antecipar o oposto (Duarte et al, 2015).



Figura 8 - Porto do Lobito (Cargonews, 2014)

4 - Importância social do Curso de Engenharia Mecânica na Região Académica II

O Ministério do Ensino Superior (na altura também integrava a Ciência e Tecnologia) observou as necessidades de quadros técnicos nacionais para o mercado local (Benguela e Kwanza Sul). Para suprir tal necessidade, orientou que a UKB, através da sua unidade orgânica da especialidade, o ISP, organizasse uma comissão para o estudo e implementação de um curso de engenharia na área mecânica. Para este efeito foi nomeada uma Comissão de Acompanhamento e Instalação do Curso de Engenharia Mecânica na Universidade Katyavala Bwila, através do despacho nº 32/GR/UKB/2011 do Magnífico Reitor.

Esta comissão teve em consideração os organismos importantes para o desenvolvimento da região, as indústrias instaladas na Região Académica II e como adequam a sua produção ao mercado local, bem como a possível construção de uma refinaria localmente. Embora não existam projectos de grande envergadura nas áreas automobilística, aeronáutica ou outras de maior envergadura, existem projectos que necessitam da adequação da academia local, orientada para o desenvolvimento do país.

Para iniciar este projecto, a academia solicitou às empresas de maior relevo industrial da região para cada uma indicar um dos seus engenheiros mecânicos para integrar a Comissão Académica para Implementação do Curso de Engenharia Mecânica. Esta comissão integrou, para além de membros da academia, engenheiros de algumas das empresas e organizações contactadas, como por exemplo do CFB, LOBINAVE, SONAMET, DIRECÇÃO PROVINCIAL DA INDÚSTRIA, GEOLOGIA E MINAS e ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO LOBITO. Alguns membros de empresas relevantes do mercado local acabaram por não integrar esta comissão por dificuldades operacionais ou por insuficiência de quadros técnicos da área.

Para o desenho do plano de estudos, recorreu-se à cooperação de um dos grandes parceiros da UKB, a Universidade do Porto, através da sua unidade orgânica especializada, a Faculdade de Engenharia. O lançamento do Departamento de Engenharia Mecânica no ISP/UKB ocorreu em 2012, integrando como docentes alguns dos engenheiros pertencentes às empresas locais, o representante local da Ordem dos Engenheiros e havendo recorrido à cooperação cubana.

Diante de condições críticas, pensou-se em modelos que pudessem gerar engenheiros de forma mais rápida, mais baratos e com grande confiabilidade. Para tanto, em caso de necessidade, a UKB poderia, sempre, recorrer aos seus parceiros com maior experiência, tanto convidando professores como recorrendo à mobilidade estudantil.

Para além dos detalhes técnicos da Mecânica, na preparação deste curso foi dado especial relevo aos acidentes por falhas Mecânicas, passíveis de serem detectados e mitigados. Este curso dá especial relevância à manutenção, inspecção e monitorização de equipamentos. Aqui cabem as contribuições técnicas para a redução dos acidentes.

Quase tudo o que a sociedade em geral utiliza tem, em algum momento, a mão do engenheiro mecânico na sua confecção. Este profissional é capaz de projectar e fazer desde um simples brinquedo até um satélite. Ele é um dos engenheiros mais versáteis. Está presente na concepção, projecto, fabricação e manutenção de qualquer produto que envolva componentes mecânicos.

Há algumas áreas nas quais a presença do engenheiro mecânico é incontornável, pois ele pode trabalhar em empresas aeronáuticas, automobilísticas, de energia e meio ambiente, de materiais, transportes, logística, processos de manufactura e projectos. Para a UKB, o mercado de trabalho para um profissional bem formado nesta área está na ordem do dia. Geralmente, os formados nesta área encontram colocação em empresas privadas nacionais e multinacionais e em empresas públicas.

De não menos importância será a actuação futura dos graduados em Engenharia Mecânica da UKB na prossecução dos objectivos de uma futura boa governança, com ênfase na implementação de iniciativas de conteúdo local ao participarem na criação de novas empresas e actividades económica que acabarão por aparecer tanto como fruto da influência do Corredor do Lobito (Duarte et al, 2015), como das necessidades de serviços e tecnologias complementares requeridas por empresas e instituições multinacionais (Ovadia, 2014).

5 - Conclusões

Nesta reflexão, que começou a ser escrita em finais de 2011 aquando de uma visita de uma delegação da UP à UKB, começou por se historiar de modo sucinto o processo de desenvolvimento dos planos de estudo do Bacharelato e da Licenciatura em Engenharia Mecânica da UKB. Mostrou-se seguidamente a relevância das duas opções que a licenciatura propõe, tendo em consideração as potencialidades da segunda região académica em particular e as enormes potencialidades de Angola em geral.

Implícita nesta análise está a cooperação existente entre a UP e a UKB, assim como a necessidade de se criarem condições que permitam o alargamento de tal cooperação. Pretende-se que os futuros Engenheiros Mecânicos da UKB possam beneficiar da experiência que o DEMEC da FEUP conseguiu nas últimas décadas, e que levou este departamento a uma posição de referência no ensino de Engenharia Mecânica em Portugal, por forma a que o ISP/UKB também possa daqui a uma

décadas orgulhar-se de igual feito, no caso de Angola.

Referências

- Cargonews (2014), "Angola: Porto do Lobito recebe 1247 milhões de dólares em investimentos", 2014, Página da net, <http://www.cargoedicoes.pt>, consultada em Outubro de 2016.
- Cargonews (2016), "Angola: Reabilitação do C.F. de Benguela permite chegada de gás butano ao interior do país", 2016, Página da net, <http://www.cargoedicoes.pt>, consultada em Dezembro de 2016.
- Cargonews (2016), "Governador de Benguela visitou Leixões - uma referência para a reabilitação do porto do Lobito", 2016, Página da net, <http://www.cargoedicoes.pt>, consultada em Dezembro de 2016.
- Deutscher, G. (2008), "The Entropy Crisis", World Scientific Publishing, Co., Singapore.
- Duarte, A., Pacheco, F., Santos, R. e Tjønneland, E. N. (2015), "Diversification and Development, or "White Elephants"? Transport in Angola's Lobito Corridor". Chr. Michelsen Institute (CMI), Bergen, Noruega.
- Hall, C.A.S, Balogh, S. e Murphy, D.O.R. (2009), "What is the Minimum EROI that a Sustainable Society Can Have?", *Energies*, 2, 25-47. (www.mdpi.com/journal/energies).
- Hall, C.A.S. e Day Jr., J.W. (2009), "Revisiting the Limits to Grow After Peak Oil", *American Scientist*, Vol.97, p 230-237, Maio-Junho.
- Hance, W. A. e van Dongen, I. S. (1956), "The Port of Lobito and the Benguela Railway", *Geographical Review*, Vol. 46, nº. 4 (Oct), pp. 460-487.
- IEA (International Energy Agency) (2010), "Key World Energy Statistics", Paris, França.
- MacKay (2011), "David MacKay's Map of the World", <http://www.inference.phy.cam.ac.uk/sustainable/data/powerd/MapOfWorld.html>, Consultado em Novembro de 2011
- Miguel, L. (2014), "Integração Regional de Angola na SADC". Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- MTC-RPA (Ministério dos Transportes e das Comunicações da República Popular de Angola) (1988), "Le Chemin de Fer de Benguela et le Développement de l'Afrique Australe". Editorial Vanguarda, Luanda, Angola.
- O País (2015), <http://opais.co.ao/quando-e-que-o-preco-do-petroleo-volta-a-subir-ou-seja-quando-acaba-a-crise/>. Consultado em Janeiro de 2017.
- Ovadia, J. S. (2014), "Local content and natural governance: The cases of Angola and Nigeria", *The Extractive Industries and Society*, 1, 137-146.
- Penha, E. A. (2011), "Geopolítica e logística de transportes na África Subsaariana". *World Tensions / Tensões Mundiais*, Vol. 7, No. 13, p261-278.
- Pimentel, D. (2008), "Biofuels, Solar and Wind as Renewable Energy Systems. Benefits and Risks", Springer.
- Vasques, F. (2011). Comunicação pessoal.

LUANDA E MANUEL RUI – MEMÓRIAS COM VISTA PARA A CIDADE

Luís Gaivão

Introdução

Luanda, a capital de Angola, vem acumulando memórias desde 1576, data da sua fundação. Nos 444 anos de vida, a cidade foi-se construindo “entrelaçando temporalidades, espacialidades e valores políticos” onde o “arcaico convive com o moderno, o progresso com o atraso e todas as épocas expressam e reclamam atenção histórica: a era pré-colonial, a ocupação costeira, o colonialismo moderno, a independência, o pós-colonialismo” (CES, 2012:1).

Este trabalho substancia uma homenagem a tudo o que modelou a vida da grande senhora que foi Amélia Mingas quase sempre passada na sua cidade de Luanda, cidade onde igualmente nasci.

Para tal desiderato, analisei passagens literárias da obra em prosa de outro grande angolano, o escritor Manuel Rui Monteiro que cumpre a notabilíssima tarefa de desenhar, em mais de quarenta títulos, a riqueza antropológica, sociológica e cultural dum país que sofreu muito para se libertar do colonialismo e continua desbravando o seu caminho, entre tantas heranças cruzadas.

Porque eram os dois muito amigos e eu muito amigo de ambos, creio que a Amélia Mingas, a partir do lugar onde estará, apreciará observar o filme literário de Luanda, pela mão de Manuel Rui.

Trata-se, pois, de uma homenagem àquela grande Senhora, Amélia Mingas, doutorada em linguística africana, licenciada em filologia germânica, professora da Universidade Agostinho Neto, directora executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), directora do Instituto Nacional de Língua do Ministério da Cultura, entre tantas outras actividades e, simultaneamente, uma homenagem, também, a Manuel Rui, licenciado em direito, ministro, professor, advogado, poeta e, sobretudo, um enormíssimo escritor.

Penso, pois, que a Kianda, a Sereia que habita as águas luandenses, estará feliz por esta viagem ao que maravilhosamente Manuel Rui tem vindo a escrever sobre a cidade e a sua muxima.

Loanda colonial e escravagista no Século XVII

No último romance de Manuel Rui, **Kalunga** (2018), a acção decorre no interior Kwanza Norte de Angola.

O autor não deixa de descrever, física e sociologicamente, a Loanda com «o», dessa época, porto de escravos: “...virou-se e só agora tinha uma vista geral sobre Loanda já com os zincos a brilhar e o arco-íris a desaparecer. Tinha passado o que mais medo lhe metia, a cidade de Loanda que em tão pouco tempo o aterrorizava de mistérios...” (Rui, 2018:179). O medo e os mistérios obrigavam a “ter os olhos muito bem abertos. Em Loanda há muitos bandidos, gente com vontade de vingança” (Rui, 2018:162), e até já tinha havido uma revolta dos escravos: “...ficou célebre um barco grande, carregado de escravos que se revoltaram, pegaram fogo ao navio e fugiram em barcos de pescadores noite adentro para os mangais lá longe” (Rui, 2018:191).

O ambiente colonial era difícil e os portugueses dominavam. Por isso, “para se entrar na cidade, recomendava-se “levar umas poucas de armas, duas ou três carroças puxadas por burros e guias” (Rui, 2018:80) e uma vez ali, o melhor seria “ficar em Loanda e virar comerciante (...) pois os brancos ganham dinheiro até a dormir” (Rui, 2018:120).

O comércio, sobretudo de escravos, era feito nos barcos para a América que necessitavam de ser abastecidos e na cidade “tudo se mede em varas, braças, alqueires, arrobas, pipas...” (Rui, 2018:172), a água potável era procurada no “Poço da Maianga (...) de noite para não dar nas vistas que de dia há sempre grandes enchimentos. Sabem, perto das Ingombotas onde ficam os currais de escravos...” (Rui, 2018:172)

Manuel Rui salienta, também, o facto de os búzios do candomblé, em Salvador da Baía, serem um registo cultural afro-ameríndio, contrastando-os com os búzios (zimpos) de “Loanda que eram uma perversidade com que até se compravam e vendiam escravos” (Rui, 2018:291). Uma alusão à compra-venda dos escravos em Loanda.

Passemos, agora, a outra Luanda colonial, mas, agora, do século XX.

Luanda colonial no Século XX

É com **Regresso Adiado** (1973) que Manuel Rui, aos 32 anos de idade, inicia a carreira de prosador. Este livro é preenchido com contos de subtil observação do fenómeno colonial em Luanda.

Confirma-o o crítico Manuel Ferreira no prefácio desta obra: “é nessas zonas urbanas de polivalência racial que se desenvolve uma teia de relações sociais a vários níveis e de vários matizes: culturais, económicos, linguísticos, históricos. E desse jogo de relações nascem, tecem-se, entretecem-se pequenas e grandes situações, não raro dramáticas.” (Ferreira, 1973:Prefácio).

São, pois, várias as referências à Luanda colonial, no conto “O Aquário”, tais como: o Grande Prémio Automóvel de Luanda, (Rui, 1973: 59) manifestação social e colonial de relevo, o “Pólo Norte” (Rui, 1973:55), afamado café e casa de gelados para a elite, o imponente aeroporto

recentemente inaugurado (Rui, 1973:61), a “maravilhosa avenida marginal” e o prédio do Banco Comercial que era “o mais alto do País!” (Rui, 1973:51) e até Leonor, a personagem principal e mulher perversa do rico negociante Vitorino, já gostava mais de Luanda do que da sua cidade natal, Lisboa. É a Luanda dos anos 70, vista através dos olhos do colonizador: “Uma cidade em banho perpétuo, onde o sol, como um falo de luz, roçava as esquinas como se fossem virilhas. Um deslizar do tempo onde nunca se adivinhava o ciclo das estações...um céu sempre azul...” (Rui, 1973:50).

Na descrição da cidade, Manuel Rui cruza os olhares do colonizador e também do colonizado: Armando Bernardo, no conto “Com ou sem pensão”, recém-chegado a Lisboa para estudar, extasiava-se: “trazia os bolsos a abarrotar de expectativas que todo o pequeno-burguês negro de Luanda acalentava. Em Lisboa “é que não havia pai». Lá um gajo era tratado como senhor, mais que um branco!” (Rui, 1973:74), contrapondo a mentalidade colonial e a da metrópole, com o cortejo de preconceitos raciais, sociais e políticos, que vai ironicamente desvendando.

Este Armando “integrava uma classe de pretos bem vestidos, falando bom português, recebendo por isso o apodo de calcinhas”. (Rui, 1973:77)

No conto “Em tempo de guerra não se limpam armas”, a propósito do cozinheiro Vintesete que trabalhava para um alto funcionário colonial, regista: “Na cidade alta o asfalto acabava no coreto onde mais tarde haviam de implantar a estátua de Norton. Daí para a frente, Vintesete pedalava mais na calma, preludiando a suburbanidade, a escuridão, o caminho esburacado” (Rui, 1973:106), e tinha os documentos em dia, “porque era arriscado um preto andar sem documentos depois que em Luanda assaltaram uma cadeia e mais para norte, tiros disparados do mato roubaram a vida a brancos à beira das picadas”, (Rui, 1973:116) uma alusão aos acontecimentos de 1961.

Manuel Ferreira refere:

“... vamos percorrendo o reino vário da injustiça, da prepotência, da alienação. O reino suspeito de «conciliar o inconciliável». Reino do absurdo? Seria. Seria se Manuel Rui se deixasse resvalar nessa inglória tarefa. Mas o universo que ele estrutura tem como suporte referências que o enriquecem de uma perspectiva dinâmica. E fá-lo a partir de um conhecimento real e efectivo. Ele também mestiço, ele também mulato. (...) Daí que o seu processo estilístico seja o da ironia. Que é uma das formas mais acabadas que o escritor africano, em geral, vem encontrando para instaurar no plano literário o seu próprio mundo. Conturbado (Ferreira, 1973:Prefácio).

Num testemunho mais tardio de memórias, Manuel Rui, em 2002, relata no conto **Nos Brilhos**, a rocambolesca história de um português camanguista de Malanje que, nos tempos da independência, 1975, faz a viagem para Lisboa, engolindo os diamantes antes da partida. Uma descrição de Luanda, na última noite ali passada, pelo protagonista, na época da transição: “Os olhos de Maciel contavam de contas em dobros, as luzes de Luanda. A cidade parecia sem sono, na azáfama chinfreineira dos martelos e pregos nos caixotes, a pressa de preparar a largada. “Não dormem como eu e quantos já terão bilhetes? Assim que chegar a Lisboa vingo-me e fico na cama com a mulher quatro ou cinco dias. Nada!” (Rui, 2002a: 24).

Era a Luanda colonial, nas vésperas da independência.

Luanda pós-colonial Período de afirmação nacionalista 1975-1982

A revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal dispara a descolonização de Angola que, com um rápido e conturbado processo de transferência do poder, em 11 de Novembro de 1975, assume a independência.

Manuel Rui regressa para participar no processo da formação do novo país. A sua preparação jurídica é posta ao serviço de Angola, em total envolvimento político, sobretudo na área cultural. Torna-se necessário reforçar a angolidade, como afirmação do novo Estado.

O escritor dedica-se a múltiplas tarefas educativas e de enquadramento jurídico das instituições culturais. Não tem tempo para prosas. Até 1980, escreve essencialmente poesia exaltante da nova pátria e faz a letra do hino nacional com a música de Ruy Mingas, irmão de Amélia Mingas.

Só em 1980, com **Memória de Mar**, retoma o relato histórico e a cidade vai surgir com novas tonalidades. Trata-se de uma Luanda apropriada pelos angolanos que a refundam e utilizam como a sua capital.

A narrativa passa-se na Ilha dos Padres (Cazanga) no Mussulo, local de histórias de escravatura e prisão e questiona a assimilação colonialista e a sua vertente de aculturação religiosa. Uma comissão de um historiador, um sociólogo e outros cientistas e militares tenta descobrir os mistérios da ilha. Aparecem referências à igreja e ao seu enorme poder que infundia receio, dado o passado de imposição religiosa que ali tinha sido regra: “Agora, diante de nós, a ilha a explorar. Com seus mistérios de mar e solidão. E o que sobressaía de imediato era a torre da igreja a menos de vinte metros. Mas no olhar dos olhos de cada um em cada um, ninguém de nós ousou sequer sugerir começarmos por inspecionar o templo” (Rui, 1980:13).

A imagem de Nossa Senhora de Fátima é tomada como emblema do Portugal colonialista: “Fui

eu que fiz aquela imagem nos trabalhos manuais da Escola Industrial” (Rui, 1980: 33), refere o major da comissão, facto que é inserido como elemento reflexivo relativamente ao papel do inculcamento religioso cristão na história colonial do país.

Mas a parte final deste conto é passada no dia 11 de Novembro de 1975, o dia da dipanda. Ela ficciona os comportamentos do Estado Maior português, recolhido num submarino ao largo de Luanda, donde observa os acontecimentos. Acreditam os portugueses do submarino que os seus aliados e agentes em terra ainda vão a tempo de adiar a independência: “Já se ouvem os estrondos e as rajadas. Os nossos aliados acabam de entrar em Luanda” (Rui, 1980:77) ou, vendo as notícias na TV: “Os écrans apenas mostram Luanda iluminada por tracejantes. Isto quer dizer alguma coisa pois coincide com o registo sonoro dos serviços de rádio. Mas não é tudo, pois continuamos sem saber quem dispara o fogo e contra quem” (Rui, 1980:78). Confusa, a situação, para qual dos lados tombaria a vitória?

O Alto-Comissário avisa os oficiais: “Confidencial, mas aqui no submarino já posso revelar. Do plano consta um ataque aéreo sul-africano e actos de flagelação e terror das nossas forças clandestinas deixadas em Luanda” (Rui, 1980:80).

A reviravolta militar, quase milagrosa, coloca, porém, a vitória do lado do MPLA e da independência.

Em 1978 (data da conclusão desta narrativa e três anos após a independência), descreve já uma outra nova Luanda, cuja alma vinha sendo alocada e apropriada pelos angolanos: “Domingo. Rodamos sobre o asfalto liso, espeloso. Com estes pensamentos de viver em tempo sem medida. Cidade nova e um regresso para a diferença” (Rui, 1980:111).

Era a liberdade dos espaços e dos tempos, agora com a imaginação à solta e uma nova alegria:

- Curioso! - observou o major quando o machimbombo estacionou frente ao cinema que conhecíamos do passado. E não fora sabermos de memória o trajecto, de certeza teríamos concluído tratar-se de outro local novo e diferente. Dantes chamava-se Aviz, uma das dinastias que antecedeu os donos do submarino. Agora podíamos ler em letras enormes: «Cine-Teatro 4 de Fevereiro» (Rui, 1980:112).

Marcando o início de uma viragem crítica sobre o processo revolucionário que decorria em Angola, surge, em 1982, uma das obras-primas do autor, **Quem me dera ser onda**. A narrativa revela-nos um leitão “Carnaval da Vitória”, como “um dos seres vivos que mais benefícios haviam tirado com a revolução. Nascido de uma ninhada de sete, sobrevivera na subdesenvolvida chafurda da beira-mar da Corimba” (Rui, 1998:22) e fora levado para um sétimo andar de um prédio por Diogo, que o havia adquirido. Este tem dois filhos, Zeca e Ruca, que assumem, por simpatia com o bicho, a missão de tratar dele e engordá-lo, na varanda do prédio.

As dificuldades de toda a ordem, sobretudo nas filas para o abastecimento de géneros na cidade, são retratadas de forma exemplar e os habitantes surgem estampados nos seus comportamentos de pequena corrupção e compadrio: ter um porco num prédio da cidade, habitado pela burguesia administrativa, era complicado e podia trazer muitos problemas: “Isto ainda vai dar uma maka com o Instituto de Habitação. - Com quê, Liloca? - Sim, com o Instituto... - Qual Instituto qual merda, bando de corruptos que arranjam casas só prós amigos. Eu sempre paguei renda. E casas que não têm porco estão mais porcas do que esta” (Rui, 1998: 11).

Zeca e Ruca vão apanhar comida para o Carnaval da Vitória, no desperdício do Hotel Trópico, um ícone da cidade: “No fim da tarde, quando saíram das aulas, Ruca e Zeca foram nas traseiras do Trópico e encheram à vontade o saco de plástico com comida para o leitão. No caminho para casa, fugiram do grande trânsito...” (Rui, 1998:20).

Mais tarde, os dois irmãos “conseguiram recuperar do Kinaxixe um carrinho de supermercado” (Rui, 1998: 28), para transportar o leitão até à escola onde ele protagoniza grandes aventuras, na sequência das quais, são repreendidos pelo pai cujo maior receio é perder o sonho de, um dia, comer o porco, em febras de salivar.

Tristes e cansados, os candengues sonham que “Carnaval da Vitória voltava aos seus tempos de habitante da Corimba. Saboreando bafos de fresco marítimo no quente da areia calada. Andando em suas analfabetas incursões pelos quintais paliçados de ramos de palmeira...” (Rui, 1998:36), enquanto Diogo, salivando, diz à mulher Liloca: “Então você não sabe que porco que anda na vida de marítimo quase patrão de costa nas areias da Corimba a comida dele é peixe, o respirar dele é marvento e a carne dele o sabor é do peixe?” (Rui, 1998:45)

O desgraçado porco termina a sua vida grelhado em febras na festa com os vizinhos administrativos no sétimo andar e os dois miúdos ficam sem ânimo: “E Ruca, cheio daquela fúria linda que as vagas da Chicala pintam sempre na calma do mar, repetiu a frase de Beto: - Quem me dera ser onda!” (Rui, 1998:69).

Período de enraizamento da identidade angolana e guerra civil (1982-1992)

Luanda vivia os efeitos da guerra civil, que se reacentuou quando, supostamente, deveria ter vingado a paz do Acordo de Bicesse, em 1990. Este estipulava eleições em 1992. Após estas eleições,

a guerra prosseguiu, com violência avassaladora e um cortejo de desgraças e morte de que Luanda muito se ressentiu.

Só em 1997 Manuel Rui publica o grande romance **Rioseco**. Escolhe para protagonista uma mulher simples do planalto, de seu nome Noíto, que, na fuga a tanto sofrimento, chega, com o marido Zacaria, à ilha do Mussulo.

Livro de extraordinária perspicácia antropológica e cultural, transfere para o Mussulo, lugar de exceção e paz, as várias contradições sociopolíticas e étnicas dos angolanos. Desse cadinho étnico brota uma força telúrica imensa que influenciará o futuro da nação: ali se constrói a angolanidade, nas suas várias vertentes: cultura, trabalho, crenças, honra, amizade, convivência e também a pequena corrupção e alienação.

O sentido crítico versado sobre a sociedade é elevado e uma ironia transversal desemboca numa alegria da vida. Noíto pretende passar para o Mussulo e tudo é espanto e movimento no ancoradouro do Capossoca:

E ela queria absorver tudo de uma só vez. A musculatura dos barqueiros e suas gargalhadas. Os barcos a motor empurrados rampa abaixo, entravam pela praia, roncavam suas máquinas e avançavam por aí adentro, abrindo uma espécie de caminho capinado de espuma seguida de o mar a desfazerem breve ondulação multiplicada até no desaparecimento do leve-levemente. (Rui, 1997:10).

E dá-se a travessia e o espanto:

Era Kalunga. Tanta água. E dali é que saíam os ditos e afamados peixes grandes, do tamanho de um homem ou maiores que um jacaré. E também morava, nesses obscuros de azul, a sereia de que ela ouvira contar. E do outro lado? Aquela linha azul também. As manchas brancas pareciam casas. O verde, de certeza, tanto seus olhos eram experimentados, só podiam ser árvores. Então, do outro lado deveria haver água doce (Rui, 1997:11-12).

Mais tarde, Noíto tem de regressar ao Capossoca para os abastecimentos e desta vez acompanhada do pescador Mateus, com olhos de ver:

“Tomaram direcção para o lado esquerdo onde se começara a arrumar uma pequena praça. Só as mulheres com as banheiras repletas de peixe. Chegavam, pela descida íngreme da estrada sobre a falésia que dava para a praia, carrinhas de carroçaria curta. Algumas mulheres ajeitaram as banheiras dentro de uma carroçaria, sem perder um bocadinho de espaço e depois subiram. (Rui, 1997:189)

A intenção é irem ao mercado grande. Por isso, apanham o candongueiro, mítico transporte-modelo da cidade: “Noíto seguiu Mateus até uma carrinha fechada. Ela verificou. Por dentro com bancos estofados e um miúdo com a cabeça de fora a gritar: «é na Kalembe! É na Kalembe e Roque! É Roque! Roque e Torada-Kalembe!» A carrinha ficou atafalhada. O miúdo iniciou a cobrança. Cada pessoa uma nota de quinhentos” (Rui, 1997:189-190).

Esta obra magnífica descreve vários dos mercados paralelos espalhados pela cidade, um fenómeno incontornável no tempo de guerra civil onde o circuito normal do abastecimento de produtos não existia. No Klm 17:

«... A madrinha se quer loengos tem bué de gente que está com eles, lá mais para o fundo.»

«A mamã quer ir nos loengos?»

«Nada meu filho. Era uma senhora que estava aqui a vender loengos.»

«Nas vezes os lugares estão-se mudar - falava o outro miúdo - vem a polícia e dá corrida e quem chegar mais cedo é que fica também. Só lá dentro nas bancas é que estão embora com lugar certo» (Rui, 1997: 191).

A vida do comércio andava difícil, pois “aquele mercado não era nenhum paraíso porque, quando menos se augurava, aparecia a polícia e desancava nas mulheres, banheiras a voar aí nas berridas-porrada apreendendo-lhes as coisas de mercar.” (Rui, 1997:35)

Outro dos dramas da cidade consistia em como fazer para enterrar os mortos? Mateus, o pescador, teve de enterrar a mulher, falecida na maternidade de Luanda ao dar à luz, mas na cidade não havia caixões suficientes, mesmo no Roque Santeiro, o maior mercado de África:

“... falaram-lhe era a única coisa que não havia nem no maior mercado, o Roque, que as pessoas andavam a morrer bué com a tal doença da diarréia e os caixões não chegavam para as encomendas. E querendo trazer o cadáver para a ilha, desenrascar caixão, obrigaram documento, puseram a falecida no frigorífico da morgue que depois faltou luz e Mateus teve de enterrar a falecida no cemitério

Catorze...” (Rui, 1997:72).

Tratava-se de uma epidemia de cólera, em Luanda: “a cidade está assustada naquela doença da diarreia. Contaram que no hospital já não cabe ninguém na bicha. A pessoa começa a cagar, cagar e morre em três dias.” (Rui, 1997:119), aliás, o serviço do hospital era deficiente: “...no hospital, do outro lado é só para morrer. E depois bué de papéis e trabalho, parece que o corpo do falecido não é da família e fica só do estado” (Rui, 1997: 211).

O bairro do Prenda e o seu mercado ao ar livre também servem de exemplo para as más práticas da higiene: “...um governo que não aguenta esta maka da cólera não pode ganhar a guerra, pá, por muito que nos doa. É incrível como tudo o que é lixeira fica sempre ao pé de um mercado. Não vês ali no Prenda? A praça a passar por aquele corredor e depois o esgoto destapado. O que é que custava limpar o lixo e arranjar os esgotos? Assim não dá!” (Rui, 1997:271) e, nesta Luanda em estado crítico, também sobressaíam as adaptações arquitectónicas: “puseram quartel num hospital e num cinema, começaram a reunir bué” (Rui, 1997:222) [alusão à então Assembleia Nacional, adaptada do cinema Restauração da época colonial], ou quando Noíto visita a igreja do Mussulo, transformada em escola rudimentar:

Verificava o tamanho da nave. Devia ser uma igreja para muita gente. Logo ao entrar, ficou impressionada. Era um vazio de temor interrogado e sem hábito de possível ascese. Tudo, menos uma igreja. Latas de leite vazias e enfileiradas e, no lugar do altar um quadro negro, na base suportado por pedras que aguentavam a sua verticalidade e um fedor intenso a urina e fezes (Rui, 1997:221).

Na cidade, campeia a violência nas ruas e, sobretudo, de noite: “Falaram no outro lado a pessoa morre e fica a apodrecer na estrada os carros a passar. Mesmo os carros dos muatas com a polícia à frente a zunar e a mana morta a apodrecer aí na estrada,” (Rui, 1997:456), ao mesmo tempo que “as noites eram um pesadelo de tiroteio nos bairros fora do asfalto” (Rui, 1997:55).

Enfim, a guerra criara uma Luanda irreconhecível: “uma confusão da imensa cidade onde as pessoas se perdiam de medo, solidão e fome” (Rui, 1997:186).

E se, de longe, Luanda era uma “espécie de maquete colada sobre a penumbra reticente” (Rui, 1997:125), a realidade vivida e sentida era bem diferente.

Período de ver a cidade para lá da guerra 1992-2002

Após escrever *Rioseco*, Manuel Rui aprofunda a análise dos aspectos sociais, comportamentais e de miscigenação étnica e cultural que alteram a fisionomia da cidade e habitantes e de que a guerra é a principal responsável. Sempre com extrema ironia.

Da palma da mão (1997) é um livro de estórias infantis para adultos.

No conto “A vivenda” é referido, com ironia, o processo oportunista da venda/ocupação das casas dos colonos:

Olha. Se arrecebemos de graça nos anexos, tudo somado com mobília, geleira e isso tudo, é mais de setenta mil dólares. Mas podes descontar nestes anexos. Nunca no tempo do colono toda a tua família junta mais com a minha...mais com a minha o quê? Nunca o bairro todo junto teve esse dinheiro. Estás a ver? A única merda boa que nos deu a independência, ouviste, foi venderem nas casas dos colonos. E ficas a saber mais. Tem muatas que alugaram nas casas e foram para apartamentos. Outros tais chefes venderam mesmo e compraram casas na África do Sul (Rui, 1998:47).

Já no conto “De como Alexandre foi incorporado”, descrevem-se as rusgas dos militares para incorporar os rapazes para a guerra, o que os obrigava a grande ginástica mental e física para se esquindivarem. Alexandre acabara de obter o seu BI e, de repente, a surpresa:

Segurava o envelope na mão com um sentimento de alforriado, eufórico, nem dando conta que andava a pé sem medo até chegar na beira do hospital Maria Pia e a rusga. Um a deixar a bicicleta, tudo a fugir, saltar muros entrar nos portões, bazar embora na Praia do Bispo, desaparecer, os soldados de arma aperrada, boina encarnada e, tudo que era jovem, quase tudo, a correr parecia era sem sentido (Rui, 1998:25).

Em “A morgue”, anota-se o trânsito imenso da cidade que dificultava a passagem dos peões:

Da António Barroso para a Samba, o caminho mais perto, de manhã, quando as pessoas já iam atrasadas no serviço e o sinaleiro da Maianga se afliesava bué no apito e nos braços para atender tanta passagem de carro mais a atrapalhação das meninas a cartarem água naquela escola ainda na curva, o caminho mais melhor que Carlos encontrava era pela morgue, passar ali na pediatria, parar, até haver uma aberta e

atravessar (Rui, 1998:37).

Em “Mana parabólica”, o largo do Kinaxixe e a árvore de Natal revelavam um aspecto de mercado festivo:

E começava a juntar-se gente no largo do Kinaxixe. Tudo naquela curiosidade do sem-que-fazer, para ficar olhando na construção da árvore de Natal.

A meio da tarde, os meninos que faziam esquina em outros lugares da cidade, principalmente dos contíguos ao Kinaxixe, subiram e desceram a avenida e, porque o povão já era bué, vieram na tentativa de mercar melhor ali, margarina, camisas de vénus, sheltoques e outros quês de trocas miúdas como pilhas ou sabonetes.

(...) Pouco a pouco, o Kinaxixe virava quase praça e, mesmo alguns zairenses da roupa, que vendiam dentro do mercado, vinham cá para fora. Já havia variado que chegava. Chocolates, relógios de parede, paracetamol, aspirina ou jantes para carro (Rui, 1998:55).

O abastecimento do mercado dos Trapalhões, na Ilha, também é desvendado:

«E onde é que você se encontra nesses quibutos? Tem libanês?»

«Nós é na ilha. Banda dos Trapalhões. O muadiê tem assunto com de noite. A chata vai no porto e as coisas aparecem na ilha. Tem bué de coisa.»

«E está-se confiar com vocês? Olha, a gente sabe ler e escrever, ouviste?»

«Connosco confia.»

(...) Para entrar no corredor estreito que dava acesso ao espaço do antigo mercado, as pessoas cotovelavam-se em dá licença e só miúdos conseguiam furar, mais rápido por entre a quase multidão. (Rui, 1998:59).

Em 2001 Manuel Rui publica **Saxofone e Metáfora**, uma série de contos que continuam o retrato de Luanda.

Em “Um texto de ficção”, enredo passado entre Lisboa e Angola em contraponto, surgem memórias luandenses: “cheguei numa lanchô de um tuga em Luanda”, (Rui, 2001:9) prova que muitos portugueses se ocupavam da gastronomia. Já o director da cultura que chefiava uma missão artística angolana a Lisboa, igualmente “kinguilava de cambiar em rua de Luanda” (Rui, 2001:12), sendo este um dos muitos expedientes com que os luandenses se safavam no esquema do dia a dia, ao mesmo tempo que nesse grupo musical, havia um viola baixo rangelista, do bairro Rangel.

Mas neste conto, também há, igualmente, memórias da história anticolonial: “aquele violinista [um branco cego, na boca do Metro] teria sido companheiro de angolanos que ficaram na história por aquela forma como faziam a clandestinidade e o correio vai-vem, Lisboa-Luanda e Luanda-Lisboa. Tudo encapotado no Marítimo Africano” [Clube dos africanos com actividades clandestinas, em Lisboa] (Rui, 2001:17).

Igualmente são relatados alguns costumes e tradições da Ilha do Cabo: “gente da Ilha do Cabo que sacramenta no ouro com a Sereia Kianda” (Rui, 2001:12), aludindo às ofertas que os pescadores faziam, em ouro, à sua barona.

No conto “Rabo de peixe frito e rusga” contextualiza e critica a história dessa época, quando chama a atenção para as rusgas selectivas que a polícia realizava nos musseques, evitando as habitações da cidade:

... vocês não andam a fazer rusgas nas casas da cidade só nos muceques não é? Então fica tudo como no antigamente e os que se garantiram nas casas dos brancos ficam como os brancos colonos maus que havia uns bons não é? Mandam fazer rusga aqui nos muceques nós mesmos na nossa casa que não recebemos nos brancos só lugar de antigamente rusgarem, não é? aqui não entra ninguém... (Rui, 2001:33)

Já o personagem principal Mestre Zé, um angolano zaicó, no conto “Eu também posso cantar”, vive no bairro Palanca e, para se desenrascar na vida, para além de fazer objectos de artesanato, também exercita a voz, dois modos de subsistência: “Senhor engenheiro estou a ir apanhar o candongueiro no Palanca mas se o chefe quiser eu também canto. Mestre Zé também sabe cantar” (Rui, 2001:57).

Em “Cadeira de rodas”, num encontro entre um cabeleireiro branco e um chico esperto angolano, surgem alusões às formas desadequadas de tratamento deferencial:

... se não é indiscrição e com o devido respeito o que é que faz? Professor da Academia de Música de Luanda, cadeira de marimba. Os meus respeitosos, é uma honra para mim conhecer um professor de uma Academia de Música como Vossa Excelência, nunca tinha conhecido nenhum, a sua graça? Mando, senhor professor doutor Mando eu sou o Guedes, um criado para o servir... (Rui, 2001:62)

Desta história restou a promessa de um dia, no Teatro Avenida, vir a ser representada uma comédia (Rui, 2001:61).

No conto “As calças” faz um apontamento da vida da cidade no que diz respeito à presença de cooperantes oriundos dos países socialistas. Kim sem Sung chega a Luanda e vai habitar o bairro dos cooperantes da Coreia do Norte, perto do aeroporto. Eis o retrato das zonas das habitações dos ‘cooperas’:

... estes comboios de três casas cada, perpendicularizados para a ruela apertada e com vala de esgoto do lado esquerdo no sentido de quem entrava passando a cancela de segurança, foram feitos pela estrangeirada e pagos em dólares...o povo andava a chamar jardim zoológico ou aldeia dos macacos, que não era maldade mas encontro do povo com o atrasadamente na vida que passava e os cooperas nas verdes clintos dólares, a sanzalar dentro da cidade, era só por isso que chamavam de aldeia dos macacos ou jardim zoológico era só por isso, sem maldade. Também porque nessas casas pré-fabricadas e colocadas em alinhamento, os cooperas começaram a fazer anexos, a cafuzar os arruamentos, plantando limoeiros, roubando espaço às separações entre as casas e transformando o complexo num musseque cheio de caminhos gentios... (Rui, 2001:74)

Um anel na areia (2002) é o título que se segue, uma novela de amor vivida em Luanda.

Começa pelo hábito de, aos sábados, “a candengagem de câmara de ar de camião cheia, rolando aí no passeio da avenida e da ponte para a Ilha do Cabo se irem boiar de praia em desafio às águas de onda e espuma, buracos de calcanhar pé de menino na areia do ir e vir molhada de mil quitetas” (Rui, 2002b:10-11). Também as praias de Ilha vinham sendo reapropriadas.

Revivem-se as tradições, aliás já referidas: (Rui, 2002b:21) “Tia Aurora, isso que contam de antigamente, fazerem promessa e atirarem anel de ouro na água do mar? Sim, é verdade. E ainda atiravam pulseiras grossas e brincos e cordões. Estás a ver o pescoço da Kianda com um cordão que uma senhora lhe deu no mar e a senhora com sorte de ver a Kianda com esse cordão?”

Constatam-se os problemas da falta de habitações para receberem tantos refugiados da guerra e o crescimento dos novos bairros musseques:

“... as casas tinham todas quintais e até capoeiras, deviam ter mais espaço do que nós agora não vêes que as pessoas até alugam as casas onde moram e está tudo cheio de refugiados?” (Rui, 2002b:45) ou “agora ninguém pode ter um apartamento novo porque não se fazem e as únicas casas novas que se fazem são essas tipo musseque, estás a ver na Praia do Bispo? É tudo assim até na ilha está tudo atafalhado de casas só de cimento e zinco, buracos que são janelas e portas vê só aqueles fornos e ainda casa de banho nada” (...) e o contraste galopante entre ricos e pobres: “mas há casas na Luanda Sul e isso que chamam de condomínios mas é tudo para eles” (Rui, 2002b:49).

As ruas de Luanda, entretanto e infelizmente, continuavam pejadas de “miúdos zungueiros e mutilados de esmola” (Rui, 2002b:54).

Luanda no pós-guerra e a reconstrução de Angola 2002-2013

Em 2002 Angola alcança o fim da guerra civil, mas sai do conflito dramaticamente em ruínas. No entanto, a energia do povo tenta reerguer a nação.

Em **O manequim e o piano** (2005), a acção desenrola-se no Huambo em reconstrução e torna-se uma metáfora do país. Surgem várias alusões a Luanda, como a da grande confusão ali vivida: “Alfredo, se orienta só para não termos ficado na confusão de Luanda que um sulano não aguenta aquela selva” (Rui, 2005:20).

Ainda existem por ali resquícios coloniais, pois, por exemplo, no aeroporto “é uma merda chata os tugas quando entram ali em Luanda até nos passam à frente na polícia de fronteiras e quando um gajo chega a Lisboa com passaporte angolano nunca mais! Pópilas” (Rui, 2005:24). A longa relação colonial deixou pendências por resolver!

Uma verdadeira questão se colocava aos protagonistas, dois ex-militares oficiais agora desmobilizados: seria, na realidade, melhor recomeçar a vida na província e ali tentar recuperar a angolanidade tão perdida? É que “...tudo começa a ficar misterioso com as coisas que um gajo aprendeu e agora já não valem nada as massas populares o princípio e o fim e nós a fugirmos de Luanda com a mania que nas províncias e mais no Huambo pode ser melhor e viémos encontrar a corrida aos dólares todas as conversas são por causa da massa...” (Rui, 2005:95).

Trata-se da opção nacional: fim do socialismo ou regresso da economia de mercado?

Não, voltar atrás é que não!: “voltar atrás ir para Luanda nas patentes e andar dentro de um jipaço com dragonas vermelhas nos ombros a olhar a António Barroso com os polícias a correr atrás das quitadeiras e dos miúdos ou com vergonha e medo de entrar no Roque Santeiro, do mal ou

menos, ao menos estamos aqui!
(Rui, 2005:99).

A economia de mercado, toda distorcida, começa a impor-se após a inculcação leninista: “se fosse assim um ximbeco até era fácil montar uma casa de vídeo com filmes pornográficos como nos bairros de Luanda? Francamente Alfredo estás a desleninizar-te com passos à retaguarda contra aquilo que aprendeste na revolução tu Alfredo!” (Rui, 2005:128)

A situação do pós-guerra, no que respeita à habitação, (um assunto recorrente), é uma calamidade e um escândalo social:

“Mas isto que está a falar é como em Luanda. Fizeram as casas das Quinhentas parece para mutilados e os mutilados para irem comer venderam as casas a quem tinha dinheiro. E depois adiantaram muita propaganda sobre Luanda Sul, a nova cidade para desanuviar o engarrafamento das pessoas na cidade de Luanda. Então, os que já tinham uma, duas casas em Luanda e alguns com casas no estrangeiro, esses é que estão nos condomínios da Luanda Sul que nos musseques não há condomínios...”
(Rui, 2005:203).

As regras são violadas: “É a regra lá de Luanda e aqui também é Angola pá, primeiro fazem-se as coisas e depois os papéis caem do ar!” (Rui, 2005:295).

No entanto, permanecem alguns hábitos absolutamente imutáveis, a gastronomia, o muzongué (da Ilha): “bebi um bocado do grogue de Catumbela. Contra a ressaca porque se fosse em Luanda, pá, tinha tanchado um muzongué com jindungo e limão que é o melhor remédio para uma directa e eu acho que até um sopaço de feijão ia” (Rui, 2005:360).

Em **Estórias de conversa** (2006) entramos na cidade com a neblina do cacimbo: “Isidoro contemplava o desenho turvo dos prédios de Luanda e ainda a marca do mar com casas no meio das árvores e ali, onde o jipe rolava, os paus de caju a cheirar na fruta, miudagem na venda de garoupinhas, mabanga, montes de carvão e cocos.” (...) “Olha Benfica, lá no fundo o Mussulo e agora vamos passar no Futungo em frente à casa do camarada Presidente” (Rui, 2006:91-92).

Já em **A Casa do Rio** (2007) Manuel Rui reflecte sobre a história recente de Angola, através dum ‘retornado’, Antero, que chega ao país:

“Pegar um avião em Lisboa trinta anos depois para voltar a Angola desembarcar no bafo cáldo que entrou na porta do avião” (Rui, 2007b:11), é muito de admirar, e passar a noite ali perto do aeroporto “Antero, logo manhã cedo, galos a cantar lhe surpreendendo com aquela cidade grande e, ainda por cima, ali era caminho do barulho de todos os aviões que descolavam e aterravam” (Rui, 2007b:13) era totalmente diferente.

Luanda também tem um tempo diferente, alongado, enfeitado, salienta Antero: “...desde que cheguei a Luanda aconteceu-me tanta coisa como prolongamento do dia em que mandaram-me embora fugir daqui...” (Rui, 2007b: 89). Porquê? Porque é cidade de feitiços: “em Luanda nunca a gente entra no impossível” (Rui, 2007b: 33).

No entanto, persistem os mesmos problemas do antigamente: nos musseques “nem parece Luanda. Chove e já mandou duas trovoadas tão demais para ter feito estragos. É uma gaita, nunca mais se normaliza o saneamento básico e nos musseques vão passar mal como sempre” (Rui, 2007b: 56).

Resumindo, uma triste constatação de Antero: na cidade “as pessoas atropelam-se umas às outras até nos negócios, tem metade a aldrabar a outra metade”. (Rui, 2007b: 113), e, por isso, “Luanda, é o centro de todos os enredos” (Rui, 2007b: 119).

Luanda descolonial (2013-2020)

Em **Travessia por imagem** (2013) aparece uma Luanda emergente, à procura de si própria e em crescimento económico galopante, porém desigual. Surge, então, esse novo retrato de Angola que deixara de ser “república popular” e iniciara a “economia de mercado”, gerando perturbação social.

Ao escritor e funcionário do Estado, Zito, no exterior de Angola, assistiam várias dúvidas: “tudo lhe parecia um tanto ou quanto ofuscado, as mudanças que aconteciam na cidade de Luanda, quase em tumulto porque, para além da guerra, ninguém sabia como iam correr as coisas que em Angola haviam começado a mudar antes da Perestroika...” (Rui, 2012:102). Curiosa a observação da antecipação da alteração do paradigma económico-social ser anterior à Perestroika.

Desde logo, se constatava a grande confusão logo no aeroporto: “à chegada a Luanda, cada um aos empurrões em busca da sua bagagem, depois a polícia de fronteiras e a alfândega, tudo incipiente e à procura de inimigos e bombistas transformando a chegada dos passageiros numa imensa tortura.” (Rui, 2012: 21).

Até as fotografias tiradas anteriormente à Avenida Marginal eram enganosas, pois “podiam fazer julgar que Luanda era um pequeno paraíso onde a felicidade estivesse a acontecer dentro de cada uma daquelas casas, apartamentos dos arranha-céus, nas ruas e avenidas” (Rui, 2012: 134), o que não correspondia, em nada, à realidade.

A chuva, por exemplo, trazia efeitos terríveis: “começou uma chuva forte (...) a água, tão de minutos, a subir nas ruas e a embalar os carros como se fossem conchas grandes...”, era como “ver a chuva chover de boca aberta” (Rui, 2012:114), e “Luanda toda esburacada” (Rui, 2012:21).

Quanto às pessoas, elas encontravam-se tão aflitas em sobreviver, que se esqueciam do trivial: “quem teria deixado a torneira aberta na sexta-feira que não havia água e quando a água teria chegado foi o fim de semana todo inteiro a inundar até que cá fora fazia um rego que corria na descida” (Rui, 2012:113).

Na Ilha, a vida continuava igual a si própria, o peixe continuava a ser distribuído pela cidade:

... se eu olhar aqui para as casas dos pescadores, as mulheres da ilha, a venda de peixe dos Trapalhães, os barcos a descarregar o pescado para as bacias das peixeiras, tudo a rolar como se combinou, elas depois com a miudagem a lavarem o peixe e irem nas carrinhas candongueiras para depois começarem nos pregões a vender de porta em porta (Rui, 2012:134).

Apesar da constatação, a Ilha já não era a mesma, definitivamente mudara e apresentava, ela também, as marcas da guerra: “Andou até ao fim da ilha, deu a volta, ainda pôs os olhos naquela grande marisqueira e restaurante feito numa corcunda de morte prologada desde o dia em que nas imediações haviam instalado metralhadoras anti-aéreas...” (Rui, 2012:134). E regressam as memórias duma guerra tão triste e que parecia não ter fim: “...a guerra que passou dentro da cidade de Luanda nem queiras imaginar Sarita que eu com uma metralhadora na mão, os meus cambas de bazuca a defender o nosso bairro, aí estou viva...” (Rui, 2012:221) e isso era “nos tempos do recolher obrigatório em Luanda, por causa da guerra...” (Rui, 2012:297).

No entanto, e como vimos atrás, as grandes instituições culturais permaneciam intocáveis: “... aquele almoço de sábado em Luanda, almoço conversado, com música, comer devagar sem quaisquer pressas, jiboiar e, no dia seguinte, domingo, voltar à carga para outro almoço, aí tinha que sobressair o caldo de peixe, o muzongué, mais aquelas sobras que eram melhores depois de dormirem, como o feijão de óleo de palma ou o peixe frito...” (Rui, 2012: 140).

Era o tempo de reencontrar o caminho de Angola, no desamparo da história e fazer um novo país onde as tradições deveriam ser alicerces.

Quitandeiras e aviões (2013a) inclui 6 contos em que são caracterizados alguns personagens-tipo da cidade: zungueiras, polícias, candengues, cooperantes, oportunistas, especuladores e, ainda, os bairros pobres e ricos, os musseques ou o tráfego nas ruas, a cor, os cheiros, trata-se da construção de um mapa da cidade e dos habitantes. “É a arte de inventar verdades”, salienta José Luís Mendonça (Mendonça, 2013a: badana).

No conto “Cem metros”, podemos olhar a vida na Maianga:

Tinham mudado o nome para Marian Nguabi mas toda a gente continuava a chamar de António Barroso, talvez por ser mais simples e nome da língua que falavam ou conheciam, era uma confluência de quitandeiras, zungueiras, miúdos de vender eletrodomésticos, senhoras kinguilas de cambiar kwanzas nos dólares e dólares nos kwanzas, mas a alegria e cor da avenida era mesmo o pregão cantado das peixeiras, a chamada das senhoras “vem aqui! Olha só fruta, maracujá, fruta pinha, loengos, padrinho! Pai, poeta, trouxe os teus coentros!” (Rui, 2013a:9).

E o colorido das falas e pregões:

Gente da quitanda com a variedade de roupas e penteados e o colorido apetitoso dos ananases, das papaias e dos legumes que abundavam a impor o verde em contraste com as palmeiras do passeio central...tinha lugares certos onde as donas da quitanda se agrupavam para vender, elas conheciam compradores que paravam os carros e, antes que o cliente falasse, vinham a correr cada uma com um produto na mão, um ananás ou papaia, couve ou repolho, ainda quando era um cliente de uma preferência logo alguém gritava, “padrinho da salsa e do agrião, estou aqui, tudo fresco a cheirar, pai! (Rui, 2013a:9).

Mas nem tudo fluía pacificamente, pois “...noutro dia, lá em baixo, antes de chegar à rotunda da confusão de trânsito na Maianga, veio a rusga, saltaram dos carros...” (Rui, 2013a:15) e podemos adivinhar o que aconteceu: eram as famosas berridas da polícia e as quitandeiras fugiam para todos os lados: “Dina apontou rota para cima virou caminho do Catambor...” (Rui, 2013a:9).

Às vezes o povo virava e exercia vingança: “...o povo ajuntado, naquela entrada do musseque, tinha surreado o polícia” e aconselhavam-se, camaradas, uns aos outros: “melhor é correres nos meios de Alvalade e te enfiar num quintal qualquer, os seguranças dessas casas dão sempre um jeito...” (Rui, 2013a:14), enfim, “Dina... saltou o muro de um prédio que tinha oficina de automóveis e sucata, correu, saltou outro muro, estava numa das ruas de Alvalade...até na avenida comandante Jika...ia dar a volta pelo outro lado do Catambor...” (Rui, 2013a:17).

Como se observa, à Maianga, Alvalade e Catambor, seguem-se outras acções em outros bairros de Luanda. É só metermo-nos no trânsito e seguirmos o nosso destino:

“Apanhou um landula táxi directo que o miúdo recebedor do dinheiro cantava, «ilha Trapalhões, ilha Trapalhões»” (Rui, 2013a:16).

Já no conto “O terreno” a acção passa-se no Morro do Quilómetro Treze ou só Treze, onde um oportunista quer expropriar e expulsar os habitantes, refugiados da guerra: “a mana não sabe que o estado do governo está embora mandar-se retirar nas casas nestes terrenos que eles falam foram mal vendidos, mana?” (Rui, 2013a:23).

A encosta do Miramar não foge à observação de Manuel Rui: “...as conversas passaram sobre as pessoas da encosta do Bairro Miramar, bairro de gente mais rica e residências de embaixadores (...) que já tinham sido desalojadas as pessoas, era mesmo verdade, o Estado ia-lhes dar casa nova em Viana...” (Rui, 2013a: 26).

O trânsito na cidade era insuportável, quase se desconseguia atravessar as ruas: “aquele problema difícil, cada dia mais, de atravessar as ruas no meio dos carros pareciam aumentar” (Rui, 2013a:23), ainda por cima com sucata por todo o lado: “...uma cidade repleta de carros, a maioria sucata importada de um bairro de Bruxelas...” (Rui, 2013a:48), enfim, era uma Luanda “com os restos do consumismo global [que] se enchia pelas costuras” (Rui, 2013: 49).

Em “O preço é bom, pai” reforça a ideia: “nestas alturas, quem anda a pé passa à frente e os das motos sobem passeios e fazem inversão de marcha” (Rui, 2013a:45). A realidade dum trânsito impossível!

Entretanto, a vida continua mesmo com a malandragem “...no Cazenga um senhor andava num grande jipe preto com os vidros fumados e nós pensávamos que era ministro e negativo, pai, tinha roubado o carro e lhe cangaram com algemas, também não se faz que o muadiê tinha o carro sempre bem lavado a brilhar”, (Rui, 2013a:47) ou seja, a malandragem é eterna e vem de longe.

Já em Benfica, as actividades eram mais lícitas e tranquilas, o comércio e o artesanato: “... N’dula, mestre de esteiras e artesanato de madeiras que vendia no Mercado de Benfica...” (Rui, 2013a:31).

A descrição física e humana do Prenda encontra-se bem documentada, no conto “Vietcamba”:

Min que viera para Angola na idade de sete anos com a mãe, viúva, moravam no Prenda, já ia com catorze, estudava num colégio particular em pleno coração da Maianga (...) os maiores amigos dele eram, mesmo os garotos do Prenda que o tratavam por Vietcamba, moradores das casas que orlavam o mercado...” (Rui, 2013a:53), ali “jogava futebol ...num terreno baldio entre os prédios de apartamentos degradados, a pintura em desgaste, os elevadores sem funcionar na ferrugem e as escadas de ferros expostos que antes apoiavam os corrimões desaparecidos para lenha e os degraus com os rombos do rolar das botijas de gás...” (Rui, 2013a: 54) onde “as casas pobres eram encavalitadas umas nas outras de mistura com as lixeiras que sobravam do mercado ao ar livre...” (Rui, 2013a:54).

As casas das quinhentas também não escapam à observação: “aquelas casas do tipo das quinhentas que eram autênticas gaiolas mas que davam para vender ou montar uma pequena loja, padaria ou lanchonete...” (Rui, 2013a:37)

Com a chegada dos cooperantes, a cidade foi-se miscigenando: alguns russos ficaram por Luanda: “médico dentista, sócio de ex-sóvias que se quedaram por Luanda depois da Perestroika...” (Rui, 2013a:53) e também vietnamitas (Rui, 2013a:59) “...ali em Luanda estavam muitas jovens vietnamitas mas ilegais...” (Rui, 2013a:59) para além de muitas outras nacionalidades.

Entretanto, as obras cada vez em maior quantidade caminham lado a lado com a ambição de ganhar rápido dos empresários:

No novo Prenda “...tudo tinha mudado com aquelas pontes umas por cima das outras, os prédios altos que tapavam as vistas para todos os lados incluindo o mar, os engarrafamentos...” (Rui, 2013a:60) e surge a Luanda do novo riquismo e do oportunismo.

No conto “Sábado” refere a mania das grandezas e arrogância, sem critério:

“...eu vou avançar com a proposta para o estado nos vender aquela parte velha da baixa de Luanda, bandas do Pelourinho, arrasar aquilo tudo e fazer um complexo de cinco edifícios de vinte andares e quatro sub-pisos em cada. Para além de piscinas, centros comerciais, farmácias, uma clínica, em cada um dos terraços um heliporto...” (Rui, 2013a:73)

Ainda se a construção fosse bem feita!: «Sabe que nesses edifícios novos que fizeram na baixa só aumentaram os engarrafamentos?» «Como então?» «Porque fizeram pisos para baixo onde entra a água do mar» (Rui, 2013a:73).

Enfim, Lhi, a mãe vietnamita de Min, “sentia que o filho se entregara demasiado a Luanda que ele considerava como sua terra e isso, para ela, não dava a lado nenhum, ele devia recuperar a sua identidade” (Rui, 2013a:57).

Será possível que alguém não fique perdido de amores por esta cidade? Pelos seus feitos?

Em **A Trança** (2013b) o olhar crítico sobre a sociedade torna-se, ainda, mais acutilante: ao novo riquismo, e à nova Luanda descaracterizada que nos aparece, não deixa de faltar uma evidente

ternura pelo povo pobre dos bairros e pelas crianças da rua.

... apreciava as vozes, os sotaques, os modos e as cores de tanta diferença, pessoas ansiosas à espera de gente que também tinha chegado naquele voo e nos outros, algumas crianças de um lado para o outro com objetos nas mãos, e as crianças, seriam mesmo crianças? Que, ali fora, vendiam jornais e cigarros, ou saldos de telemóvel, engraxavam sapatos, ajudavam a carregar a bagagem para os carros, quase tudo jipes tão top de gama, luxo que colocava Maria boquiaberta (Rui, 2013b:21).

A mesma ternura se revela pelos falares da cidade, logo à saída do aeroporto:

«Olha só. Porque é que me trataste por tia, depois mãezinha, depois por tia e agora madrinha? Ah, ah, ah, ah! Bem faine e alegre, deixa-me apontar no meu bloquinho.» «Porquê?» Para a mana se começar a entrar nos mambos da nossa fala que é bem cuidada, quer dizer, saborosa...» «Dona, a azulinha, rápido.» «O quê?» «O táxi que vai diretamente no hotel para laifar cinco estrelas.» (Rui, 2013b: 25)

A leveza e criatividade do português falado em Angola!

O non-sense do luxo exagerado num hotel 5 estrelas é indeclinável e ironizado:

O pianista tocava salsa e tinha ar de cubano. De prato na mão, ela dava conta que aquela salsa tinha outros ingredientes de compasso e síncope. No bufê, uma imensidão de acepipes tipo europeu e americano, mariscos, cubas de carnes variadas, aves e muitas saladas onde ela parou e encheu o prato. Devia ser um balúrdio (...) ali a grande maioria falava francês e inglês. (...) era a primeira vez que entrava num hotel que costumava ver nos filmes, quem diria, em África, no intento de assistir ao nascimento do seu avô, estava na Europa” (Rui, 2013b:25-26).

O neocolonialismo a fazer-se notar!

Também a arquitectura urbana merece reparo, tão grandes eram as incongruências e falta de planificação “...ia ponderando a arquitectura do absurdo onde ao lado de uma vivenda colonial se erguia um arranha-céus e depois um baldio ou edifícios inacabados, com o rosto descarnado, tijolos com musgo...” (Rui, 2013b:30).

Por fim, Maria observa um desadequado casamento de luxo:

O cortejo iniciara a saída da igreja com a solenidade organizada de pormenor, noiva com a barriga indicando vésperas de parto, vestido com grande cauda, véu, anjinhos, damas de honor, o noivo de abas de grilo, colarinhos à bife, no rosto traços de insónia e cansaço, os casais bem arrumados considerava Maria que se detinha naquele pormenor dos chapéus de aba larga e rendas que alguns exibiam, as mais velhas e os carros e jipes de luxo, enfeitados com grinaldas e rendas brancas, uma transversalidade na maneira da rodagem de um filme...) (Rui, 2013b:31-32).

Conclusão

A intenção de homenagear Amélia Mingas levou-me a viajar até Luanda. Atravessei várias épocas e memórias através dos textos de Manuel Rui. Também ele é homenageado. Ambos com vidas de Luanda, amando tanto a cidade.

Mendonça resume o modo e a escrita do mestre, pintor da cidade: “Os dedos do poeta continuam a debitar no papel uma farra literária com mufete de palavras a convidar o leitor para a esteira onde o próprio Manuel Rui está sentado, de sandálias nos pés e boné na cabeça. Com ele vem sempre a candengagem, esses piôs que fazem a alegria da nação, na sua palavra de sonhar ser grande. O resto do povo enche o quintal, lhe chama “Pai, poeta”.

Encontrámo-nos todos nesse quintal de Luanda: a Amélia, o Manuel Rui e nós!

Referências bibliográficas

CES (2012), *De São Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais*. Projeto de investigação: Coordenação de Ribeiro, Margarida Calafate:

<https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/de-s-paulo-de-luanda-a-luanda-de-lourenco>. Consulta em 29.01.2020.

Ferreira, Manuel (1973) in Rui, Manuel (1973), *Regresso Adiado*. Lisboa: Plátano Editora. Prefácio.

Mendonça, José Luís (2013), “Quitandeiras & Aviões” in Rui, Manuel (2013a), *Quitandeiras & Aviões (estórias)*. Luanda: União dos Escritores Angolanos. Colecção «Sete Egos» nº 33. Badana.

- Rui, Manuel (1973), *Regresso Adiado*. Lisboa: Plátano Editora.
- Rui, Manuel (1980), *Memória de Mar*. Lisboa: Edições 70.
- Rui, Manuel (1997), *Rioseco*. Lisboa: Cotovia.
- Rui, Manuel (1998), *Quem me dera ser onda*. Lisboa: Cotovia. (4ª edição).
- Rui, Manuel (1998), *Da palma da mão*. Luanda, Lisboa: Cotovia.
- Rui, Manuel (2001), *Saxofone e Metáfora*. Luanda, Lisboa: Cotovia.
- Rui, Manuel (2002a), *Nos Brilhos (Kamanga)*. Luanda: Instituto Nacional das Indústrias Culturais. Coleção "Escritos Espontâneos", nº 1.
- Rui, Manuel (2002b), *Um anel na areia (estória de amor)*. Luanda: Editorial Nzila. Coleção Letras Angolanas - 12.
- Rui, Manuel (2005), *O manequim e o piano (romance)*. Lisboa: Cotovia
- Rui, Manuel (2006), *Estórias de conversa*. Lisboa. Editorial Caminho. Outras margens 50.
- Rui, Manuel (2007), *A Casa do Rio*. Lisboa. Editorial Caminho. Outras margens 67.
- Rui, Manuel (2012), *Travessia por imagem*. Lisboa: Teodolito.
- Rui, Manuel (2013a), *Quitadeiras & Aviões (estórias)*. Luanda: União dos Escritores Angolanos. Coleção «Sete Egos» nº 33.
- Rui, Manuel (2013b), *A Trança*. Luanda. Mayamba. Coleção Nzadi.
- Rui, Manuel (2018), *Kalunga*. Luanda: Editora das Letras.

ANGOLANIDADE NA POESIA DE AGOSTINHO NETO

Petelo Nginamau Ne-Tava

Falar de Agostinho Neto pode parecer um exercício fácil. Na verdade, trata-se de uma tarefa relativamente árdua, tendo em conta a envergadura político-ideológica e cultural da sua personalidade, e a dimensão heterogénea e multifacetada do mesmo. Tirou as suas motivações das raízes da realidade sócio-histórica da época: a de um ser mergulhado na atmosfera dos efeitos nocivos da colonização europeia em África, mais exactamente portuguesa em Angola¹

Realça-se aqui o pano de fundo da Negritude, que Léopold Sédar Senghor, um dos pais fundadores desse movimento ideológico, cultural e artístico, definiu como “o conjunto dos valores do património cultural dos Negro-Africanos”², movimento que tinha chegado a Angola no início da década de 50 do século XX.

No entanto, na mesma senda, os angolanos desenvolveram movimentos similares, que serviram para acordar e fortalecer a consciência social, política e histórica dos intelectuais: Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA, 1948), com o lema “*Vamos descobrir Angola*”, a Revista *Cultura*, da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e os contributos das Edições Imbondeiro, de Sá de Bandeira. Agostinho Neto participou activa e estreitamente na implementação e actuação dessa viragem cultural e política³.

A presente reflexão relaciona-se com o tema “*Angolanidade na poesia de Agostinho Neto*”. O que se pode entender pelo conceito de “Angolanidade”? Ao nosso ver, não se trata plenamente de traços naturais susceptíveis, supostamente, de diferenciar as nações e suas respectivas essências. Na sua reflexão metafísica contida na obra *O Ser e o Nada*, Jean-Paul Sartre estabelece um princípio fundamental da sua filosofia existencialista: “A existência antecede a essência”⁴.

Em outras palavras, não existe *a priori* uma essência já feita e definitivamente acabada do ser. Para definir o ser, deve-se encarar não aquilo que é, mas aquilo que o existir fará dele, do seu devir potencial ou virtual, *a posteriori*, dependendo das ocorrências da sua existência, actuação e historicidade. Trata-se de ser, não num “em si”, mas, sim, num “por si”, isto é, como projecto em implementação.

Poderemos, assim, não definir uma “angolanidade”, mas constatar a trajectória e marcas da sua actuação na sua socialidade e historicidade. Como ironizava o Nigeriano Wole Soyinka, o primeiro Prémio Nobel africano de Literatura, “O tigre não proclama a sua tigridade: salta e come a sua presa”. Portanto, não vamos, numa perspectiva senghoriana, definir uma “essência negra”, no caso “angolana”, mas adoptar a definição do Aimé Césaire, outro fundador da Negritude, no sentido de inserção do ser africano no movimento da dinâmica socio-histórica⁵.

Pode-se ler o artista-político Agostinho Neto a partir de três dimensões: pessoal, nacional e universal. São, portanto, essas três perspectivas que vão ser tidas em conta nessa leitura da poesia netiana.

1. Agostinho Neto como pessoa

A poesia de Neto não se deixa reduzir a uma só dimensão sóciopolítica, embora esse aspecto constitua o ponto fulcral do seu discurso poético. Antes de ser poeta ou militante, existe o homem: filho, marido, estudante, etc. Assim, as ocorrências da vida familiar, os sentimentos pessoais alimentam e enriquecem a sensibilidade e expressão do coração e alma do indivíduo Neto. Todavia, o próprio lirismo pessoal fica marcado pelo quase permanente acento épico-político.

Significativamente, *Sagrada Esperança* abre-se com o poema “Adeus à hora da largada”, uma espécie de poema total, juntando o lirismo familiar de filho ao lirismo político de revoltado contra o inaceitável. Espantosamente, o singular acaba por fundir-se no plural, o individual no colectivo: assim, a mãe do poeta torna-se a de todos e, ao interpelar a mesma, o poeta interpela todas as mães negras e é, ao lado de tantos outros, filho do colectivo dos filhos dessas progenitoras:

“Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis” (S.E., p.41)

Tendo em conta a qualidade dos filhos, pode-se deduzir a dos progenitores que incutiram neles a procura da elevação e do ideal, parâmetro que faz a diferença entre o comum e o incomum:

“Sou eu minha mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
perdidos para uma fé que alimenta a vida” (S.E.,p.41)

Esse intercâmbio Mães-filhos, enraizado na positividade do relacionamento Neto/Mãe, produz

seres heróicos com vontade inquebrantável e fé e esperança que ninguém nem nada poderia derrotar. Em outros termos, a luta, nesses moldes, só pode levar à vitória, aqui simbolizada pela “luz” (expressão da independência) e pela “vida” (expressão do estatuto de felicidade aí onde vigorava a negação da dignidade):

“Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
vão em busca de vida” (S.E.,p.42)

Ao lado da Mulher-Mãe encontra-se também outra Mulher: a mulher companheira e amiga, outra fonte de força e coragem. É agradável ler “Um bouquet de rosas para ti”, poema suave em homenagem a um aniversário da Maria Eugénia, que constitui uma pausa na sucessão de peripécias variadas e heterogêneas de uma vida já a prever-se então “sem tréguas”.

Esse “bouquet de rosas” (rosas vermelhas brancas/amarelas azuis) “para o teu dia”, evocação sensível da doçura e felicidade de viver tranquilamente, pela virtude de ser “Força e certeza/no bouquet de rosas/para o teu dia”, aproxima o combate ao programa infundável de mudança das coisas mesmo na natureza (leitos, montanhas), prefiguração das futuras e radicais revoluções sociais:

“E o lugar conquistado na terra
pelo homem das máquinas
e do super-som
pela fraternidade
e pela amizade
será sempre seu
e também o teu e o nosso
ainda que as águas saltem dos leitos
e as montanhas erosadas
soltem os ventos”(S.E.,p.109-110)

Sempre dedicado à Maria Eugénia, o poema “Para enfeitar os teus cabelos” que evoca o crescimento e multiplicação de “muitas rosas sobre o nosso amor /Para enfeitar os teus cabelos” não deixa de enrolar-se na permanente preocupação de luta pela liberdade e independência sempre associadas à felicidade:

“Se os nossos corações se estrangulam
nas grades
onde morre a liberdade
e se fatigam
Nesse dia
cresceram sempre rosas”(S.E.,p.110)

2. Agostinho Neto, poeta nacional

Realçando a importância dum líder nas comunidades durante o II Congresso Internacional dos Escritores e Artistas negros em Roma em 1959, Aimé Césaire repetiu por outras palavras a sua convicção profunda sobre o papel do poeta em geral e o dele próprio em particular, já afirmado no seu célebre *Caderno de um regresso ao país natal* (1937). O intelectual deve ser um “multiplicador de almas”, a voz do povo, o “pai da Nação” numa certa medida, se não numa medida certa:

“A minha boca será a boca das infelicidades
que não têm boca, a minha voz, a liberdade
daqueles que fracassam no cárcere do desespero”

Como Césaire, Agostinho Neto, ainda jovem, tinha tomado consciência do seu futuro papel no xadrez nacional. O já referido poema de abertura da colectânea *Sagrada Esperança*, “Adeus à hora da largada”, garante-o com toda convicção e segurança:

“Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

eu já não espero
sou aquele por quem se espera” (S.E.,p.41)

O segundo poema da colectânea, “Partida para o contrato” expressa toda a dor, frustração,

ruptura imposta, sofrimento físico e psicológico extremo causado por aquela realidade colonial de “contrato” com toda a sua monstruosidade, enquanto o terceiro, “Sábado nos musseques”, retomando 19 vezes a palavra-chave “Ansiedade”, ilustra cruamente as tristes realidades da vida nos musseques, onde frustrações, humilhações e pobreza desembocam em violência e alegrias baratas e de pouca felicidade. O poeta descreve nos seguintes termos a doença mental da prepotência:

“Ansiedade
no homem fardado
alcançando outro homem
que domina e leva aos pontapés
e depois de ter feito escorrer sangue
enche o peito de satisfação
por ter maltratado um homem” (S.E.,p.44)

O primeiro poema acima referido proporciona um resumo nítido da miséria global e multidimensional do angolano colonizado negado na sua mais elementar dignidade. Aqui, o poeta empresta perfeitamente a sua voz às “vozes sem voz” para gritar a sua dor inqualificável:

“Hoje
Somos as crianças nuas das sanzalas do mato
os garotos sem escola a jogar a bola de trapos
somos nós mesmos
os contratados a queimar vidas nos cafezais
os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
somos os teus filhos
dos bairros de pretos
além aonde não chega a luz eléctrica
os homens bêbedos a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de morte
teus filhos
com fome
com sede
com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos” (S.E.,p.41-42)

A poesia, no relato de pormenores concretos e realísticos, demonstra que por e para ser voz de Angola, Agostinho Neto não podia permitir-se mergulhar na ignorância dos problemas diários da sua irmandade nacional. A esse respeito, João Saraiva de Carvalho (2009:15) escreveu:

“Para alimentar a sua escrita havia diversas situações que o jovem poeta bem conhecia pela observação e contacto com o Povo a que pertencia e constituíam um vasto manancial de informações”.

O discurso poético de Neto é profundamente político e assim quis o próprio poeta, tomando a medida da sua consciência e papel nacional com toda responsabilidade e em toda a amplitude. Visa consciencializar o homem angolano, valorizar a sua cultura, implementar a luta de libertação e, assim, levar a Nação à Independência para que reencontre a sua dignidade e edifique um futuro risonho, ao passo que o colono português lhe tinha negado toda forma de felicidade⁶. Entende-se então que tenha afirmado ou, melhor, proclamado, aparentemente num tom de juramento e com garantia profética segura de si:

“Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição dessa escravatura” (S.E., p.42)

3. Agostinho Neto universalista

A respeito da poesia de Neto, tem-se falado do seu “evangelismo” e “messianismo”, como mensagem de salvação: salvação de mentes e de almas, libertação de Nações oprimidas em “todas as Áfricas do mundo”, e, finalmente, libertação de consciências e de mentalidades.

Logo após a obtenção do diploma, Neto prometeu a si próprio a sua contribuição na construção do edifício do mundo humano:

“Mas no mundo constrói-se.

no mundo constrói-se.

E o nosso formado em Medicina
construirá também!”(S.E. p. 77)

Futuro e passado fundindo-se numa só entidade, Agostinho Neto compromete-se com a felicidade do Homem universal. O poema “Afirmação” da colectânea *A Renúncia impossível* revela:

“O meu lugar está marcado
no campo da luta
para conquista da vida perdida

Eu sou. Existo
As minhas mãos colocaram pedras
nos alicerces do mundo” (R.I., p.167)

Para Neto, a construção do mundo é uma tarefa que se deve realizar por etapas, A nosso ver, a primeira é a libertação de Angola e da África; a segunda, a libertação e valorização dos oprimidos do mundo inteiro; a terceira, a mudança das mentes e dos corações, para refazer o Homem, criar uma sociedade renovada. “Que renasça o homem em cada homem”, eis a condição sine qua non duma construção universal segura.

No entanto, Agostinho Neto, na sua *Renúncia impossível*, denuncia os males do invasor e imoral Ocidente que negou a humanidade ao Africano colonizado, amputando assim o Homem na sua integridade.

Numa perspectiva de ética social e existencial, o Africano é irmão de qualquer outro Africano, sem consideração de origem ou estatuto social: Neto destaca particularmente o Africano negro a quem reconhece todo o seu valor humano, no seu poema “Saudação”:

“Recebe essa mensagem
Como saudação fraternal
ó negro qualquer das ruas e das sanzalas do mato
sangue do mesmo sangue
valor humano na amálgama da Vida
meu irmão
a quem saúdo!” (S.E., p.74)

Um dos interesses da literatura é o seu poder quase mágico de transformação do singular em plural, do local em universal. É neste sentido que o africano (negro ou não) assume o peso do mundo e simboliza o “mal de viver” e as variadas distorções de que o homem deve se desfazer para construir uma nova Humanidade solidária:

“Esta é a hora de juntos marcharmos
corajosamente
para o mundo de todos
os homens”. (S.E., p.74)

A dimensão universal da literatura provém da comum humanidade do ser humano de qualquer horizonte espacial ou temporal. Trata-se geralmente da humanidade de um ser humano sofrido, vítima de injustiças, de assimetrias e de humilhações, em tempos de guerra como de paz. Esses desequilíbrios de vária ordem revelam-se como redutores e destruidores da humanidade local e, sobretudo, da Humanidade universal. No poema “Um Aniversário”, Neto lamenta:

“No mundo
a Coreia ensanguentada às mãos dos homens
fuzilamentos na Grécia e greves na Itália
o apartheid na África
e a azáfama nas fábricas atómicas para matar
em massa matar cada vez mais homens
(...)
Mas no mundo constrói-se
no mundo constrói-se” (S.E., p. 77)

A nota final desse excerto é uma declaração de optimismo: a construção de uma Humanidade solidária vencedora, no futuro, de todos os apartheids do mundo².

Conclusão

Falar da “*Angolanidade na poesia de Agostinho Neto*” não é, para nós, defini-la, mas perceber as marcas da sua actuação no pensamento e na expressão lírica de Neto na qualidade de voz de Angola.

A angolanidade netiana resume-se num percurso ideal, se não idealista: o angolano vive sofrimentos de vária ordem, constata, toma consciência, luta e acaba por vencer, sendo a Esperança a sua arma infalível. A Esperança garante a perseverança e o Renascer, o rejuvenescer do homem, da sociedade e do mundo. É tão infalível que se trata de uma *Sagrada Esperança*: ela tem obviamente qualidades, se não de divindades, pelo menos de heróis, no sentido etimológico do termo.

Bibliografia

AAVV, *Agostinho Neto. Uma vida sem tréguas 1922-1979*, Lisboa/Luanda, Fundação António Agostinho Neto, 2018. *AngoItália. Personalidades falam de Agostinho Neto*, Revista cultural, Ano 3, Agosto de 2019, 2ª edição.

BARTHES, Roland, *Essais critiques*, Paris, Seuil, 1964.

BATTISTINI, Aimé Césaire, *écrivain martiniquais*, Paris, Fernand Nathan, Coll. Littérature africaine n°9. 1967.

DENIS, Benoît, *Littérature et engagement. De Pascal à Sartre*, Paris, Seuil, 2000.

LARANJEIRA, Pires, “A poesia de Agostinho Neto como documento histórico: premonição de liderança, projecto de libertação nacional e organização do movimento popular em 1945-1956”, in Agostinho Neto, *Trilogia poética. Sagrada Esperança. A Renúncia impossível. Amanhecer*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 2009.

LARANJEIRA, Pires, “Novo paradigma negro-africano”, in AAVV, *Agostinho Neto. Uma vida sem tréguas*, Lisboa/Luanda, Fundação António Agostinho Neto, 2018, 129-135.

MAGALHÃES, António et al., *Nova Enciclopédia Temática. Protagonistas*, Lisboa, Nova Editora, s.d.

NETO, Agostinho, *Trilogia poética. Sagrada Esperança, A Renúncia impossível e Amanhecer*, Luanda, UEA, 2009.

¹ Partindo da situação do Angolano sem dignidade e oprimido pelo colonizador português, Agostinho Neto, com a sua consciência já despertada, procurou, no final dos anos “40 e começo dos 50”, “conciliar o panafricanismo, a negritude, o nacionalismo e o marxismo” (Laranjeira, 2009:35). Pode-se ler vários depoimentos interessantes em: *AngoItália. Personalidades falam de Agostinho Neto* (s.d); AAVV, *Agostinho Neto. Uma vida sem tréguas* (2018).

² Senghor define a Negritude numa perspectiva “rácica”, pelo que Jean-Paul Sartre, no seu célebre “Orfeu Negro”, prefácio da *Antologia da poesia africana e malgaxe de língua francesa* (1948), a considerou como um “racismo sem racismo”. Na mesma senda da afirmação polémica de Senghor “A emoção é negra, como a razão é grega”, deu do Negro uma definição de tipo “essencialista”: “Somos os homens da dança/ Cujos pés retomam vigor/ Batendo no solo duro/” (Poema “Prière aux masques”). Apesar desse essencialismo, Césaire reconhece a pertinência da definição de Senghor nos seguintes termos:“(…) definiu-a como sendo um certo número de valores que consideramos como negros, e o desejo de ficar fiel a esses valores. Por conseguinte, considero que a negritude naquele sentido não pode ser ultrapassada e que não posso imaginar um só negro que decida virar as costas a esses valores” (Battistini, 1967:11).

³ Para Laranjeira, a poesia engajada de Neto é a expressão do “percurso histórico do povo angolano (...) da alienação à reafrikanização”; por isso, o poetizar de Neto constituía na altura um “novo paradigma negro-africano” em que prevalece a escrita da “praxis” sociopolítica em relação a “valores esteticizantes” (Laranjeira, 2018:129).

⁴ Influenciado pela filosofia alemã, mais exactamente pela fenomenologia de Edmund Husserl e o existencialismo de Martin Heidegger, Sartre, autor de *O Ser e o Nada* (1943), equivalente metafísico da ficção narrativa *A Náusea* (1939), considera o homem como produto do absurdo e da angústia da existência: o homem “não se define com nenhum conceito, vem de nada e vai para sítio nenhum” (Sartre, citado por Magalhães et al. (s.d.:306).

⁵ À posição de Senghor que achava preciso “matar o velho negro em nós” junta-se a de Césaire para quem há “espaço para todos ao encontro marcado da conquista”. Segundo Césaire, não é suficiente a “negritude-implícita” ou negritude-essência, de tipo “basic personality”, expressão das tradições e da “alma popular”. Precisa-se da negritude-explicita que “exige uma certa atitude, uma vontade de reabilitação e de combate” (Césaire, apud Battistini, 1967:11).

⁶ Aqui está a oposição eterna entre literatura “prática” e literatura “gratuita”, isto é a “engajada” e a “inútil”, que corresponde à “Arte pela arte”. É uma preocupação constante de teorizadores, críticos e escritores. A esse respeito, Roland Barthes questiona-se sobre a partilha aparentemente obrigada da literatura entre o realismo político e a arte pela arte, entre uma moral de engajamento e um purismo estético, entre o compromisso e a assepsia (Barthes, apud Denis, 2000).

⁷ O “apartheid”, sistema oficial de desenvolvimento separado que tinha sido generalizado na África do Sul com o regime de Peter Botha, constitui, na verdade, uma realidade universal que se resume em discriminação, desigualdade e violação dos direitos humanos. Da rica literatura narrativa em África, pode-se destacar, a esse respeito: no espaço anglófono, *Mine’s Boy* do Sul-Africano Peters Abrahams e *Things fall apart* de Chinua Achebe; no lusófono, *A cidade e a infância* de Luandino Vieira e a trilogia de Castro Soromenho (*Viragem, A Chaga, Terra morta*); no francófono, *Ville cruelle* de Mongo Beti e *Batouala: Véritable roman nègre* de René Maran, precursor da Negritude.

DEPOIMENTOS

A NOSSA HISTÓRIA

I - FUGA DE DOLISIE PARA BRAZZAVILLE

Entre Fevereiro e Abril de 1974, na 2ª Região Político-militar do MPLA, no Congo Brazzaville, numa onda que percorreu várias bases, nomeadamente, a Base Esperança e a Base Kalunga, decorreu a fase derradeira do movimento de reajustamento que consistiu essencialmente numa acção política que, a partir da suspensão temporária dos órgãos institucionais da organização, colocou todos os militantes em pé de igualdade e abriu todo um processo de crítica e autocritica que se desejava capaz de identificar os males que travavam o desenvolvimento da luta e de culminar na escolha de uma nova Direcção.

Alguns militantes, em conformidade com a sua leitura dos acontecimentos, estavam desgostosos com o facto de terem constatado um trabalho de manipulação do movimento de reajustamento, do qual só poderia resultar a manutenção do sistema presidencialista.

Por isso, na Assembleia Geral de encerramento dos trabalhos, esses militantes individualmente manifestaram indisponibilidade para fazer parte da Direcção em processo de eleição. A reacção da Assembleia, por proposta de um dos participantes, concretamente o camarada Lúcio Lara, foi no sentido de votar a expulsão de quem não aceitasse integrar a nova Direcção.

Uma vez expulsos da Assembleia, os mesmos militantes sentiram que tinham ficado “marcados” e, em consequência, no futuro, a sua militância previsivelmente estaria sujeita a um conjunto de constrangimentos.

No seio desse grupo de militantes descontentes e preocupados com a continuidade do sistema de direcção presidencialista começou a nascer a ideia de lançamento de uma corrente de opinião que se batesse pela convocação de um amplo Congresso democrático no qual fosse livremente discutida a crise interna do MPLA e o consequente impasse na própria luta anticolonialista. Mais, um congresso onde os militantes escolhessem uma nova direcção capaz de romper com a tradição de um sistema presidencialista há muito em vigor.

Com esse objectivo, alguns militantes mobilizaram-se em Brazzaville: em primeiro lugar, Gentil Viana, o principal mentor da *démarche*, a quem se juntaram Comandante Monimambo, Adolfo Maria, Maria do Céu Reis, Vieira Lopes e Hugo de Menezes; numa segunda vaga, Amélia Mingas, Jota Carmelino, António Menezes, Manuel Videira, Maria Filipe, Ana Wilson, Kivuvu, o vice-presidente do MPLA, Reverendo Domingos da Silva, Armando Kanga, Pedro Kanga, Inácio Mulambo, Eduardo Santos (Rapid) e Mário Pinto de Andrade, todos estes signatários do Manifesto que ficaria conhecido como “o Apelo dos 19” e que formalizava o surgimento da Revolta Activa como corrente de opinião no seio do MPLA. Logo após a publicação do Manifesto aderiram mais membros da 2ª Região Político Militar, nomeadamente To-Toy, Helena Maria, Charlott Wolf, Fernando Paiva e João Baptista

Quando esta iniciativa foi desencadeada, a Amélia e eu ainda nos encontrávamos no Internato 4 de Fevereiro, em Dolisie e aí recebemos dos companheiros em Brazzaville um sinal de que era imperioso juntarmo-nos a eles.

Enquanto militantes, a Amélia e eu estávamos sujeitos à disciplina da organização e portanto não poderíamos ausentar-nos sem a devida autorização da chefia.

Para sermos bem sucedidos na fuga - pois efectivamente era disso que se tratava - afigurava-se absolutamente necessário gizar um plano que não levantasse a mínima suspeita.

Como anteriormente já tínhamos feito duas viagens a Ponta Negra por motivos de saúde e também por razões familiares, pareceu-nos que seria insuspeito pedir à chefia uma autorização (Guia de Marcha) para irmos a Ponta Negra onde morava um tio da Amélia (irmão do pai). Alegámos então que o Tio Alberto Mingas tinha necessidade de tratar de um assunto familiar connosco e, ao mesmo tempo, aproveitaríamos a oportunidade para ver o médico junto de quem pendia uma reavaliação da nossa medicação.

Conseguida a almejada guia de marcha lá fomos de comboio até Ponta Negra. Em seguida, o plano de fuga previa que viajássemos directamente de Ponta Negra para Brazzaville. Aqui deparava-se-nos uma dificuldade evidente, na medida em que, no percurso, havia uma paragem em Dolisie. Como no seu horário normal o comboio passaria por lá de madrugada, ainda sob o manto de relativa escuridão, contávamos que a nossa escala passasse despercebida.

Ao fim de algumas horas de viagem, tudo parecia correr às mil maravilhas. Com efeito, não havia qualquer sinal de presença de outros camaradas no comboio o que, a verificar-se, suscitaria naturalmente uma eventual troca de saudações e até mesmo conversa, nada recomendável, dadas as circunstâncias. À entrada de Dolisie persistia a nota de tranquilidade o que visivelmente nos animou.

Mas, qual enredo de um filme de Hitchcock, descerrou inesperadamente uma cortina de suspense. Com efeito, momentos antes da paragem do comboio na estação para o desembarque e embarque de passageiros, fomos abordados por um camarada que surgiu de repente, eufórico e de rádio colado ao ouvido:

“Camarada Jota, camarada Amélia, golpe de estado em Portugal, vamos ficar independentes! Ah e já chegámos a Dolisie, vamos descer.”

O calendário indicava 25 de Abril de 1974 e o nosso camarada, como que nas vestes de um jornalista numa reportagem em directo, apontava para o rádio e insistia na grande notícia do golpe de Estado em Portugal.

Surpreendidos e embaraçados com a súbita presença do camarada no comboio, justamente no momento em que era suposto termos chegado ao destino, mal conseguíamos reagir. Era sem dúvida uma situação que permitiria a um escritor de romances de suspense criar um verdadeiro clima de alta tensão, impróprio para cardíacos!

Felizmente, estivemos ambos à altura do momento, pois reagimos com sangue frio e nervos de aço! Isto apesar da extrema sensibilidade da Amélia que entrava em pânico ao avistar uma simples barata. Para não ser mal interpretado, convém esclarecer que o impacto sobre a Amélia do esvoaçar de uma barata não se devia a um sentimento de medo mas de nojo. Recordo-me da sua atrapalhão quando confrontada com baratas voadoras: parecia uma coreografia ensaiada para criar a ideia de perseguição, com as baratas a convergir na sua direcção quanto mais tentava afastar-se delas.

Voltando à dramática situação ferroviária, os momentos seguintes reservaram-nos outra surpresa, desta feita boa, pois saímos incólumes do inoportuno encontro. De facto, era tal a euforia do nosso camarada que ele saiu em passos rápidos do comboio, provavelmente à procura de camaradas no cais, com quem queria partilhar, sem demora, a agradável brisa matinal de Abril soprada pela revolução dos cravos.

Tranquilamente permanecemos nos nossos lugares e retomámos a nossa longa viagem com destino à Brazzaville onde a História nos aguardava.

Só quando chegamos são e salvos ao destino, nos detivemos finalmente a digerir a notícia do golpe de Estado em Portugal recebida em 1ª mão mas em circunstâncias tais que não favoreceram então a sua completa interiorização.

Aliviados da tensão acumulada durante a viagem e na atmosfera de grande expectativa suscitada pelos recentes eventos políticos em Portugal, apoderou-se de nós uma muito agradável sensação de relaxamento.

Nos dias seguintes, em conjunto com os camaradas mobilizados para a missão de democratização do MPLA, iniciáramos uma nova etapa de luta, empolgante nas suas motivações mas muito exigente em termos de sacrifícios e, sobretudo, de riscos.

II - RECLUSÃO

A dúvida: A Reclusão ou São Paulo?

É fascinante o efeito do tempo na forma como nos lembramos de episódios vividos. Momentos sofridos, às vezes, de verdadeira tragédia, o tempo, na sua acção em alguma medida terapêutica, faz-nos recordá-los por vezes como simples drama ou até mesmo como comédia.

É desta maneira que quero partilhar alguns episódios da fase em que a Amélia e eu enfrentamos a experiência da prisão política. Formalmente, era eu o preso, um dos membros da Revolta Activa escolhidos para cumprirem um castigo exemplar. Mas, pela sua transversalidade na vida e no quotidiano de cada um de nós, na verdade, éramos ambos reclusos - eu dentro das quatro paredes, ela no exterior delas.

Corriam os primeiros meses de 1976, cresciam as manifestações ruidosas da ala nitista com a exigência de detenção dos membros da Revolta Activa. Estas manifestações mais o aproveitamento delas por parte da Direcção do MPLA resultaram efectivamente na decisão de que fossem detidos alguns dos membros da referida corrente de opinião, apesar de ela própria ter anunciado a sua extinção antes da data da independência do país. Enfim, para o poder instituído havia contas para ajustar.

Brigadas da DISA (Direcção de Informação e Segurança de Angola) foram organizadas para efectuar as prisões e elas foram diligentes no cumprimento da missão. Como um rastilho, não tardou a circulação de informações sobre as sucessivas detenções que iam ocorrendo: numa primeira fase, Gentil Viana, Fernando Paiva, Manuel Videira, os 3 irmãos Pinto de Andrade, Lukamba, Capita, Rafael, e Brooks.

Num encontro casual meu e da Amélia com um dos seus irmãos - o Zé Mingas, o número quatro da hierarquia da DISA - mostrou-se surpreendido por me ver, pois, confirmou-nos que eu constava da lista das pessoas a deter.

Acontece que a brigada encarregada de proceder à minha detenção, apesar do esforço persistente, debatia-se com dificuldades para localizar quer a minha morada quer o meu local de trabalho. Um dos meus irmãos foi visitado no seu local de trabalho e confundido comigo, o meu sogro foi visitado na sua residência e igualmente ex-vizinhos no Bairro Alvalade.

Perante isto, confrontei a Amélia com a necessidade de se tomar uma decisão e evitar o risco de ser surpreendido sozinho nalgum sítio qualquer e incorrer, porque não dizê-lo, em perigo de vida.

Inventariámos 3 alternativas:

1 - fuga para o exterior do país;

2 - vida clandestina

3 - apresentação às autoridades

Analisadas as mesmas, descartámos as duas primeiras porque, no contexto de forte ostracismo e

de hostilidade generalizada, seria praticamente impossível organizar quer uma quer outra.

Detivemo-nos, por isso, no estudo do que nos parecia mais sensato: entregar-me às autoridades.

Com uma certa ingenuidade, entendi que, em vez de ser uma brigada qualquer a deter-me, deveria pedir uma audiência à chefia da DISA, então composta pelos Comandantes Ludi Kissassunda, N'Zaji e Onâmbue com o objectivo de que fosse um deles a assumir a minha detenção.

Antes de concretizar esta ideia, achamos que devíamos consultar o nosso companheiro e amigo Joaquim Pinto de Andrade que nos deu a sua opinião favorável em relação a démarche que tencionávamos desencadear.

O derradeiro passo foi o de abordar o irmão da Amélia, Zé Mingas para ele viabilizar um encontro com um dos membros da Direcção da DISA.

Não me esqueço da sua fraternidade e generosidade. Parece que estou a vê-lo e a ouvi-lo. A reacção dele foi a seguinte:

- "Jota, tu é que decides e vou tentar fazer o que decidires. Mas, deixa-me chamar a tua atenção para o seguinte:

- Se insistires em querer ver um deles, fica a saber que não vão deixar de te mandar para a cadeia e o problema não é propriamente esse. O problema é que eles vão mandar-te para a cadeia de São Paulo que está a ser organizada e é administrada pelos cubanos. Qual é o problema desta cadeia? Lá não entra nem sai uma agulha sequer, não vais receber nem enviar notícias e nem eu próprio terei qualquer possibilidade de te visitar. Sugiro que seja eu a levar-te para a cadeia da Reclusão que é administrada por angolanos"

Ingenuamente repliquei:

- Não estou convencido de que seja melhor ir para a Reclusão justamente pelo facto de estarem lá angolanos intoxicados pela propaganda de que os elementos da RA são "fantoques, inimigos do povo e agentes do imperialismo". Além disso, o nosso país tem uma existência muito curta e é grande a probabilidade de que ainda não saibamos valorizar o indivíduo na sua dignidade, qualquer que seja a circunstância. Pelo contrário, os cubanos já têm muitos anos de revolução e provavelmente estarei mais seguro na cadeia dirigida por eles.

Em boa hora, ele foi teimoso e usou mais um argumento para me convencer:

- "Desculpa a insistência mas estás enganado. Compreendo a tua desconfiança mas considera o seguinte: quem dirige a cadeia da Reclusão é um amigo meu - Zé Capinha - meu companheiro na cadeia de Bentiaba.

Repito que vou eu próprio conduzir-te à cadeia e apresento-te ao meu amigo. Antes passamos por tua casa, recolhemos um colchão e roupa de cama, o teu material de higiene e os teus medicamentos.

Mais, de vez em quando, vou visitar-te e terás notícias da Amélia."

Eu já estava mais ou menos convencido mas ainda com alguma relutância que, porém, se desvaneceu quando a Amélia interveio a reforçar o ponto de vista do irmão.

O que vivenciei durante a minha permanência na cadeia da Reclusão e o que constatei quando, alguns meses mais tarde, fui transferido para a cadeia de São Paulo comprovaram toda a bondade da posição do meu cunhado.

Lapsos de humanidade num mundo de brutalidade

Durante o período de detenção na Reclusão assisti ao desenrolar contraditório de fenómenos de significado e valor distintos. Observei coisas chocantes, a título de exemplo, a gratuita orgia de violência perpetrada por elementos da DISA nos fins de semana, concretamente, a partir de Sexta-Feira à noite. Não se tratava da aplicação dum método de interrogatório, mais ou menos discutível, em busca da verdade sobre um qualquer caso em investigação mas de puro sadismo!

Saídos de bodas, em estado de embriaguez, alguns agentes da DISA dirigiam-se às celas e escolhiam as vítimas. Uma vez, a escolha recaiu sobre o meu companheiro de cela - um cidadão natural de Cabinda. Foi levado e devolvido à cela, horas depois, altamente maltratado. Perguntei-lhe o que é que tinha acontecido, se tinha sido submetido a um interrogatório. Respondeu-me que, em momento nenhum, lhe dirigiram uma única pergunta. Apenas fizeram dele um alvo para todo o tipo de agressões e sevícias. Já não me lembro dos detalhes que me descreveu. Guardo apenas na memória o facto de que ele perdeu a mobilidade das mãos. Guardo igualmente na memória o facto de ter tido a oportunidade de fazer chegar à Amélia um pedido de uma pomada com que fui massajando as suas mãos.

Convivi com o medo de que alguma vez o gongo soasse no momento da minha passagem, determinando que, dessa vez, fosse eu o escolhido. Tal estranhamente não aconteceu nem com nenhum dos meus companheiros também detidos na Reclusão o que me deixava intrigado. Porque é que o gongo "discriminava" o pessoal da RA? Um dia por "portas travessas", escuto um diálogo fugaz entre dois polícias mas suficiente para reter que um deles dizia ao colega: "não vale a pena, são presos do Bureau Político". Finalmente, desvendava-se a razão porque eramos excluídos da escolha macabra para as sessões de orgia de violência. Absterem-se de fazer ondas connosco era uma forma de evitar problemas com o Bureau Político do MPLA. Ironicamente, quem tinha ordenado a nossa detenção funcionava como um escudo que nos protegia da eventual tentativa de nos maltratarem!

Excluindo os verdadeiros polícias (os inspectores, investigadores), a minha experiência de reclusão revelou-me que a relação entre guardas e reclusos reveste-se de alguma complexidade e em particular, quando os carcereiros não são treinados para o efeito. Com o tempo, as barreiras que é suposto existirem para garantir um distanciamento entre uns e outros, podem desmoronar-se ou, pelo menos, abrir brechas por força de uma certa dose de humanidade resultante da proximidade diária.

É neste contexto que é possível perceber que, tendo a Amélia conseguido autorização para me levar alimentação de casa, ao fim de alguns dias em que ela se deslocava à cadeia para me deixar a comida, um guarda me tenha chamado para saudar a Amélia no momento em que decorria a entrega do terno. O gesto que classifico de pura manifestação de humanidade atingiu o seu momento mais alto no dia em que à porta do corredor das celas, à hora do almoço, aparece um guarda a perguntar em voz alta: “Onde é que está o ‘pula’ que é casado com uma patrícia”? Acto contínuo, os meus companheiros começaram a chamar por mim: “Jota, é contigo. Está aqui um guarda a chamar pelo ‘pula’ casado com uma patrícia”. Aproximei-me do guarda que me convidou a acompanhá-lo. Pelo caminho, explicou-me que tinha que levar o lixo. O lixo era acumulado num contentor médio e transportado para fora dos muros da cadeia onde posteriormente seria recolhido. Achei estranho mas peguei no contentor e encaminhamo-nos em direcção à porta de saída. Quando chegamos à porta, parei porque pensei que tinha chegado ao limite que me era permitido. O guarda disse-me que ainda não tinha terminado, era preciso sair e deixar o contentor no sítio necessário.

Já no exterior, dirigiu-se a mim apontando: “está aí a tua mulher, vai dar-lhe um beijinho”. Isto ocorreu num período em que os elementos da RA ainda não tinham autorização para receber visitas. E repetiu-se várias vezes até ser transferido para a malfadada Cadeia de São Paulo. Para tal, bastava que os guardas anunciassem que estava “na hora do lixo”.

Dos meus companheiros, fui o primeiro a ser transferido para a cadeia de São Paulo. Orientaram-me para reunir as minhas coisas. Fui apanhado totalmente de surpresa. Tinha os rabiscos dum texto que estava a tentar escrever com o título “A Revolta”. Não era avisado fazer-me acompanhar do esboço do texto. Deixei o texto com o saudoso Fernando Paiva a quem pedi para o destruir. Talvez tenha desaparecido, nesse momento, um aprendiz de escritor.

Higiene oral, à janela, noite dentro

Fui transferido para a cadeia de São Paulo no fim da manhã e conduzido para a caserna onde me destinariam uma cela no momento em que se fazia a distribuição dos tabuleiros com a refeição do almoço. Com o corredor de acesso às celas ao alcance da minha vista, pude acompanhar a referida distribuição dos tabuleiros. A operação consistiu na colocação de um tabuleiro no chão diante de cada uma das portas das celas ocupadas. Em seguida, o guarda abriu uma porta e afastou-se empunhando a arma. Para meu espanto mas também satisfação, nessa porta surgiu o Gentil Viana que, sem dar sinal de ter dado por mim e me ter reconhecido, recolheu o tabuleiro, fez meia-volta e encaminhou-se para o interior da cela.

Ao mesmo tempo, acompanhei a movimentação de um guarda que ia abrindo celas e ouvi-o comentar que não tinham colchões. Estava à procura de uma cela para mim. Finalmente, abriu a cela vizinha da cela onde se encontrava o Gentil Viana. Tinha colchão o que o deixou aliviado, pois, finalmente tinha descoberto uma cela onde me colocar. Só uma parede me separava do Gentil. Compreendi que os guardas desconheciam a nossa ligação.

Antes de completar um minuto sequer de permanência na minha nova morada, apercebi-me de que a cela tinha um problema sério. Os olhos ardiam-me e a sanita exalava um cheiro forte. Examinei a situação e constatei que a sanita estava entupidíssima! Concluí de imediato que seria forçado a reclamar e reivindicar uma outra cela. Mas antes disso, quis entrar em contacto com o Gentil. Lá arranjei uma forma de lhe dar a conhecer que estava na cela ao lado. Fui bombardeado por mil perguntas da parte dele. Quis saber de tudo, como é que estava a família, quem tinha sido preso, isto e mais aquilo. O interrogatório a que me submeteu foi a prova do que o meu cunhado me tinha prevenido: - Jota, lá não entra nem sai agulha, não vais receber nem dar notícias. Justamente a situação vivida pelo Gentil e os outros companheiros detidos na mesma cadeia.

Quando informei o Gentil do estado da sanita, do conseqüente ambiente irrespirável e da minha ideia de exigir uma outra cela, ele teve esta reacção:

- O que é? Juntaram-nos e agora vamos pedir para nos separarem?

Não sei como definir esta reacção da parte do Gentil mas percebi que era necessário que permanecesse na cela onde me encontrava. O próprio Gentil começou de imediato a procurar forma de contornarmos o inesperado problema. Em 1º lugar, concluímos que se devia evitar o uso da sanita. Em 2º lugar, não se podia pedir aos guardas saídas para o balneário, pois arriscaríamos que tomassem eles a iniciativa de me mudarem para uma cela diferente.

Como o Gentil tinha prescrição médica recente para ir ao recreio e fazer banhos de sol, então, sugeriu que eu fizesse as minhas “necessidades maiores” em jornais. Pela janela, entregar-lhe-ia os jornais para que ele deixasse no balneário quando saísse para o recreio. Escapou-se-me pelo labirinto do esquecimento a logística que montámos para dispor dos “jornais sanitários”. Também já não me recordo durante quanto tempo se estendeu este exercício.

O problema só foi solucionado quando recebi uma visita da Amélia a quem pedi que me levasse

soda cáustica para desentupir a sanita. Demorou algum tempo porque, sendo certo que, quando fui transferido para a segunda cadeia, ela já estava em processo de transferência para uma administração angolana, na verdade, os angolanos que encontrei tinham os tiques dos seus instrutores cubanos. A título de exemplo, uma vez, ao tentar abordar um guarda, fiz um movimento de aproximação ao que este reagiu, dando um passo atrás, empunhando a arma e ordenando que ficasse quieto. Tinha aprendido que se devia guardar sempre uma certa distância. Dentro da mesma ordem de ideias, foi necessário um longo tempo de espera até a Amélia ser autorizada a fazer-me visitas. Foi uma dura prova suportar o ambiente poluído da cela mas representou um gesto de solidariedade de que muito me orgulho.

Numa demonstração da capacidade de adaptação do “bicho-homem” às mais adversas situações e do seu excelente jogo de cintura para dar a volta por cima, o que é certo é que a mesma cela que maltratou as minhas delicadas narinas, também foi o palco das boas conversas que, à janela, noite dentro, mantinha com o Gentil. Essas conversas – kuribotices no linguajar dos kalús – eram regadas a preceito.

Com efeito, numa das visitas, pedi à Amélia para arranjar frascos de Oratol (o conhecido produto para a higiene oral) e substituir o conteúdo, umas vezes por whisky, outras por conhaque. Enquanto conversávamos íamos passando o frasco de uma janela para a outra e operando uma aromática e digestiva higiene oral.

Simulação de liberdade nos dormitórios

Nesta fase do campeonato, os detidos eram mantidos em celas individuais. Individuais apenas na denominação, pois, quando necessário a lotação subia para dois ou mesmo mais reclusos. Em todo o caso, no que toca à RA, com o desenrolar do tempo, os companheiros que continuaram detidos na cadeia da Reclusão também foram transferidos para a cadeia de São Paulo.

A chefia da cadeia decidiu, num dado momento, reunir-nos todos na mesma caserna. O novo espaço não consistia de celas individuais mas de dormitórios com beliches. Esta alteração proporcionou-nos algumas vantagens. A primeira advinha do facto dos dormitórios não terem portas como acontecia com as celas anteriores. Esta circunstância alargou o nosso espaço de circulação aos limites da caserna o que nos oferecia a possibilidade de marchar, ainda que em círculo, e também praticar exercícios. É assim que surgiram as sessões de yoga e karaté. A mesma circunstância passou a permitir um convívio mais próximo entre nós.

Neste ambiente de simulacro de liberdade, até havia na caserna uma área que, no desenho do construtor, seguramente, estaria reservada à função de cozinha. Dispunha de uma espécie de balcão ao comprido com diversas portas. Não era justo, defraudar o construtor! A seu tempo, cuidaríamos de dar ao espaço o uso consentâneo com a sua função. Com efeito, nessa área, montámos a nossa logística de aquecimento das refeições e uma destilaria.

O que é que viabilizou tudo isto?

Em primeiro lugar, o facto de que estávamos detidos mas, no meu entendimento, salvo algumas raras “simulações de interrogatório”, não havia de facto interrogatórios nem quaisquer outras démarches que indicassem a preparação dum processo de acusação para um pedido de condenações em tribunal. Quem sabe daí resultasse um fenómeno de esquecimento ou de distração.

Em segundo lugar, em conformidade com a nossa observação e vivência, constatava-se que o sistema prisional revelava uma disposição para ir relaxando a sua vigilância.

A minúcia e precisão cirúrgicas “made in Cuba” terão valido apenas para o período de treinamento.

Dito isto, compreende-se que não foi dificuldade especial obter um aquecedor eléctrico. E quem adquiriu e levou o aquecedor para a cadeia? A Amélia.

O passo seguinte foi o fabrico do nosso quimbombo. Uma receita que só requeria saber contar 1, 2 e 3. Salvo qualquer lapso de memória, uma medida de açúcar, duas de arroz e três de água. O equipamento requerido: rudimentar, isto é, um garrafão de 5 litros e uma rolha. A mistura do deus Baco era colocada no garrafão que era tapado com uma rolha. Em seguida, o garrafão era depositado no local de fermentação, o interior do balcão atrás de uma das portas. O processo de fabrico, apesar de rudimentar, tinha o seu toque de modernidade graças ao sistema de aviso automático quando a bebida estivesse pronta. O aviso consistia simplesmente numa pequena explosão, provocada pela pressão da elevada fermentação, que fazia saltar a rolha do garrafão. O efeito da bebida nas nossas gargantas não era diferente de uma aguardente. A tosse reactiva às primeiras goladas comprovavam-no!

O 27 de Maio de 1977

Mesmo numa unidade prisional a vida prossegue inexoravelmente o seu curso. Cada nova alvorada podia trazer-nos um dia com novidades.

Efectivamente, sinais dos acontecimentos trágicos que se iriam abater sobre o país, transpunham os muros da cadeia e chegavam ao conhecimento dos próprios reclusos, deixando os mais lúcidos desassossegados.

O ambiente de confrontação entre o movimento de Nito Alves e o poder instituído levou o regime

a colocar a sua Polícia Política - DISA - em estado de prevenção. Na cadeia de São Paulo, registou-se um reforço dos efectivos. Mesmo elementos da DISA com postos de chefia pernoitavam na unidade o que não era usual. Simultaneamente, aumentavam as detenções de correligionários de Nito Alves. Adivinhava-se eminente o choque entre a corrente dita fraccionista de Nito Alves e a Direcção do MPLA presidida por Agostinho Neto

Durante a minha reclusão, a Amélia evitava a solidão de casa, procurando a companhia de familiares e amigas com quem convivia até regressar a casa. E saía munida de escova de dentes e de muda de roupa, pois, às vezes acabava por pernoitar fora.

Na noite de 26 de Maio recolheu mais cedo à casa depois de, numa determinada ocasião do dia, ter estado em contacto com o irmão Saidy Mingas. Estava preocupada porque o irmão convertera-se no alvo do descontentamento nitista pelo facto de ter sido nomeado o coordenador e o porta-voz da Comissão que dirigiu um inquérito que a Direcção do Partido tinha decidido levar a cabo para apurar a actividade fraccionista de Nito Alves. Incomodada, adormeceu tarde.

O tinido forte do telefone despertou-a de um sono profundo, aquele sono em que se mergulha por exaustão. Uma voz eufórica fez-se ouvir do outro lado da linha, a voz duma vizinha do Pai André Mingas, no Bairro do Cruzeiro, cujo irmão se encontrava detido por ser apoiante nitista:

- Amélia, o seu marido já está em casa? Os presos foram libertados, o meu irmão - o Chiquinho - acabou de chegar.

Respondeu a Amélia: Não, o meu marido não chegou. Vou aguardar. Obrigado. Bom dia.

Desligou o telefone e apressou-se a sintonizar a Rádio Nacional.

No ar, ouviu o apresentador do programa "Kudibanguela" a convocar para a rua os deserdados, os oprimidos, as massas para que se juntassem à onda revolucionária em curso.

Ficou assustada, sentiu invadi-la uma profunda angústia provocada pela real ameaça à vida do marido e dos companheiros! Era público o ódio que Nito Alves dedicava à extinta RA.

Decidiu de imediato que iria à cadeia verificar o que estava a acontecer no terreno, onde o encadeamento dos acontecimentos justificava amplamente os seus receios. Unidades afectas ao movimento nitista neutralizaram a frouxa resistência encontrada e tomaram a cadeia de São Paulo. Libertaram todos os presos à excepção dos membros da RA, dos CAC (Comités Amilcar Cabral) e dos mercenários.

Um dos presos libertados chamava-se Sabata e era caracterizado como sendo um lumpen, um marginal utilizado pelo MPLA no período das confrontações com os outros movimentos - FNLA e UNITA. Após as confrontações e a consolidação do regime do MPLA, terá cometido excessos que o conduziram aos calabouços. Ocupava a cela diante da minha quando fui transferido para a cadeia de São Paulo.

Contrariamente aos outros reclusos libertados que procuraram sem demora destinos no exterior da cadeia, o Sabata permaneceu na cadeia, empunhou uma arma AKA e alinhou imediatamente com a rebelião. Diligente na apresentação de serviço, dirigiu-se ao interior da nossa caserna e instou-nos a ir para o pátio. Uma vez no pátio, obrigou-nos a perfilar encostados à parede. Preparou-se para nos executar. Uma jovem envolvida no assalto à cadeia, aproximou-se dele e disse-lhe que não podia haver execuções antes do TPR se reunir e decidir.

Se a memória não me traiçoa Nandi é o nome da jovem que nos salvou a vida.

A ocupação da cadeia foi breve. A intervenção dos cubanos no conflito ao lado de Agostinho Neto mudou o rumo dos acontecimentos. Os chefes do assalto à cadeia ao tomarem conhecimento da intervenção cubana, compreenderam que tinham perdido e que a única saída era a fuga. Não hesitaram um segundo para a pôr em prática.

Abandonaram a cadeia, deixando-a como terra de ninguém. A cadeia ficou sem qualquer autoridade quer de um lado quer do outro lado das forças em conflito. Qualquer um dos detidos que permaneciam nas instalações do presídio podia sair sem qualquer impedimento.

O mesmo podia ser feito pelos elementos da ex-RA. Reunimo-nos para decidir o que fazer, sair pelas portas escancaradas ou permanecer à espera de que tudo voltasse à normalidade.

Considerou-se que seria um erro cair na tentação de sair. Tal poderia ser utilizado como pretexto para sermos acusados de envolvimento na tentativa de golpe com todas as implicações daí resultantes. Daí a renúncia mesmo a um brevíssimo passeio extra muros.

Antes de recolhermos ao interior da caserna para digerirmos aqueles momentos dramáticos, fomos surpreendidos pela entrada abrupta da Amélia nos domínios da cadeia. Avançava na nossa direcção, com olhar de preocupação e expressão de quem procura resposta para as suas dúvidas e inquietações.

Apesar da curta distância entre a residência e a cadeia, os desvios de percurso para contornar os postos de controle que ia avistando, impediram-na de alcançar mais depressa o destino.

Como é natural, tranquilizamo-la confirmando que nada nos tinha acontecido e que ela deveria abandonar de imediato a cadeia.

O problema que atribuíamos à tentação de "sair em liberdade" era o mesmo problema que a ameaçava, agora, ao visitar a cadeia na manhã em que a mesma tinha sido ocupada pelos rebeldes. Por isso, cuidei de a conduzir rapidamente para a porta de saída. Não era sensato sequer permitirmo-nos momentos de confraternização por mais breves que fossem. Tais receios não eram infundados, pois, nos dias seguintes apareceram "testemunhas" a denunciarem que ela tinha estado na cadeia na manhã dos acontecimentos e a pedirem uma tomada de medidas que deveria ser, não

custa adivinhar, também a sua detenção.

Aliviada do peso da preocupação que a tinha impelido a ir à cadeia, empurrada e conduzida por mim, retirou-se sem oferecer resistência.

Mas o dia 27 de Maio de 1977 não ria terminar sem ela mergulhar no inferno. Com efeito, afastou-se da cadeia com uma outra preocupação que lhe apertava o coração e perturbava os pensamentos. Não podia relaxar. Tinha uma outra missão e com carácter de urgência: procurar o irmão Saidy Mingas, então, o Ministro das Finanças do Governo de Angola.

Não tenho os detalhes de todos os passos que deu até descobrir o cadáver do irmão que pereceu às mãos da rebelião. O que soube resultou de relatos de familiares próximos. Evitei sempre aprofundar com ela o infausto acontecimento para a poupar de ter que revivê-lo e sujeitar-se novamente ao desgaste emocional consequente. Estava sozinha quando descobriu o corpo do irmão num cenário macabro cujos detalhes me abstenho de referir.

O trauma foi de tal ordem que causou nela uma amnésia com a característica de não conseguir lembrar-se das coisas presentes, nomeadamente, não era casada nem reconhecia alguns tios por terem ganho cabelos brancos com a idade.

Segundo a explicação dos médicos, esse tipo de amnésia constitui uma defesa do indivíduo em relação a uma realidade particularmente chocante e traumática. Felizmente, a amnésia foi temporária. Mas depois disso, o seu sistema nervoso ficou fragilizado, deixando-a bastante vulnerável em determinadas situações, como combas e funerais. Imagino que este tipo de situações tivesse o efeito de evocar a forte emoção associada ao infortúnio que sacrificou o irmão. Os médicos proibiram-na terminantemente de estar presente nesses eventos sob pena de poder sofrer uma paralisia parcial.

Nos anos seguintes, esforcei-me por cumprir a missão de a demover de se envolver em óbitos. No seu élan de querer prestar homenagem aos familiares e amigos que iam partindo, arriscava a sua integridade. Algumas vezes, não consegui movê-la mas, regra geral, as tentativas, infelizmente, não eram bem sucedidas porque, no terreno, ela reagia mal e tínhamos que nos retirar.

A factura do 27 de Maio foi agravada com a detenção de outro irmão - o já nosso conhecido Zé Mingas - sob a alegação de alinhamento com a rebelião.

No seguimento do 27 de Maio, o país acompanhou a extrema severidade com que o regime reagiu à rebelião.

Devo à memória do meu cunhado Zé Mingas o relato seguinte:

- Foi detido e colocado na cadeia de São Paulo onde eu ainda me encontrava. Talvez dois dias depois do 27 de Maio, sou abordado por um guarda.

Já não me lembro dos termos exactos em que se dirigiu a mim, provavelmente, como acontecia, na época, "Camarada Preso" e que me diz:

- O seu cunhado está aqui.

Longe de mim a ideia de que estivesse na condição de detido e, por isso, pensei que o motivo da sua abordagem fosse proporcionar-me um contacto com o Zé Mingas. Daí que lhe tenha perguntado onde é que estava naquele momento.

A resposta do guarda: na Enfermaria.

Só na Enfermaria e já na presença do próprio Zé é que percebi que tinha sido detido.

Em sofrimento, contou-me:

- Jota, estão a acusar-me de coisas que não fiz. Estão a torturar-me para me obrigarem a confessar uma culpa que não tenho. Por favor, se me acontecer alguma coisa, diz ao meu filho que o pai dele é inocente do que o estão a acusar.

A partir desse breve encontro, passei a partilhar com ele as refeições que recebia de casa. Preparava-lhe uma marmita e pedia aos guardas de serviço que lha levassem. Isto não durou muitos dias. Há um dia em que um guarda não aceita receber a marmita, explicando que o Zé tinha sido levado e num tom conspirativo, a olhar para a esquerda e para a direita, sussurrou: foi morto e atirado para uma vala comum.

Foi um choque, mas ainda maior porque se tratava de mais um duro golpe desferido à Amélia.

Os relatos que tenho vindo a fazer são interrompidos algumas vezes por lágrimas que não consigo conter. Revivo nesses relatos a dor que a magoou profundamente.

Na sequência do 27 de Maio, durante meses, o que aconteceu com o meu cunhado foi o mesmo destino de outros reclusos que, pela calada da noite, eram "levados".

O check-out do Hotel de São Paulo

Na minha leitura que vale o que vale, o processo do 27 de Maio, a manutenção dos elementos da RA e dos CAC e eventualmente outros em regime de cárcere sem culpa formada e a guerra civil foram causando ao MPLA custos políticos crescentes e mesmo incómodos diplomáticos que colocaram o regime, na época, perante a necessidade de extinguir a DISA, em primeiro lugar e libertar os presos políticos, em segundo lugar.

O dia ansiado chegou algures em Setembro de 1978: os elementos da RA foram instruídos para reunirem os seus objectos pessoais. Na posse da guia de soltura, um a um foram saindo da cadeia, deixando para trás quase três anos em que foram despojados da sua liberdade.

Para mim e o Engenheiro Fernando Paiva, não foi tarefa fácil fazer o check-out do Hotel de São

Paulo, vulgo cadeia de S. Paulo. Pura e simplesmente, os hospedeiros não nos libertaram com os outros companheiros. Para eles ainda havia alguma conta para acertar. Fomos mantidos em cativeiro por mais três meses. Não me lembro da conta atribuída ao Paiva em situação de irregularidade para o manterem em prisão.

No que me dizia respeito, a conta por ajustar baseou-se num “Abaixo assinado” dirigido às autoridades angolanas por ex-colegas estudantes, meus contemporâneos na Universidade em Lisboa. No abaixo assinado faziam alusão à minha condição de dirigente associativo e ao engajamento no movimento estudantil contra o fascismo e o colonialismo e apelavam à minha libertação. Esta peça serviu para a polícia levantar a questão de apurar o significado de um angolano ter estado filiado numa organização portuguesa e subsequentemente integrado o MPLA. Este facto teria constituído ou não um acto de infiltração do inimigo?

Fazia total tábua rasa da realidade de que, no âmbito do movimento associativo estudantil, a causa contra o sistema colonial-fascista era uma causa comum e, naturalmente, reunia estudantes independentemente da sua condição nacional como portugueses ou como originários das colónias.

Este percalço obrigou a Amélia a manter-se em estado de prontidão e de luta, desdobrando-se em novas diligências, uma delas junto do Ministério da Justiça. Conseguiu uma entrevista com o Dr. Diógenes Boavida, então Ministro da Justiça, a quem expôs a minha situação e do Paiva. O Sr. Ministro revelou que não tinha competências no âmbito da segurança do Estado mas comprometeu-se a procurar informação.

Na sequência da diligência, mais ou menos uma semana depois, algures em Novembro, finalmente, fomos postos em liberdade.

Os hospedeiros só aceitaram fazer o *check-out* mediante uma dieta obrigatória fora do Hotel que incluía perda dos direitos políticos durante cinco anos, local de trabalho fora do local habitual de residência (desterro) e impedimento de sair do país.

As reflexões suscitadas pela Reclusão

A minha experiência de reclusão e os acontecimentos que ocorreram nos primeiros anos de existência do jovem país independente e que denotavam já um padrão de comportamento autocrático que iria perdurar por décadas, suscitam-me algumas reflexões.

Angola mostrava como que uma preferência pela pedagogia da aprendizagem à custa dos próprios erros. Parecia ignorar ou dispensar as lições que podem ser extraídas de exemplos que a história registou, alguns deles esculpidos em sangue, suor e lágrimas.

Durante a luta pela independência quando deambulámos por alguns dos países africanos que nos acolheram, constatámos neles práticas que se nos afiguravam incorrectas, algumas delas, autênticas aberrações. Tínhamos a ilusão de que o nosso país, uma vez independente, jamais adoptaria tais práticas.

Falando por mim, acreditava ingenuamente que, uma vez independente, diferentemente de outros países onde se sucediam golpes de Estado, o nosso país não recorreria à violência como forma de resolver contradições e disputas políticas.

Viajando até aos dias actuais e olhando para trás perguntamos o que é que aconteceu na realidade?

Aconteceu que protagonizámos uma das mais longas, violentas e destruidoras guerras civis e uma das mais sangrentas repressões de tentativas de “golpe de Estado”.

Tínhamos o bonito slogan de que “o mais importante é resolver os problemas do povo”, mas uma vez mais sem aprender com a história, protagonizamos um dos processos de acumulação de riqueza caracterizados por elevada falta de sensibilidade para com as necessidades prementes das populações desfavorecidas.

Instalou-se entre nós igualmente uma outra prática, já desacreditada noutras latitudes do mundo: a prática do encarceramento de cidadãos por “delito de opinião”. Este erro é responsável por colar aos regimes o rótulo de autoritarismo, tornando-os impopulares quer no seio da sua própria sociedade civil e opinião pública quer nos círculos internacionais além de dar protagonismo e visibilidade aos movimentos contestatários.

O exercício do culto da personalidade ou, se preferirmos, culto do chefe, ao divinizar o líder, outro erro praticado entre nós, sustentou um Estado policial controlador de toda a vida pública e privada e confinou a nossa sociedade a um ambiente de “adoração e medo”. As consequências dessa estratégia política são a paralisia das instituições e a inibição do cidadão, tornado autómato.

Debatemo-nos com um outro pecado que consiste na dificuldade de trabalhar em equipa, desperdiçando-se assim a fonte mais impulsionadora de sinergias em termos de pensamento dinâmico e de esforços conjugados para o bem comum.

O desfecho destas práticas mostrou à saciedade que a história quando se repete é trágica!

Nesse contexto desmotivador e depois dos sérios golpes sofridos, vimos a Amélia reerguer-se e abraçar a vida com entusiasmo, continuando a irradiar a energia e alegria que a caracterizavam.

Deu-me uma eloquente lição de apego à vida. Reergueu-se, doando-se (expressão feliz da Maria do Céu) desinteressadamente à família, ao País, à África e ao mundo com o seu saber e generosa disponibilidade.

Com distinção, implantou novos marcos no seu percurso como cidadã, académica e cientista

através dos seus desempenhos sucessivos nos cargos de Directora do Instituto das Línguas Nacionais, docente universitária, organizadora de mestrados, Directora Executiva do IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa) em representação de Angola, Decana da Faculdade de Letras e participante em inúmeros fóruns nacionais e internacionais dedicados ao conhecimento.

Anseio pelo dia em que as minhas lembranças dela, em vez de dor suscitarem em mim um sentimento de felicidade por “reviver” momentos de partilha da vida com uma pessoa absolutamente encantadora.

Quem estivesse no seu raio de acção, não conseguia ignorá-la.

A propósito, quando tivesse que ir a uma reunião ou outra qualquer actividade em que se adivinhava algum confronto de ideias, amigos e familiares próximos, dizíamos entre nós: “vão sentir a Amélia!”

Vou recordar com eterna saudade a sua postura senhoril, o sorriso versátil ora discreto ora expressivo ao sabor das circunstâncias, a gargalhada espontânea e sonora com que reagia às situações hilariantes, o romantismo da nossa relação amorosa, a firmeza na defesa das suas convicções, a coreografia dos seus bailados, a voz melodiosa de fazer inveja aos profissionais do canto. Estas são algumas das imagens da Amélia nos momentos bons.

Mas ela era tão ela nesses momentos como também o era nos momentos maus, momentos em que se zangava e se indignava. Nos momentos maus, Amélia escrevia-se com as seguintes palavras: frontalidade, dureza no olhar e na expressão, às vezes, a voz subia na escala dos decibéis, combatividade, coragem, prontidão, determinação, solidariedade. O maior castigo que aplicava a quem traisse a sua confiança era o desprezo e o corte de relações. E era extremamente severa, dificilmente, o vilão retomaria uma relação normal com ela. Sendo colegas, como não misturava trabalho e problemas pessoais, a relação ficava estritamente limitada ao trabalho. Fora do trabalho, o vilão seria totalmente ignorado. Era um castigo pesadíssimo que incomodava a tal ponto que algumas das vítimas, muito poucas, diga-se de passagem, me procuravam para interceder junto dela.

III - VISITA AO KASEMA*

A Amélia e eu não compartilhamos o espaço e o tempo da nossa infância e da nossa adolescência porque só nos conhecemos mais tarde.

Quando os nossos caminhos se cruzaram, nos aproximaram e nos juntaram, a permuta de memórias da meninice e da adolescência foi fluindo entre nós e revelando mutuamente aspectos da matriz familiar e cultural em que se formatou a maneira de cada um de nós pensar e estar na vida.

A minha infância decorreu numa localidade denominada Kasema onde nasci. O Kasema é uma aldeia implantada na profundidade da Província do Huambo e, à época, constituída por habitações rústicas (o quimbo) e duas lojas comerciais, uma delas da minha família.

O Kasema foi e é bafejado pela natureza com cursos de água e uma geografia irregular que lhe conferem um encanto deslumbrante.

Durante anos enchi os ouvidos da Amélia com descrições das características físicas do Kasema e com relatos de muitos episódios da minha infância: a vida familiar marcada por um privilegiado regime de bem-estar e de abundância, a vivência diária com animais de criação doméstica - suínos, aves, caprinos, bovinos e cães; as correrias no meio das plantações de milho, trigo e de pomares; as aventuras perigosas junto do moinho de água; os picnics familiares junto de cursos de água com pedras a servir de mesas e bancos.

Guardei sempre no fundo do peito o desejo de, na primeira oportunidade, levar a Amélia a conhecer o meu berço natal.

Durante o período da guerra civil, com a maioria das regiões do país praticamente transformada em teatro de conflitos armados, localidades como o Kasema caíram num isolamento total e não escaparam ao severo castigo da destruição do seu tecido social, económico e administrativo. Em particular, degradaram-se ou mesmo perderam-se os acessos rodoviários.

Depois de alcançada a paz, enquanto estava por efectuar a restauração geral do país, persistiram as fortes reservas em relação a possibilidade de acesso ao Kasema. Impunha-se, por isso, auscultar pessoas que o visitassem para obter informações sobre as vias de acesso existentes e o respectivo estado de conservação, na perspectiva de se chegar até lá por estrada, nem que fosse numa viatura todo-o-terreno.

Um trabalhador que mantinha contacto com pessoas que se movimentavam regulamente entre o Kasema e o Ukuma deu-nos a informação de que havia caminho para ir de carro ao Kasema e, acto contínuo, tomou-se a decisão de se preparar uma visita.

Quando chegou o dia, sentia-se com facilidade a excitação da Amélia perante a oportunidade de conhecer, finalmente, o lugar onde eu tinha nascido e decorrer a minha infância.

O Kasema dista entre 15 a 20 Kms do Ukuma que, por seu turno, dista cerca de 100 kms da cidade do Huambo.

A ideia era partir cedo da cidade do Huambo, o mais tardar 9:00 - 9:30 Horas, mas, como sempre, saímos atrasados, porque a matriarca da família - a minha saudosa mãe de seu nome Gina Carmelino fazia questão de preparar um rico farnel (fresco e não de véspera) que mais tarde seria necessário para sossegar o estômago dos viajantes.

Como passageiros, figuravam, além de eu próprio, a matriarca Gina, a Amélia e a nossa filha

Perpétua que se fazia acompanhar do Bob, o seu inseparável cão. No caminho para o Kasema, fizemos escala no Ukuma para recolher o trabalhador que seria o nosso guia.

Como se veio a revelar, a viagem foi marcante, não só pelo grande significado de que se revestia mas também pelas peripécias ocorridas.

Começando pelo acesso, em vez de estrada que, em absoluto, não existia, deparámos com dois trilhos feitos por veículos de duas rodas (motorizadas e bicicletas), pois a circulação desses veículos fazia-se nos dois sentidos e isso induziu, no trabalhador-guia, a ideia de que havia uma “estrada” apta para a circulação de automóveis. A suposta estrada mais parece uma picada, cheia de pedras e muita poeira, muito estreita e ladeada por ramagens que ameaçavam riscar a pintura da viatura. Além desta ameaça, havia também o receio dos buracos nas bermas e entre os trilhos. Por momentos, surgiu a dúvida sobre a viabilidade da visita mas não nos detivemos muito tempo a ponderar sobre o assunto.

Com efeito, a Amélia não comunicava apenas por palavras. As expressões do olhar e do rosto dispensavam quaisquer palavras. Falta-me o estilo literário para retratar fielmente esta faceta dela mas bastava olhar para a sua expressão para perceber que ficaria profundamente desiludida se desistíssemos de visitar o afamado Kasema sem antes tentar tudo por tudo.

Felizmente, a nossa persistência foi premiada uma vez que o péssimo estado da picada não nos impediu de chegar ao destino.

A aldeia está implantada num vale rodeado por montanhas. Assim, a aproximação foi feita a partir dum ponto mais elevado, descendo em direcção à ponte que dá acesso ao perímetro habitado. Antes de chegarmos à ponte, a Amélia desceu do carro numa demonstração de ansiedade por pisar o solo sagrado da terra natal da sua cara-metade. Desse mesmo ponto, alcançava-se um horizonte que permitiu constatar, de imediato, a ausência dos famosos campos de cereais e de pomares de outrora que povoavam os relatos que fizera à Amélia.

O efeito corrosivo da guerra fratricida e do profundo isolamento da localidade tinha transformado drasticamente a paisagem local.

Uma vez nos domínios do Kasema, fomos abordados por dois populares que assumiram o papel de cicerones.

Aceite o acolhimento, fomos conduzidos, na visita exploratória, pelos inesperados cicerones.

No tour pelo Kasema, pudemos registar na margem do rio a imponência de muitas pedras de diversas dimensões, que constituem uma nota característica da paisagem envolvente.

A Amélia e a Perpétua constituíam o grupo estrepante de exploradores e iniciaram, sem perda de tempo, uma deambulação à descoberta do Kasema.

Das habitações “coloniais” não restava pedra sobre pedra. No perímetro antigamente ocupado pela moradia da família, a loja e o armazém, encontrámos, como únicos vestígios da outrora majestosa construção, apenas um degrau duma pequena escadaria e os “marcos” administrativos que demarcavam a propriedade.

A visita exploratória incluiu um encontro não programado com o soba.

A visita não foi bem acolhida por uma parte dos populares com manifestações de que os “rostos pálidos” não eram bem-vindos. Todavia, este sentimento não era unânime já que alguns habitantes conheciam a história da família Carmelino e guardavam as melhores recordações da sua vivência no Kasema.

Mas apesar de remoto, o Kasema não escapou à globalização, pois deparámos com um campo de futebol e antenas parabólicas.

Pelo facto do acesso se ter tornado impraticável, não foi possível visitar o moinho de água, antigamente uma das principais atracções.

Saciada a curiosidade, compreendemos que tinha soado a hora do regresso mas não sem antes observarmos com mais detalhe a margem do rio. Assim, já de volta, saímos da picada para estacionar junto do rio perto das imponentes pedras aí perfiladas. Mas nesse desvio um pau escondido debaixo de folhas rasgou um dos pneus, episódio que conferiu à viagem um travo de aventura. Com efeito, por inexperiência, não sabíamos desmontar um pneu calcinado, situação que exigiria não uma, mas duas operações de socorro!

Enquanto se aguardava pelo socorro, a ideia foi a de atacar a merenda, pois, já iam sendo horas de aliviar os estômagos famintos. Tratava-se de uma oportunidade para recriar o exercício dos velhos picnics, procurando em redor as pedras apropriadas para improvisar a mesa e os bancos.

Porém, antes que pudessemos concluir a logística da merenda, a mesa improvisada para o picnic foi sendo ocupada pelos curiosos da banda. E afinal foi em pé que se merendou.

Enquanto decorria a merenda, surgiram uns técnicos alegadamente com larga experiência de soluções de improviso. Arregaçaram as mangas para colar o pneu já que o mesmo teimava em não sair e, em consequência, inviabilizava o recurso ao pneu de socorro.

A operação de colagem do pneu consumiu muitas horas e muitos tubos de cola Araldite e, como se verificou mais tarde, sem resultado satisfatório.

O tempo escoava-se e anunciava-se o fim do dia ou, se preferirem, o despertar da noite. Para os protagonistas desta aventura, a mesma só terminaria às 3 da manhã, depois da chegada de 2 sobrinhos em segunda missão de socorro.

V - VAIVÉM ENTRE LUANDA E HUAMBO

A Amélia era natural de Luanda, ao passo que eu sou natural do Huambo. Nascemos e crescemos ambos em Angola mas conhecemo-nos fora de Angola, quando estudantes em Lisboa.

Depois do nosso envolvimento na luta de libertação nacional, no regresso após o 25 de Abril, fixámo-nos em Luanda. A guerra civil que se abateu sobre o país eliminou em ambos o desejo natural de introduzir o Huambo como uma das variáveis da nossa equação de percursos na geografia doméstica do país.

A realidade das dinâmicas sociais e políticas viria a corrigir, felizmente, esse cenário.

Com efeito, em 2002, finalmente, a guerra ficou para trás, o sistema político “democratizou-se” abrindo-se também à Unita - o outro actor beligerante - e começou a fluir a circulação de pessoas e bens por todo o país.

Na esteira desta distensão nacional, entramos num processo de reaproximação à Província do Huambo e à família aí residente, repetindo as visitas.

Quando me reformei, fui protagonizando uma sucessão regular de vaivéns entre Luanda e Huambo, na maioria das vezes sozinho, uma vez que a Amélia continuava atarefada com a docência e a vida académica.

Por ocasião de um aniversário, mais concretamente da minha saudosa mãe Gina Carmelino a 15 de Junho de 2014, deslocámo-nos ao Huambo em datas diferentes, ficando ela de se juntar a mim uns dias mais tarde, já na véspera da dita comemoração.

No dia em que ela devia viajar, apercebi-me da falta de um dos meus medicamentos e que o mesmo não existia nas farmácias locais do Huambo e, por isso, alertei-a para tal na esperança de que tivesse a possibilidade de o arranjar. Infelizmente, ao receberem o SOS, já estavam na estrada mas, para evitar um regresso à Luanda, foram tentando adquirir o medicamento nas farmácias que encontraram pelo caminho. Infelizmente, tal como as farmácias da cidade do Huambo, também essas não tinham o tal medicamento o que só se tornou evidente quando já tinham passado a Kibala, ou seja, já tinham feito mais de metade do percurso de cerca de 600 quilómetros entre Luanda e Huambo.

À época, por falta de manutenção regular, a estrada voltara a degradar-se o que tornava as viagens forçosamente mais lentas e altamente desconfortáveis, mesmo com um bom veículo do tipo SUV.

Perante o meu alerta e já com algumas horas de viagem percorridas, o que fazer para resolver o problema do medicamento?

A Amélia, na altura Decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, a nossa neta Zila e o Sr. Manuel, o motorista, eram os únicos ocupantes da viatura. Já se debatiam interiormente com o desgaste provocado por algumas horas de viagem numa estrada em verdadeiro mau estado mas apesar disso, os acompanhantes foram surpreendidos pela decisão tomada pela Amélia: vamos regressar a Luanda para arranjar o medicamento.

O Sr. Manuel terá pensado com os seus botões:

- Como?! Já fizemos mais de metade do caminho, a estrada está má, a Professora, apesar de irradiar saúde e energia já não é jovem, o regresso à Luanda vai implicar, naturalmente, retomar a viagem no dia seguinte.

Como estava enganado!

A decisão foi categórica, sem um único segundo de hesitação: “Sim, voltamos a Luanda e depois de arranjarmos o medicamento, retomámos a viagem de imediato”. A retoma imediata da viagem significava circular já pela noite dentro e em piso altamente degradado, com riscos acrescidos de segurança.

No destino, consumia-me de nervos à espera que chegassem finalmente ao Huambo o que só viria a acontecer às primeiras horas da madrugada do dia seguinte.

Este episódio é revelador da fibra da Amélia, verdadeiramente, de uma rocha maciça!

O mesmo episódio põe também a nu a realidade de que as viagens não a intimidavam, fosse em missão de serviço ou por razões particulares. Pelo contrário, adorava viajar, no interior e para o exterior do país. Dentro do país, viajava para conhecer melhor Angola, o mais possível, de Cabinda ao Cunene e do Atlântico às chanas do leste.

Não cabe aqui desenvolver o tipo de olhar que lançava sobre os lugares que visitava. Importa apenas registar que olhava para as diferentes regiões do país quer com o olhar do turista que busca as belezas naturais e as especificidades culturais de cada lugar, quer com o olhar da cientista dedicada à sua investigação específica, a linguística.

Para destinos internacionais, mostrou igualmente uma total disponibilidade para viajar. Acumulou muitas milhas aéreas a atravessar continentes. Os dedos das duas mãos não chegam para contar o número de países que conheceu: na Europa, Portugal, Espanha, França, Holanda, Itália, Suíça, Alemanha, Bulgária, Bélgica, Rússia e Reino Unido; na Ásia, esteve na China, na Índia, no Vietname, na Tailândia, em Singapura, em Hong-Kong, no Dubai, em Macau e em Timor-Leste. Na América, esteve nos EUA, no Brasil, na Argentina, no Paraguai.

Na sua qualidade de angolana e africana, os seus destinos preferidos nos últimos anos situavam-se em África. Neste caso, aos dedos das mãos é preciso adicionar os dos pés para se contabilizar o número de países que visitou: os dois Congos, o de Kinshasa e o de Brazzaville, a Zâmbia, a Tanzânia, o Zimbabué, o Malawi, a Maurícia, o Uganda, a Argélia, a Nigéria, o Senegal, a Etiópia,

Cabo-Verde, a Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé, a África do Sul, a Namíbia.
Diria que tinha o invejável vício de viajar.

VI - COLECCIONADORA FAZ-DE-CONTA

Esta evocação foi motivada pela minha neta Zila que tem sido uma leitora atenta e entusiasta do que tenho escrito sobre a avó que ela amava intensamente. Um destes dias, lançou-me o desafio: - “Então, Bijú não escreves nada sobre as colecções da Mameia? Anda lá, fala disso”.

É um facto que a Amélia sentia uma forte atracção por fazer colecções. Do que me lembro, no seu currículo figuram colecções de selos, moedas e notas, pedras, conchas, objectos de artesanato em miniatura e sementes. Eu comungava de algumas dessas colecções, diga-se em abono da verdade, muito poucas, em particular, a do artesanato em miniatura. Iguamente em abono da verdade, é necessário dizer que o seu comportamento como colecionadora não era credor de grandes encómios uma vez que não o fazia de uma maneira organizada e sistemática. Por outro lado, apesar de ser o responsável pelo mínimo de organização existente numa ou duas colecções – pois não eram propriamente a minha praia – eu, pecador me confesso, não lhe dispensava todo o apoio necessário. Daí que o acesso ao acervo das suas colecções seja um exercício de verdadeiro garimpo, requerendo eventualmente recurso a técnicas próprias de escavações arqueológicas. Com efeito, vestígios das colecções podem ser detectados de forma dispersa aqui e ali.

As viagens constituíam a principal fonte de alimentação das colecções. O incómodo dos volumes extra que levava para a cabine dos aviões não a inibia minimamente perante a imperiosa necessidade de transportar os tesouros que zelosamente reunia durante as muitas viagens que fazia.

O exercício de coleccionar é inegavelmente exigente e acredito que, para se tornar sustentável, requiera paixão pelo métier. Com efeito, tomando, como exemplo a colecção de pedras, revejo a nossa colecionadora, em entrega abnegada, a percorrer praias, a explorar margens de rios e a escalar montanhas, na procura minuciosa de pedras com uma configuração especial que as tornassem dignas de integrar a colecção. Para tal, não lhe faltava sensibilidade nem paciência, ferramentas imprescindíveis para o fim em vista.

Saltando para outro tipo de colecções, referir o grande número de carteiras que acumulava. A Amélia era uma pessoa simples, mas de uma simplicidade requintada, e as carteiras representavam um detalhe a aprimorar na escolha da indumentária para as ocasiões especiais. Impulsivamente ia coleccionando carteiras, com o acervo a ser reforçado, por um colega e discípulo que, conforme muito bem me lembrou a Perpétua, no regresso de cada viagem, lhe trazia ainda mais carteiras!

Algumas delas escondiam tesouros das suas viagens. Por exemplo, quando hospedada num hotel, se deparava com uma fruta exótica do seu agrado, não hesitava em recolher as respectivas sementes para trazer consigo, embrulhadas num guardanapo de papel. No entanto, no regresso, algumas vezes, esquecia-se de as retirar da carteira antes de a guardar até uma próxima utilização que poderia ocorrer após um tempozinho considerável. Assim, em tom de brincadeira, quase poderemos dizer que os “perdidos e achados” se tornavam o destino de algumas sementes esquecidas em carteiras!

Finalmente, a colecção que talvez tenha sido a primeira na escala das suas preferências: a colecção de pérolas. Era totalmente perdida por anéis, brincos e colares de pérolas que terão sido as únicas jóias que fazia questão de adquirir e que usava para completar os trajes com que se apresentava em eventos sociais. Dos brincos, em particular, não abdicava. Não gostava de olhar para o espelho e ver as orelhas despidas, daí ter atribuído aos brincos a condição de acessório imprescindível mesmo na vida diária.

Era criteriosa na escolha das pérolas. Aprendera a distinguir as pérolas verdadeiras das falsas com umas senhoras portuguesas, com quem nos havíamos cruzado numa visita ao Vietname e que se dedicavam ao negócio, ou talvez, melhor dizendo, à candonga de pérolas.

Depois de uma conversa com a minha filhota Arlete, percebi que, em boa verdade, afinal não tinha esgotado o desfiar das colecções da Amélia. Com efeito, sem se tratar propriamente de mais uma colecção, ela lembrou-me o gosto que a Amélia possuía de adquirir perfumes o que constituía o símbolo de um narizinho apuradíssimo para detectar fragrâncias e odores.

A abordagem que a Amélia fazia dos perfumes revestia-se de um toque quase profissional. Não era uma simples abordagem mas, pelo contrário, uma abordagem altamente elaborada, que tinha em linha de conta o princípio de que o sucesso de um perfume residia menos na sua marca do que na harmonização da essência com a pele de cada pessoa. Recordo as provas que fazia aos perfumes, testando-os no ar e, em seguida, sobre a pele, sabendo que o efeito em cada pessoa dependia precisamente da combinação com a pele. É assim que vi muitos perfumes de “marca Top” serem por ela rejeitados em consequência da sentença pós-teste: “não joga com a minha pele”.

Além do uso pessoal, os perfumes figuravam igualmente no conjunto das ofertas com que brindava os felizes contemplados fosse em eventos como aniversários ou como gentileza no regresso das suas viagens.

No que toca às fragrâncias, o ambiente de casa era também alvo da sua atenção através de sprays de ambiente ou de pivetes de incenso estrategicamente distribuídos pelos cantos.

O narizinho da Amélia era também muito competente no campo oposto – o dos maus cheiros – que farejava com extrema acuidade e que, por vezes, desencadeavam nela reacções sui generis,

particularmente de absoluta aversão, por exemplo, ao mau hálito e ao odor corporal por falta de higiene.

Jota Carmelino

———
* Kasema (escrito de acordo com o alfabeto bantu) lê-se “Cassema”.

CARTA PARA O AMOR DA MINHA VIDA

Estou a escrever esta carta para te dizer quão sou feliz ao teu lado até o papai do céu te chamar para junto dele.

Sou sortuda por me teres escolhido para ser tua filha, tenho muitas lembranças boas do que partilhámos juntas, começando no momento em que te vi pela primeira vez diante de mim com aquele teu sorriso único de luz. Sabias quem eu era, a conexão foi boa, mas fiquei admirada e muito emocionada pelo facto de finalmente ter conhecido a famosa tia Amélia dotada de infinitas qualidades que vim a confirmar ao longo da nossa vivência até à tua partida para o céu.

A primeira lembrança é a de quando a Cecília me levou ao aeroporto sem saber o que me aguardava, isto é, viajar e passar a viver contigo e no aeroporto, tal como o constatei posteriormente, recebeste-me com um abraço bem apertado, o que adoravas fazer principalmente quando saías ou regressavas de viagem. Fui acolhida no teu lar como tua filha assumindo abnegadamente a responsabilidade de me criares e ensinares os valores da vida em conjunto com o papy que contigo repartiu essa responsabilidade.

Ao chegar a Luanda fui igualmente bem recebida pelo papy e pela avó Gina. Foi uma noite de surpresas e de ansiedade. Lembro-me dos primeiros dias que foram engraçados porque conservava hábitos ganhos no tipo de vida existente na aldeia onde vivi, antes de me mudar para a cidade de Cabinda. Então, não tínhamos as condições que encontrei em Luanda. Dei trabalho, por exemplo, quando fosse a casa de banho a mamy tinha a preocupação de me seguir para saber se me sentava na sanita ou se fazia xixi de pé. Era mesmo engraçado, abrias a porta e dizias “senta-te, menina”. Foi uma verdadeira luta até eu entender que a posição correcta na sanita era sentada.

Depois de me matricular e ter iniciado as aulas no colégio, recordo-me do meu primeiro carnaval. Com a ajuda da Tia Júlia, fizeste a minha primeira indumentária para o carnaval no colégio que ficou perfeita e me deixou muito feliz. Lembras-te, mamy, que estava super-feliz com a tua presença? Lembras-te, mamy, dos momentos que tivemos na hora do estudo, momentos que adorava porque apesar de estares sempre muito ocupada, não deixavas de reservar algum tempo para mim.

Sabes, mamy, ao longo do tempo fui notando que tenho assimilado alguns tiques teus o que no princípio me assustava, mas hoje me faz feliz e te dá razão quando dizias “tal mãe, tal filha”. Estas afinidades fazem-me sentir ainda mais ligada a ti.

Lembras-te da nossa temporada em Cabo-Verde? Bem, foi uma aventura para as duas, sozinhas sem conhecer ninguém, revelaste a tua coragem perante qualquer situação o que me impressionou bastante, a tua dedicação em tudo o que fazes e, como tua filha, me enche de orgulho. Acompanhar-te nessa aventura foi uma das melhores experiências que já tive contigo. Lembro-me também dos nossos lanches da tarde, sabias que adoro pizza e bolas de Berlim. Ainda morávamos no plateau e havia perto do IILP uma pastelaria que vendia de tudo um pouco e tu, antes de ires ter comigo ias comprar tudo o que eu gostava e sentadas à frente da televisão, comíamos e víamos tv, só as duas em conversa para passar o tempo e desfrutar da companhia mútua, sabes, esses momentos foram tudo para mim porque éramos apenas eu e tu e mais ninguém. Fizemos umas viagens à Ilha do Fogo com o papy mas a melhor foi a viagem à ilha de São Vicente, onde dormi contigo no mesmo quarto e na mesma cama, mamy, foi um momento de suprema felicidade. É incrível verificar que tanto eu como tu tínhamos sempre muito que falar. Adorava as nossas conversas, lembro-me de uma madrugada em que decidi dormir contigo no teu quarto e acordaste com muitas ideias para implementar no IILP e que querias escrever. Acordaste-me para conversarmos a propósito. Apesar da idade que tinha aceitavas-me como tua confidente o que me fazia sentir útil e ao mesmo tempo mais próximas e unidas numa estreita cumplicidade. Cabo Verde foi um período de aprendizagem em tudo e principalmente de reforço do vínculo afectivo entre nós, tendo eu passado a amar-te ainda mais.

No regresso a Luanda, a família reuniu-se novamente, entrei para a faculdade iniciando uma das melhores fases da minha vida. A mamy começou a trabalhar como decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. Tenho muito orgulho de ti como mãe, como professora, como decana, tenho orgulho em tudo o que fizeste na tua jornada aqui na terra, mamusca.

Tenho lembranças tuas intermináveis, umas surgem em horas de tristeza em que faz-me bem lembrar-me, por exemplo, da nossa dança nos finais de semana: punha música no meu quarto, abria a porta e ia para a sala onde te encontravas, em seguida, começávamos a dançar, era o nosso momento. A dança acontecia com frequência porque o papy também costumava pôr música que evoluía para um pé de dança do casal ao qual me juntava num abraço que unia o meu trio adorado num momento único.

Tivemos bons momentos, amei-te até aos teus últimos dias, nem imaginas a falta que me fazes, questiono-me às vezes se te demonstrei o meu amor suficientemente, se fui boa filha, se terias orgulho naquilo que me tornei. Sinto muito a tua falta, mamy, sinto saudades das nossas danças, sinto saudades de gritar o teu nome quando chego a casa “mamy cheguei” e tu reagias “já sei, não tem como não saber com essa gritaria”. Foste para o céu e por quem vou gritar mais, diz-me? Assim calei-me de vez. Também sinto falta da tarefa de te aplicar creme nas pernas antes de ires trabalhar, sinto saudades de te dar um beijo quando chegasses do serviço, de ver o teu sorriso de luz, da paz que sentia quando te via.

Sinto tua falta, mamy, de ir à faculdade só para te dar boleia, de conversar no caminho para casa, coisas únicas para nós.

Saudades das viagens em família; o papy a conduzir, a pôr música e cantarmos até chegar ao Huambo, todos os anos era assim. Meus momentos que irei guardar para sempre com todo o amor.

Mamy, decidi escrever essa carta para saberes que sinto muito a tua falta, meus dias já não são os mesmos, tenho medo do amanhã, queria que ficasses aqui comigo para sempre, minha estrela brilhante. Mas sei que estás bem e a cuidar de nós e, como te prometi, vou continuar a cuidar de nós, papy e eu, amo-te muito, da tua macaca para a mamusca.

Maria Perpétua Nunvo

VOLTOU PARA AS ESTRELAS, A MINHA ALMA GÉMEA

Em África, em determinados meios culturais, quando um(a) gémeo(a) parte, considera-se que apenas “se afastou”. Não partiu. As cerimónias fúnebres são mínimas, e o(a) gémeo(a) sobrevivente é vedado de participar. Poupa-se-lhe o trauma de ver parte de si a ser enterrada. Tal é o reconhecimento dessas sociedades do vínculo indestrutível entre gémeos.

Eu quis ser parte, no detalhe, dos preparativos das cerimónias da minha irmã gémea. Moviada por uma profunda necessidade de me convencer que de facto a alma da Amélia se tinha libertado do seu corpo. Mal sabia eu da profundíssima violência que estava a infringir à minha alma sobrevivente. Vivo, até aqui, num dilema de saber, porque vi, que a minha alma gémea voltou para as estrelas e a teimosa relutância em aceitar essa realidade. Por isso, as minhas reflexões sobre o significado da presença da Amélia na minha vida, ainda estão por vir.

Por ora, só posso dizer quão orgulhosa sempre fui de a ver escolher e singrar na carreira académica. Escolheu uma especialidade de linguística não explorada em Angola. Tornou-se pioneira, trilhou caminhos inéditos. E cedo se afirmou no espaço da CPLP, da África inteira e do mundo. Plantou sementes raras nas mentes férteis dos jovens estudantes. Moldou uma nova classe de académicos. Desafiou pesquisadores linguistas de renome e gabarito internacional. Publicou inúmeros trabalhos científicos da sua especialidade.

Afirmou a identidade cultural de Angola através da valorização do Kimbundu. Enriqueceu o conhecimento sobre as línguas bantu. Apresentou a sua profícua obra científica com mestria, rigor e qualidade inquestionáveis. Imortalizou-se.

Partiu. Voltou para as estrelas, a minha alma gémea. Vejo-a com o seu olhar maroto. Ouço a sua belíssima voz a cantar ao lado do nosso mano mais velho, o Ruy.

Para mim, a Amélia apenas “afastou-se”. As nossas almas continuam entrelaçadas no nosso elo selado nas estrelas.

Graça Machel

“VA BWALA FWÁ MWANA ILEZE”

“**E**m casa, antes a morte de uma criança que um adulto”. Provérbio em língua IWOYO segundo o qual, apesar da consternação como é óbvio, porém, passado pouco tempo a família reencontra-se e consegue dar a volta à situação, ao passo que a morte de um adulto deixa a família numa situação de profunda desolação e fragilidade e, quiçá, mesmo de desestruturação, nalguns casos.

A propósito da singela homenagem que se presta à Professora Amélia Mingas, entendi rabiscar o presente texto como meu testemunho sobre aquilo que foi a Professora, bem como dos momentos que com ela partilhei relativos aos variadíssimos temas da nossa cultura, embora, reconhecessemos o quão árduo fosse para concretizá-los não apenas pelo factor tempo, como outras implicações subjacentes, pois foi seu desejo, nota-se, dedicar uma atenção especial às questões relativas às línguas nacionais e a outras não menos importantes.

A Professora Amélia foi para mim uma amiga muito distinta cuja dimensão ultrapassa fronteiras, uma personalidade que esteve ligada ao mundo das artes, da cultura e das letras. Por isso, falar dela e com todas as minhas limitações, é um exercício bastante ingente, pois se trata de uma figura transversalmente incontornável e emblemática, de uma bagagem intelectual de contemporaneidade sem igual e, de idiossincrasia inigualável.

Oriunda de uma família humilde, que granjeou por mérito próprio uma notabilidade imensurável e respeitabilidade sublime, sendo a Professora Amélia uma pessoa de trato fácil, simpática, descomplexada, amiga dos seus amigos, sempre disponível para atender as várias solicitações que lhe eram formuladas quer pelos seus discentes, quer por pessoas singulares e não só, relegando, por conseguinte para segundo plano os seus momentos de privacidade e lazer. O digo com conhecimento de causa, pois não foram poucas as vezes que vivenciei tal facto, algumas comigo próprio, quer fosse Sábado, quer fosse Domingo, e não me lembro de algum dia me ter virado as costas, tão pouco o seu amável esposo, que simpaticamente nos deixava trabalhar sem constrangimentos.

Conheci perfeitamente os seus familiares paternos, naturais da povoação do Kayu Litoral, moradores na Zona de “Nsamu Builu”, que quer dizer, assuntos tratados de noite, coincidentemente donde o signatário é também natural e está enterrado o seu cordão umbilical. Para além de que é nessa povoação que igualmente se localiza o cemitério de Mbundu, existindo uma área reservada apenas para a família Mingas, nele repousando os restos mortais do seu avô, antigo regedor dos anos idos, que em vida era bastante venerado se diga, bem como do pai, o malogrado André Rodrigues Mingas, respectivamente.

Embora nunca antes houvesse com ela uma relação estreita e que fluisse com a regularidade desejável, porém, conhecia perfeitamente a Professora Amélia Mingas como figura pública e não só, mas porque também sempre que fosse a Cabinda e à povoação do Kayu para visitar os familiares nos víamos quando fosse possível, dependendo da agenda e, saudavamo-nos. Prova disso é que nos anos setenta e nove ou oitenta, salve a memória, ela esteve empenhada no trabalho de pesquisa e investigação sobre a língua IWOYO, umas das variantes faladas em Cabinda, que se destinava à tese do seu doutoramento em França pelo que, necessitou de um falante da língua que lhe auxiliasse na tradução de vários temas para o português.

Por essa razão, um parente em comum tratado carinhosamente por “Boló” contactou-me e apresentou-me à Professora para fazê-lo, o que aceitei com muito gosto prestar-lhe o referido auxílio, pois, eu, felizmente, falo fluentemente e entendo o IWOYO. Por conseguinte e a propósito, nos anos setenta e seis a oitenta, fui realizador e apresentador de um programa radiofónico nessa língua na emissora provincial de Cabinda enquanto lá vivi. Permitam-me dizer que, durante a apresentação à Professora, a ocasião foi aproveitada para lhe explicar, que a Senhora que viria a ser minha avó paterna, cresceu e e foi criada praticamente em casa do seu avô paterno e, a partir dessa altura, passámos a tratarmo-nos por primos.

Na abordagem do nosso trabalho de tradução, houve momentos em que me sentia tímido ao pronunciar determinadas expressões pouco usuais em linguagem corrente, algumas delas provocavam um sorriso contido, porém, ela, fazia questão, por isso, eu, fazia a devida tradução.

Não obstante ela viver na cidade de Luanda, mas sempre que eu me deslocasse à capital em serviço, sobretudo depois da minha nomeação para o cargo de Delegado da Cultura em Cabinda, nos encontros nacionais em que participávamos quando convocados pela então Secretaria de Estado, depois, Ministério da Cultura até muito recentemente, aproveitávamos a ocasião para trocar impressões sobre temas de índole cultural, tendo depois se deslocado a França para formação, posteriormente para Cabo Verde ao serviço da CPLP, designadamente, como Directora do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sedeadado na Praia, sendo a primeira mulher angolana a assumir tal cargo.

Após o seu regresso e sendo eu transferido para Luanda pelos meus serviços, a Televisão Pública de Angola, e mais tarde colocado no Centro de Produção da Huíla até ao ano de 2014, para reforma e, desejoso de partilhar o pouco que conheço sobre a cultura de Cabinda, no ano seguinte, decidi iniciar a escrever, nomeadamente, o “ZINONGO”, Provérbios de Cabinda, cuja elaboração de textos contou com o apoio da prestimosa Professora para a revisão dos textos, bem como da temática atinente e tendo aceitado o pedido sem a menor hesitação e a custo zero.

Para mim o apoio prestado foi bastante valioso porquanto me permitiu melhor conhecer os

meandros desse trabalho, momento também aproveitado para avivar as nossas relações e torná-las mais profícuas, a irmandade, confiança e respeito mútuo, graças a tudo possibilitou que no ano de 2019 publicasse a minha primeira obra literária, cuja cerimónia de lançamento teve lugar em Cabinda, a 28 de Maio desse ano, por ocasião das festas daquela cidade da província mais ao norte do país e, em Junho, na cidade de Luanda, na sede da União dos Escritores Angolanos, sendo as cerimónias presenciadas pela malograda, acompanhada do seu digníssimo esposo, o prezado amigo Luís Carmelino, o nosso Jota, como é tratado pelas pessoas mais próximas.

Como se não bastasse, porque eu nada entendia sobre a matéria, a Professora Amélia Mingas tomou a liberdade de convidar para Prefaciar a obra, bem como para a sua apresentação, os seus amigos, nomeadamente, os Professores Doutor Américo Correia de Oliveira e Pételo Nguinamau, respectivamente.

Muito lamento afirmar, que o convite formulado ao casal no sentido de que me acompanhassem a Cabinda a fim de presenciar a cerimónia de lançamento da obra, foi como que levá-la pela última vez a despedir-se da região e dos familiares, amigos, companheiros e outros.

A Professora Amélia Mingas, de uma singularidade ímpar, mulher guerreira, como era tratada pelo Professor Doutor Américo Correia de Oliveira, que mais tarde fez questão de nos apresentar, notando-se nela uma enorme vontade e preocupação quanto à defesa dos valores intrínsecos da nossa cultura, da necessidade e da importância da preservação das línguas nacionais, bem como do desenvolvimento de acções viradas para o campo da investigação.

Sempre que eu fosse à sua residência onde passava grande parte do tempo para acompanhar o tratamento dos textos da minha obra, com o beneplácito do seu esposo, muito cordial e simpático, ela, sempre arranjava algum tempo para me contar das suas façanhas ao longo da sua carreira e, naturalmente, das vicissitudes igualmente vividas enquanto Directora da Faculdade de Letras e como docente da referida Instituição de Ensino Superior, o que pensava em relação ao Acordo Ortográfico, das eventuais implicações decorrentes no seio da comunidade da CPLP, a par das línguas nacionais, sobretudo, as variantes faladas em Cabinda em face da pretensão de algumas pessoas apologistas da introdução e disseminação imediata do chamado IBINDA na região, sem que antes fossem observados os factores endógenos e exógenos da linguística e da sua cientificidade, havendo, por isso, segundo ela, pontos de vista divergentes a esse respeito.

É meu entendimento, salvo melhor opinião, que o vazio deixado não será de fácil preenchimento, longe de qualquer sentimento pessimista exagerado, pois que no meu dia-a-dia tenho encontrado enormes dificuldades no sentido de dar continuidade a algumas das tarefas que juntos delineámos, devido à ausência do seu pragmatismo e resiliência cultivados, decorrente da sua brusca partida pelo que, aproveito desde já o ensejo para expressar os meus sentimentos de elevada estima e gratidão à Professora Doutora Amélia Arlete Rodrigues Mingas, para afirmar que muito mais ficou por se dizer neste simples e modesto testemunho que dedico à sua memória, pois me faltaram palavras à dimensão da Professora Amélia Mingas, por isso, formulo votos de que os esforços por ela empreendidos em prol do desenvolvimento das letras e das ciências em Angola, da superação académica dos seus formandos, amigos e colegas, a defesa da identidade e das ricas tradições culturais, a nossa angolidade, o amor dedicado à sua família, companheiros de luta de libertação nacional, dos valores cívicos e o respeito pelo ser humano que não fossem em vão e que a sua memória seja lembrada para sempre.

Francisco José

TRÊS LIÇÕES, TRÊS SAUDADES...

“... Mas as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão.”

Carlos Drummond de Andrade

No dia em que decidi estudar os musseques da cidade de Luanda, estavam nas entrelinhas os ensinamentos dela. Pensar a cidade a partir dos musseques foi uma consequência inevitável da Interferência do Kimbundo no Português de Luanda. E como se organiza o espaço vivido foi uma interpretação dos provérbios e adivinhas das nossas gentes e como os algoritmos da geometria fractal fundamentam o desenho do espaço urbano foi a consequência natural da filosofia Bantu, corrente etno-cultural da filosofia africana. Fui descobrindo o meu caminho profissional a partir do percurso aberto por ela. Não é um caminho fácil porque ainda estamos num momento de despertar de consciências. O conhecimento de nós mesmos, como povo, como cultura, ainda somos um caminho difícil e nem sempre de fácil aceitação. O que ela me deu, mais do que um caminho a seguir foi uma postura a ter perante as coisas e as ideias que as sustentam. A ideia da africanidade como um complexo tear de múltiplos significados, foi um desafio que ela sempre me colocou.

Na construção da minha personalidade como mulher negra e africana, existe um toque de nostalgia que remonta aos dias de menina, sentada de cócoras, de cabeça pousada nas suas pernas, ouvindo uma conversa que não me interessava, enquanto o meu cabelo era entrançado. O que parecia insignificante e rotineiro foi-se encadeando a tantas outras que construíram uma fiada de missangas de aprendizagem permanente sobre a minha herança. A negritude foi essencial. A negritude do corpo, consequência da prenda de natal... uma boneca negra. É essencial dizer que essa visão do mundo foi-me dada por ela e com muito orgulho, levanto essa bandeira bem alto, onde quer que vá. Uma herança de mulheres fortes, de cultura ancestral, de atitude guerreira e indomável.

Era quase Natal. Aí estava ela, dançando, rindo e de braços ao alto, como sempre fazia nas festas, lá no quintal do meu pai. Os sobrinhos batiam palmas, os irmãos gracejavam e todos vivemos aquele momento de luxo ao vê-la exuberante na sua alegria. Quando se sentou, segredou à minha mãe; “todo o mundo se vai lembrar da dança, nunca da caída no chão”. E ela tinha razão, ninguém se lembrava que, segundos antes, ela tinha tropeçado no degrau da soleira e dado um aparatosa queda. Foi a última lição de vida que aprendi com ela.

Ângela Mingas

OS MEUS TIOS FORMAM O MEU CONCEITO DE GRATIDÃO

Tia e Madrinha amada Amélia Mingas

Como falar de tão profundo amor Tia? Como expressar? Como pensar? Como continuar?... A gestão da ausência, da saudade e da perda representa para mim um dos maiores desafios neste momento.

Quando perdemos alguém que tanto amamos voltamos a ter crises existenciais, que aparente ou racionalmente já não deveríamos ter. Pergunto qual o sentido de a vida unir para depois separar? Qual o sentido de se ser feliz e depois sofrer? Mais pergunto, qual o sentido de nascermos se quando estamos prontos para viver realmente, desaparecemos?

Percebi que a vida nos apresenta por vezes verdadeiros atentados à nossa integridade psicológica, à nossa sanidade emocional e coloca-nos a questão de como falar de um tão profundo e sincero amor quando já não podemos continuar a fazê-lo diante da pessoa que tanta falta nos faz. Pois é, quem amamos nunca morre, nunca desaparece, permanece e passa a habitar na nossa saudade.

Aprendi com os meus tios (Jota e Amélia) muito do mundo, da vida e dos afectos. Aprendi com ela a curiosidade de conhecer novas culturas, novas gentes, de experimentar o desconhecido sem preconceitos, sem reservas e sem me auto-limitar por nenhuma ideia pré-concebida.

E é desta forma que começo por falar de ti.

É imensamente prazeroso e gratificante homenagear-te tia, pela pessoa e o ser humano extraordinário que foste.

Foste sempre uma pessoa distinta, elegante e com bom gosto. Uma mulher simples de requinte, de riso fácil, enérgica e que conseguia transmitir com a maior naturalidade toda essa positividade de forma sublime e fácil.

Não consigo pensar e falar de ti sem que as lágrimas caiam e me façam companhia nesta jornada de memórias, neste turbilhão de sentimentos e de revolta. Cresci com vocês, quantas tardes, quantas noites, quantos meses, quanto tempo vivi com o privilégio da tua presença e quanta saudade isso me dá! Quantas tardes na cinemateca passei contigo? Que boas memórias tenho.

Eu cresci e muito corri naquele quintal, muitas ferramentas coloquei.

Quem conheceu verdadeiramente aquela casa sabe do que falo. É quase impossível ser-se miúdo, fazer parte daquela casa e não ter sido requisitado para o momento das ferramentas. As ferramentas eram/são um ritual, quase roçam uma cerimónia digna dos melhores banquetes e manjares dos deuses. No final de cada refeição, depois de bem comer, eis que somos chamados para finalizar com chave de ouro. Para nós era sempre um banquete por mais simples que fosse, sempre um momento de convívio, de conversa, de riso e de partilha das aventuras diárias de cada um. Eu também tinha direito a contar as peripécias do meu dia de escola ou da vela ou do ballet e acreditem que eu tinha sempre muitas novidades para contar. As ferramentas pressupunham colocar a mesa para o momento do café e preparar o precioso líquido tão apreciado pelos adultos. Confesso que naquela altura não percebia muito bem a lógica de tanto se deliciarem com uma minúscula chávena com dois dedos de líquido escuro, uma pitada de açúcar e a satisfação que aquilo parecia representar. Não entendia eu como podendo eles beberem um copo cheio de qualquer outra coisa preterissem por 2 golos de líquido escuro e quente! Mas muito bem, assim que requisitada, eu prontamente dirigia-me ao armário que ficava por trás da mesa de jantar, retirava os conjuntos de chávenas e colocava no lugar de cada adulto. O açúcar era o segundo ingrediente. Por vezes havia disposição para um digestivo mas nem sempre, isso era mais ao fim de semana. As ferramentas representavam um culminar de um momento de satisfação, de convívio e de família. A todos os miúdos era requisitada essa tarefa, os mais crescidinhos acabavam por ir ensinando os mais novos, que seriam posteriormente os próximos a serem convocados. Era um ritual sagrado que tinha por objectivo incluir-nos e incutir a distribuição de tarefas em casa. Era o momento em que os adultos descansavam e nós “trabalhávamos”.

Muito aprendi.

És a única pessoa que partiu e que não sinto qualquer remorso por nada que tenha faltado, eu aproveitei tudo e tudo quanto pude contigo, nunca desperdicei uma oportunidade de estarmos juntas, não troquei momentos contigo por outros programas (que seriam sempre, à partida, desinteressantes sem vocês), os almoços obrigatórios em minha casa e o prazer de agora em adulta ser eu a cozinhar para ti e a tratar-te com toda a excelência e cuidado que sempre tiveste comigo.

As minhas memórias começam muito lá atrás, em criança; não há caminho que eu percorra do meu arquivo de vida em que não estejas presente. Não há escola em que não me tenhas ido buscar e não passasses todo o tempo, no trajecto de regresso a casa a reclamar com os outros automobilistas. Quem teve o prazer de andar contigo de carro vai-se rever neste capítulo:

Andar de carro com a tia Amélia

O sair de carro com a tia não era um exercício simples. Não de todo! Era uma aventura hilariante porque se repetia toda vez que tivéssemos que sair. Tudo começava com a procura das chaves do carro. Certamente, as chaves estariam onde ela as deixou pela última vez, no fundo da

carteira, em cima do armário da sala de estar onde também comíamos (não esta nova sala remodelada de convívio e de ver TV), a sala da ferramenta, ou por último, as chaves já na sua posse, na mão. E o mesmo acontecia com os óculos. Era fantástico como ela reagia sempre da mesma maneira a este exercício. Se fosse um teste ela passaria sempre com 20 valores. Pois bem, encontradas as chaves, a carteira na mão, o carro já lá fora para não dar trabalho a ter que abrir os portões, lá íamos nós. E assim começava a verdadeira aventura, a ter de circular na estrada com outros automobilistas! Era sempre digno de registar na memória, nunca tivemos um trajecto entediante, monótono ou cansativo. Não havia lugar para termos sono ou nos perdermos em qualquer outro pensamento. Mal saíamos do início da rua para a estrada principal, já a tia detectava, de imediato, a incapacidade de condução dos adversários e, sem mais medidas, reclamava. Mas era um reclamar invulgar e interessante (tento eu hoje em dia pôr em prática para não arranjar problemas), dentro do carro, ela conduzia e ia partilhando o que os adversários faziam e assim começava: *Oh! Francamente! viste isto? Seu idiota! Palerma! Pef!*

Era um momento rico de vocabulário apropriado para os adversários de estrada sem nunca pronunciar uma asneira ou um insulto menos elegante. Tínhamos poucos segundos mudos, porque, de facto, os outros adversários eram mesmo muito maus (achava eu!), desde o incumprimento das regras do código de estrada ao simples exercício de circular correctamente nas faixas de rodagem e, naturalmente, a minha tia tinha muito para se pronunciar até chegarmos ao nosso destino.

Muitos destes destinos comigo eram as tardes que passava com ela na Cinemateca Nacional, a que ela tinha acesso e eu uma oportunidade de ler, aprender e ainda ver filmes antigos a preto e branco. Era um verdadeiro privilégio! Enquanto ela fazia as suas pesquisas e trabalho, eu ficava numa pequena sala escura com livros e filmes em rolo de fita guardados em latas redondas, com algum pó à mistura, a ver filmes e depois a ler. Isto acontecia não porque eu não tivesse onde ficar, a maior parte das vezes era sempre por opção minha. Aos 9, 10, 11 e seguintes anos, eu saía da escola e dirigia-me para casa dos meus tios. Ao invés de ficar a brincar com os meus amigos ou brincar em casa, eu ia passar as tardes com a minha tia. O meu tio trabalhava na altura na Bayer e só regressava às 17h. Nós, entretanto, tínhamos uma tarde inteira para aventuras. Sim, aventuras para mim, as melhores tardes. Grande parte das minhas melhores memórias foram passadas com os meus tios em sua casa. Muito aprendi. Aos sábados e domingos eram aventuras diferentes já a par com o meu tio Zito (Jota para muitos). À entrada de casa dos meus tios, existe uma varandinha pequena com vasos de plantas e que pouco usávamos nessa altura, era a entrada principal, onde eu, quando acordava, via o meu tio nessa varandinha, de portas gradeadas brancas e fechadas, a fazer Yoga. A tia não deixava ninguém incomodá-lo nesse momento. Nós, entretanto, ouvíamos música, dançávamos e ainda acompanhava eu o processo do almoço. Que alegria que era quando ela resolvia fazer moamba de galinha e o trabalhão que dava cozer e pisar o dendém. Que deliciosa refeição tínhamos nesse dia. Depois do almoço e de mais uma vez, eu ir tratar da ferramenta, lá seguíamos para outra sala de convívio. Aí começava o meu êxtase maior.

Todo o meu gosto musical nasceu ali, com eles, na outra sala, a de convívio, onde em miúda ficava enfiada à frente da prateleira dos discos de vinil. Aprendi a gostar de Anita Baker, The Police, Al Jarreau, lembro-me que havia um disco do Bob Marley, (e eu só pensava que os meus tios eram muito à frente). Enquanto se ouvia na maioria das casas naquela altura, anos 80, mais música diversa brasileira e sembas (que também gosto), eu aprendia ali a ouvir Randi Crawford, George Benson, Bob McFerrin e géneros como Bossa Nova e Jazz não tão smooth. Iniciei nessa altura, em criança, a minha paixão pelo Jazz e pelo Soul e R&B. Nos domingos mais animados, que eram quase todos, e dedicavam um momento para nós miúdas e tínhamos aí momentos dignos de serem filmados, que eram as sessões de karaoke ou melhor de cantoria. Eu e a Zila sempre e, por vezes, outros primos que lá estivessem. Lembro-me perfeitamente, como se fosse hoje, de eu resolver interpretar uma música da Alcione em que ela descia umas escadas e cantava. Resolvi pegar em livros e simular uma escada na sala; eu cantava muito mal, sempre tive uma voz de garrafão como me diziam, rouca e grossa para uma menina, cantei pessimamente mas lá estava ela, a minha tia e o meu tio a aplaudir e a incentivar-me a continuar. Confesso que a minha prima Zila não era muito melhor que eu, mas o que nós nos divertíamos era impagável. A Arlete ria-se das nossas tristes figuras, mas também adorava os nossos momentos. Longas tardes se passavam naquela sala, entre familiares e amigos. Miúdos éramos muitos, eu, Zila, Xissola Mingas, Bruno Mingas, Pedro Mingas, Tunico Mingas, Nando Carmelino Barros, Rui Carmelino, Mauro Carmelino, Bebucho Carmelino, a minha xará Susana (filha da grande amiga da minha tia, a Teresa), o tio Paiva, que saudades de vê-lo sentado ao canto, no fundo da sala a fumar o seu cachimbo e a rir das nossas palhaçadas. Ahh, falar de gargalhada, é incontornável não falar das gargalhadas da tia Amélia. Que riso largo, alegre e feliz que ela dava. Como ela gostava de se rir ahahahaha. Só quem conheceu aquele riso consegue reviver a grandeza desses momentos felizes.

São demasiadas as memórias que tenho tuas tia. Falar de ti seria falar dos meus mais de 40 anos contigo. Não há momentos da minha vida em que não faças parte. Falar de memórias, remete-me ao tempo que a tia trouxe de uma das inúmeras viagens que fez uma vídeo-cassete VHS de aulas de Aeróbica da Jane Fonda. Era um Hit na altura. Este foi mais um momento digno de registo. Sábado de manhã, equipava-se, afastava a mesa pequena de centro da sala da ferramenta, colocava o vídeo e assim começava o seu exercício. Ela lá estava muito empenhada na altura. Acabava o exercício com a sensação de dever cumprido e satisfeita com a sua prestação. Queria perder uns quilos e

prontificava-se a levar avante o seu propósito. Não durava muito tempo mas enquanto estava determinada ninguém a demovia.

Já adulta, vim viver para Portugal e sempre que os meus tios aqui chegavam eu era logo convocada e com muita alegria respondia de imediato à chamada. Que prazer me deu sempre ter tido a oportunidade de ser eu depois a conduzi-la, a levá-la às compras, a levá-los para almoçar e jantar fora, a poder mostrar-lhes coisas diferentes e novidades. Era a minha vez de lhes mostrar que tinham feito um brilhante trabalho comigo e que não os decepcionara. É indescritível para mim expressar como me sentia ao ver o brilho nos olhos de orgulho dos meus tios cada vez que lhes mostrava coisas e música novas. Eu sabia que a tia sempre gostou de piano, ela dizia que em miúda aprendeu e gostava de piano. Eu, sabendo disso, procurava cantores e intérpretes novos de piano para lhe mostrar e poder ter sempre alguma coisa nova para lhe mostrar e partilhar.

Tenho que voltar, mais uma vez, um pouco atrás e ir ao momento que a tia foi fazer o Doutoramento em Paris. A tese que ela escolheu foi a língua nacional da terra do pai dela, do avô André Mingas, a língua de Cabinda, Iwoyo. A Arlete já tinha ido terminar o curso de medicina em Portugal, então ela convocou-me a mim e a Sónia Carmelino Barros, entre outras sobrinhas, para cuidarmos do tio nas suas ausências. Nós levámos muito a sério essa tarefa e a alegria era enorme quando ela chegava (voltava). Ela sempre dizia que eu e a Xissola éramos a sobrinhas que tínhamos os gostos mais parecidos com o tio Zito. Então, ela trazia manjares e delícias gastronómicas novas e guardava sempre para mim porque sabia, à partida, que eu ia gostar. E assim era sempre! Os meus manjares preferidos que ela trazia de Paris eram os petit suisse. Lembro-me de uma das vezes, depois de bem partilhadas as quantidades entre mim e o tio Zito, encontrarmos um perdido no fundo do frigorífico. O amor que ela tinha pelo marido e o cuidado que tinha comigo, fê-la dividir o pequeníssimo petit suisse entre os dois. O meu tio sempre generoso lá aceitou a divisão. Só eles tinham essa capacidade de se doar e me fazerem sentir amada sem restrições.

Não havia uma viagem que fizesse que não me trouxesse uma lembrança ou um chocolate. Tinha a capacidade de conhecer-me e acertava sempre no tipo de chocolates que gosto e em tudo o que gosto. Religiosamente tenho as lembranças dela guardadas e cuidadas para que durem toda a minha vida. Mas, voltemos à tese de Iwoyo. Mais uma vez, passava eu tardes infundáveis com ela enquanto ela pesquisava e estudava a língua. Ela tinha um gravador preto de cassete de fita que lhe permitia ouvir as falas da língua e estudava minuciosamente o sentido de cada palavra. Depois repetia e ainda partilhava comigo alguns avanços que eu pudesse entender. Nessa linha de pesquisa dela acabei por aprender muito sobre a cultura Bantu.

A tia Amélia tinha a paciência de me explicar tudo o que eu queria. Nunca deixou uma resposta por dar, uma lição por ensinar ou uma oportunidade para me educar e corrigir, fosse em que idade e ou altura fosse. (E também a isso só tenho a agradecer.)

Continuando em viagens, não as de Paris para a tese de doutoramento, mas as outras, as de lazer. Há uma viagem que me marcou bastante em miúda, daquelas em que não fiz parte mas que vivi toda a viagem através deles. A viagem à China, Macau. A tia trouxe-me um colar que é um cordão de cabedal com uns dados com o meu nome escrito, lindo, e que uso só em momentos especiais para mim. Gosto muito. Mais uma lembrança das viagens deles. No dia em que chegaram da viagem, a tia ligou para mim a avisar que tinha chegado, que tinha um presente para mim, (como sempre) e que era para eu lá ir a casa. Assim foi. Quando cheguei encontrei duas malas estendidas e abertas no meio da sala de convívio (não a sala da ferramenta, a outra). Já traziam algumas fotos e tudo da experiência e aventuras novas. Devem ter imprimido mesmo lá as fotos. Nessa altura não conseguíamos imprimir rolos de fotos em Angola. Acho que eles aproveitaram para o fazer no seu trajecto. Lá no meio da mala, entre roupa e outras coisas, ela foi direitinha ao sítio que sabia e de lá tirou o meu colar e uma tablete de chocolate com avelãs envolto num papel verde. Não me lembro hoje da marca. Na altura isso não era importante. Mas assim nasceu o meu gosto por chocolates de avelãs e passou a partir daí a ser o meu chocolate preferido. Quem me conhece bem sabe que se o chocolate não tiver avelãs, eu não aprecio. Entretanto, os tios mostraram-me algumas fotos que tinham tirado de lá com a grande amiga da Tia, a Teresa (a mãe da minha xará Susana), o marido da Teresa e as duas filhas. Vi uma cultura completamente diferente daquela que conhecíamos. Nessa altura em Angola os filmes com ou sobre a cultura chinesa que passavam eram, que me lembre, apenas os do Bruce Lee.

Fiquei maravilhada com o que me contavam da sua experiência pela Ásia, com as imagens e com a sabedoria deles de já naquela altura explorarem o mundo como muito poucos o podiam fazer em Angola. Aprendi com eles a ganhar o gosto pelas viagens e posso hoje dizer que eu sou uma eterna apaixonada por viagens. A minha riqueza são as viagens que faço, as novas experiências que ganho com as mais diversas culturas com que me cruzo pelo caminho e as tantas conquistas individuais e intelectuais neste grande mundo da diversidade.

A minha tia nunca permitiu que eu me limitasse na busca pelo conhecimento, sempre explorou e espicaçou para que analisasse tudo com uma mente aberta e arejada. Mais uma vez, só tenho que agradecer aos dois pelo enorme coração e a imensa generosidade que sempre tiveram para comigo. São dois Seres - Humanos ENORMES!

Os meus tios não tiveram filhos biológicos, mas adoptaram muitos sobrinhos e eu fui uma delas. Sobrinha de sangue, filha adoptada por amor e afilhada por opção. Pois é, quando cresci e tive oportunidade, optei eu por convidá-los para serem meus padrinhos no papel, e assim, são hoje

também meus padrinhos por escolha minha. Obrigada!

Gostava de vos poder contar ainda do seu gosto por pérolas ou ainda da forma particular como comia caviar, de como gostava muito mas tinha que ser servido com cebola picada gelada (quase a sair do congelador), do melhor couscous que já comi feito por ela e da primeira vez que o fez quando convidou a Maria, amiga búlgara de quem tanto gostava; das sessões de cinema em minha casa, das tardes que se tornavam noites que passávamos a ouvir música e a conversar, da cumplicidade que tínhamos, das confidências que trocávamos e do grande afecto que nutriamos. De quando vivi uma temporada com eles quando a minha mãe teve que ir a trabalho para o Brasil aquando dos primeiros acordos ortográficos de língua oficial portuguesa e em que as ferramentas passaram a ter 2 momentos, o ritual depois das refeições e o de colocar a mesa do pequeno almoço antes de dormir para não nos atrasarmos de manhã para a escola, das idas às compras e de muitos outros momentos.

Mas voltemos às Pérolas! Quem a conhecia bem vai-se rever neste episódio. Pois é, ela não era nada apegada a usar sempre brincos, pulseiras ou muitos adornos, mas gostava particularmente de pérolas. Ficava encantada. Numa das minhas viagens, eu já adulta, trouxe-lhe um colar de pérolas de água doce, porque ela gostava muito das de água doce, não trabalhadas. Naturais e ainda ligeiramente enrugadas. Ficou maravilhada. Lembro-me de me contar feliz quando uma das vezes comprou um colar de pérolas diferentes e me mostrou, há coisa de 2 ou 3 anos atrás.

Pudesse eu poder dar-lhe mais pérolas hoje....

Muito tenho a contar sobre a minha tia e madrinha Amélia Mingas, as memórias são mais que muitas, as saudades são infindáveis, uma vida inteira de ternura, de carinho, de respeito, de tanto e tanto, que não cabe neste espaço. São amor, ensinamentos, partilha, educação, parceria, momentos que não se esgotam nas lembranças e agora um corte abrupto e injusto para todos nós que a amávamos e amamos como eu. Tenho pena de só raríssimas vezes a ter ouvido cantar!

Quem me dera ter a oportunidade hoje de a pedir para cantar uma melodia que fosse para mim....

Susana Dolbeth Carmelino
(Suzy)

OS MESTRES NÃO MORREM

Mukanda para Amélia

E screvo-te esta Mukanda aqui deste exílio interior ditado pela pandemia que ora assola o planeta. Estou em Melaka, cidade mítica da epopeia dos falantes de Português, para a qual imaginávamos sempre planos de um qualquer colóquio que um dia teria aqui lugar e te traria até cá, em mais uma das muitas viagens para encontros e palestras que fizeste por esse mundo fora, lusófono e não só.

Este mesmo tema fora abordado em breve conversa telefónica via whatsapp uns 15 dias antes desse fatídico 12 de Agosto. Os emails vinham escasseando, mesmo os que assinalavam a tua oposição pertinaz ao Novo Acordo Ortográfico, e deu-me para ligar, para saber de viva voz como estariam os meus compadres da banda, mal imaginando eu que aquela seria a nossa última conversa, à ‘sombra da mulemba’ electrónica.

Conhecemo-nos por via do ensino, nos idos de 1976, no recém-rebaptizado Liceu Mutu Ya Kevela, ex-Liceu Normal de Salvador Correia, onde ambos leccionávamos Português. E muito me ajudaste, pois em início de carreira docente, e sem formação específica, estava apenas numa das linhas da frente, a responder às necessidades culturais da Revolução, a tal que não era bem como a gente queria, mas era uma revolução *quand même*, expressão que te era grata. As nossas aulas eram de manhã e, à tarde, depois de apanhar a Teresa na Escola Primária Nº 30 do Bairro do Café, íamos amiúde conversar e apreciar o pôr do sol na ilha de Luanda.

Helás, ao terceiro ano lectivo, apercebi-me que não tinha a paciência necessária para ser professor e migrei para as áreas da informática. Após uns cursos acelerados na IBM da Marginal aterrei na Sonangol, para uma efémera carreira no Departamento de Estudos e Projectos da então nascente petrolífera nacional.

Mas a amizade ficou e cresceu quando em 1979 te tornaste a madrinha da nossa primeira filha, Petra Suzana, mais conhecida por Suzy. Passámos a ser compadres e a partir daí por ‘compadre Zé’ sempre me trataste. Quando o Jota regressou da hospedagem forçada no *Hotel S.Paulo*, a vossa casa, na então ainda Rua de El-rei D. Dinis (mais tarde Sebastião Desta Vez, nome de ignoto guerrilheiro) era um lugar de felicidade, onde circulava muita gente boa e se ouviam ‘estórias da mata’ que outros teimavam em não contar. E foi também aí que o Jota me iniciou nas lides do Hatha Yoga, que muito o haviam ajudado na difícil *estadia*, prática essa que nunca mais abandonei. Entrou a década de 80 e os tempos não estavam fáceis. Com duas filhas para criar, o instinto dizia-me que era hora de partir em busca de melhores pastagens.

E já a viver em Macau, em meados da década, os compadres Jota e Amélia foram dos primeiros parentes a visitar-nos no nosso exílio dourado na longínqua China. Recordo vivamente o prazer dessa breve estadia, pois nós, embora residentes, ainda estávamos também a descobrir aquela cultura tão diferente e juntos partilhámos essa experiência.

Naquele tempo não havia comunicações instantâneas e aplicava-se o aforismo britânico “no news is good news”. O ponto de ocasional contacto era sempre Lisboa ou de lá vinham as notícias, por interpostos parentes.

Foi assim que fui sabendo da tua carreira docente, a passagem a coordenadora do ISCED, onde tantos e tantos quadros ajudaste a formar, e depois directora do Instituto Nacional de Línguas do Ministério da Cultura, numa área que te era mais agradável e propensa à investigação. Para o que te muniste das indispensáveis ferramentas, com o teu doutoramento em Linguística Geral e Aplicada na Universidade René Descartes, em Paris, já em 1995.

Três anos depois tivémos a alegria de te rever em Macau, quando, vinda da Universidade Agostinho Neto, apresentaste as tuas ‘Reflexões sobre o Português em Angola’ no VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP, numa cidade já muito diferente da que conheceras 12 anos antes e a preparar-se freneticamente para o regresso à Grande China em Dezembro de 1999.

Saudaste o novo século com a publicação da tua primeira obra em livro “Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda”. Mas para além da regência da cadeira de Linguística Bantu na UAN, outros desafios internacionais se perfilavam no horizonte. É assim que em 2006, embora talvez ciente da carência de meios, decidiste não obstante aceitar a ‘muito ingrata missão’ de ser a directora executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, residindo na cidade da Praia em Cabo Verde durante 4 anos de ‘sacrifícios e muitas noites sem dormir’ em que procuraste dar ao IILP uma visibilidade que simplesmente não era possível, com o parco orçamento de 190 mil euros que mal dava para manter aberta a porta do Instituto. E assim bateste com ela mas deixaste obra feita, nomeadamente as elogiadas cinco Colectâneas da Literatura Oral da CPLP, projecto em que a PROMPT, a minha empresa editorial de Macau, teve o prazer de colaborar, providenciando as traduções para uma edição bilingue português-chinês.

No teu regresso à feka, (como tu dizias) novos desafios se apresentavam e em 2010 tornas-te a primeira decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN), cargo que ocuparás até 2015. É nesta altura que voltamos a conviver mais de perto, com o meu regresso a Angola em 2014, três décadas depois, para uma estadia de quatro meses e cuja maior parte foi passada em Luanda, alojado hospitaleiramente na vossa mesma casa da rua Sebastião Desta Vez. E

recordo os nossos 'serões do trabalhador' na polivalente sala de jantar, com os dois nos respectivos computadores, ambos imersos em traduções e trocando ocasionais dúvidas linguísticas. E neles fiquei também a saber das tuas revisões penosas das teses de mestrado, que davam dó, pela paucidade das ideias, e dos teus muitos planos de investigação, sempre adiados pela falta de tempo, assoberbada que estavas pelas tarefas académicas. E ansiavas por esse tempo futuro em que, liberta desses afazeres, te pudesses dedicar por inteiro à investigação, aquilo que realmente gostavas de fazer. Helás, o destino foi madrasto e nessa manhã de cacimbo uma indisposição assolapada retirou-te prematuramente do nosso convívio, negando-te esse merecido sonho de fim de carreira. Mas, parafraseando um poeta falando de outro poeta, "Esta luz baixou tanto... mas ficará o que no rasto do nosso olhar fosforesceu".

José Luís Teves de Carvalho

Postscriptum da Comadre Teresa de Almeida

Amélia,

Mulher linda, meiga, sensível, forte e Valente!

Boa comadre, boa pessoa, uma grande amiga de peito de todas as horas, camarada. Uma grande guerreira! Eu tinha muito orgulho e uma certa vaidade em dizer que era comadre da Amélia Mingas. A madrinha da nossa primeira filha Petra Susana, a Suzy, e que sempre cumpriu o seu papel. Era sempre uma grande alegria quando nos encontrávamos, abraçávamos, com força! Sentia um brilho nos olhos, juntas ríamos muito de tudo e dávamos grandes gargalhadas! Em qualquer lugar juntas, os amigos e familiares perguntavam sempre 'onde está a tua comadre', pois não podia faltar aos convívios de celebração e literários! Até à data de hoje, continuo a acreditar que o espírito da nossa querida comadre continua vivo nos nossos corações.

"Os Mestres não Morrem; vivem entre nós, através dos seus feitos".

Teresa Ferreira de Almeida

PARA A AMÉLIA

Sorria com frequência a Amélia Mingas. O sorriso ficava discreto no seu rosto quando ouvia interessadamente o interlocutor, mas discordando. Outras vezes o sorriso era subtilmente irónico, a evitar palavras, por ela não querer entrar em inútil confronto. E havia o sorriso sol, aquele que abria o seu rosto ao rever pessoas amigas e companheiras. Nos aquecíamos nesse sorriso que desencadeava perguntas, notícias, evocações.

Guardei da Amélia o seu modo de sorrir, mas também as suas sonoras gargalhadas quando relatava certos acontecimentos ou recordávamos, com outros companheiros, estórias vividas em comum.

E foram muitos os acontecimentos em que estivemos: exaltantes uns, desesperantes outros. Partilhámos vários anos a militância na luta de Libertação Nacional na 2ª Região Politico-Militar do MPLA; depois na contestação à autocrática direcção do Movimento; a seguir, nos efeitos da repressão exercida pela ditadura, implantada com a independência, que pôs na cadeia vários companheiros da Revolta Activa, desde Abril de 1976, durante quase três anos.

Findo o pesadelo desse período, onde a Amélia Mingas perdeu dois irmãos nos acontecimentos do 27 de Maio de 1977 (um era membro da facção Neto, outro da facção Nito) havia que pensar futuro, fossem quais fossem os traumas individuais e colectivos em nós entranhados.

Amélia Arlete Vieira Dias Mingas era oriunda duma família africana urbana instruída donde saíram personalidades que foram exemplos na luta pela afirmação dos seus direitos cívicos e mais tarde participaram nos movimentos associativos africanos e no combate político ao colonialismo português (o seu pai, André Mingas, e o seu tio, Liceu Vieira Dias, o fundador do Ngola Ritmos, foram presos pela PIDE logo na primeira vaga repressiva que essa polícia política portuguesa desencadeou em 29 de Março de 1959 em Luanda). No combate nacionalista, já sob a forma armada, entrou a geração seguinte, aquela em que Amélia e o seu irmão Avelino (Saíd) participaram activamente e conduziu à independência de Angola.

Esta nossa companheira da luta de libertação que, abnegadamente, interrompera os seus estudos para se entregar ao combate pela independência e a liberdade do povo angolano, passou então a outro intrépido combate: o da elevação da sua formação académica para melhor servir o país. Empenhou-se com tal persistência e sacrifício que veio a atingir elevado patamar, antecâmara do que viria a ser a sua carreira de investigadora.

Em 1981 Amélia Mingas conclui a licenciatura em Filologia Germânica, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e, depois, em 1987 e 1988, na Universidade Paris V, René Descartes, as licenciaturas em Linguística Geral e Aplicada com dissertação sobre uma língua de Cabinda, Iwoyo, e em Sociolinguística com a dissertação sobre a interferência do Kimbundu no Português falado em Luanda. Logo no ano seguinte, em 1989, conclui um mestrado em Linguística naquela universidade francesa. Em 1995 Amélia Mingas obtém aí o seu doutoramento em Ciências da Linguagem com a tese intitulada *Étude grammaticale de l'Iwoyo - Angola*.

Ela dava mais um exemplo aos seus compatriotas: lançava-se no estudo para adquirir cada vez mais conhecimento e divulgá-lo como o vinha fazendo desde a Independência, sendo professora do ensino secundário. De 2000 a 2004 é directora do Instituto Nacional de Línguas Nacionais, sendo em 2002 também chefe do departamento de língua portuguesa no ISCED (Instituto Superior de Ciências da Educação). Na Universidade Agostinho Neto será responsável pela cadeira de Linguística Bantu.

Em 2006, Amélia Mingas vai dirigir o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado na cidade da Praia, República de Cabo Verde, um organismo da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), onde, além de grande trabalho organizativo, promove a edição de livros ilustrados baseados nas literaturas orais para as crianças desta Comunidade de países.

Regressada a Angola, quatro anos depois, é nomeada decana da Faculdade de Letras onde, a par das intensas tarefas organizativas e de gestão, estimula a actividade de investigação e a tradução e edição de renomados pensadores africanos. No momento da sua morte estava empenhada na tradução e publicação de *Literatura Oral Africana* de Isidore Okpewho. Entretanto já tinha sido publicada a obra *A Filosofia Bantu* da autoria de R.P. Placide Tempels (tradução de Amélia Mingas e Zavoni Ntongo, "Edições Kuwindula" 2016).

A sua actividade era estonteante. Sempre profundamente empenhada na melhoria da Educação em Angola, na elevação da qualidade do Ensino Superior, no desenvolvimento da investigação sobre as línguas nacionais e na difusão do seu ensino, Amélia Mingas participava em conferências e seminários internacionais sobre línguas e linguística, fazia parte de júris de mestrado e doutoramento, escrevia textos para revistas especializadas. Conduzia negociações com universidades de vários países e estabelecia com elas protocolos de colaboração visando a elevação da qualidade da Academia angolana. Ora estava em Angola ora em países do continente americano, do europeu e em países de África. Tinha atingido uma elevada reputação internacional que orgulha os angolanos, em geral, e a Academia angolana, em particular.

Na sua incansável actividade, Amélia Mingas - esta paladina do Saber como elemento fundamental no progresso dos povos e países - era estímulo para os seus pares e magnífico exemplo cívico para todos os cidadãos.

Nas diversas passagens da Amélia por Lisboa tínhamos saborosas horas de convívio na minha casa. Ela relatava-nos as actividades em que estava envolvida, conversávamos demoradamente sobre

os trabalhos que tinha entre mãos. E, é claro, havia o relato de factos vários ocorridos no país ou evocações de mambos e makas do nosso passado comum. Então, eram os sorrisos que citei e eram também as suas sonoras e saborosas gargalhadas a provocarem as nossas ou juntando-se a elas. E havia também os momentos de cólera da Amélia! Era quando se indignava ao relatar certos factos que ocorriam no país, na Universidade ou mesmo em encontros internacionais; quando se falava de atitudes ofensivas para os angolanos. Esmugalhava os olhos, batia com as mãos nas pernas, elevava a voz. Era bonito de ver essas suas manifestações de preocupação pelo futuro de Angola, de afirmação de dignidade e de orgulho nacional. E depois, à boa maneira angolana (sobretudo kalu), um aparte chistoso de um de nós esvaziava a sua cólera e ocasionava libertadora gargalhada colectiva.

Perder um companheiro de momentos significativos da nossa vida de cidadão, é sempre duro. Se esse companheiro é alguém como a Amélia Míngas, fica em nós profunda dor e persistente saudade. Provavelmente muitos não saberão que perdemos uma notável mulher. Mas eu sei, dolorosamente, que ficámos prematuramente sem a companheira de tantas lutas, a combatente da liberdade, a cidadã de elevados padrões éticos, a prestigiada investigadora, a difusora do saber, a defensora do progresso e da dignidade dos angolanos.

Amélia, mereces todas as nossas homenagens e espero que a pátria angolana saiba honrar a tua memória.

Adolfo Maria

RELATO DE UMA MORTE NÃO ANUNCIADA

Falar de Amélia Mingas é uma responsabilidade enorme. Conheci-a no Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, nos anos 90. Tendo sido seu aluno na cadeira de Linguística Bantu, em 1999, recebi da eminente professora e exímia linguista muitos conhecimentos científicos sobre a Linguística Africana, nomeadamente a estrutura nominal e verbal das línguas bantu.

Da professora Amélia Mingas, guardo boas recordações das suas excelentes aulas, das eruditas orientações científicas e sugestões, da sua sapiência, dos seus conselhos úteis sobre a vida, das nossas análises sobre o funcionamento das línguas *iwoyo* e *kiyombe* e do seu carinho maternal. Como ser humano, Amélia Mingas foi uma mulher altruísta e de trato lhano, generosa, amiga dos seus alunos e colegas, tinha uma energia vital inesgotável.

No meu percurso académico e profissional está patente o nome de Amélia Mingas. Abriu-me portas para muitas oportunidades. Foi um orgulho para mim ter a sua inestimável amizade por muitos anos. O seu gesto materno é inolvidável. Aqui registo a minha profunda gratidão pelas oportunidades e por tudo.

Quem foi Amélia Mingas? Para falar da sua personalidade, apresento, neste livro, uma sinopse do seu percurso académico, científico e profissional. Licenciada em Filologia e Doutora em Linguística, Amélia Mingas teve uma vida dedicada ao ensino e à investigação. Foi a primeira Decana e a primeira Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, eminente linguista angolana, africana e lusófona e tinha uma grande capacidade de liderança. Foi defensora acérrima da língua portuguesa e das línguas angolanas, coordenadora dos cursos de Mestrado, regente da cadeira de Linguística Bantu, orientou vários de trabalhos científicos de graduação e pós-graduação, e fundou as *Edições Kuyindula*, da Faculdade de Letras.

Como investigadora, Amélia Mingas realizou várias pesquisas sobre a influência das línguas africanas no português de/em Angola, bem como deixou um valioso contributo para o estudo do *Iwoyo*, uma das línguas de Cabinda. Criou vários centros de investigação da Faculdade de Letras e autora de várias publicações.

No fatídico dia 12 de Agosto de 2019, o coração da professora Amélia Mingas deixou de bater, partindo, assim, para a eternidade. Notícia bombástica, inacreditável e comovente! O silêncio tomou conta de mim. Foi um profundo abalo. Depois foi necessário ganhar forças, agir e depois começar a trabalhar, contactar a família e elaborar o comunicado para anunciar a perda inesperada da nossa querida Professora Catedrática. O meu telefone não parava de vibrar, toda a imprensa ligava para a primeira reacção à morte da professora Amélia Mingas. A minha primeira reacção foi registada pelo jornal *Nova Gazeta (NG)*, no dia 12, tendo publicado o seguinte:

“Vítima de uma paragem cardiovascular”

“Morreu Amélia Mingas, linguista e docente da UAN”

“Em declarações ao NG, o decano da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN), Alexandre Chicuna, afirmou que a morte da professora Amélia Mingas foi uma “triste surpresa”, pois, ainda na quinta-feira, a linguista esteve presente na reunião de revisão curricular na Faculdade de Letras.”

“Tomei conhecimento da morte da nossa professora, excelente professora, que sempre trabalhou para o bem deste país, na formação de muitos quadros, a partir do ISCED e, agora, na Faculdade de Letras”, lembra, acrescentando que Amélia Mingas deixa um “grande vazio” na UAN.”

(NOVA GAZETA, [12.08.2019, 15h44](#))

A segunda reacção à morte da professora Amélia Mingas foi através do comunicado, que o Jornal de Angola publicou, como se segue:

«Numa nota, a instituição afirma que tomou conhecimento, com profunda dor e consternação, do passamento físico da professora Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas. No documento, sublinha que o país, a instituição e a academia angolana perdem uma investigadora persistente das línguas angolanas e da língua portuguesa.

A morte da linguista e docente universitária, Amélia Mingas, ocorrida ontem, em Luanda,(...) representa um enorme golpe ao corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN), considerou o decano da instituição, Alexandre Mavungo Chicuna.

“Amélia Mingas foi uma cidadã culta, exímia professora e linguista angolana, que defendeu, de forma acérrima, as línguas angolanas e a portuguesa”, lembrou Alexandre Chicuna, tendo acrescentado que o seu passamento físico representa um grande vazio e uma perda irreparável para a FLUAN.

Alexandre Chicuna sublinha que Amélia Mingas deixa vivo o legado intelectual, moral, cultural e histórico da imprescindível necessidade da valorização do património cultural angolano, através das línguas e literaturas orais de Angola.»

(JORNAL DE ANGOLA, 14.08.2019)

Em honra à sua memória e em reconhecimento do trabalho valioso desenvolvido pela professora Amélia Mingas em prol da Academia Angolana, o Conselho Científico da FLUAN, reunido no dia 14

de Agosto de 2019, deliberou atribuir o seu nome ao Auditório das nossas instalações, passando a denominar-se **“AUDITÓRIO AMÉLIA MINGAS**.

No dia 15, o silêncio e consternação cobriam a FLUAN. Os docentes, perfilados com traje académico, os estudantes e os funcionários, todos comoventes, receberam o corpo para a última homenagem à sua primeira decana. O coro académico da FLUAN, trajado a rigor, de azul, na Faculdade e no Cemitério, rendeu homenagem à Professora Amélia Mingas com a seguinte canção:

“CANÇÃO EM HOMENAGEM À PROFESSORA AMÉLIA MINGAS”

Doutora Amélia Mingas

O seu nome é uma referência na FLUAN e

Em Angola, no saber do seu puro ser. (2 vezes)

Doutora Amélia Mingas, nos deixou dor no

Coração, mas os seus ensinamentos vão

Connosco para sempre estar. (2 vezes)

Repetição

(Autor: Agostinho Kapaia;
intérprete: Coral FLUAN, 15.08.2019)

A morte da professora Amélia Mingas foi amplamente difundida pelas principais agências noticiosas da lusofonia. A notícia teve grande divulgação nos serviços televisivos e radiofónicos e foi também matéria de muitos jornais nacionais e estrangeiros. Por isso, quero registar, neste livro de homenagem, as reacções da imprensa nacional e estrangeira, da academia, da sociedade civil e da comunidade lusófona à morte da professora Amélia Mingas.

Ei-las:

“Vítima de uma paragem cardiovascular”

“Morreu Amélia Mingas, linguista e docente da UAN”

(NG, [12.08.2019, 15h44](#))

“Morreu a linguista Amélia Mingas”

(ANGOP, 12.08.2019, 20h59)

“Sociedade lamenta morte de Amélia Mingas”

(ANGOP, 13.08.2019, 17h47)

“Óbito: Morreu a linguista angolana e antiga directora do IILP

Amélia Mingas”

«Vários cabo-verdianos, através de publicações nas redes sociais, lamentaram a perda desta que foi a decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto.»

(INFORPRESS, 13.08.2019)

“Morreu Amélia Mingas, defensora da língua portuguesa”

“Foi uma das maiores defensoras da língua portuguesa em Angola”

(DN, 13.08.2019, às 18:33)

“Morte da docente Amélia Mingas esvazia docência angolana”

(www.mcs.gov.ao, 13.08.2019)

“Morreu a professora e linguista angolana Amélia Mingas”

“Amélia Mingas era uma das defensoras da convivência entre as línguas africanas e portuguesa.”

(Correio da Manhã, 14.08.2019)

“Morte de Amélia Mingas é perda para toda a comunidade que fala português, lamenta Governo”

(LUSA, 13 ago 2019, 20:31)

(...) uma eterna defensora da Língua Portuguesa no seu sentido pluricêntrico e igualmente promotora das línguas nacionais, particularmente as angolanas.

Prof.ª Dr.ª Amélia Mingas deixa um grande vazio no seio da comunidade linguística.”

(IILP, 13.08.2019)

“UAN consternada com morte de Amélia Mingas”

(JORNAL DE ANGOLA, 14.08.2019)

“Morreu a professora e linguista angolana Amélia Mingas”

“Amélia Mingas era uma das defensoras da convivência entre línguas africanas e Portuguesa.”

(Correio da Manhã, 14.08.2019)

“Vice-Presidente rende homenagem a Amélia Mingas”

“A morte de Amélia Mingas deixa um vazio na comunidade académica angolana de que foi uma das mais proeminentes precursoras, em particular na investigação e pesquisa do fenómeno linguístico.”

(Vice-Presidente da República)
(www.vicepresidente.gov.ao, 14.08.2019)

“Restos mortais de Amélia Mingas repousam no Alto das Cruzes”

(ANGOP, 14.08.2019)

“Trata-se de uma grande e inestimável perda. Queremos exprimir os sentimentos de pesar e de solidariedade para com a dor da família, de todos os amigos e do povo angolano.”

(Francisco Ribeiro Telles)
(CPLP, 19.08.2019)

Foi, de facto, laudável o papel desempenhado pela imprensa angolana e lusófona na divulgação da morte da professora Amélia Mingas.

O percurso académico, científico e profissional da linguista Amélia Mingas revela a sua dimensão social, cultural e política. Por isso várias personalidades angolanas e estrangeiras manifestaram profunda consternação pela morte da linguista angolana.

As suas obras jamais serão olvidadas, minha eterna Professora!

Alexandre Chicuna

O JANTAR

A Amélia Mingas, entrou, pela mão da Graça Maria (ambas eram professoras no Mutu-ya-Kevela), na nossa casa, na Rua Cabral Moncada n.º 146 em Luanda, em 1976 e, desde logo, ficou com lugar cativo nos nossos corações, onde permanecerá enquanto vivermos.

Esta amizade, que se estendeu ao Jota Carmelino, seu marido e companheiro de todas as lutas, nunca se desvaneceu, não obstante longos períodos sem convívio.

Em 2016, numa ida a Angola escrevi “O Jantar” que relata, de facto, o nosso reencontro em Luanda.

Em 2018, encontrámo-nos em Lisboa onde me despedi da Amélia com um longo abraço. Foi o último.

A amizade forjada no calor da refrega, pode ser mais recente, mas é sempre a mais consolidada.

O convite para o jantar surgiu logo no primeiro dia da nossa estadia em Luanda e nesse mesmo dia se concretizou. A conversa fluida e bem-disposta, como sempre acontece quando nos reencontramos, não denotava nenhuma quebra na confiança mútua que se estabeleceu quando nos conhecemos, quarenta anos atrás - Ele, recém-libertado de uma prisão política, ela marcada pelo sofrimento da separação e pelo ostracismo dos que, politicamente correctos, receavam mostrar qualquer afinidade, e muito menos simpatia ou compreensão, com quem não concordasse com a única linha política do partido único.

Falámos pouco dos desencantos que a realidade actual de Angola provoca, sobretudo para quem, como eles, sacrificaram boa parte da sua juventude na luta pela Independência, pois, utopicamente, acreditaram poder criar uma sociedade justa, sem opressores, sem explorados, sem discriminações, uma sociedade antagónica da colonial, que ajudaram a derrubar.

Falámos mais do futuro, do regresso às origens, ao mato, ao planalto, à agricultura para consumo próprio e, quem sabe, à materialização de um empreendimento turístico, em pequena escala, para divulgação da beleza natural do planalto do Huambo. Ouvi embevecido a descrição dos planos destes amigos da minha idade, que sonham como adolescentes sem preocupações de calendários e com a simplicidade dos genuínos, que não se ofuscaram com os petrodólares nem com estatutos da nomenclatura, semelhantes aos que, por nacionalismo, combateram no passado. Regressei, ao apartamento da marginal, rejuvenescido.

Domingos de Sousa

LEMBRANDO O 17 DE DEZEMBRO



“Lembrando o 17 de Dezembro. Não a conhecia na infância nem na puberdade. Este era o *look* quando a conheci e me conquistou.”

Jota

Lembrando o 17 de Dezembro data do aniversário da Amélia...
Via whatsapp, Cielito e eu falámos, falámos numa longa conversa. As ligações caíam e recomeçávamos até alta madrugada. Falámos da grande Amiga, ausente fisicamente mas sempre PRESENTE.

Conversámos as duas da Amiga, da Angolana que desde muito jovem mostrou força e garra, destemida, enfrentando a PIDE, quando o seu pai foi preso e desterrado para o Tarrafal. Deixou de estudar para trabalhar e suportar as despesas da casa, apoiar a mãe e os irmãos mais novos. Tinha um carinho muito especial pelo mais novo, o André, que ela dizia ser seu filho.

Amélia foi trabalhar para fora de Luanda, como funcionária da Delegacia da Educação na então Vila Salazar, hoje Ndalatando. Funcionária competente, responsável e culta. O Delegado apreciava-a e admirava-a. Conversavam sobre temas diversos. Amélia sabia de quem se tratava, quem era o seu chefe. Era primo de um amigo e vizinho no Bairro do Cruzeiro, estudante no Liceu Salvador Correia.

Só muito mais tarde, o Delegado soube da amizade da Amélia com o amigo e mais tarde colega de turma no 3º ciclo do Liceu, quando retornou aos estudos. Amélia na alínea b) para seguir o curso de Filologia Germânica e João A. Saraiva de Carvalho, na alínea e) para o curso de Direito. O Delegado da Educação chamava-se Armando Saraiva de Carvalho, primo direito de João Arnaldo!

Amélia frontal e contestatária

Jota, um episódio da Amélia, sua coragem e frontalidade, querendo justiça. Vou contar-te: meu irmão mais novo e Amélia já se conheciam do Bairro do Cruzeiro e foram colegas no 3º ciclo. Opções de cursos diferentes, mas tinham disciplinas comuns.

Os finalistas de Letras e Ciências decidiram fazer a viagem de fim de curso a Portugal. Desembarcaram em Lisboa, que tinha o único aeroporto em Portugal. Eu estava já em Coimbra na Faculdade de Letras. Fui a Lisboa à espera do meu irmão e colegas, alguns dos quais eu conhecia. Manhã cedo, um pequeno grupo de finalistas do Liceu Salvador Correia, de Luanda, foram aparecendo e saindo. Eu, envergando o tradicional traje dos estudantes universitários de Coimbra “capa e batina”, cheguei cedo ao aeroporto. Nervosa, procurando com os olhos bem abertos, lá vi o meu mano entre o pequeno grupo dos estudantes finalistas do Liceu Salvador Correia, de Luanda! Euforia, abraços e beijos. Amélia vinha sorridente. Abraçamo-nos, sorrimos, mas... Amélia estava afónica!

Que te aconteceu? perguntei-lhe. “Ficaste assim por causa do ar condicionado do avião?”

Sorrindo, pegou-me no braço, puxou-me para um canto e disse-me, sempre a sorrir, voz clara e com ar maroto: “ - Não! eu é que fui falando assim no avião, para não falar com Salazar. Vamos ser recebidos por ele e eu não quero falar”. Rimo-nos as duas e Amélia voltou a estar afónica e durante todas as férias quando estava em grupo.

Há bem pouco tempo falei da viagem dos finalistas ao meu irmão. Foi ele que me deu pormenores dessa viagem.

Amélia inscrevera-se para a viagem a Portugal e sabia que seriam recebidos por Salazar. Ela queria perguntar ao ditador a razão da prisão e desterro do seu pai para o Tarrafal. O colega e amigo aconselhou-a que não fizesse isso, porque poderia prejudicar mais o pai.

Os finalistas sabiam que seriam recebidos por Salazar mas não a data. Um dia, um autocarro à porta do hotel esperava os jovens angolanos. O professor que os acompanhou, dirigiu-se primeiro ao finalista João Saraiva de Carvalho. Este, espantado com a missão de falar, disse ao professor M.

Morais, que não era o aluno indicado porque, entre várias razões, não tinha boa dicção. Tudo ok. Chegaram a S. Bento.

Amélia, a negra que podia mostrar ao mundo a multirracionalidade da política portuguesa, estava afónica, mas... Amélia foi inesperadamente a aluna estudante finalista angolana, negra, a entregar a oferta, uma peça de artesanato, sem falar! Uma afronta mas lembrou-se das palavras do amigo que a advertira que podia pôr em maior risco a vida do pai no Tarrafal, a ser morto até.

Este acontecimento foi em Março de 1963. Contou-mo com convicção o amigo e colega com 75 anos neste ano 2020.

Amélia uma vez mais frontal na sua juventude. Calou-se afónica, a fingir, para não perguntar directamente a Salazar.

Natal

Enviaste-me, Jota, um vídeo interessante e original: o show de Natal, algures em Luanda, em que Dani L, Pérola e outros jovens cantores angolanos cantam o “Halleluia”.

Obrigada, Jota! gostei, emocionei-me e retrocedi anos atrás.

E nesse retrocesso... retomei as minhas divagações. Um Natal em Lisboa no “Lar Domus Nostra”. Não sei precisar o ano, a minha memória e as lacunas...

No ano de 196(?), não quis e não fui passar o Natal com as minhas tias, irmãs do meu Pai. Não quis ir passar as férias de Natal com elas lá na terra de neve a cair fria, “branca e fria”.

É lindo ver a neve a cair. Tinha muito calor humano familiar. Noite de consoada da terra distante, a sair para o cinema, as matinées da tarde, passear por Lisboa, fazer barulho, dar boas gargalhadas, cantar e dançar músicas angolanas, eu sei lá! Liberdade total em tempos de férias. Tudo era permitido e imaginado na irreverência da nossa juventude. Enfim livres, sem os regulamentos a cumprir no período de aulas. Eu morava pertíssimo, a escassos minutos. Encurtava o caminho passando entre as casas de papelão, de chapas furadas de gente paupérrima tremendo de frio, no lamaçal do bairro.

Era já conhecida, a preta “amiga”. Chegada ao Domus Nostra, uma das amigas vinha abrir-me o grande portal de entrada e... zás, cozinha! De improviso ou já determinado de véspera, começava-se a fazer o almoço. As “cozinheiras” faziam o que sabiam e queriam comer da terra natal e outros mimos de que tínhamos saudades. Um dia a Natércia fez funge de chouriço, que eu nunca tinha comido! Uma maneira deliciosa de comer chouriço era “chouriço enrolado em papel de jornal e assado nas brasas do fogareiro a carvão”. Que pitéu maravilhoso, dos lanches quando era criança, em casa dos meus pais! Mas funge de chouriço?? Nunca tinha comido! Comi mas caiu-me tão mal, tão mal, que quase fui parar ao hospital. Felizmente tudo acabou bem, mesmo perdendo a matinée para que o meu irmão Gilberto nos tinha convidado. Quando a Natércia estava de escala, sabia já que tinha de ter cuidado, porque abusava de gorduras. Foi nessas férias que o trio decidiu alugar um apartamento para as três, perto da faculdade. Era fácil e usual as estudantes alugarem um apartamento. Tiveram sorte. O trio deixou o “Lar Domus Nostra” e foi morar perto da universidade, num pequeno apartamento com mobiliário simples e condições satisfatórias.

Saídas do “Domus Nostra” era necessário um nome para a república das três jovens.

O Bataclan

Na altura, o escritor Jorge Amado era muito lido e apreciado. Líamos tudo que se ia publicando e era vendido nas livrarias. Num dos seus romances - infelizmente não me recordo qual - Jorge Amado falava do Bataclan. A casa Bataclan era um casino habitado pelas “escarumbas”. Nova casa, novo nome. E as escarumbas eram a Nath (Natércia), Fefa (Josefina) e Medja (Amélia).

Tinha de se inaugurar o “Bataclan” com festa. Combinou-se o primeiro domingo um almoço “comme il fault”. Bons pitéus: aperitivos, almoço feito no fogão a gás mas sem forno e sobremesa. Eu também fazia parte da casa como externa, a Nana. Tinha de participar e estar presente. Das donas do “Bataclan” a melhor e delicada cozinheira era a Medja sem dúvida!

Domingo da inauguração da casa “Bataclan” almoço a horas.

Entusiasmada, lá vou eu, “in time” com a sobremesa: bolo mármore feito com muito carinho e alegria. Todas gostávamos do bolo já conhecido. Ficou bonito coberto a chocolate com grageias coloridas a decorar, muito prática adquirida nessas férias e também noutros domingos em tempo de aulas.

E lá vou eu. A abrir-me a porta vem a Fefa a dar-me as boas vindas. Entra bem-vinda à “Casa Bataclan”. De dentro ouvi dois tons de gargalhadas: a gargalhada típica e única da Medja e a outra era da Nath.

Festa, alegria, boa disposição. Fefa era a nulidade na cozinha e tarefas de casa.

Nosso reencontro em Paris

O subconsciente traz-nos momentos vividos, bons e maus. Um momento bem marcante surgiu. O nosso reencontro em Paris, onde estava com o meu marido e camarada à espera da ordem de marcha para a “descida”. Estávamos já há dois anos à espera. A falta de responsabilidade do então

Representante do MPLA na Argélia obrigou-nos a deixar os empregos que tínhamos e lutávamos com as maiores dificuldades.

Regressando de Londres para Lisboa, onde Amélia era estudante de Filologia Germânica, enviou-me um telegrama a dizer que pararia em Paris para ficar comigo dois dias e noites. Eu estava já grávida.

Abraços e lágrimas! Saudades dos amigos. Falámos deles. De Londres a amiga trouxe-me uma oferta, a primeira peça de roupa de bebé - um babygrow lindo! E também me disse que ia ser tia. A sua cunhada Leta ia ser mãe, pela segunda vez e de gémeos.

Medja amiga regressou a Lisboa. E o Victor e eu continuámos em Saint Dennis à espera de ordens.

Foi um encontro de matar saudades e um “até breve, camarada!”

Nosso novo encontro, fui eu, já mãe de uma bebé de 8 meses, quem a recebeu em Dolisie dizendo-lhe: “ Bem-vinda, Camarada!”

Em fins de 1972.

A sopa de gimboa

Dormes, Jota? Espero que sim e que não te desperte de um sono bom e rivogorante.

Apeteceu-me, sem te acordar, relembrar passagens nossas no Internato “4 de Fevereiro”. Talvez te lembres e sorrias... A sopa de gimboa silvestre! Os pioneiros mais velhos, raparigas e rapazes, eram escalados semanalmente, para cozinharem para todos os que viviam no Internato, sem excepção. “Comíamos todos da mesma panela”: directores, professores e os pioneiros mal alimentados.

Os escalados iam às compras dos ingredientes no mercado da chamada cidade de Dolisie. Chocados e numa azáfama acendiam a lenha para fazer as brasas e começavam a preparar a sopa.

À noite, o jantar era sopa, enquanto a direcção tivesse dinheiro, (nos meses de crise, de Dezembro a Abril, as refeições também entravam em crise. Não havia sopa. Havia sim um chá de folhas de abacateiro e pão com margarina). Algumas noites, quando a sopa estava a ser feita ia à cozinha apanhar brasa para o meu ferro de engomar e passar a roupa da minha bebé. E de tanto observar aqueles pioneiros numa luta titânica para fazerem uma mísera sopa com amostras de couves, tomate quase invisível e batata que só mudava a cor da água em quantidade nos panelões, um clique surgiu do meu subconsciente. Alto! Há tanta verdura de várias espécies aqui à volta dos dormitórios e próximas dos poços-balneários das raparigas! Há farinha de milho vitaminada das doações, porque não fazermos uma sopa alimentícia, espessa a encher as barrigas, para termos uma noite bem dormida? (Nós os três, Jota, já fazíamos sopa na panela de esterilizar os biberons da bebé, mas estas nossas sopas eram feitas com o arroz de feijão do almoço. Tu e a Amélia cada um com o seu garfo separavam o feijão do arroz. O feijão era passado no “passe-vite” para ficar em puré e os grãos de arroz inteiros. Tínhamos sopa boa, deliciosa!)

Para concretizar a ideia da sopa para todos no Internato, tinha uma dúvida. Não me lembrava como distinguir a gimboa bravia da comestível. Recorri ao enfermeiro dos SAM, angolano nascido e criado no Zaire (infelizmente não me recordo do nome). Ao pedir-lhe que me ensinasse a distinguir a gimboa, riu-se, riu-se muito e com gosto. Perguntou-me onde e como tinha aprendido que havia gimboas diferentes? (o meu bronzeado não se coadunava com a minha curiosidade) e contei-lhe, muito pacientemente. Caminhando lado a lado, desde os SAM foi-me ensinando que havia gimboas quase rasteiras até atrás de um sítio onde entre outros “capins” nasciam gimboas viçosas e de folhas largas, dada a fartura de água. (As nossas sopas a três já eram enriquecidas com gimboa que tu colhias. Lembras-te, Jota?) E do comentário de um pioneiro adolescente, quando te viu colher as folhas para a nossa sopa? - Camarada professor, está a apanhar esse capim? A gente costuma urinar aí! E tu respondeste-lhe: - Não faz mal, tem mais adubo.

Num fim de dia chovia torrencialmente. O jeep não podia levar os cozinheiros escalados às compras para fazerem a sopa do jantar. Sugerí-lhes e fui com eles à cozinha. Uns acendiam a lenha, outros foram apanhar gimboa, que já conheciam por te verem colher mas não sabiam qual a finalidade. À porta do seu quarto estava o director Balumuka a observar a chuva talvez cogitando o que seria o jantar. Entretanto viu aproximar-se, debaixo da chuva intensa, um pioneiro com uma grande braçada de gimboa. Chamou-o e perguntou-lhe que capim era aquele? O pioneiro, meio assustado, respondeu-lhe e disse a finalidade daquelas folhas colhidas, o capim que nascia com abundância em terreno-mictório. O Director irritado, na sua posição de ditador, sentiu-se desrespeitado e mandou-me chamar ao interrogatório, pois o pioneiro citou o meu nome. E lá fui eu. Com ar autoritário perguntou-me se me responsabilizava pelas consequências. “Responsabilizo-me sim!” E o camarada pode comer a sopa de gimboa sem receio. É o jantar para todo o Internato. Não se preocupe por os pioneiros não poderem ter ido à praça. E esta sopa até é melhor e mais barata. Temos os ingredientes todos cá. A farinha de milho vitaminada, óleo... “Assumo toda a responsabilidade pela saúde de todos”. E voltei para o meu quarto-dormitório, sala, cozinha. No dia seguinte não me mandou chamar. Foi ele ter comigo. Estava vivo, são e escorreito, sem sintomas de doença. Agradeceu-me, tinha gostado da sopa! As nossas relações tornaram-se menos tensas daí em diante. A sopa substituiu e bem a anterior. Era mais alimentícia e feita com ingredientes gratuitos.

Abençoada gimboa! E era tão boa a sopa de gimboa mesmo regada com a tua urina e a dos

pioneiros!...

Jota, lembro-me das sopas de gimboa feitas com folhas especiais graças ao uso do riquíssimo fertilizante humano.

Gostei dos detalhes das tuas lembranças de que já não me lembrava.

Também me lembro dum outro pitéu ligado à gastronomia de Cabinda que a Amélia fazia, kizaka, feita com folhas de mandioqueira. Lembras-te?

No regime de fome em que sobrevivíamos, improvisávamos muitos pitéus que constituíam um verdadeiro cardápio gourmet – sopa de gimboa, caril feito com conservas de caril chinesas levadas pelo Paiva e a açorda de sardinha levadas pelo Lúcio Lara. O Lara gostava de açorda. Quando tivéssemos esses pitéus na mesa, além de se combater a fome, conseguíamos desfrutar do prazer proporcionado, repito, por uma ementa gourmet, não achas?

E o feijão cheio de gorgulho que a Direcção do Internato nos deu?

Não se deitou fora.

A Amélia arranjou rapidamente uma solução.

Agarraste bem o saco onde os bichinhos se mexiam e Amélia deitou sheltox! Uma quantidade enorme! Deu uma gargalhada boa e disse-nos: o saco fica bem fechado. Amanhã abrimo-lo espalhamos o feijão durante uma semana para desintoxicar e fazemos uma sopa gostosa sem bichos. Mas uma sopa boa com gimboa!

Outros manjares

Se me lembro dos nossos pitéus !... A kizaka feita pela Amélia, a maiaka feita com bolinhas de mandioca, delicada e pacientemente feitas e cozidas a vapor como? Nós, tu e eu meros espectadores. Originária de Cabinda, só a Amélia as sabia fazer. A celebérime panela de ferver biberons transformada em “multi-usos”. Era bem melhor do que as actuais Bimby.. e era assim:

1ª etapa – procurar pauzinhos compridos que eram cortados de modo a ficarem bem seguros. A Amélia colocava-os em quadriculado na ranhura de fixação que a panela tinha. Depois, as folhas de bananeira, bem lavadinhas, a cobrir o quadriculado de paus na panela já com a água necessária a ferver, e a delicadeza, o gesto na colocação das bolinhas sobre o “rendado”. Não ficavam encostadas, só muito próximas para apanharem o vapor da água em ebulição. A Chef Amélia tapava a panela multi-usos e deixava “x” minutos a cozer. Espreitava de vez em quando e a determinada altura dizia “já está!” Retirava-as uma a uma e colocava-as num prato raso (não tínhamos travessa) dispostas com decoração e requinte.

A maiaka, linda para os olhos e para o paladar, deliciava-nos.

“Os olhos também comem”.

O nosso cardápio era muito especial. Requentado e de bom gosto naquele mundo em que vivíamos.

Então, poderia lá esquecer-me das latas de frango de caril chinês em que o frango estava quase todo desfeito?

Um pormenor que talvez tu tenhas esquecido, mas vais relembrar. A minha bebé fazia um anito a 15 de Março de 1973. Dias antes, havia recebido um telegrama a dar-me a notícia da morte do meu pai a 7 de Março. Estava inconsolável. Perdia o meu pai que tão mal o havia deixado, antes da “descida”. Amélia disse-me: – Nana, temos que festejar o primeiro anito da Utima. Já fizemos há dias o vestidinho para estrear no seu aniversário. Vamos fazer um bolinho com os ovos em pó, a farinha de trigo e fermento de pão que temos cá. Nada de tristeza. “ Mas nós nem fôrma temos no Internato”.

“A camarada, esposa do camarada Teta, enfermeiro dos SAM, tem uma em casa e já se ofereceu para irmos lá.

Amélia, tu, o Nino e eu fomos apanhar lenha de manhã cedo depois da formatura. Era quarta-feira, dia em que não havia aulas. Já tínhamos os ingredientes e a fôrma que era uma lata baixinha, redonda, larga de goiaba. E lá fomos à lenha! Apanhámos uns pauzinhos enfezados. Nada fácil de se encontrar. Ao chegarmos à casa do forno a camarada disse-nos: “Esta lenha não presta. Não dá para acender o forno. Os paus secos são finos”. Perante a nossa decepção, a camarada Teta decidiu acompanhar-nos a apanhar e escolher paus mais grossos. E lá voltámos mais alegres. Enquanto ela e o Nino acendiam o forno, Amélia e eu fomos batendo a massa para o bolo. Com um garfo e colher de pau toscos. Não havia batedeiras. Depois de algum tempo de controlo o bolo foi retirado do forno. Pouco cresceu. Regressámos felizes, mesmo sem almoçarmos.

Tínhamos tudo para o almoço e até bolo de aniversário! Maiaka, kizaka, arroz branco e frango de caril enlatado dos chineses. E o bolo, mesmo massudo, cantámos os “Parabéns a você”. E também me lembro perfeitamente do Camarada Lúcio Lara ter comido connosco, como já contaste. E do Paiva, meu compadre, sempre carinhoso com a sua afilhada. Quando ia a Dolisie levava sempre um frasquinho de vitaminas para a bebé.

Canto de convicção e certeza

Amélia alegre, sorriso contagiante, voz maravilhosa a cantar.

Quantas vezes cantávamos sorridentes mas convictas “Angola will be free”, as três vozes,

sobressaindo a da Amélia, a sua maravilhosa voz. Da música tão conhecida da contestatária Joan Baez adaptámos o refrão para a nossa ambição, ainda sonho....."Angola will be free". No fim batíamos palmas, ríamos em altas gargalhadas. O nosso sonho a caminho da realidade.

Fernanda Saraiva de Carvalho

SENTIR E EVOCAR AMÉLIA MINGAS DE A A Z

A

Amélia Mingas. Conheço muitas «Amélias». Mas na primazia da memória, de quem me recordo, é de Amélia Mingas.

B

Bondosa e brava. Amélia era generosa, mas quando bravava...

C

Congo. Indissociável pensar no Congo Brazzaville e esquecer a Amélia e o Jota.

Ciência. Amélia pensava com as Ciências Sociais e Humanidades. Ela sabia pensar cientificamente o mundo.

D

Decana. Primeira Decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN).

E

Escola. Impossível não associar Amélia Mingas ao Internato 4 de Fevereiro, antiga escola dos pioneiros do MPLA, situada em Matsendé (localidade próxima da actual cidade congoleza de Dolisie).

F

Frontalidade. Amélia era uma mulher frontal quando se tratava de defender causas e convicções.

G

Gramática. Amélia era um profundo exercício heurístico, nomeadamente, quando dissertava sobre a estrutura gramatical das línguas bantas e do lugar da língua portuguesa em Angola.

Gargalhada. O seu riso acompanha-me desde o Congo Brazzaville.

H

Honestidade. Nas suas múltiplas vertentes. Mas o que retenho é sobretudo a sua profunda honestidade intelectual.

Humor. Até com ar sério conseguia dizer uma piada.

I

Independência. O contributo que ela deu para a independência de Angola é inquestionável.

J

Jota. Não consigo conceber a Amélia sem o Jota e vice-versa. Duas faces do mesmo afecto.

K

Kapa. O famoso K sobre que Amélia dissertava quando abordava a problemática do alfabeto em Angola.

L

Linguística. Dava gosto ouvir a Amélia dissertar sobre a estrutura gramatical das línguas.

Luta Anticolonial. Impossível dissociar Amélia Mingas da luta anticolonial.

M

Militância. Amélia foi uma militante não só no plano político organizacional mas igualmente uma militante do rigor científico.

N

Nacionalista. No sentido de pensar Angola no sentido pátrio; de construção de uma nação.

O

Oh. Desde a minha infância que a interjeição Oh! Está associada a Amélia Mingas: «Oh! Jota; Oh! Cielito.»

P

Primavera. Recordo-me de ver Amélia Mingas com um vestido primaveril, já na qualidade de Decana. Foi a única vez que associei o decanato à primavera.

Q

Questionamento. Não podia deixar de ser. Amélia Mingas era um eterno questionar sobre a forma como se abordava a Ciência em Angola, nomeadamente, quando se debruçava sobre a problemática da língua portuguesa falada em Angola.

R

Revolucionária. No sentido de seu engajamento na luta de libertação nacional, mas igualmente no sentido de um projecto societal, democrático, assente no progresso e na justiça social.

S

Sorriso. Tal como a sua gargalhada, o seu sorriso remete-me para a infância. Desde o Congo que este seu sorriso me acompanha.

T

Tenacidade. Ficou-me sempre esta visão de uma mulher tenaz. Sobretudo quando se tratava de defender «causas perdidas».

U

Urbanidade. No sentido cosmopolita do termo. O de ser angolana, africana e universal.

V

Vento. Tal como o vento, Amélia não passava despercebida. Quer no silêncio quer na palavra.

X

X. Tal como a vida, Amélia Mingas será sempre uma fascinante incógnita.

Z

Saudades. Não me vem a cabeça uma palavra começada por esta letra referente à Amélia Mingas. Só me resta construir o seguinte deslize gramatical: tenho «Zaudades da Amélia Mingas».

Memória

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.
Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.
As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão
Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.

Carlos Drummond de Andrade

Fidel Reis

AMÉLIA, MINHA IRMÃ

Conheci-te em meados dos anos 70, em Luanda. Nascida no Lubango, onde fui criança, adolescente e me tornei mulher, vivi três anos em Luanda para frequentar a Universidade. Ainda nessa cidade casei e fui mãe do meu primeiro rebento, um rapazinho, mas a melhor qualidade de vida que o Lubango oferecia, sobretudo para um casal no início da vida conjugal, e também o clima planáltico mais recomendável para o nosso menino, levou-nos a voltar para a minha terra natal, também a terra onde conhecera o Domingos, ex-colega no Liceu Diogo Cão, tornado meu marido. E no Lubango fui mãe de mais dois descendentes, outro rapazinho e a muito ansiada menina. Brincando, dizíamos que Moçâmedes era a terra do Domingos, Lubango a minha terra e Luanda a nossa terra. E foi para a nossa terra, Luanda, que nos mudámos logo após a independência de Angola. Recém-voltados a essa cidade, iniciei funções como professora de matemática no Liceu Salvador Correia, mais tarde chamado Mutu Ya Kevela. No primeiro dia, enquanto aguardava o toque de chamada para uma aula, vi-te passar no corredor do Liceu e de imediato deduzi seres minha colega, pelo à vontade com que te movimentavas e porque levavas sob o braço uns quantos livros. Chamou-me a atenção a maneira como te vestias e o teu ar imperturbável. Contrariando a moda que impunha as saias justas e muito curtas, tu usavas uma, rodada e até meio da perna. Em vez da vulgar *t-shirt*, vestias camisa de tecido branco, fino, manga curta, com gola e virados. Os sapatos eram rasos, de estilo desportivo. Tinhas o cabelo, negro e frisado, preso na nuca e uma postura que mantinha o pescoço bem na vertical, no alinhamento das costas. Lembro-me de ter conjecturado para mim própria, nessa altura, que parecias uma tutora inglesa, como que saída de um filme, conjectura que me fez sorrir por ter atribuído um certo ar britânico àquela colega negra que vira passar.

O cumprimento, em qualquer ponto de Angola, é um gesto que não se regateia nem mesmo a um desconhecido pelo que, embora fugazmente, cumprimentámo-nos. Esse conhecimento aprofundou-se nos encontros na sala de professores. Por sistema via-te fazer um cumprimento abrangente que era correspondido pelos presentes, sem grande cordialidade nem outros desenvolvimentos de convivência. Estranhei essa constatação. O tempo esclareceu a estranheza. A sociedade da altura apontava-te o dedo por teres pertencido à Revolta Activa. E, por pertencer a esse mesmo movimento, estava encarcerado o teu marido, companheiro que o foi toda a tua vida numa ligação cimentada na convivência como guerrilheiros lutando pela libertação de Angola do jugo colonial.

Com o decorrer do tempo as saudações que trocávamos foram-se tornando mais amistosas e o diálogo acabou surgindo. Conversas menos banais nasceram e proliferaram, embora levasse algum tempo para tal acontecer, reservada que te tornaras fruto das contingências de então. As afinidades entre nós eram muitas, a crença num futuro promissor para a nossa Angola e a luta quotidiana para participarmos na construção desse futuro e na superação de carências de todo o tipo, aproximaram-nos até nos tornarmos grandes amigas. E foi esse convívio que te levou até ao meu agregado familiar onde facilmente te integraste. O Domingos cultivou contigo uma grande camaradagem e os nossos filhos logo te adoptaram como tia. Quebrada a carapaça com que te protegias, encantámo-nos com a tua personalidade reinadia e temperamento caloroso. Em nossa casa, que frequentavas amiúde, dormias sempre que as nossas conversas se estendiam pelos serões, noite adentro, desaconselhando o teu regresso a casa, vazia, já que o Jota estava preso e só se viam esporadicamente nos horários permitidos. Tornáramo-nos irmãs, tu negra e eu branca, e a cor da nossa pele servia, muitas vezes, de motivo para chacota. Lembro-me de um dia me teres desafiado para, no intervalo de duas aulas, irmos a uma Loja do Povo, nos Combatentes, onde soubeste que estavam a vender “Cornichons” em embalagens de vidro. O povo em geral, e também eu, diga-se de passagem, desconhecia tal alimento, pelo que a procura era nenhuma e, conseqüentemente, a venda não era racionada e podíamos comprar quantas embalagens nos apetecesse.

A informação confirmou-se e abastecemos-nos de uma série de embalagens. Chegadas à caixa para pagar, a operadora interpelou-me:

- A camarada quer estas embalagens todas?

- Sim, se faz favor!

Depois, dirigindo-se a ti:

- E a Senhora, também leva cinco embalagens?

- Sim, levo cinco embalagens!

Quando saímos da loja ambas desatámos a rir, e eu comentei:

- Não haja dúvidas que o tempo está a mudar! Na era colonial, em situação idêntica eu seria a senhora e tu a rapariga! Agora eu sou a Camarada e tu a Senhora!...

Episódios, como este, desse tempo inesquecível, fizeram-nos gargalhar, quando recordados, pela vida fora.

Quando o Jota foi libertado, com naturalidade o adoptámos também como irmão. Um ser, que por ser tão contrastante, te completava. A tua exuberância e a sua reserva, as tuas sonoras gargalhadas e o seu sorriso franco mas comedido...

Até que aconteceu, como tu mesmo disseste, que a Terra que nos uniu, nos separou. Um problema de saúde da Luena, nossa filha, e os poucos recursos nos cuidados de saúde em Angola obrigaram-nos a procurar um lugar onde ela pudesse ser assistida. A geografia separou-nos, mas mantivemo-nos sempre juntas, nas conversas à distância e sobretudo em pensamento. A cada

reencontro, o espaço que mediava até ao anterior desaparecia no primeiro abraço e o nosso relacionamento voltava a ser fluente como se nos tivéssemos encontrado na véspera. As conversas sobre a nossa Angola foram invariavelmente marcadas por uma resistente esperança. Sempre criticámos o que corria mal mas, arranjando justificações, antecipávamos e acreditávamos em mudanças de rumo num melhor sentido.

Um dia, porque passaste por Portugal, resolvemos fazer uma surpresa ao Domingos e planeámos que estivesses presente na festa do seu aniversário. Vieste para o Algarve de comboio e encontrámo-nos na estação de Tunes, só as duas, para manter a surpresa organizada. Quando nos avistámos mutuamente, corremos uma para a outra e nos abraçámos, o festejo foi tão exuberante e à moda da nossa terra, que quando nos separámos nos apercebemos que os restantes transeuntes nos olhavam entre surpresos e divertidos. Passaste alguns dias connosco. A festa de aniversário foi só a três porque quando nela participa um amigo como tu até preferimos dar-lhe a exclusividade. Horas de tanto carinho, de tanta alegria e de tanta gargalhada que quando os dois te vimos partir, a bordo do comboio, nos abraçámos e chorámos. Tão difícil de explicar ... era parte da nossa alma que nos deixava para contigo viajar.

Nas nossas diferentes deslocações a Angola, nos últimos anos, sempre estivemos convosco, amigos incondicionais e queridos.

A última vez que nos vimos foi em Lisboa. O Jota a convalescer de problema de saúde e tu irradiando bem estar, força, saúde e alegria. Quando vos deixámos na Gare do Oriente, porque no dia seguinte regressávamos ao Algarve e vocês voltavam para o sítio que vos alojava, demos aquele abraço. Um abraço longo e apertado como sempre demos mesmo sabendo que nos veríamos no dia seguinte. Não imaginava eu que esse abraço da Gare do Oriente seria o último que puderia dar-te.

Amélia, minha mana, como sempre nos chamámos, fazias tanto parte de mim que me sinto incompleta, decepada de um pedaço que jamais recuperarei. Morreste na nossa Terra. Sabe-se lá se o mais correcto não será dizer que morreste por estar na nossa Terra! Mas a Terra, que por sentirmos tão nossa foi sempre o elo mais forte que nos uniu, será o campo onde a nossa amizade sempre florescerá.

Até sempre mana Amélia! Eu, o Domingos e os "teus" três pequenos nunca deixarão de te ter no coração!

Graça de Sousa

PESSOAS QUE FICAM NO TEMPO – UMA MULHER DE EXCEPÇÃO

Sinto o peso do exercício de redacção desta narrativa, tanto pela responsabilidade que acarreta quanto pelas emoções e recordações que desperta em mim. Ninguém sai incólume de um encontro com a Professora Amélia Mingas, Professora de excelência, uma mulher exemplar, generosa e de uma sinceridade desarmante.

O que dizer para homenagear um mulher extraordinária, com quem tive o privilégio de debater ideias sobre temas relevantes e diversos e que me permitiram mudar a minha perspectiva sobre o mundo? Enumerar a longa lista dos seus feitos importantes? Frisar o rigor e a iberdade dos seus princípios? Sublinhar a sua enorme gentileza e respeito absoluto pelos seus colegas e amigos?

Conheci a Professora Amélia Mingas em Cabo Verde, era ela a Presidente do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Esse encontro em Cabo Verde marcou definitivamente a minha vida, posso dizer que uma parte da minha realização profissional e científica passou pela sua presença e amizade. Acompanhou-me ao longo dos tempos participando nas minhas provas de HDR (Habilitation à diriger des Recherches - Diploma mais elevado em França) na Sorbonne em Paris. Era ela também filha da Sorbonne e a Francofonia chora hoje a sua partida. Perdi uma Grande Amiga, uma Professora, uma Confidente.

Como testemunho da grande riqueza que foi tê-la conhecido e com ela ter aprendido muito, e ainda mais ter tido o privilégio de poder considerar-me amiga dela e da sua maravilhosa família, gostava de lembrar algumas características que a fazem absolutamente excepcional como ser humano. E que fazem, além disso, Angola um país feliz e afortunado por ter tido uma tal filha!

Tinha as qualidades que “humanizavam” a sua grandeza. No convívio era amável, solidária, sorridente, imensamente divertida e imprevisível – sempre formidável. Graças ao seu «nihil obstat» subia-se à tribuna com alma nova! A Mulher capaz de transformar, por exemplo, um simples jantar em tertúlia erudita, discorrendo brilhantemente.

Tive a sorte inaudita de ser amiga da Amélia e a felicidade de partilhar momentos inesquecíveis com ela, aprendendo com a sua meticulosidade, a sua sabedoria, o seu humanismo e a sua liberdade. Afável, leal, alegre, corajosa, sensível, perfeccionista, determinada e grata: são estes, de entre muitos outros, os adjectivos que escolhi para caracterizar a Professora Amélia Mingas.

Todavia, o que mais me marcou foi o facto de que a Professora Amélia não se limitava a compreender bem uma questão complexa: tentava sempre analisá-la numa perspectiva original, para tentar realçar aspectos até então ignorados e, frequentemente, propor soluções inesperadas. Foi também um modelo atípico da docente devotada a uma causa, dado que a sua devoção não carecia de estrutura, quadro ou organização. Assentava em convicções fortes, daquelas que dão sentido à existência. Foram estes princípios basilares incontornáveis – liderados pela dignidade humana – que lhe serviram de referência ao longo de toda a sua vida exemplar. Foi uma humanista, aficionada da cultura, entusiasta, dotada de uma forte capacidade de persuasão.

Uma grande humanista! Foi e será sempre uma mulher inspiradora para mim. Foi uma consciência, uma grande Angolana e, acima de tudo, um grande Mulher. Amélia Mingas era uma mulher livre, livre nas suas escolhas, livre nas suas devoções, livre no seu discurso, livre na sua vida. Esta lição de vida não se apagará com a Amélia, dado que esse espírito continua vivo, para sempre.

A nossa querida Amélia, defensora de causas, sempre foi dona de uma personalidade bem vincada. Vincada! Pois sim! Amélia Mingas era uma mulher de personalidade e vanguardista em inúmeros domínios, sabia exactamente aquilo que queria. Munida de um rigor irrepreensível, no fundo, acaba por ser uma eterna rebelde sob um véu de delicadeza. A sua capacidade de privilegiar a concretização do objectivo a alcançar em detrimento da busca do seu prestígio pessoal. Debruçando-me rapidamente sobre a sua extraordinária inteligência, a palavra “brilhante” assola a mente de todos os que o conheceram. A sua inteligência era viva, rápida, efervescente.

Presentemente, nestes momentos de dor profunda para toda a comunidade universitária ... , ainda sofro – pela perda desta “Grande Dame” de rara nobreza de alma e de requinte moral extraordinário, a Professora Amélia sempre me concedeu a honra infinita de me brindar com a sua confiança moral e estima intelectual, sempre fiéis e intactas. Quero expressar-lhe aqui a minha eterna gratidão.

Seguramente que muito haverá para dizer sobre a amiga, a mulher, a cidadã, a profissional com um fantástico percurso ascendente por mérito próprio e competência reconhecida em termos nacionais e internacionais. Levar por diante o legado, de que a nossa Professora Amélia, nos deixou, é a meu ver, a melhor forma de demonstrar, por actos e não somente por palavras, a nossa estima e a nossa saudade – saudade do passado vivido com ela e movimento para o futuro, em que a sua memória há de viver. Não podemos, por isso, deixar, com o nosso silêncio ou inércia, perder-se no esquecimento geral a memória da sua admirável intervenção cívica.

Viver é percorrer a vida, é como caminhar na areia, deixando forçosamente pegadas. Algumas desaparecem, ao primeiro sopro do vento. Outras, mais profundas, enraízam-se e permanecem na memória daqueles que ficam. Acredito que os feitos da Professora Amélia Mingas ficarão gravadas na nossa memória durante muito tempo. É certo que partiu, para sempre. Mas continuará presente, pois soube marcar a História da humanidade. Viver não significa não morrer, mas morrer ficando... vivo. Nos seus actos, nas suas acções, nas suas realizações. Viver não significa obrigatoriamente

viver durante muito tempo, mas sim morrer sem... morrer. É partir, ausentar-se... ficando. Eis a marca dos grandes Seres!

Hoje, almejo sobretudo recordar esses momentos que partilhámos e que me inspiram a travar, com a ajuda de outros, as lutas que também travou. A sua memória perdurará para sempre entre nós! E afianço-lhe que a ponte que lançou entre dois mundos também!

Obrigada por tudo, minha saudosa Amélia ! Se pudesse alguma vez criar um governo de glórias, penso que deveria ser, a Ministra da defesa da Língua !

Paz à sua alma e que repouse onde repousam os justos.

Isabelle de Oliveira

KANDANDU

Naquele mês de Dezembro de 2014 havia, em Macau, um Congresso, no qual decidi participar, levando como acompanhante o meu marido. Chegados ao aeroporto de Hong-Kong, via Londres, encontrámos uma certa agitação ao entrar na zona onde deveríamos apanhar o Jetfoil para a cidade de Macau. Havia uma movimentação inusitada de pessoas, entre elas algumas colegas já minhas conhecidas, que tentavam prestar ajuda a uma elegante senhora preta (tal como a própria se definiria posteriormente), que se impunha pela sua presença, e a quem, segundo parecia, faltava uma qualquer autorização. Não pude silenciar o espanto, perguntando: “Não é a Professora Amélia Mingas?!”

Era mesmo ela. O problema não se solucionou a tempo de ir no barco em que partíamos.

Uma vez na cidade, que já estivera sob administração portuguesa, fomos para o Hotel, onde nos preparámos para ir auscultar o pulsar daquele novo ambiente e jantar. Eis quando me dou conta de um bilhete no chão do quarto, junto à porta de entrada, e que rezava assim: “Fomos buscar a Professora Amélia ao ferry. Como não tinha hotel reservado, deixamo-la aqui porque sabíamos que estavam cá. Tomem conta dela. Quarto XXX. Lurdes”.

Eu conhecera a Professora Amélia em 1999, exatamente em Macau, num outro evento científico. No entanto, nunca me aproximara dela, dada a sua notoriedade. Naquele dia, não havia como contornar o contacto. “Enchi-me de coragem” e fui convidá-la a acompanhar-nos. A resposta foi, de imediato, afirmativa, mas queixou-se que não conseguia ligar para casa, não percebendo a razão do sucedido. Na sua opinião, deveria ser do cartão, mas, como íamos sair, o problema poderia ser solucionado numa qualquer loja de telemóveis. Depois de alguma dispersão quanto ao que pretendia levar, lá deixámos o hotel.

Parámos em várias lojas, mas ninguém conseguia resolver a questão, ou melhor, ninguém conseguia convencê-la a adquirir um cartão macaense. Foi já a correr que entrámos num restaurante no Largo do Leal Senado. O jantar decorreu em grande animação, como se a nossa proximidade já há muito se tivesse estabelecido.

Nos dias que se seguiram, fomo-la conhecendo melhor: a sua alegria, generosidade, honestidade, combatividade, dedicação, humanismo, argúcia, frontalidade, lealdade, mas também Saber. Encantávamo-nos a ouvi-la falar sobre as línguas e a(s) cultura(s) de Angola (e de África, em geral), a sua história de vida e os argumentos que apresentava na defesa intransigente da Língua Portuguesa face a um novo Acordo Ortográfico com o qual discordava em absoluto. Não nos passou despercebida a sua desorganização, que, por exemplo, nos levou a ir à estação dos ferries mais de 3 vezes, faltando sempre um documento (passaporte, bilhete de avião, ambos, etc.), acabando por lá ir sozinha, assim como o seu permanente atraso, razão pela qual tivemos de ir de táxi para a Universidade todos os dias em que o Congresso decorreu. Descobrimos que esboçara “mil” projectos para a sua instituição, para a sua Faculdade de Letras, para a sua Universidade Dr. Agostinho Neto e para o seu país, Angola.

Quando nos despedimos, sabíamos que seríamos Amigas para sempre e que a palavra kimbundu, que, em português, significa “estamos juntas”, seria a mais utilizada entre nós: *Kandandu*

Lúcia Vidal Soares

A GENTILEZA DE UMA MULHER DE ANGOLA

Encontrava-me no meio do doutoramento e juntara vários trabalhos com vista à minha tese. Uma tese sobre o percurso de Manuel Rui, literário, claro está, mas com um mergulho profundo sobre o pensamento e a vida desse extraordinário e maior nome da literatura angolana.

Entusiasmado, enviei esses trabalhos para a União dos Escritores Angolanos (UEA). Corria o ano de 2012. A UEA, ao contrário do que esperava, respondeu de caxexe, que sim, queria editar o livro.

E assim foi: “Manuel Rui: Percursos transculturais na obra do escritor” nasceu mesmo nesse ano 2012, bem encadernado, bonito.

Faltava, agora, o lançamento, a apresentação. Comecei a amealhar, retirados da minha pensão de reformado e para além das altas propinas do doutoramento, todos os euros possíveis, pois tinha de pagar a deslocação a Luanda. E parti, voo na TAAG, excelente serviço, estava em casa no avião.

Aviões ofereceram-me mais uma magnífica estada, não sei como pagar-lhes tanta ajuda.

Claro que estabelecera os contactos com o Secretário das Actividades Culturais da UEA, para combinar a cerimónia de apresentação do livro, também enviara emails para os conhecidos que poderiam ter interesse em estarem presentes e solicitei que a UEA fizesse o mailing habitual.

Foi, pois, com um espírito cheio de excitação legítima que, dois dias depois da chegada e bastante antes da hora marcada, me apresentei na sede da União dos Escritores Angolanos. O bonito e célebre edifício, sede de tantas “makas”, encontrava-se impecavelmente arranjado para a cerimónia, tudo rigorosamente no seu lugar, os funcionários em prontidão total.

Depois, a hora marcada foi-se aproximando enquanto constatava, estranhamente, que não se denotava agitação especial. O momento chegou, creio que eram 18h00, e tinha na minha presença, um velho conhecido poeta angolano e os funcionários a quem se juntara um editor e livreiro meu bom amigo, o Arlindo Isabel.

Dada a claríssima falta de “quorum” para se avançar, procedeu-se ao cancelamento da apresentação de “Manuel Rui: Percursos transculturais na obra do escritor”, naquela sede da União dos Escritores Angolanos, uma obra editada pela mesmíssima Instituição.

Tentei obter informação que justificasse o acontecido, mas até hoje, 8 anos passados, continuo na ignorância dos factos. Apenas sei que o Secretário-geral da UEA estava ausente e o Secretário das Actividades Culturais se encontrava ‘em serviço’.

Uma coisa eu já sabia: o maravilhoso, o fantástico e o mágico são características do pensamento africano, por isso, era assim e assim era. Ponto final, ou talvez não?

Então, surgiu o volte-face, também mágico:

Arlindo Isabel não gostou do que viu. E, no dia seguinte, pelo telemóvel, comunica-me: “Dr. Gaivão, hoje à tarde, no auditório da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, será feita a apresentação do seu livro”, “Como conseguiu?”, perguntei-lhe, “A Doutora Amélia Mingas, quando eu lhe disse o que se passara na UEA, marcou logo esta sessão”.

Fora, pois, a Doutora Amélia Mingas a resolver o contra-feitiço. Com ela e sua família, eu já tinha almoçado na Ilha, o conhecimento mútuo provinha de outros encontros antigos em Luanda, Lisboa, Cabo Verde e por aí fora e tinham alicerçado um respeito imenso e amizade pura.

Nessa tarde, no auditório da Faculdade de Letras, Amélia Mingas, sempre atarefada, reuniu professores e alunos para aquela sessão transplantada da UEA. Houve debate, houve interesse, houve alegria.

Depois da sessão, acabada um tanto à pressa, foi ainda com mais pressa que fiz questão de beber uma kissângua maravilhosa que os alunos tinham preparado, numa salinha ali ao lado.

Na zuna, levaram-me para o aeroporto, quase tive de correr atrás do avião.

Ficou, para sempre, gravada no mais fundo do meu coração e da memória, a gentileza magnânima duma grande, grande senhora, uma mulher de Angola.

Luís Gaivão

SE EU UM DIA...

“**O**u a palavra é o princípio e negação da eternidade ou o eterno só terá começado - sem ter sido concluído - com a palavra. A cosmogonia dos gestos, dos sons, dos símbolos - da palavra como elemento da criatividade mais inicial, a palavra como princípio de se conhecer a existência. Como princípio de todos os princípios e descoberta da vida pelo conhecimento da morte.”

Quantas vezes já usei este parágrafo para começar um texto sobre a palavra, principalmente, quando opero, literariamente, da escrita à fala, isto é, depois dos códigos, porque a escrita “quando legislada” é dogmática e por isso a Amélia diz que o problema da língua ou a situação de língua, referindo-se à língua portuguesa em Angola, é um problema político, isto é, qual a norma e o que ressalta da transversalidade do convívio com as línguas originárias ou regionais, as línguas dos lugares onde mora a floresta, os segredos do passado e a linguagem com que a matriarca dos elefantes dá ordens.

A Amélia labora sobre a palavra que se fala para comunicar ou fazer arte, a oratura, sobre a problemática da palavra escrita e ainda sobre a nossa literatura.

Desde a nossa independência que, aqui e além, se levantava o problema do ensino das línguas regionais (também designadas por línguas nacionais). Muito se falou e menos se fez do que os dicionários que os religiosos do invasor organizaram.

A Amélia, só, faz mais que todos os palradores. Dominando com excessiva fluência a língua portuguesa bem como a arte de bem falar, sabendo respeitar os silêncios, consegue sempre a comunicabilidade que empolga quem a escuta sugerindo a problematização, porque afinal é do problema da palavra que estamos a tratar.

Outro patamar são os seus estudos sobre a língua portuguesa em Angola, a política de língua, os neologismos importados de falas marginais, a língua é como um rio, das suas margens caem pedaços de terra, capim, arbustos envelhecidos e o rio enriquece-se, o que ontem era proibido ou calão amanhã aparece nos dicionários.

Os trabalhos que a Amélia escreve e publica são exercícios de profunda meditação, sempre de intenção didática com base na pesquisa sobre a realidade da palavra para além do estar mas sempre perto do que mais nos interessa: a nossa existência na palavra para sermos nós.

Dizia-me um mais velho do Uíge que em Luanda quem não sabe português não arranja emprego, é quase isso. Mas a Amélia contou-me uma situação extremamente esdrúxula e dramática. A mãe, falante de umbundo pôs o filho na escola, bom aluno, chegou ao médio. Um dia ela queria dar um ralhete detalhado mas não conseguia em português e o filho não falava umbundu. Pediu à vizinha que traduziu tudo para português. No fim o filho abraçou-se à mãe emocionado e a pedir perdão por não falar umbundo. Ele devia ter sido alfabetizado na língua materna e em português o que ainda hoje, parece está para acontecer, graças à perseverança da Amélia.

Ela também olhava para a nossa literatura e as ocorrências transgressórias como o hibridismo, a interferência ou desescrita (desdogmatizar o código do outro e reorganizar o caos).

Em toda a sua trajetória sobre a palavra, o ser e o estar, a Amélia, no conjunto do seu tesouro, percebem-se flutuações da nossa oratura, como se estivesse sempre contando, posso por isso falar numa poética da palavra laborada pela Amélia que gosta da terra a cheirar a chuva no Huambo, das plantas e dos pássaros.

Falo no presente porque sinto e vejo o teu sorriso contagiante à minha frente.

Amélia, se um dia eu for poeta cada vez que passar por ti vou-te chamar Flor.

Manuel Rui Monteiro

ACTO I A DOAÇÃO DE SENTIDO

Era no tempo da chegada de novos camaradas. Luís Carmelino Júnior, de seu nome e Jota para a Amizade, bateu à porta do céu soalheiro e “caliente” de Brazzaville, “Capitale du Pays”, no último mês do ano de 1971.

Transportava na mala da viagem pela vida e na bolsa da saudade de quem ama, um aparelho, pequeno gravador-auscultador, que fazendo face ao balancear do sonho e do propósito, trazia gravado, entre outras músicas, o nosso Birim-Birim. A primeira vez, que o Jota nos ofereceu um instante de encantamento musical, deleitando-nos com o Birim-Birim, alguém no grupo, num tom de especialista lançou o repto: é o Rui Mingas. A que o Jota respondeu: oiçam bem o coro, para assim escutar a voz da Amélia Mingas. Ela canta. E foi assim que pela primeira vez a Amélia ofereceu a sua bela voz, a um público de amigos e amigas atento, curioso e reservando ao Jota o direito ao silêncio da memória e da saudade.

E assim foram passando os dias...

Numa outra situação (como diria um camarada), o Camarada Agostinho Neto Presidente do MPLA e o Camarada Lúcio Lara (Tchiweka) do CCPM, Responsável pela 2ª Região Político-Militar do MPLA (Frente de Cabinda) trocavam informações e pontos de vista sobre para onde enviar a camarada Amélia Mingas, qual a região: 2ª? 3ª?)

O camarada Presidente pendia para a sua fixação na 3ª Região, o Camarada Tchiweka contrapunha ao ponto de vista do Presidente Neto, dois argumentos: um, da ordem da funcionalidade política: com a deslocação dos quadros para a 3ª Região, a 2ª Região ficara com graves problemas de organização escolar (e não só) de que era exemplo o Internato 4 de Fevereiro (Dolisie-Matsendé); a chegada desses camaradas (Amélia Mingas e Jota; Fernanda Saraiva de Carvalho e Suluka), todos estudantes universitários era um reforço urgente, necessário e precioso; outro, da ordem da afectividade: Jota e Amélia eram um casal jovem e amoroso e seria bom para os dois permanecerem juntos, no seu trabalho. O Presidente Agostinho Neto duvidava da qualidade dos afectos: no universo dos jovens, os casais separavam-se e deixavam de ser um “binómio indissolúvel”.

Não sei quem foi mais convincente no seu argumentário. Só sei que um dia o Camarada Tchiweka anunciou: a camarada Amélia Mingas será transferida para a 2ª Região. E assim foi. Quando chegou foi uma festa: a Amélia envolta em Felicidade olhava o ditoso Jota com a ternura de quem intui um momento raro...pelo amor e pelo gesto de vir, chegar e lutar por Angola: um acto de doação de sentido.

ACTO II ACIDENTE VERSUS AMIZADE

Foi no período imediato à chegada da Amélia a Brazzaville que ocorreu o acidente.

A Amélia formulou o desejo de conhecer a livraria da cidade. Prontifiquei-me em dar-lhe uma boleia na velha Mobylete. E lá fomos. Eu conduzia e não me privava de conversar com ela, mas sem olhar para trás. Para encurtar caminho saí da estrada, para atravessar um largo com areia. E íamos falando...ou melhor, eu ia falando...falando.

Até que a dado momento, senti a Mobylete demasiado leve e com tendência para saltar com mais ousadia. E eu sempre a falar. Até que tive a percepção que a Mobylete estava demasiado leve. Olhei para trás... e que vejo eu? A Amélia a uma distância notável, sentada na areia. Entrei em pânico...e dei meia-volta para ir buscá-la.

Ao chegar junto dela constatei que sangrava. Nem uma queixa, nem um protesto.

Da sua voz, só uma constatação: “o meu medo é que não desses conta e que eu ficasse sozinha numa cidade que desconhecia. E que, sobretudo, não conseguisse regressar ao Bakongo”. Bairro onde estava localizada a nossa representação. Invadida por um imenso sentimento de culpa pedi uma “ridícula” desculpa. E apressei-me a levá-la ao médico. Cujas identidade escapa à minha memória.

As cicatrizes permaneceram ao longo da sua vida. Há tempos atrás, ao relembrarmos o acidente, apontou para as cicatrizes na perna e travessa acrescentou... e durou.

Permanece na minha memória a humanidade com que tratou a violência do meu acto, nunca mais esquecerei.

Esta tragédia foi fundadora do início e do germinar de um sentimento de profunda amizade.

ACTO III E SEU CORAÇÃO BATEU PÁTRIA

Na vizinhança de Dolisie encontrava-se Matsendé que dava abrigo ao Internato 4 de Fevereiro.

Cedo, muito cedo, todas as manhãs, perfiladas e perfilados, Pioneiras e Pioneiros, Professoras e Professores, Responsáveis e Famílias circundantes seguiam o ritual do içar da Bandeira. À medida que a bandeira iniciava a sua caminhada... lenta subida flutuante, Nós, em coro, cantávamos o hino do MPLA.

A primeira estrofe rezava assim:

Com o povo heróico e generoso
No Combate pela Independência
Nossa voz por Angola ecoa
E faz recuar a Tirania.

Era um momento de emoção que culminava com um outro a terminar, assim:

Sob a bandeira do MPLA
Nossa Luta contra a opressão
Com o Povo Triunfará
Nós fazemos a Revolução.

Aconteceu-me estar ao lado da Amélia, julgo na sua primeira participação no içar da Bandeira.

E aconteceu-me, ainda, ser surpreendida por soluços, que ritmavam um choro, que se tornava cada vez mais intenso. Intensidade e descoberta, ao coincidirem, conduziram-me ao choro convulsivo da Amélia.

Quando a cerimónia finalizou, permiti-me segredar: choraste muito...

A sua resposta foi: "chorei muito, sim, porque foi a primeira vez que saudei uma bandeira que é minha".

Maneira de dizer amor de Pátria...Amor da Pátria. Acto de doação de sentido.

Maria do Céu Reis

TESTEMUNHO

Conheci a Professora Amélia Mingas no ano académico 1997/1998, ano em que usufruí de uma licença sabática, e fui para Luanda. Tinha como objectivo de trabalho analisar competências em língua portuguesa (LP), - e ainda possíveis interferências de línguas maternas (LMs) no Português falado em Luanda -, de estudantes/futuros professores, no 1º ano do ensino superior. Realizara uma investigação da mesma natureza, em anos anteriores, na Cidade da Praia, com estudantes de LM Cabo-verdiana. Em Luanda, a referência institucional era o ISCED (Instituição de Formação de Professores) e a referência pessoal e académica a Professora Amélia Mingas (linguista e coordenadora do Departamento de Língua Portuguesa). Tinha havido contactos anteriores, antes de eu chegar, estabelecidos pelo meu marido que estava em Luanda, a fim de conhecer a sua disponibilidade para me receber. A reacção foi imediatamente positiva.

Nos primeiros contactos comigo, em Luanda, assim como em todos os outros que se seguiram em diversos pontos geográficos, a Professora Amélia Mingas foi sempre de uma extrema cordialidade, gentileza e generosidade. Relativamente à minha investigação, deu-me algumas orientações de carácter linguístico, no que concerne à morfossintaxe das línguas bantu, disponibilizando também alguma bibliografia para o efeito. Era profunda conhecedora da realidade linguística de Angola, do funcionamento das línguas bantu, nomeadamente do Kimbundu e do Iwoyo. Recordemos que a sua tese de doutoramento em Paris 5, dirigida pelo Professor Emilio Bonvini, versou sobre as estruturas gramaticais do Iwoyo, uma das línguas faladas em Cabinda. Para além disso, era extremamente competente e muito dedicada à defesa e promoção da LP não só em Angola, mas também em contexto mundial, como comprovaram as suas actuações em vários círculos, nomeadamente na qualidade de Directora Executiva do IILP, anos mais tarde.

Mas voltemos ao meu ano sabático e aos meus contactos luandenses com a Amélia Mingas. A seu convite, pude colaborar com o ISCED, realizando actividades académicas, destinadas a Professores de Português: por um lado, um Seminário sobre os tempos do passado em Português Língua Segunda (referência a Cabo Verde), Dezembro de 1997; uma Acção de Formação sobre o ensino da gramática, Março de 1998; por outro lado, o acompanhamento de duas 'memórias' de licenciatura sobre o ensino da LP em Luanda. De acordo com a Amélia Mingas, e por questões logísticas, estas actividades foram decorrendo no Centro Cultural Português/Instituto Camões, de Luanda.

Depressa nos fomos tornando amigas e cúmplices nestas tarefas académicas, partilhando, em particular, o 'engajamento' pela valorização das línguas. Convivemos também fora destes espaços mais formais: a Amélia tinha um grande sentido de humor, era muito sagaz, com um sorriso muito franco, o que tornava a sua companhia muito desafiante e agradável.

Viajámos para Macau nesse mesmo ano de 1998, com destino ao *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Depois de uma viagem longa, e atendendo à significativa diferença horária, a recuperação foi penosa, considerando ainda o programa bastante preenchido do Encontro! No entanto, houve momentos de distração, como no último jantar em Macau, de grande requinte, aliás, durante o qual nos divertimos e conversámos bastante. Éramos um pequeno grupo de palestrantes e amigos (alguns mais antigos e outros que se tornaram amigos naquele jantar), de várias partes do globo, sendo eu a única europeia.

Nos anos seguintes, fomo-nos cruzando em Portugal, em eventos científicos, mas foi na Cidade da Praia que nos viemos a encontrar mais vezes e mais vagarosamente. A Amélia estava como Directora Executiva do IILP, e eu ia, com alguma regularidade, à Praia, no âmbito de um Mestrado da minha Universidade a decorrer na Universidade de Cabo Verde/UniCV. Encontrámo-nos nalguns finais de tarde, por exemplo, no Poeta, café-restaurant, na Achada de Sto. António, com uma vista azul e verde sobre o mar, sempre com a típica brisa de Cabo Verde; num jantar muito acolhedor em sua casa; num restaurante da Achada de Sto. António, de que já não me lembro o nome. Evidentemente também nos encontrámos em outros locais da Praia, já em contexto de trabalho: a minha primeira visita ao IILP, no famoso (porque o vi crescer) edifício cor-de-rosa do Platô (parte antiga da cidade); voltei depois ao IILP em 2010, na comitiva cultural, durante a Visita de Estado do Presidente da República de Portugal, pelos 35 anos de independência de Cabo Verde. Revi agora as fotos da Presidência da República que continuam online: a Directora-Executiva a fazer as honras da casa, com o seu ar distintíssimo e amável. Estivemos na UniCV, também, por essa ocasião, em qualidades diferentes. Alguém nos fotografou numa pausa à hora do café: a Amélia a sorrir, no seu sorriso imenso.

De 2011 a 2016, o tempo correu, como corre o tempo em Portugal e nas Universidades. Ou voou, porque o que fica são os amigos e as âncoras que nos abraçam. Não estive longe da Amélia mas não sei quando a vi. Sabia dela por amigos ou pelo meu marido (quando voltava a Luanda). No *VI SIMELP/Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa* que teve lugar em Santarém (Portugal), em Outubro de 2017, a Amélia estava lá. No dia e no Simpósio em que a Amélia iria apresentar a sua comunicação ("Portugal, o Português e o português sob o Crivo da História"), lá estava eu e uma amiga comum à espera de a vermos e de a ouvirmos. Não estava na sala e tardava em chegar. Nós estávamos já muito inquietas (O que se terá passado? Por que não está aqui?). No momento EXACTO em que a moderadora da mesa a chamou para comunicar, ela abriu a porta da sala, sentou-se e começou a falar, como se nada se tivesse passado. Realmente, nada se tinha passado, apenas a Amélia decidiu entrar na sala apenas no momento da sua comunicação. Depois rimos com o episódio!

Para o último dia do SIMELP, a Amélia e eu tínhamos combinado almoçar, tanto mais que estaria o meu marido em Santarém e seria um pretexto para estarmos juntos de novo. Contudo, houve, no próprio dia, um impedimento que fez com que a Amélia tivesse de regressar rapidamente a Lisboa. Fica para uma próxima vez, dissemos...

Escrevo agora na minha secretária, em casa, dentro deste tempo incerto, provocado por um vírus desconhecido. Penso na Amélia e vejo-a sempre sorrir.

Maria Helena Ançã

AMÉLIA MINGAS, AFRICANISTA DE ANGOLA

Na manhã de segunda-feira 12 de Agosto de 2019, um colega informou-me na Faculdade de Letras que a Doutora Amélia Mingas me tinha procurado na sexta-feira, numa altura em que não me encontrava no gabinete. Qual não foi o meu espanto quando, às 14, soubemos que ela tinha acabado por falecer poucas horas antes e que o corpo já estava na morgue da clínica Girassol!

Anos antes de encontrá-la, conhecia Amélia Mingas pela reputação no meio académico. Encontrei-a pela primeira vez na cerimónia de outorga de diplomas da Universidade Agostinho Neto de 2009 no Pavilhão da Cidadela Desportiva, por intermédio do Dr. Zavoni Ntongo, que lhe tinha falado de mim. Ela pediu-me que escrevesse um prefácio à colectânea de *Contos de Moçambique* a ser publicada em 2010 pelo Instituto Internacional de Língua portuguesa sediado em Praia e de que foi Directora Geral de 2006 a 2010. Nomeada Decana da Faculdade de Letras da UAN nos finais de Outubro de 2010, chamou-me para chefiar a área científica na qualidade de Vice-Decano.

De Amélia Mingas, personalidade rica e multifacetada, pretendo falar brevemente como pessoa, académica e africanista.

Como pessoa, Amélia Mingas era frontal; tinha um carácter forte, com princípios firmes e convicções bem enraizadas no seu *modus vivendi*. Tinha ainda toda a sua força, o que demonstrava bem a sua vigorosa maneira de andar ao ponto que a jovem Teresa Tualungo, então secretária dela, subindo num dia de 2013 connosco as escadas do antigo edifício de Estatística onde tínhamos os gabinetes, reconheceu que não era capaz de concorrer com ela.

Amélia Mingas tinha um sentido elevado de responsabilidade. Estava bem ligada à família e gostava profundamente das coisas da terra e, particularmente, entende-se, de Cabinda. Era mulher de pensamento livre, longe da postura de “yes man”; cultora da verdade, não queria “lambe-botas” perto dela. Cresceu, como me dizia sempre, num ambiente sem complexos: africana negra, sentia-se à vontade perante qualquer indivíduo de qualquer proveniência, estatuto ou raça. Tinha-se habituado a respeitar e ser respeitada.

Como académica, fez todo o “percurso de combatente”, do ensino primário à Universidade (da graduação ao Doutoramento). Os seus interesses científicos mostram uma mentalidade bem enraizada na cultura europeia (no caso portuguesa) e na africana (no caso angolano). Encarava honestamente a realidade de um Português aberto a todo contexto enriquecedor. É por isso que se tem sempre preocupado, por exemplo, com a actuação das línguas angolanas, particularmente do Kimbundu na sua interferência no Português. Acreditava nas virtudes da formação: é assim que nas Instituições que teve a oportunidade de chefiar (Instituto de Línguas Nacionais, Faculdade de Letras, entre outras), incentivou pessoalmente funcionários a fazer formação superior. Foi a heroína da criação e funcionamento de Cursos de Mestrado desde 2006 no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) e, desde 2012-2013, na FLUAN.

Dessa personalidade africanista, podemos evocar um elemento físico e uma perspectiva científica. Uma das suas marcas de originalidade na postura física era o seu cabelo e o pentear: só criava o seu abundante cabelo natural e era orgulhosa dessa *carapinha*, símbolo cultural. Essa marca acabou por fazer moda numa altura entre algumas funcionárias da FLUAN. Essa carapinha foi elogiada por duas trabalhadoras de um hotel de Malanje em que nos hospedámos, em 2013, aquando da missão científica realizada naquela província.

Como investigadora, acreditava que África tinha muito que dar ao mundo: por isso, o continente tinha de formar e valorizar os seus quadros que, ao lado dos estrangeiros de boa vontade, devem dar o melhor de si para o desenvolvimento das suas terras, dos seus povos¹. A título de exemplo, quis a todo custo em 2017 a manutenção do Curso de Mestrado em Literaturas em Línguas angolanas, apesar do número reduzido de candidatos, julgando ser prioritária essa área carente, que não deve ser marginalizada ou, ainda pior, extinta a favor das literaturas em línguas estrangeiras.

Por iniciativa de Amélia Mingas, então Decana da FLUAN, a instituição levou a cabo um vasto projecto de recolha e levantamento do património literário da oralidade. Essa pesquisa de campo deu-nos uma oportunidade de turismo cultural e científico, que juntou o útil ao agradável. O projecto foi chefiado por ela na sua execução. Vários pesquisadores integraram as missões²: Irene Guerra Marques, Daniel Peres Sassuco, Manuel da Silva Domingos, Benjamim Fernando e eu.

O material literário recolhido é destinado, entre outras coisas, à aprendizagem das línguas e culturas angolanas. Tinha sido publicado em 2012, pelas Edições Kuwindula, *N Kanda wa Ndinga ya Kikongo. M'vu wa Ntete (Livro de Língua Kikongo. 1º Ano)*.

A paixão pela africanidade alimentou em Amélia Mingas um vivo interesse pela tradução. Nessa área publicou a tradução, com Zavoni Ntongo, do importante livro do Padre Placide Tempels, *A Filosofia Bantu* (2016).

Deixou inacabada a tradução do voluminoso *Études Bakongo. Sociologie, religion et magie* do Padre belga Van Wings, mas tinha entregado à gráfica dois meses antes da morte, a tradução completa do incomparável *African Oral Literature* do Nigeriano Isidore Okpewho, docente universitário falecido há poucos anos. O livro, uma *bíblia* da investigação nessa área, contém três partes, pelas quais ela tinha pedido uma nota prévia para cada, respectivamente à Lúcia Soares (Universidade da Beira Interior/Portugal), Abreu Paxé (ISCED/Luanda) e a mim (FLUAN).

Amélia Mingas tinha alguns princípios norteadores da vida:

- Pensar grande e livre, pensar nacional
- Valorizar o património africano e particularmente angolano
- Respeitar o bem público
- Saber poupar e viver bem
- Fazer-se respeitar como indivíduo, como povo e como cultura.

Preocupava-se sobremaneira com a formação avançada da juventude, futuro do mundo. Nos últimos meses de vida, veio regularmente ao meu gabinete para falar das ultimíssimas correcções da tradução do livro incontornável de Okpewho. Preanunciou indirectamente a sua morte, ao evocar várias vezes a exigência e urgência de deixar o seu legado à juventude³.

Bateu na mesma tecla na quinta-feira 08 de Agosto, quatro dias antes do passamento físico. Portanto, caiu na “linha de frente” do combate científico e cultural numa perspectiva claramente africanista.

Petelo Nginamau Ne-Tava

¹ Orientados por Amélia Mingas, os Assistentes estagiários Narciso Benedito Homem e Leonardo Minda Matubakana, efectuaram em 2014 uma pesquisa no deserto do Namibe, com a colaboração do geógrafo brasileiro Nazareno, para investigar sobre línguas e culturas do local.

² De 19 a 22 de Janeiro de 2012, a equipa deslocou-se à Província do Uige, uma das áreas do Kikongo (mais exactamente a cidade capital, Mbemba Nangu, Mucaba, Damba e Negage). De 22 a 26 de Fevereiro do mesmo ano, à Província do Huambo, uma área do Umbundu (cidade capital, Lepi, Longondjo e Caala). De 13 a 18 de Maio de 2013 a Malanje, uma área do Kimbundu (Malanje, Quéssua, Cangandala onde fomos honrados pelo músico Mito Gaspar que tocou ao vivo no seu restaurante só para nós, Kalandula, Kakuzu e Pungo a Ndongo); de finais de Julho a 05 de Agosto do mesmo ano à Luanda-Sul, área do Cokwe (Saurimo e outras localidades), enfim, no início de 2015, última deslocação a Benguela, com a mesma equipa de que não fiz parte mas à qual se juntaram Me. Domingas Henriques Monteiro e o Licenciado Narcisso Benedicto Homem. Na sua execução, o projecto dispunha de uma equipa de apoio técnico e logístico que se deslocava com os investigadores, equipa integrada pelos seguintes membros: Manuel Neto, Rocha, António Videira, Anselmo Pimentel, Kangu Pedro Lukeba, Fátima Varela, Teresa Tualungo e Joana Dias (in memoriam).

³ Ela deu um valioso apoio para a organização linguística e tradução ao Francisco José, autor de *Zinongo. Provérbios de Cabinda. Sua importância na educação fundamental da juventude em Angola*.

A obra, publicada em 2019, foi por nós apresentada nas sessões de lançamento, na presença dela e do esposo, nos dias 28 de Maio no Cine Chiloango (Cabinda) e 07 de Junho de 2019 na União dos Escritores Angolanos (Luanda).

AMIGA, MESTRA, PARA SEMPRE LEMBRADA

E LA EXISTE! Um misto de surpresa e alegria foi a reação que tivemos, eu e minha filha, Ana Pessoa, quando conhecemos pessoalmente a Dra. Amélia Arlete Mingas, durante II CIAD – “Conferência Interacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora”, realizado de 12 a 14 de Julho de 2006, no Brasil, na cidade de Salvador, na capital do estado da Bahia.

Ela era para nós, um ícone, a linguista mais importante para os estudos que fazíamos sobre a interferência das línguas africanas, subsaarianas, que foram faladas no Brasil e participaram da constituição da modalidade do português brasileiro. Entre elas, destacaram-se kimbundu e kikongo como as majoritárias em número de falantes e pela sua larga distribuição em território colonial e imperial brasileiro, ou seja, do séc. XVI, quando navegadores portugueses comandados por Pedro Álvares Cabral aqui chegaram, ao séc. XIX, na fase do Brasil Império, com a abolição do escravismo no Brasil em 1888, seguido, em 1889, da independência do Brasil de Portugal.

Até o momento daquele encontro surpreendente para nós no Centro de Convenções da Bahia, onde se realizava o II CIAD, não conseguíamos manter contacto com ela. Não respondia às nossas mensagens, nem aos recados que lhe mandávamos por amigos comuns, enfim, sempre ausente, silente, o que motivou aquela exclamação e o grito inesperado: Ela existe! quando a vimos na sessão em que eu era a convidada como expositora, para falar na mesa-redonda do GT II, Bloco B, *As línguas africanas no sistema de ensino na África e na Diáspora*, com a moderação de Rosa Cruz e Silva, então Directora do Arquivo Nacional de Angola.

A partir de então, nunca mais nos separámos, participando de encontros académicos na Bahia e na África. Entre eles, em Março de 2008, no “Simpósio Internacional Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP”, em São Vicente, Cabo Verde, organizado pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), do que ela estava como Presidente, e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). No Grupo II que abordava, “Interferências linguísticas” apresentei uma comunicação sobre *A participação de falantes africanos na formação do português brasileiro, aspectos sócio-histórico e linguísticos*, publicada em livro que reuniu todas as falas daquele Simpósio, em Julho de 2010, pela AULP.

Em 2008, com a brilhante conferência *A língua como factor de identidade e de identização*, Amélia Mingas abriu o II SIALA – “Seminário Internacional Acolhendo as Línguas Africanas”, na cidade do Salvador, encontros bianuais que idealizámos enquanto estávamos como Professora Visitante da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e, nos anos seguintes, 2010 e 2012, coordenou mesas redondas no III e IV SIALAS. Nesse último, cuja abertura ocorreu na Academia de Letras da Bahia, sob a presidência do Dr. Aramis Ribeiro Costa, com a também honrosa presença do Vice-Ministro da Cultura de Angola, Sr. Cornélio Caley, foi assinado pelo saudoso Reitor da UNEB, Prof. Lourivaldo Valentim e por ela, autorizada pelo Reitor da Universidade Agostinho Neto, Dr. Orlando da Mata, um acordo de cooperação cultural para o oferecimento de kikongo e de kimbundu entre as línguas estrangeiras oferecidas como disciplina curricular pela UNEB, o que, lamentavelmente, devido a razões ainda em aberto, com a mudança do reitorado, não foi executado até hoje.

Do outro lado, em 2014, com o tema central “As Humanidades e o Desenvolvimento de Angola num Mundo Multicultural e Globalizado”, que ocorreu em Luanda, de 11 a 18 de Abril, participei do “I Congresso da Trienal das Humanidades”, organizado pela Universidade Agostinho Neto (UAN), com o concurso das Faculdades de Ciências Sociais, Direito, Economia e Letras, bem como das várias unidades de investigação.

A convite da Dra. Amélia Mingas, participei, na Faculdade de Letras, do IV painel temático “Letras, Humanidades e Ciências Humanas em tempo e mudança” na sessão presidida por ela. Tive a honra de fazer a conferência inaugural abordando o tema *Africanias: o legado linguístico-cultural negroafricano nas Américas, o exemplo do Brasil*. Como polo norteador, parti do seu ensinamento “a língua substancia o espaço de identidade e identitário de um povo através da comunicação”, salientando que esse legado linguístico-cultural, que se estende a outras Nações Americanas e ao Caribe, deve-se aos falantes do mundo banto, principalmente de línguas angolanas pela sua prevalência no tempo, maior densidade populacional e larga distribuição humana no Brasil sob regime colonial e escravocrata. Encerrei a dizer que Eça de Queiroz quando, certa feita, afirmou que o Brasil açucarou a língua portuguesa, poderia ainda ter dito que os angolanos a temperaram com o óleo de palma, o dendê, vermelho da cor do sangue que derramaram para construir a segunda maior nação de população melano africana do mundo.

Se ter orgulho é pecado, confesso que sou pecadora. Durante o encerramento da Trienal, no monumental Centro de Convenções em Talatona, vi o sorriso de cumplicidade de Amélia, quando, com surpresa, fui convidada para receber uma homenagem da UAN na pessoa do Reitor Dr. Orlando da Mata, e, publicamente, com incontida emoção, pela primeira vez, em lugar do nome por que sou conhecida, Yeda Pessoa, fui chamada de **Yeda Muntu**, dijina que comecei a usar com muito orgulho, por também me sentir baptizada pela segunda vez. E com muita gratidão por ainda sentir naquele gesto o reconhecimento pelo meu trabalho de mais de três décadas de pesquisa nos dois lados do Atlântico em busca de uma correcta interpretação das culturas subsaarianas, de seus códigos, seu consequente resgate do âmbito meramente folclórico ou lúdico, sua valorização e adequada difusão

que permitirão que o seu avanço, além de subliminar, passe a ser explícito e visível no Brasil.

No intervalo dos compromissos académicos, em Luanda, tive o privilégio de conhecer a Amélia, esposa e mãe dedicada e amorosa, durante as deliciosas refeições em sua casa, com sua família, sempre seguidas do cafezinho, à brasileira, gentilmente preparado pelo amigo Jota, seu marido Luis Carmelino. Na Bahia, aproveitávamos esses momentos para lhe mostrar a cidade e visitar dois lugares específicos para a memória das tradições angolanas no Brasil, o centro cultural Casa de Angola, e o Terreiro Mokambo, *Onzó Nguzo za Nkisi Dandalunda ye Tempo*, com o seu memorial Kisimbê, guardião da religiosidade ancestral do povo bantu de raízes angolanas e de suas línguas culturais, tombado como Património Cultural do Brasil, sob a chefia do Tata dya Inkisi, Anselmo Minatojy.

Não é em vão que meu livro mais recente foi intitulado *Camões com dendê, o português do Brasil*, cujo prefácio seria de Amélia, dolorosamente, pela impermanência da vida, coube-nos render-lhe, na Introdução, essa singela homenagem:

In Memoriam

*Amélia Arlete Mingas,
Linguista Angolana,
Minha Mestra Professora,
Kamba dyami dya muxima,
Amiga-Irmã do coração.*

SAUDADE

**Yeda Pessoa de Castro. Yeda Muntu.
Ana Pessoa de Souza Castro**

PUBLICAÇÕES
E COMUNICAÇÕES
DE
AMÉLIA MINGAS

1 - Publicações

1.1 - Livros

1997

- *"Inquérito Linguístico Angolano. ILANG"*, em co-autoria com Zavoni Ntongo, mas, Luanda: Edições Kuwindula (FLUAN) (*publicado mais tarde*)

2000

- *"Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda"*, Luanda: Chá de Caxinde

2001

- *"Organização dos Cadernos de Tradição Oral"*, Luanda: INIC

2003

- *"Contos Angolanos"*, Luanda: INIC

2013

- R.P. Placide Tempels (2012). *A Filosofia Bantu*. Tradução: de Amélia A. Mingas e Zavoni Ntongo, Luanda: Edições Kwiindula.

1.2 - Artigos

1998

- *"O Português em Angola: Reflexões"*, Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau

2001

- *"Do Fiote ao Ibinda; Maaka mabwala"*, *Jornal de Angola*, Luanda

2003

- *"Línguas, etnias e nação"*, in: *Angola, Etnias e Nação*, Moscovo LEAN, pp. 211-215

2006

- *"Línguas, Democracia e Comunicação em África: O caso de Angola"*, em co-autoria com Zavoni Ntongo, UNISA

1.3 - Livros a publicar

- *"As classes nominais do Iwoyo"*

- R.P. Van Wing, S.J. (1938). *Études Bakongo: Sociologie - Religion et Magie*, 2^{ème} Edition, 1959, Bruxelles: Desclée de Brouwer, 512 p. Tradução: Amélia A. Mingas e Zavoni Ntongo [Falta a tradução de uma pequeníssima parte do texto em francês]

- *Isidore Okpewho. African Oral Literature*. Publicação: Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis. Tradução: Amélia A. Mingas e Simão Kikamba [Tradução projectada para publicação em 3 volumes e já entregue à Editora EAL, Luanda]

2 - Comunicações em conferências e seminários

1998

- *"O Português em Angola - Reflexões"* em XVIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa, em Macau

2000

- *"A importância das línguas nacionais na união do povo angolano"* - Comunicação na Universidade Jean-Piaget de Angola

2001

- *"A Contribuição das Línguas Nacionais na Alfabetização/Promoção da Mulher"* em workshop sobre alfabetização e autonomização da mulher, Luanda

- *"Língua Portuguesa em Angola: Língua estrangeira ou segunda?"* - Comunicação na Universidade de Brasília, Brasil

2002

- *"A Liga Africana - Algumas Reflexões"*, Liga Africana, Luanda

- *"As Línguas Nacionais na Alfabetização de Adultos"*

- *"O Português de Angola: Uma Realidade"*

- *"A Importância das Línguas Angolanas na Unidade da Família Angolana"*, Luanda

2003

- *"Angola, Etnias e Nação"*, Moscovo 2003

2004

- *"A comunicação como factor de formação identitária na escola"* - Comunicação na Administração Municipal de Benguela

- *"A Língua Portuguesa em Angola"* no 20^º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística,

Lisboa

- *"Multicontinentalidade Linguística"* no 20º Encontro Internacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa
- *"Língua Versus Fala; A questão Angolana"*, Luanda

2005

- *"Acordo Ortográfico: Sua importância e limitações"* - Lisboa
- *"Línguas Nacionais Angolanas e Identidade Cultural"*, Comunicação na Universidade de São Petersburgo

2006

- *"A História e a Língua no processo de Ensino - Aprendizagem"* - Bahia (Brasil)
- *"Diáspora, História e Língua no processo de Ensino - Aprendizagem"* em Congresso dos Intelectuais da África e da Diáspora, na cidade da Bahia
- *"Língua e Cidadania"*
- *"Processo de Ensino - Aprendizagem das línguas locais em Angola"* em Universidade do Malawi

2007

- *"Língua Portuguesa - Factor de diferenciação e de identidade"*, XVII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa na cidade da Praia, em Cabo-Verde
- *"IILP, esse desconhecido"* - Texto para obra relativa aos 10 anos da CPLP
- *"O Instituto Internacional de Língua Portuguesa"* em Comunicação na UNESCO, Paris, por ocasião do Dia da Língua Portuguesa

2008

- *"A importância da Escrita para a promoção e difusão de uma Língua"*, na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
- *"A Língua como Factor de Identidade e de Identização"*, na Universidade da Bahia, Salvador, Brasil
- *"Complementaridades Necessárias entre Línguas e Culturas"* no Simpósio Internacional Interpenetração da Língua e das Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP, Mindelo - Cabo Verde
- *"Língua Portuguesa em Angola: uma construção em constante mutação"* na Universidade de São Paulo
- *"Necessidade de uma nova Filosofia para a Língua Portuguesa na e para a CPLP"* na Praia - Cabo Verde
- *"O Acordo Ortográfico e a necessidade de uma maior abrangência"* na Assembleia da República Portuguesa - Lisboa

2009

- *"Dinâmicas Linguísticas em contexto comunitário"* no XIX Encontro da AULP - Luanda
- *"CPLP - Exemplo de Intercomunicação de Espaços Geopolíticos e Linguísticos distintos"* em Bamako

2010

- *"A Língua Portuguesa no Mundo"* em Conferência Internacional s/ o Português - Brasília, 25-27 Março
- *"A CPLP, Língua Portuguesa, Novo Acordo Ortográfico e o Papel do IILP"* na Assembleia Parlamentar da CPLP - Lisboa
- *"A Língua Portuguesa e o Papel do IILP"* na VII Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP - Sintra, Portugal

2011

- *"A Inserção do Ensino de Línguas Angolanas no Sistema da UNeb - Graduação e Extensão"* - UNEB, Bahia

2012

- *"Língua Portuguesa e Línguas Locais Angolanas - Contacto e Contributos"*
- *"Línguas e Culturas em Angola"*, Bahia (Brasil)

2013

- *"Independência e reconstrução cultural em Angola: Constatações/reflexões"*, na Universidade de São Paulo, Brasil
- *"Aculturação Vs Reconstrução Cultural"* na Universidade Minas Gerais,
- *"Por uma Política de Cooperação Científica, Visando a Ampliação da Investigação"*, Paris

2014

- *"A Língua Portuguesa em Contexto Multilíngue: Angola"* em 20º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa

2015

- *"Quo Vadis" Língua Portuguesa*, em Luanda
- *"Situação da Língua Portuguesa em Angola"* na Huíla (Angola)

2016

- "*Língua Portuguesa em Angola: Um fantasma que se humanizou*" em Universidade de Aachen (Alemanha)
- "*Independência e Reconstrução Cultural em Angola: Constatações/Reflexões*"

2017

- "*Portugal, o Português e o português sob o Crivo da História*" em Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, Santarém , 28.10.17
- "*Língua Portuguesa em Angola: Um fantasma que se humanizou*" em Literatura e outras artes: Construção da memória em Angola e Moçambique (obra em que o artigo foi publicado)
- "*Alongamento Vocálico V/S Alongamento Silábico*", Aula Magna para candidatura a Professora Titular

2018

- "*O Pretuguês, o Português em/de Angola*"
- "*A kasumbula e a kapanga*", Luanda

Nota: Elaborado por Jota Carmelino, por consulta do acervo sob tutela do casal.

OS AUTORES



Adolfo Maria

Nascido em Luanda, em 1935, participou desde muito jovem no combate cultural, político e armado pela Independência de Angola. Em 1959 foi preso pela PIDE. Partiu em 1962 para o exílio, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Angolanos, em Argel. Transferido em 1969 para a 2ª Região político-militar do MPLA, dirigiu a Rádio Angola Combatente. Integrou em 1974 a Revolta Activa, o que o levou, logo após a independência, a esconder-se durante quase três anos para escapar à polícia política, a DISA. Depois da amnistia, em Setembro de 1978, fez saber que estava vivo e, após três meses de detenção, foi expulso para Portugal. Em meados dos anos 80, integrou, com Mário de Andrade e Gentil Viana (que também estivera preso e fora expulso de Angola) um Grupo de Reflexão visando o fim da guerra civil em Angola.

Publicou vários livros e artigos e é comentador no programa “Debate Africano” da RDP África.



Alexandre Chicuna

Doutor em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa (2009), mestre também em Linguística pela mesma Universidade (2003), licenciado em Ciências da Educação, opção Português, pela Universidade Agostinho Neto (2000).

É Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, onde coordena os cursos de Mestrado em Língua Portuguesa e em Literaturas de Língua Portuguesa. Pelas Edições Colibri publicou o *Dicionário de Siglas e Abreviaturas Angolanas e Portuguesismos nas Línguas Bantu: Para um Dicionário Português-Kiyombe*. É actualmente decano da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN).



Américo Correia de Oliveira

Doutor em Literaturas Africanas (UNova, 1998).

Docência (Leitor/Representante I. Camões): UEM (1992-1999); UAN (2001-2006); ESESS (1990-1991); ESEL (1985...2001); ISCED-Huíla (2007-2016), nas áreas de Língua Portuguesa e Literaturas LP/Linguística/Didáctica (Portuguesa, Africanas e Brasileira).

Formação contínua de professores: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola, Portugal.

Coordenador do Mestrado de Estudos Interdisciplinares (UA, 1999-2001).

Artigos: revistas universitárias da especialidade.

Livros: *Kulimar a Palavra (Moçambique, 1998)*; *Comunicar...em Português 1/2 e Caderno de Actividades (Guiné-Bissau, 1999)*; *A criança na literatura tradicional angolana, 2 tomos (Leiria, 2000)*; *Do imaginário africano. Os ogros na tradição oral angolana (Leiria, 2001)*; *O livro de adivinhas angolanas (Lisboa, 2001, Luanda, 2006)*; *O mundo maravilhoso das adivinhas moçambicanas (Porto, 2007)*; *O grande livro dos provérbios angolanos (Luanda, 2012)*; *Dicionário dos provérbios moçambicanos (no Prelo)*.

Coordenador-Adjunto da Senhora Professora Amélia Mingas (Coordenadora): Mestrados de Ensino de LP; Literaturas em LP (UAN-ISCED-Luanda (2005-2006).

Serviço militar, em combate (FAPLA, 1975-1976).



Ângela Cristina de Branco Lima Mingas

Arquitecta, Mestre em Arquitectura com o tema “Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Luanda” e Doutoranda em Planeamento Urbano e Territorial com o Projecto de Tese sobre “Os Signos Espaciais do Musseque. Interpretação do tecido urbano não acreditado do Catambor”. A sua formação inclui Pedagogia e Antropologia do Espaço. Fundadora do Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola e do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura onde é Investigadora Sénior. Curadora do Fórum de Arquitectura de 2006 a 2017 tendo conquistado o “African Architecture Award” em 2017 em Cape Town, África do Sul. Foi Consultora do Conselho de Ministros de 2009 a 2012 e membro do governo entre 2017 e 2018. É Professora Associada de Arquitectura, Professora Convidada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Sócia do Atelier de Arquitectura AM-A (Ângela Mingas Arquitectura), Consultora Associada da Universidade Lusíada de Angola, Directora do Centro de Estudos e de Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) e membro do Centro de Investigação de Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Universidade de Lisboa, Portugal.



Domingos Fernandes de Sousa

Luso-angolano, 75 anos de idade.

Escola Primária em Moçâmedes, Namibe.

Estudos Secundários no Liceu Diogo Cão no Lubango, Huíla.

Licenciado em Engenharia Civil pela Universidade de Luanda, em 1970.

Pós-graduação em Higiene Saúde e Segurança no Trabalho pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa.
Residente em Luanda até 1995.
Tem colaborado, pontualmente, como professor convidado no Instituto Superior Politécnico Tundavala, no Lubango.
Escreve crónicas com edição online.



Carlos Pinho

Nascido em Luanda a 21 de Novembro de 1953.

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em Julho de 1976.

M. Sc. Tech. em “Combustion Science and Pollution Control” pela Universidade de Sheffield, em Fevereiro de 1981.

Doutoramento em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em Novembro de 1984.

Agregação em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 28 de Julho de 2010.

Professor Associado com Agregação do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.



Eugeniusz Rzewuski

Linguista e filólogo, especializado no estudo de línguas africanas. Doutor em Linguística pela Universidade de Varsóvia (1972). Professor auxiliar da mesma universidade, já aposentado.

Foi docente na Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo (1977-1983). Área de estudos: língua e cultura suaíli. Professor visitante nas universidades de Nice, Nápoles, Lisboa, Helsínquia e Santarém (ESSE), palestrou em Angola, Brasil, Moçambique e Tanzânia.

Membro-fundador e honorário da Associação Polaca de Estudos Africanos.

É Embaixador, tendo chefiado embaixadas da Polónia em Dar es Salaam (1995-1999) e Luanda (2003-2006).

É autor do livro *Języki, kultury i społeczeństwa Afryki w procesie przemian*, UW, Cátedra de Línguas e Culturas de África, Varsóvia 2010 (coautoria com Nina Pawlak).



Eunice de Fátima Andrade da Fonseca (ZILA)

Natural de Luanda onde nasceu em 1982.

Em 2006, concluiu no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em Lisboa a licenciatura em Reabilitação e Inserção Social.

Pós-Graduação em Gestão de Serviços Sociais e Assistenciais em 2008, na cidade de Bolonha, em Itália.

A partir de 2009, colabora com diferentes ONGs em diversos projectos de desenvolvimento para a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis de Angola, desde o acesso à Educação a Cuidados de Saúde.

Colaborou como intérprete de italiano-português na Embaixada de Itália em Luanda.

Foi Educadora Social na Clínica da Sagrada Esperança, desenvolvendo actividades lúdicas para pacientes internados

Actualmente trabalha no Lubango como Técnica de Desenvolvimento Local apoiando as comunidades rurais no combate à fome e à pobreza.



Fernanda Felisbela Manuel da Costa dos Santos Benedito

Doutora em Modernidades Comparadas - Literaturas, Artes e Culturas, pela Universidade do Minho, professora Associada da Faculdade de Letras, onde exerce a função de Vice-Decana para os Assuntos Académicos, a par da actividade docente no departamento de Língua inglesa, onde lecciona Literaturas Africanas em Língua Inglesa.

É membro da Associação Internacional de Professores de Língua Inglesa, da Fundação para Ciência e Tecnologia de Portugal, investigadora no centro de estudos humanísticos da Uminho, membro do grupo de investigadores do GAPS-Gender, Arts and Post - colonial Studies, integrante do projecto de investigação Mulheres, Artes e Ditadura, conexo ao GAPS.



Fernanda Antonieta Saraiva de Carvalho

Nasceu em Catete, Icolo e Bengo. Vai para Luanda estudar. A classe primária num colégio. O ensino Liceal é feito: no Liceu Feminino D. Leonor de Lencastre, o 2º ciclo e no Liceu Salvador Correia o 3º ciclo. Vai para Portugal prosseguir os estudos. Frequentou em Coimbra, a Universidade, na Faculdade de Letras o curso de Filologia Germânica que conclui em Lisboa transferindo-se para a Faculdade de Letras, no mesmo curso.

Casa-se com um estudante angolano. Ambos militantes do MPLA, exilam-se para Paris a fim de participarem directamente. De Paris “descem” para a 2ª Região Político-militar. Foi professora, responsável pela Secção Pedagógica e colaboradora dos SAM.



Fidel Raul Carmo Reis

Fez os estudos primários no Internato 4 de Fevereiro, em Matsendé, e em Brazzaville na École du Stade. Já em Angola, concluiu a 4ª classe.

Actualmente é historiador e docente na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Tem como principais áreas de investigação a História Contemporânea de Angola nas vertentes política e institucional. É autor do livro: “*Era uma vez o campo político angolano (1950-1965)*”.



Francisco José

Natural de Cabinda e de 70 anos de idade.

Técnico médio de formação na área de História e Geografia, do antigo Instituto Médio Normal de Educação, na cidade de Cabinda.

Jornalista de profissão com formações de superação de curta duração, nomeadamente, em Gestão de Centros de Produção da Televisão pela RTP, CENJOR, Portugal. Director Interino da Emissora Provincial da RNA, em Cabinda. Delegado Provincial dos Antigos Combatentes. Director da Manauta nº 141. Delegado Provincial da Cultura. Delegado da TPA, em Cabinda depois transferido para a sede em Luanda, como Chefe do Departamento dos Serviços Regionais primeiro, depois, Chefe do Departamento de Realização e Produção de Programas de Grelha. Director do Centro de Produção da TPA na Huíla, de 2005 a 2014.



Graça Simbine Machel

Nasceu em Gaza (Moçambique), a 17 de Outubro de 1945.

Licenciada em Filologia Germânica na Universidade de Lisboa.

É activista dos direitos humanos e presidente do Conselho de Administração da Universidade da Cidade do Cabo.

Participou, como militante da Frelimo, na luta armada de libertação nacional.

Foi ministra da Educação e Cultura no primeiro governo moçambicano, durante cerca de 14 anos.

Em 1990, foi nomeada pelo [Secretário-geral da ONU](#) para o Estudo do Impacto dos Conflitos Armados na Infância.

Criou uma organização não-governamental, a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.

Em 1976, casou com Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique, com quem teve dois filhos.

Em 1998, casou com Nelson Mandela, o primeiro presidente negro da África do Sul, tornando-se a única mulher na história mundial a servir dois Estados soberanos como Primeira-Dama.

Foram-lhe atribuídas várias condecorações e títulos honoríficos.



Graça Maria Fernandes de Sousa

Nasceu no Lubango, 1946. Frequentou a Universidade de Luanda e o pólo da mesma Universidade no Lubango. Leccionou no Liceu Diogo Cão até 1974. Após a independência de Angola viveu em Luanda onde leccionou no Liceu Mutu Ya Kevela e no Instituto Karl Marx.

Publicou crónicas, com o pseudónimo Suzana Benje, no Jornal de Angola - 1992, e no jornal universitário Povo do Algarve entre 1998 e 2000. Em 2003, publicou o livro *Bandeira a meia haste*, de registo quase autobiográfico. Em 2008, com o nome Graça de Sousa, publicou o livro *A Valsinha*.

Isabelle de Oliveira

Professora Titular de Ciências da Linguagem na Université des Cultures - Sorbonne desde 2010 e Directora desde 2011 do maior Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas da Universidade Sorbonne Nouvelle



com mais de 2500 estudantes.

Defendeu duas teses universitárias: uma primeira em Ciências da Linguagem em 2005, na Université Lumière Lyon II, e a segunda em 2014, no domínio das Ciências da Linguagem e Cognição, na Université de Paris-Sorbonne.

É Directora de investigação (Ciências da Linguagem) na Université de Paris Sorbonne (Paris III), na École Doctorale 268

Organizou igualmente inúmeros seminários, colóquios e congressos, entre os quais se destaca o Congresso da Língua Portuguesa, em 2011, 2013, 2017 e 2019. É autora de mais de 50 artigos sobre diversos domínios publicados em França, Portugal, Canadá, Brasil, Angola, Roménia, Itália, Egipto, Líbano, Dinamarca e Espanha,

É Presidente do Institut du Monde Lusophone sediado em Paris.



Joaquim Sequeira

Natural de Luanda.

Nascido a 21 de Junho de 1953.

Vice-decano do Instituto Superior Politécnico da Universidade Katyavala Bwila, entre 2010 e 2016.

Professor Auxiliar com Agregação Pedagógica do Departamento de Informática do Instituto Superior Politécnico da Universidade Katyavala Bwila.

Cypress Bible Institute, International Center for Academic Research, Garden Valley, Texas, EUA, 2017: Professor Honorário em Ciências da Computação.

Los Angeles University, Los Angeles, California, USA, 2005: Doutor em Tecnologias de Informação.



José Luis Teves de Carvalho

Natural de Luanda, nasceu no Bairro da CAOP mas andou pela Maianga e pelo Maculusso. Estudos secundários no Liceu Salvador Correia. Após o 25 de Abril fez uma breve passagem pelos CA do M e participou no movimento sindical. Foi professor de Português no renomeado Liceu Mutu ya Kevela e trabalhou na Sonangol. Emigra para o Oriente no início dos anos 80 e estabeleceu-se em Macau, onde trabalhou na Teledifusão de Macau (TDM) e em diversos jornais e foi divulgador de jazz. Após a transição de soberania funda uma empresa de traduções para responder aos desafios multilingues da RAEM. Em 2005 tornou-se nómada digital e viaja pelo mundo, tendo como base actual o Sudeste Asiático.



Jota Carmelino (Luís Ferreira Carmelino Júnior)

Nascido no Ukuma (Huambo) em 1949 e residente em Luanda desde 1974.

Ensino primário, no Ukuma e liceal, no Lobito e no Huambo.

Professor primário na antiga Nova Lisboa, hoje, Huambo.

Parte para Portugal onde frequenta até ao 3º ano do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em Lisboa (1969/71).

Junta-se à luta de libertação nacional, na 2ª Região Político-Militar do MPLA (Frente de Cabinda) entre 1971 e 1974.

Casa-se com Amélia Mingas com quem viverá durante 45 anos, até ao seu falecimento.

No Congo Brazzaville é professor do Internato 4 de Fevereiro (Centro de Formação de Pioneiros do MPLA) em Matsendé/Dolisie.

Entre 1975 e 2011 é técnico de marketing e depois quadro de Direcção da Bayer Angola Lda e da Ducat Angola Lda (ex-Bayer Angola Lda) com superação profissional em seminários e estágios periódicos, na Alemanha, junto da Bayer AG e de outras empresas do grupo.

Actualmente está aposentado e é gestor de uma pequena empresa familiar.



Lúcia Vidal Soares

Doutora em Didáctica e Desenvolvimento Curricular pela Universidade de Aveiro. Foi professora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa onde, no âmbito da Formação de Professores, se dedicou ao ensino do Português como Língua Não Materna, a questões de Multi/plurilinguismo e Multiculturalismo, Interculturalidade e de Políticas Linguísticas. Nas áreas acima referidas tem várias publicações de cariz científico e de natureza pedagógico/didáctica.

Em Angola, integrou a equipa que desenvolveu o Projecto Aprendizagem para Todos (PAT) e colaborou com a Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, no âmbito do Mestrado em Língua Portuguesa.



Luís Mascarenhas Gaivão

Natural de Luanda, 1948.

Doutor em Sociologia (Pós-colonialismos e Cidadania Global - Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia). Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), licenciado em Filosofia e Humanidades (Universidade Católica - Braga).

Escritor, investigador e agente cultural.

Foi professor, Adido Cultural (Luanda, Luxemburgo, Bruxelas), cooperante em Educação de Adultos em Cabo Verde e assessor no Ministério da Educação (Portugal).

Áreas de investigação académica: Pós-colonialismos, Pensamento do Sul, África, Angola e culturas atlânticas do Sul.



Manuel Rui Monteiro

Natural do Huambo (1941).

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Activista da Casa dos Estudantes do Império, exerceu advocacia. A primeira obra *Poesia sem Notícias* data de 1969 e a primeira obra em prosa, *Regresso Adiado*, data de 1973.

Foi Ministro da Informação no Governo de Transição e foi o Primeiro representante de Angola na Organização de Unidade Africana e nas Nações Unidas.

É membro fundador da União dos Escritores Angolanos, da União Nacional dos Artistas e Compositores e da Sociedade de Autores Angolanos.

Foi Reitor da Universidade de Nova Lisboa (Huambo), Director da Faculdade de Letras do Lubango e Director do Instituto Superior de Ciências da Educação.

Como escritor, tem publicado poesia, crítica, ensaio, crónica, novela, romance, conferência, teatro, cinema e composição de temas para canções como “Os meninos do Huambo” e as letras do “Hino de Angola” (1975), “Hino da Alfabetização”, “Hino da Agricultura” e da versão angolana da “Internacional”.

Autor de mais de quarenta livros, com destaque para: *11 Poemas em Novembro* (1976-1984), *Quem me dera ser Onda* (1982), *Rioseco* (1997), *O Manequim e o Piano* (2005), *Travessia por Imagem* (2012) e *Kalunga* (2018).



Maria do Céu Reis

Nasceu na Catumbela, Lobito, Angola a 14 de Abril de 1943. Estudou o 1º e 2º ciclos do Liceu no Bié, e o 3º ciclo no Colégio das Doroteias, no Lubango. Parte para Portugal em Novembro de 1961, para estudar medicina em Lisboa. Em 1962 chega a Paris, e segue depois para a Argélia onde trabalha no Centro de Estudos Angolanos e se forma em Sociologia. De 1969 a 1971 é professora no Internato 4 de Fevereiro, em Matsendé (Dolisie). Professora no Instituto Superior de Serviço Social do Porto e na Universidade Eduardo Mondlane, além de investigadora no Centro de Estudos Africanos. Possui um DEA em Sociologia com o Professor Balandier, e foi professora assistente de Sociologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto e professora auxiliar da Faculdade de Letras da mesma Universidade.



Maria Helena Ançã

Licenciada em Linguística/Filologia Românica (Faculdade de Letras de Lisboa), com um Diplôme d'Etudes Approfondies, em Linguistique et Didactique des Langues Vivantes (Université Grenoble III - França), doutorou-se em 1991, em Ciências da Educação (Didática do Português) e apresentou as provas de Agregação em Educação em 2009, na Universidade de Aveiro, onde lecciona. Orientou várias Dissertações/Relatórios de Mestrado e Teses de Doutoramento (seis ainda em curso). Apresenta regularmente os seus trabalhos em Congressos e em publicações. Participou ainda em vários projectos de investigação, tendo coordenado o projecto “Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não-nativos residentes em Portugal”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Maria Perpétua Nunvo

Nasceu a 28 de Junho de 1991 em Cabinda.

Estudou em Luanda e fez um curso de secretariado executivo no ENAD, possuindo uma licenciatura em



Relações Internacionais da Universidade Lusíada de Luanda. Em 1995 trabalhou como assistente executiva na Universidade Lusíada, onde também colaborou com os serviços de protocolo. Actualmente é funcionária pública na qualidade de Assistente Executiva.



Paulo de Carvalho

Sociólogo. Doutor em Sociologia pelo ISCTE (Lisboa, Portugal).

Professor Catedrático na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola).

É Deputado à Assembleia Nacional.

Foi Reitor da Universidade Katyavala Bwila (Benguela, Angola) e Director da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola). Foi Vice-Presidente da Universidade Pan-Africana (Addis Abeba, Etiópia).

Dentre os 12 livros que tem publicados, destacam-se *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda* (Luanda, 2008), *Angola. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social* (Oeiras, 2002) e *Estrutura social da sociedade colonial angolana* (Varsóvia, 1989 - em língua polaca).

É também co-autor dos livros *Events over endeavours. Image of the Chinese in Zambia and Angola* (Cracóvia, 2005) e *O que é racismo?* (Lisboa, 2014).

Foi agraciado com o Prémio Nacional de Cultura e Artes, na modalidade de investigação em Ciências Humanas e Sociais (Luanda, 2002).



Petelo Nginamau Ne-Tava

Licenciado em Filosofia e Letras, na opção Filologia românica e Doutor em Literatura. Leccionou nas Universidades de Lubumbashi e de Kinshasa, ambas na República Democrática do Congo.

É docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto desde 2003 e Chefe do Departamento de Letras (de Fevereiro de 2005 até Janeiro de 2010), Coordenador da Comissão Instaladora da Faculdade de Letras (de Janeiro a Outubro de 2010).

É Professor Associado e Vice-Decano para a Área Científica da Faculdade de Letras da UAN desde Novembro de 2010.



Susana Dolbeth Carmelino

Natural de Luanda, a 28 de Junho de 1975.

Estudou no liceu São José do Clunny e na Escola Portuguesa de Luanda, onde concluiu o ensino secundário.

Licenciada em Direito, pela Universidade de Lisboa (Faculdade de Direito de Lisboa).

Devido à sua paixão pelos medicamentos e pelo mundo hospitalar iniciou carreira na indústria farmacêutica, colaborando com multinacionais como a Pfizer, Helsin/Angelini e Gilead Sciences. A sua maior experiência farmacêutica é na área das infecciosas, com o tratamento para o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV - I e II).

Trabalha como advogada e também na indústria farmacêutica.



Teresa Ferreira de Almeida

Natural do Namibe, cresceu e estudou em Luanda. Trabalhou nos Serviços de Emprego de Angola e foi professora primária depois do 25 de Abril. Emigra para Macau em 1985 onde funda o restaurante Kizomba (1988-90), o único restaurante angolano do extremo-orient. Trabalhou na Câmara das Ilhas e obteve um diploma em Serviço Social, área em que vem trabalhar para Portugal, na Amadora, após a transição de soberania em 1999. Actualmente aposentada, goza a vida.



Yeda Pessoa de Castro

Nascida em Salvador, Bahia, é Etnolinguista, Doutora em Línguas Africanas pela Universidade Nacional do Zaire, Consultora Técnica em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz em São Paulo, Membro da Academia de Letras da Bahia. Pertence ao Grupo de Trabalho de Literatura Oral e Popular da ANPOLL e é Membro Permanente do Comitê Científico Brasileiro do Projecto "Rota do Escravo" da UNESCO.

Professora aposentada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) é, actualmente, Consultora Técnica e

Professora na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), estando à frente do NGEALC - Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros em Línguas e Culturas, do qual é fundadora.

ÁLBUM



Defesa de Dissertação de Mestrado na FLUAN em 2016. Na foto: AM, Sr. Decano Alexandre Chicuma, a Mestranda e as Professoras portuguesas Teresa Lino e Madalena Contente



Professora AM acompanhada de colegas de Júri de Dissertação



Lançamento de obra literária de Manuel Rui Monteiro no Auditório da FLUAN, hoje, Auditório Amélia Mingas



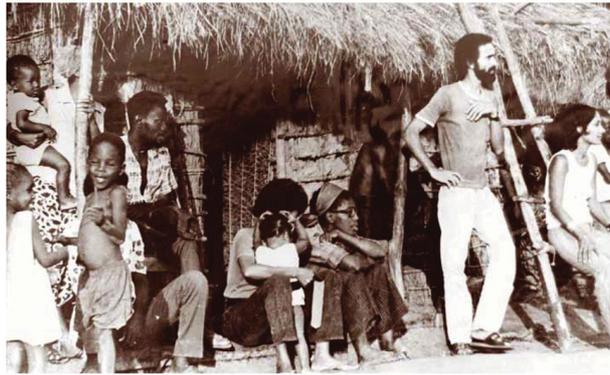
No Centro de Língua Portuguesa, renomeado "Centro Uanhenga Xitu", com o escritor Uanhenga Xitu e Professor Américo Oliveira



Jornada científica "Humanidades" da FLUAN, com a participação da Professora Yeda Pessoa de Castro



As Professoras portuguesas Teresa Lino, Rute Costa e Raquel Silva integrando a equipa do projecto de Mestrados



Actividade na 2ª Região Político-Militar do MPLA (1973)



Seminário de Professores no Internato 4 de Fevereiro, promovido pelo DEC do MPLA



Içar da Bandeira no Internato 4 de Fevereiro em Matsendé (Dolisic)



Com a escritora angolana Kamguimbo Ananás, na cidade da Praia em Cabo-Verde (2010)



Com Adolfo Maria, companheiro de luta no MPLA e Francisca Van-Dúnem, actual Ministra da Justiça de Portugal



Passeio na Ilha de Luanda: Jota, Lúcia Soares, Amélia e Paulo Osório



Com as Professoras Madalena Contente e Isabelle Oliveira na Casa do Fado em Lisboa



Recebendo em casa o Professor Américo (PT) e a Professora Celma (BR)

Em entrevista à Revista Austral da TAAG, 2004



Em Cabinda, enquanto Directora do Instituto das Línguas Nacionais



Com as Professoras Teresa Lino, Rute Costa e Raquel Silva, entre outros



Visita do Presidente Cavaco Silva ao ILLP, na cidade da Praia, em Julho de 2010



Visita do Presidente Cavaco Silva ao ILLP, na cidade da Praia, em Julho de 2010



Intervenção na recepção à comitiva do Presidente Cavaco Silva



Momento da despedida do Presidente Cavaco Silva



Com Graça Machel e familiares



Com Graça Machel e a filha, Jô



Aniversário da Perpétua



Núcleo familiar: com a filha Perpétua e a neta Zila



Viver com a Amélia é como receber um colar, em vez de pérolas, cheio de sorrisos



Com uma sobrinha neta no Huambo



Celebração de mais um aniversário



Com a neta Denise



Sábados na Rua Sebastião
Desta Vez: local de convívio
de parentes e amigos



Com a neta Zila





Foto de família com irmãos, cunhados e sobrinhos



Convívio em casa de Dunduma. Em destaque, os médicos Narciso Costa Andrade e Raúl Feio



Assinalando mais um 27 de Maio, brinde alusivo ao "milagre" da sobrevivência de Manuel Videira, Fernando Paiva e Jota Carmelino



Com Graça Machel, a sua filha Jô e netos



Descascando ginguba na companhia da Maria do Céu e da Perpétua



O eterno casal romântico



Amélia - amante da fotografia



Look africano, sua imagem de marca



Mais um voo, para novo destino



Momento de descontração no Bar de Okapuca Lodge



Viagem entre Luanda e Huambo



Mubanga Lodge: resort no Bengo (Angola)



No comboio turístico namibiano "Desert Express"



Por terras do Kasema



Feliz ao pisar o chão do Kasema, terra natal do marido, no interior da Província do Huambo



Flor silvestre captada por Amélia Mingas, nas Mupas do Rio Kuiva (Huambo, 2012)



Cenário panorâmico em Gocheganas, na Namíbia



Com a sogra, Gina Carmelino, em Iguazú



Tour em Gocheganas - resort namibiano



Safari na Namibia: Amani Lodge



Okapuca Lodge: resort na Namibia



Passeio de barco pelos Lagos Andinos



Pronta para as quedas do Iguaçu



Fazendo turismo em Cabo-Verde



Câmara: item obrigatório em viagem



ISBN 978-989-761-271-8

*Com o engenho e a arte
de um escultor cokwe
inspirado no Pensador
moldaria em pau-preto
o teu busto como símbolo
da Mulher Académica de Angola*

*Com o engenho e a arte
de Da Vinci
e as cores do arco-íris
pintaria o teu bonito sorriso
em tela para o Louvre
ao lado de Mona Lisa*

*Com o engenho e a arte
do Tio Liceu
criaria as notas musicais
de um semba em harmonia
com a melodia da tua voz
e tua contagiante alegria . . .*

